



UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E
SOCIEDADE (PPGEduCS)

ALESSANDRA APARECIDA DE PAULA SOUZA

TRAJETÓRIAS DE MULHERES NO EXECUTIVO MUNICIPAL DO SUL E
SUDOESTE DE MINAS GERAIS: um estudo sobre educação, gênero e
patriarcado

Pouso Alegre – MG

2025

ALESSANDRA APARECIDA DE PAULA SOUZA

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES NO EXECUTIVO MUNICIPAL DO SUL E
SUDOESTE DE MINAS GERAIS: um estudo sobre educação, gênero e
patriarcado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade para obtenção do título de Doutora em Educação, Conhecimento e Sociedade.

Área de concentração: Educação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Cortez Gaio.

Pouso Alegre – MG

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

Souza, Alessandra Aparecida de Paula.

Trajetórias de mulheres no executivo municipal do Sul e Sudoeste de Minas Gerais: um estudo sobre educação, gênero e patriarcado / Alessandra Aparecida de Paula Souza – Pouso Alegre: Univás, 2025.

198f.:quad.:tab.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade – Universidade do Vale do Sapucaí, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Cortez Gaio.

1. Educação. 2. Participação Política Feminina. 3. Executivo Municipal. 4. Patriarcado e Política. I. Título.

CDD – 370

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa

CRB 6-3538

FOLHA DE APROVAÇÃO



PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a tese intitulada **"TRAJETÓRIAS DE MULHERES NO EXECUTIVO MUNICIPAL DO SUL DE MG: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO, GÊNERO E PATRIARCADO"** foi defendida, em 10 de julho de 2025, por **ALESSANDRA APARECIDA DE PAULA SOUZA**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, nível Doutorado, sob o Registro Acadêmico nº 98021619, e aprovada pela Banca Examinadora composta por:

Assinado eletronicamente por:
Roberta Cortez Gaio
CPF: ***.259.318-**
Data: 10/07/2025 14:16:39 -03:00

Profa. Dra. Roberta Cortez Gaio
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora

Assinado eletronicamente por:
Diego Henrique Pereira
CPF: ***.691.526-**
Data: 10/07/2025 14:32:16 -03:00

Prof. Dr. Diego Henrique Pereira
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

Assinado eletronicamente por:
Cássio José de Oliveira Silva
CPF: ***.431.356-**
Data: 10/07/2025 23:34:27 -03:00

Prof. Dr. Cassio José de Oliveira Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

Assinado eletronicamente por:
Terezinha Richartz Santana
CPF: ***.674.839-**
Data: 10/07/2025 15:32:12 -03:00

Profa. Dra. Terezinha Richartz Santana
Centro Universitário Vale do Rio Verde - UninCor
Examinadora

Assinado eletronicamente por:
Tânia Mara Vieira Sampaio
CPF: ***.281.380-**
Data: 11/07/2025 12:53:14 -03:00

Profa. Dra. Tânia Mara Vieira Sampaio
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG
Examinadora

Recebido e inscrito pela Proreitoria MEC nº 1199 de 12/09/2022. D.O.U. de 13/09/2022, nº 08, Seção 1, p. 106.

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PROPPES

Av. Prof. Tuany Toledo, 170 - Fátima - Pólo - Goiânia - GO - CEP: 75591-210 - Fones: (35) 3449-9231 e 3449-9248

Este documento foi assinado por Roberta Cortez Gaio, Diego Henrique Pereira, Terezinha Richartz Santana, Cassio José de Oliveira Silva e Tânia Mara Vieira Sampaio. Assinado por: Proreitoria de Pós-graduação e Pesquisa
<https://kinner.technet.com.br/validar/AH4QM-IX1151-F7HRA-RARMV>



À minha mãe, Maria das Dores (*in memoriam*), por ter pavimentado,
com sacrifício e muita coragem, o caminho que me permitiu chegar aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Roberta Gaio, pela inestimável contribuição a esta pesquisa. Com olhar atento, lançou luz sobre pontos obscuros e realçou as potencialidades deste trabalho. Para além das contribuições acadêmicas, foi imprescindível nos momentos em que cogitei adiar a conclusão desta tese.

Aos meus amigos e amigas, por não desistirem de me convidar para encontros e eventos, mesmo após tantas recusas impostas pela escrita desta pesquisa. Márcia, Marisa, Hélia, Ivana, Érica, Rosi, Cláudia, Carina, Carolina, Humberta, Aline, Simone, Kennia, Conceição, Luciano, Lucas, Wanderson e Roger: o melhor de mim tem muito de vocês. Obrigada pelo apoio, por vibrarem comigo e por se alegrarem com a minha felicidade.

Aos meus irmãos, Beto e Lúcia, por torcerem por mim e se fazerem tão presentes, mesmo estando fisicamente distantes.

Aos meus filhos, Lucas e Mateus — dois meninos (em que pese aquela estatura!) incríveis — que são fonte da minha força, do meu querer e do meu agir.

Ao meu marido, Valdimar, por ser ora minha outra metade, ora o dobro de mim. Nossa parceria é a prova de que homens e mulheres são igualmente diferentes, e isso não é causa de divergência, mas de complemento. A vida é melhor quando estou com você, Bi.

Ao meu pai, cuja permanência ao meu lado foi breve, pois, retornou à casa de Deus quando eu ainda tinha 2 anos 5 meses. Deixou, contudo, o legado que me é mais caro: a minha vida.

À mamãe, dona Maria das Dores — minha base, meu farol (e agora minha estrela), minha fonte inesgotável de inspiração e coragem. Mãe, este título é nosso! Obrigada por sempre me apoiar, mesmo quando não compreendia minhas escolhas.

À Santíssima Trindade — o Pai, o Filho e o Espírito Santo — que me investiram dos dons necessários a cada desafio. Senhor, Tua é a minha vida e o meu viver!

Por fim, agradeço a todas as meninas e mulheres que me antecederam e àquelas que me sucederão. Que eu tenha conseguido semear um pouco do muito que colhi com as mulheres maravilhosas com as quais tive o privilégio de aprender.

Elas [as mulheres] não disseram tudo, mas abriram as portas. O legado das que vieram antes — muitas vezes silenciadas ou invisibilizadas — constitui o alicerce das lutas atuais. Como propõe Simone de Beauvoir (1960), a história das mulheres é marcada por submissões, mas também por rupturas, e “é preciso que surjam novas mulheres” (Beauvoir, 2009, p. 504).

RESUMO

Esta tese analisa como a educação, patriarcado e os estereótipos de gênero influenciam a trajetória de mulheres no processo eleitoral para o Executivo municipal, tomando como objeto empírico as prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, no pleito de 2020. Parte-se da compreensão de que a educação, enquanto prática social e política, pode funcionar como mecanismo simultâneo de exclusão e de emancipação, sendo central na formação de mulheres como agentes políticos. O estudo adota uma abordagem qualitativa, interpretativista e interseccional, ancorada na Análise de Livre Interpretação (ALI), a partir de entrevistas com cinco prefeitas eleitas na região analisada. O percurso metodológico articula análise documental, revisão sistemática da literatura, dados eleitorais e entrevistas semiestruturadas, visando compreender como processos educativos — formais e não formais — impactam a inserção política feminina em contextos marcados pelo patriarcado estrutural. A tese estrutura-se em sete capítulos, que abordam: revisão teórica sobre educação, gênero e participação política; análise histórica da inserção feminina na política nacional; o papel da educação na formação cidadã; o sistema eleitoral brasileiro e suas barreiras de gênero; o contexto político de Minas Gerais; o percurso metodológico; e a análise das trajetórias das prefeitas entrevistadas. Os resultados evidenciam que, embora as mulheres tenham conquistado o direito ao voto e à candidatura, permanecem sub-representadas no Executivo municipal. As trajetórias das prefeitas revelam percursos marcados por obstáculos estruturais, como a ineficiência de apoio partidário efetivo, a sobrecarga decorrente da conciliação entre trabalho político e responsabilidades familiares, e a violência simbólica que deslegitima suas lideranças. A pesquisa destaca ainda que a maternidade impacta o ingresso tardio das mulheres na política, restringindo sua formação política e dificultando o acúmulo de capital político. As experiências das prefeitas demonstram que a presença de redes de apoio — familiares, comunitárias ou institucionais — é fundamental para viabilizar candidaturas femininas, embora tais redes sejam ainda frágeis ou informais. Como principal contribuição, a tese articula educação, gênero e patriarcado a partir de uma perspectiva crítica e feminista, demonstrando que ampliar a participação política feminina requer não apenas políticas afirmativas, mas mudanças estruturais nas práticas partidárias, no financiamento eleitoral e na formação cidadã.

Palavras-chave: educação; participação política feminina; executivo municipal; patriarcado e política.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how education, patriarchy, and gender stereotypes influence the trajectories of women in the electoral process for municipal executive office, focusing on the elected female mayors in the South and Southwest regions of Minas Gerais during the 2020 elections. It is grounded in the understanding that education, as a social and political practice, can operate both as a mechanism of exclusion and as a tool for emancipation, playing a central role in shaping women as political agents. The study adopts a qualitative, interpretivist, and intersectional approach, based on Free Interpretation Analysis (Análise de Livre Interpretação – ALI), through interviews with five female mayors elected in the studied region. The methodological path integrates document analysis, a systematic literature review, electoral data, and semi-structured interviews, aiming to understand how formal and informal educational processes affect women's political engagement in contexts marked by structural patriarchy. The dissertation is structured into seven chapters that address: the theoretical review on education, gender, and political participation; a historical analysis of women's involvement in Brazilian politics; the role of education in civic formation; the Brazilian electoral system and its gender barriers; the political context of Minas Gerais; the methodological approach; and the analysis of the trajectories of the interviewed mayors. The findings reveal that, although women have secured the right to vote and run for office, they remain underrepresented in municipal executive positions. The mayors' trajectories reveal paths marked by structural obstacles such as ineffective partisan support, the burden of reconciling political work with family responsibilities, and symbolic violence that delegitimizes their leadership. The research also highlights that motherhood contributes to women's delayed entry into politics, restricting their political formation and hindering the accumulation of political capital. The experiences of the mayors show that the presence of support networks — familial, community-based, or institutional — is crucial to enabling female candidacies, although such networks remain fragile or informal. As its main contribution, the dissertation articulates education, gender, and patriarchy from a critical and feminist perspective, demonstrating that increasing women's political participation requires not only affirmative policies but also structural changes in party practices, electoral financing, and civic education.

Keywords: Education; Women's political participation; Municipal executive; Patriarchy; Gender.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização Metodológica das obras Seleccionadas na Revisão.....	30
Quadro 2. Conquistas atribuídas ao movimento feminista	40
Quadro 3. Cronologia de movimentos e regulação do sufrágio feminino	48
Quadro 4. Mulheres de destaque no cenário brasileiro no contexto político-social.....	58
Quadro 5 - Políticas Públicas de Equidade de Gênero na Educação.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais, segundo sexo, cor/raça e unidades da federação – Brasil, 2022.....	73
Tabela 2. Distribuição de faixa etária por eleitos.....	121
Tabela 3. Distribuição dos Homens Eleitos por Faixa Etária.....	122
Tabela 4. Distribuição das Mulheres Eleitas por Faixa Etária.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALI - Análise de Livre Interpretação

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

DEAM -Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FBPF- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FEFC - Fundo Especial de Financiamento de Campanha

IAEG-GS Grupo Interinstitucional e de Peritos em Estatísticas de Gênero

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep Intituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MFA - Movimento Feminino pela Anistia

MSGI- Minimum Set of Gender Indicators - em tradução, CMIG Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero”

NBR - Normas Brasileiras Regulamentadoras

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OEA - Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos

OIT Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade

STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

STF - Supremo Tribunal Federal

TER-MG Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UNIVÁS - Universidade do Vale do Sapucaí

UNSD Divisão de Estatística das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - DE ONDE, POR ONDE, PARA QUÊ E PARA ONDE ME LEVA A EDUCAÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: EDUCAÇÃO, GÊNERO, PATRIARCADO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL	22
1.1 Eixos de análise temática.....	23
CAPÍTULO 2 - MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: JORNADA E BARREIRAS INSTITUCIONAIS	33
2.1 Marcos históricos do feminismo no Brasil: conquistas e avanços	35
2.2 Os movimentos feministas na conquista sufragista brasileira e sua marca na ditadura	41
2.3 Mulheres de destaque no cenário brasileiro: feitos, desafios e legados políticos.....	50
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MULHER, NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO	61
3.1. A mulher na educação e a educação da mulher: as expectativas de gênero e a politização das mulheres	64
3.2. A construção social dos papéis femininos e sua influência na autopercepção das mulheres como agentes políticos	70
3.3 A educação como ferramenta política no enfrentamento ao patriarcado	79
3.4 Pedagogia feminista e a formação política das mulheres	81
3.5 Educação, currículo e formação cidadã: desafios para a equidade de gênero	82
CAPÍTULO 4 - O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS MULHERES.....	89
a) Modelos eleitorais e seus efeitos sobre a representação feminina	91
4.1 A violência política de gênero e o impacto na atuação política das mulheres	93
4.2 A efetividade das cotas eleitorais: desafios e avanços das políticas públicas na mitigação da violência política contra a mulher	95
4.3 As redes de apoio e mentoria para candidatas: desafios e oportunidades na inclusão feminina na política	97
4.4 Campanhas educativas e mobilização social: impactos e limites para a participação política das mulheres	103
4.5 – Educação política das mulheres e sua influência na participação eleitoral	107
CAPÍTULO 5 - O ESTADO DE MINAS GERAIS E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL	110
5.1 Sul e Sudoeste de Minas Gerais no contexto político brasileiro: uma introdução à análise da participação das mulheres nas eleições municipais de 2020	115
5.2 Participação feminina nas eleições de 2020 e 2024 em Minas Gerais: uma análise crítica à luz da interseccionalidade.....	118
5.3 O perfil das candidaturas ao executivo municipal em Minas Gerais, em 2020	119
5.4 Análise das Campanhas de Prefeitas Eleitas nos Municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2020.....	124
CAPÍTULO 6 - CAMINHOS DA PESQUISA: ESCUTA, ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO	126
6.1 Universo da pesquisa	129
6.2 Análise e interpretação dos dados	130

6.3 Categorização dos dados	131
6.4 Fundamentação teórica: pedagogia crítica e feminista como horizonte metodológico	132
CAPÍTULO 7 - DAS ELEITORAS ÀS ELEITAS: PERCURSOS POLÍTICOS E RESISTÊNCIAS NO EXECUTIVO MUNICIPAL.....	137
7.1 Prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Mina Gerais, no pleito de 2020	139
a) Município 1	140
b) Município 2	143
c) Município 3	146
d) Município 4	149
e) Município 5	153
7.2 O preço político da maternidade: ingresso tardio na política como reflexo da divisão sexual do trabalho	158
7.3 Educação, gênero e patriarcado no processo eleitoral para o Executivo municipal, à luz da trajetória das entrevistadas.....	160
7.4. As trajetórias das prefeitas eleitas e o diálogo com as ondas do feminismo	165
7.5 Ausências que falam: interseccionalidade na política local	168
7.6 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.....	171
7.6 Considerações finais	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICE - Roteiro para a entrevista com as prefeitas	196

INTRODUÇÃO - DE ONDE, POR ONDE, PARA QUÊ E PARA ONDE ME LEVA A EDUCAÇÃO

A quarta filha de um casal de lavradores não se submeteu às convenções locais e, a 161 km de distância de sua terra natal, apresenta sua tese de doutoramento. Ora por desconhecer, ora por enfrentar os desafios de ser mulher, a garota sempre se indignou com a posição a que as mulheres à sua volta eram induzidas: estudar até o segundo grau (hoje Ensino Médio), talvez cursar magistério, se casar, ter filhos e ser uma boa esposa. Algum problema com essa jornada? Absolutamente não, desde que seja uma escolha autêntica da mulher e não uma convenção.

Deixar sua pequena cidade para cursar Direito foi a primeira grande ousadia: era a filha mais nova (e a primeira) a se embrenhar no ensino superior. Terminar a graduação e sua primeira pós-graduação para, apenas aí, ter filhos foi uma escolha que lhe custou muitas explicações sobre o porquê de demorar tanto para ser mãe, mesmo já estando casada desde o segundo ano da faculdade. O que a teria movido nessa subversão do percurso de suas conterrâneas?

Sua força motriz foi outra mulher que se doutorou pela escola da vida, tendo cursado até a quarta série primária: sua mãe, Dona Maria das Dores. Mesmo tendo seguido o caminho “convencional”, sua mãe apoiou (mesmo sem entender ou concordar) as escolhas da filha mais nova. No caso de sua grande inspiradora, a jornada escolar formal foi modesta, mas a referência de vida, a audácia para fazer “coisas de homem”, a coragem para se fazer notar e realizar sonhos foi algo decisivo. “Bicho” do curso de Direito, ingressou no mundo da gestão da educação superior ainda no primeiro ano da faculdade e aprendeu que se graduar em uma área não a impedia de atuar em outra. Ao contrário, Direito e Educação, enquanto ferramentas de emancipação intelectual, poderiam conectar-se e complementar-se para impulsionar sua trajetória profissional.

A partir dessa vivência, emergiu uma inquietação teórica e política: o que impede tantas mulheres de fazerem escolhas autênticas? Por que, mesmo quando legalmente aptas a votar e serem votadas, permanecem à margem dos espaços de poder? Esse incômodo, forjado em experiências pessoais e profissionais, foi aprofundado por meio de estudos posteriores, especialmente no mestrado em Gestão Pública e Sociedade, e consolidou-se na escolha de investigar a relação entre educação e participação política feminina, no doutorado.

A garota cresceu em uma cidade onde nunca houve uma prefeita e poquíssimas foram as vereadoras. Observava, desde cedo, mulheres liderando famílias, escolas, igrejas e comunidades — mas nunca a prefeitura, e, por isso, poder político institucional parecia reservado aos homens. Esse dado, silenciosamente aceito por muitos, foi se transformando, aos poucos, em estranhamento, incômodo e, mais tarde, em objeto de estudo. Como interpretar essa ausência? O que se passa entre o direito legal e a ocupação efetiva do poder pelas mulheres?

Essas perguntas atravessam a presente pesquisa, que analisa a participação de mulheres no Executivo municipal no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a partir da eleição de prefeitas em 2020. O estudo examina como a educação — formal e não formal — e os estereótipos de gênero influenciam suas trajetórias, desde a condição de eleitoras até a conquista de cargos públicos. Parte-se do pressuposto de que a educação, enquanto prática social e política, pode tanto reforçar quanto tensionar os mecanismos de exclusão de gênero no campo político. A análise das experiências das prefeitas entrevistadas, bem como das estruturas institucionais e simbólicas que moldam sua atuação, constitui o eixo central da investigação.

A sub-representação feminina no Executivo municipal revela um desafio persistente para a efetivação dos princípios democráticos e para a concretização de políticas que promovam a equidade de gênero em todas as esferas da sociedade. A longa batalha travada pelo direito ao voto pode — e deve — ser expandida para que se compreenda por que ainda são baixos os índices de efetiva candidatura e eleição de mulheres. Como afirma Karawejczyk (2020), “as filhas de Eva queriam votar”, e, no Brasil, apenas em 1932 esse direito lhes foi concedido — marco que as autorizava, simbolicamente, a se fazer representar por outras mulheres. Era o passaporte para que pudessem ocupar postos políticos e agir local, regional e nacionalmente para promover políticas públicas voltadas ao fortalecimento feminino na política. No entanto, esse não foi o cenário que se apresentou.

Em 2020 – ano de recorte da pesquisa, 88 anos depois do direito ao voto –, embora as mulheres representassem 51% da população brasileira, governavam apenas 12% dos municípios do país. Em Minas Gerais, a situação era ainda mais desigual: apenas 7,34% das prefeituras estavam sob comando feminino, frente a 92,66% comandadas por homens (TRE-MG, 2020). No que diz respeito às candidaturas, o mesmo pleito registrou 11% de mulheres disputando o cargo de prefeita no estado, frente a 89% de homens. Em 2024, esse número teve discreto crescimento, atingindo 12% de candidaturas femininas. Apesar dos avanços normativos e das políticas afirmativas voltadas à inclusão das mulheres, a representação no

Executivo municipal permanece significativamente baixa. Naquele mesmo pleito de 2020, apenas oito prefeitas foram eleitas nos 146 municípios que compõem o Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Diante desse cenário, emerge a questão central que orienta esta tese: de que maneira a educação, o patriarcado e os estereótipos de gênero influenciam a trajetória das mulheres no processo eleitoral para o Executivo municipal, desde sua participação como eleitoras até sua ascensão a cargos eletivos, em um contexto ainda marcado pela persistência do patriarcado como estrutura social que naturaliza desigualdades e limita o acesso feminino aos espaços de poder?

A baixa representatividade feminina no Executivo municipal resulta de uma combinação de barreiras institucionais, sociais, culturais e econômicas. Embora formalmente habilitadas a votar e a serem votadas, as mulheres ainda ocupam uma posição ínfima nos espaços de decisão política. Este estudo se propõe a analisar como a educação — em suas dimensões formais e informais — o patriarcado e os estereótipos de gênero impactam a trajetória de mulheres rumo ao poder político local. Para tanto, investiga os percursos de prefeitas eleitas no pleito de 2020, Sul e Sudoeste de Minas Gerais, bem como os impactos das estruturas institucionais, partidárias e socioculturais sobre suas candidaturas e gestões, e adota como objetivos: (1) identificar os fatores socioculturais e estruturais, especialmente ligados à educação, ao gênero e ao patriarcado, que perpetuam o desequilíbrio na representação feminina nas esferas de decisão política; (2) analisar os impactos das políticas de cotas de gênero e das reformas eleitorais na ampliação da participação feminina no Executivo municipal; (3) investigar o papel dos partidos políticos na viabilização ou restrição das candidaturas femininas, considerando o acesso a financiamento, tempo de propaganda e apoio interno; (4) examinar o percurso político das prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2020, identificando seus principais desafios; (5) propor recomendações para a ampliação da participação das mulheres no Executivo municipal, com base nas experiências das prefeitas entrevistadas e nas boas práticas observadas.

A pesquisa insere-se no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), na área de concentração “Educação, Conhecimento e Sociedade”, vinculando-se à linha de pesquisa “Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos”. Essa linha contempla investigações sobre os modos pelos quais a Educação, em suas múltiplas dimensões, opera como tecnologia social, incorporando práticas inovadoras, metodologias

formativas e dispositivos simbólicos capazes de transformar sujeitos e realidades. Ao articular saberes acadêmicos e experiências de vida, esta tese compreende a Educação como uma ferramenta de emancipação política e de construção de trajetórias femininas nos espaços de poder, valorizando os processos formais e não formais como práticas educativas que mobilizam conhecimento, resistência e transformação social.

A análise proposta articula quatro dimensões: teórica, histórica, analítica e empírica. No eixo teórico, mobiliza-se um conjunto de autoras que discutem educação, representatividade e gênero. A dimensão histórica examina os marcos da participação feminina na política brasileira, especialmente no Executivo. A análise institucional e partidária busca compreender os entraves estruturais e simbólicos à presença de mulheres na política. Por fim, o eixo empírico ancora-se em entrevistas com prefeitas eleitas na região estudada, analisadas à luz da Análise de Livre Interpretação (ALI).

A estrutura da tese está organizada em sete capítulos, construídos de forma progressiva, articulando aspectos teóricos, históricos, analíticos e empíricos que sustentam a investigação. A Introdução apresenta a exposição da trajetória da autora e que motivou a escolha do tema, a delimitação do problema de pesquisa, os objetivos, a justificativa, o referencial teórico e metodológico adotado, além da contextualização do estudo no campo da educação.

O Capítulo 1 apresenta uma revisão sistemática da produção científica brasileira acerca da interseção entre educação, gênero e participação política. A análise seguiu os critérios metodológicos propostos por Sampaio e Mancini (2007), identificando eixos temáticos recorrentes, lacunas teóricas e convergências analíticas que embasam a problematização central da pesquisa.

O Capítulo 2 discute o percurso histórico das mulheres na política brasileira, destacando os marcos dos movimentos feministas, os desafios impostos pelas estruturas institucionais e a sub-representação feminina nos espaços de poder.

No Capítulo 3 a análise se volta à dimensão educativa como um campo de disputas simbólicas e ideológicas. Discutem-se as construções sociais dos papéis de mulher, a pedagogia feminista, a politização das mulheres e os limites impostos pelo currículo e pela estrutura escolar. O capítulo destaca como a educação formal e não formal pode tanto reforçar estereótipos quanto fomentar a emancipação e a consciência crítica.

O Capítulo 4 examina os mecanismos institucionais do sistema eleitoral brasileiro e seu impacto sobre a participação política das mulheres. São discutidos temas como a violência

política de gênero, a eficácia das cotas, as reformas eleitorais, o financiamento de campanhas, as redes de apoio às candidatas e o papel da educação política na mobilização e na formação cidadã de mulheres eleitoras e candidatas.

Passando ao recorte da tese, o Capítulo 5 trata do Estado de Minas Gerais e sua participação na história política do Brasil. Com foco na realidade regional, o capítulo introduz o contexto político de Minas Gerais, com destaque para o Sul e Sudoeste do estado. Apresenta dados quantitativos das eleições de 2020 e 2024, com ênfase nas candidaturas femininas ao Executivo municipal, analisando os perfis das candidatas e os principais entraves à sua eleição, à luz de conceitos como interseccionalidade e violência simbólica.

No Capítulo 6 são apresentados os caminhos da pesquisa e o capítulo descreve o percurso metodológico da investigação, baseada em abordagem qualitativa e interpretativista. Apresenta os critérios de amostragem, os eixos de análise, a categorização dos dados e o processo de construção dos sentidos a partir das entrevistas com prefeitas eleitas, preservando o sigilo e a ética da pesquisa.

Como parte final da pesquisa, no Capítulo 7 são analisadas as entrevistas com cinco prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2020. A partir de suas narrativas, emergem temas como maternidade, redes de apoio, motivações, resistências cotidianas e os desafios em suas trajetórias. O capítulo dialoga com as ondas do feminismo e apresenta, ao final, as limitações da pesquisa e sugestões para investigações futuras.

Assim, esta tese evidencia que a presença feminina no Executivo municipal é atravessada por múltiplos condicionantes sociais, culturais e institucionais, entre os quais a educação ocupa papel central — não apenas como espaço de formação, mas como prática de resistência e emancipação. Ao analisar a trajetória de prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a investigação confirma que, embora avanços normativos tenham ampliado as possibilidades formais de participação, persistem barreiras estruturais que limitam a ascensão das mulheres aos cargos de poder. Compreender e enfrentar essas barreiras exige um olhar atento às pedagogias que moldam os percursos políticos femininos, bem como às estruturas patriarcais que ainda delimitam o campo político. Assim, a tese contribui para o fortalecimento de uma perspectiva crítica sobre a democracia, que reconhece na paridade de gênero não apenas um direito, mas um imperativo ético e político para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Como afirma hooks (2017), ensinar é um ato de resistência. Essa perspectiva se alinha à proposta desta pesquisa ao compreender a educação como prática de liberdade e como instrumento essencial para a formação de mulheres enquanto sujeitos históricos ativos no campo político. Ao conduzir a leitura desta tese, pretende-se contribuir para o entendimento de que a ampliação da participação das mulheres no Executivo municipal não diz respeito apenas à justiça de gênero, mas à reinvenção dos próprios fundamentos da democracia. Mais do que paridade numérica, trata-se de reconhecer que a presença feminina no poder exige a reconstrução de processos, ferramentas e estruturas institucionais historicamente marcadas pela exclusão. Nesse sentido, a equidade entre mulheres e homens na política não se limita à correção de desigualdades quantitativas, mas pressupõe o reconhecimento da diferença como valor constitutivo da democracia, o que implica repensar os modos de organização do poder, os critérios de legitimidade política e as práticas de liderança.

A educação, nesse contexto, é compreendida como tecnologia social capaz de romper ciclos de silenciamento, fomentar práticas inovadoras de formação política e instaurar novos sentidos de cidadania ativa. Ao analisar as trajetórias das prefeitas eleitas, esta pesquisa evidencia que transformar o acesso ao poder é também transformar os modos de aprender, ensinar, gerir e resistir. Equidade política, portanto, não é um favor ou concessão, mas o resultado de uma disputa simbólica e material pela inclusão de outras vozes, experiências e racionalidades na esfera pública.

Ao se falar em espaço das mulheres, há quem se sinta confortável ao saber que elas têm avançado em ocupar cada vez mais cadeiras no ensino superior, em concursos públicos e no mercado de trabalho — ainda que frequentemente em condições desiguais e com menor reconhecimento material. Isso é fato, pois, no que depende dela — da mulher — e da sua competência e capacidade, os resultados aparecem. O que se discute nesta tese são, justamente, as situações em que o resultado não é uma variável apenas do mérito individual, mas da existência (ou não) de oportunidades historicamente negadas. Alcançar a equidade de gênero na política exige, portanto, uma ação deliberada do Estado e da sociedade para desestabilizar padrões de dominação, ampliar acessos e criar condições reais de participação paritária nos espaços decisórios.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: EDUCAÇÃO, GÊNERO, PATRIARCADO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Esta revisão tem como objetivo compreender como a educação e os estereótipos de gênero influenciam a trajetória das mulheres no processo eleitoral para o Executivo municipal, desde sua atuação como eleitoras até sua chegada aos cargos de liderança. A análise articula produções das áreas da ciência política, sociologia, educação e estudos de gênero, priorizando a produção nacional e latino-americana entre os anos de 2011 e 2025.

Para garantir rigor metodológico, a revisão foi elaborada com base nas diretrizes de Sampaio e Mancini (2007), que definem esse tipo de estudo como uma síntese estruturada da literatura, ancorada em uma pergunta de pesquisa clara e apoiada em critérios explícitos de busca, seleção, análise crítica e categorização. Essa abordagem permite minimizar vieses e assegurar reprodutibilidade, sendo particularmente eficaz para identificar consensos, controvérsias e lacunas na produção científica sobre o tema. A estrutura adotada também respeita as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial as Norma Brasileira Registrada NBR 6022 e a NBR 10520, garantindo padronização e clareza na apresentação dos dados.

O foco da revisão recai sobre a participação da mulher na política brasileira, com especial atenção às intersecções entre gênero, educação e estruturas patriarcais. Optou-se por uma abordagem qualitativa e temática, que envolveu a seleção criteriosa de estudos teóricos e empíricos. As buscas foram realizadas nas bases Scielo, Google Scholar, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scopus e bibliotecas digitais de universidades brasileiras. Além disso, incluíram-se documentos de organismos oficiais como Senado Federal, Instituto Alziras e ONU Mulheres (entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres).

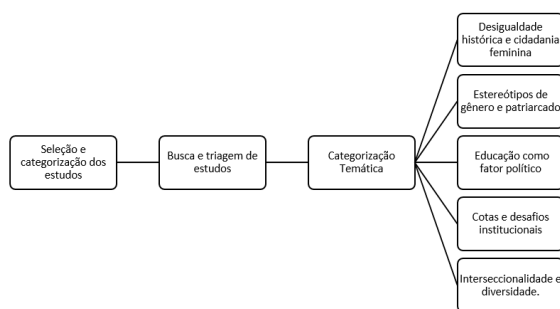
Foram considerados textos publicados entre 2011 e 2025, prioritariamente em português, priorizando autores nacionais e latino-americanos para contextualização mais precisa da realidade brasileira. Para a busca nas bases de dados, foram utilizados descritores como “participação política feminina”, “gênero e política”, “educação e cidadania”, “representatividade de mulheres”, “patriarcado na política”, “cotas eleitorais”, “interseccionalidade” e “mulheres na política brasileira”. Esses termos foram combinados com

operadores booleanos (como AND, OR e NOT), respeitando os critérios e a estrutura de indexação específicos de cada base consultada.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos que abordam a participação política das mulheres no Brasil, a relação entre educação e estruturas institucionais, e publicações revisadas por pares ou oriundas de instituições confiáveis. Foram excluídos textos opinativos sem base metodológica, estudos exclusivamente quantitativos sem análise crítica contextual, e produções com foco fora da América Latina sem aplicabilidade direta ao cenário brasileiro.

O processo de seleção dos estudos seguiu três etapas: leitura inicial de títulos e resumos para triagem, leitura integral dos textos selecionados e organização dos dados em uma matriz analítica contendo autor, ano, objetivo, metodologia, principais achados e relevância para a tese. A análise dos conteúdos permitiu a construção de cinco eixos temáticos, definidos a partir do cruzamento entre os marcos teóricos e os dados empíricos encontrados: (1) desigualdade histórica e cidadania feminina, (2) estereótipos de gênero e patriarcado, (3) educação como fator político, (4) cotas e desafios institucionais, e (5) interseccionalidade e diversidade.

Figura 1 – Fluxograma de seleção e categorização dos estudos



Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

1.1 Eixos de análise temática

A presente revisão sistemática de literatura foi organizada a partir de cinco eixos temáticos, que se inter-relacionam e oferecem suporte conceitual e analítico para a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam a participação política feminina no Brasil. A delimitação desses eixos resulta do diálogo entre a problematização teórica proposta nesta tese e as contribuições mais recentes da produção acadêmica e institucional sobre o tema.

Cada eixo tematiza aspectos estruturais e históricos que condicionam a presença das mulheres no campo político, bem como os processos formativos e institucionais que impactam sua trajetória rumo aos cargos eletivos. Assim, são abordadas: a desigualdade histórica na constituição da cidadania feminina; a permanência do patriarcado e suas expressões simbólicas e institucionais; o papel ambíguo da educação na formação política das mulheres; os limites e desafios das cotas eleitorais como política afirmativa; e, por fim, a importância da perspectiva interseccional para o entendimento da diversidade de experiências e obstáculos enfrentados.

A sistematização desses eixos visa oferecer um referencial crítico que fundamenta a análise empírica desenvolvida nesta tese, possibilitando compreender como educação, gênero e estruturas patriarcais se articulam na produção das desigualdades políticas que afetam as mulheres no Executivo municipal brasileiro.

a) Eixo 1 – Desigualdade histórica e educação cidadã feminina

A construção da cidadania no Brasil esteve historicamente marcada por exclusões estruturais que atingiram mulheres, pessoas negras e populações pobres, consolidando um modelo de pertencimento político seletivo e hierarquizado. Como demonstram Santos (2018) e Carvalho (2021), o acesso aos direitos civis e políticos no país foi regulado por critérios de classe e gênero desde o período imperial, estabelecendo limites para a plena participação das mulheres no espaço público.

A conquista do voto feminino, assegurada em 1932, representou um avanço jurídico, mas não alterou de imediato - nem até hoje - as estruturas de poder dominadas por uma cultura política masculina e elitista, tampouco foi acompanhada de processos educativos voltados à formação cidadã das mulheres. Pesquisas de Karawejczyk (2020), Tosi (2019) e Madrigal (2016) destacam que o sufrágio feminino foi incorporado de maneira restrita e simbólica, sem políticas ativas de promoção da presença das mulheres nos cargos de decisão. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 — considerada um marco democrático —, a paridade de gênero não foi alcançada. A persistência do hiato entre a igualdade formal (prevista na legislação) e a efetividade participativa (acesso real aos espaços de poder) revela a profundidade das barreiras estruturais ainda vigentes.

Além disso, a ausência de um projeto de cidadania substantiva e educativa voltado às mulheres — que considere suas experiências situadas, interseccionadas por marcadores de raça,

classe e território — contribui para manter a sub-representação feminina como um fenômeno naturalizado. Como propõe Biroli (2018), a exclusão das mulheres da política não é apenas uma questão de números, mas compromete a própria legitimidade da democracia, ao restringir as vozes que compõem o processo decisório.

Essa exclusão histórica da educação cidadã revela que a participação política feminina não foi apenas tolhida formalmente, mas também negligenciada em seu aspecto formativo, o que reforça a necessidade de compreender a educação como dimensão estruturante da cidadania política das mulheres.

Esse eixo, portanto, fornece base para compreender que a cidadania política das mulheres no Brasil não é um dado universal, mas um campo em disputa, cujas conquistas foram historicamente lentas, fragmentadas e condicionadas por estruturas patriarcais e institucionalmente excludentes.

b) Eixo 2 – Patriarcado, estereótipos e violência política

O patriarcado, enquanto sistema de dominação que estrutura relações sociais a partir da hierarquia de gênero, permanece entranhado nas instituições políticas brasileiras, reproduzindo desigualdades simbólicas e materiais. Conforme argumenta Saffioti (1987; 2021), esse sistema não apenas se perpetua por meio da exclusão direta das mulheres, mas também se reinventa, atualizando-se em práticas institucionais e culturais que legitimam a sua inferiorização. No campo político, isso se manifesta na desqualificação de candidaturas femininas, nas candidaturas “laranjas”, no silenciamento de suas vozes em espaços deliberativos e na minimização de suas agendas.

Boldrini (2019) e Biroli (2020) evidenciam como essa lógica afeta de forma ainda mais violenta mulheres negras e periféricas, que enfrentam camadas adicionais de estigmatização. A racialização da exclusão política potencializa os efeitos do patriarcado, restringindo a possibilidade de que a diversidade de vivências femininas seja efetivamente representada. Nesse sentido, a violência política de gênero configura-se não como evento isolado, mas como mecanismo de manutenção da ordem patriarcal no interior das estruturas partidárias e institucionais.

A esse respeito, Beauvoir (2019 [1949]) já havia teorizado que a mulher é socialmente construída como o “outro”, o que sustenta a ideia de que sua presença na política seria uma

exceção, e não uma regra legítima. Essa construção simbólica alimenta estereótipos que reforçam a desconfiança em relação à capacidade de liderança das mulheres, naturalizando sua ausência dos espaços decisórios.

Os estudos de Vilela (2020) e Fontana (2020) reforçam que, mesmo diante de avanços na legislação e do aumento numérico de candidaturas femininas, persistem expressões de violência simbólica e institucional. Essas práticas incluem desde o subfinanciamento das campanhas até o assédio moral e a deslegitimação pública das mulheres eleitas. Há, portanto, uma tensão latente entre a ampliação da diversidade representativa e a real inclusão nas estruturas de poder.

Esse eixo evidencia que o patriarcado político opera não apenas por exclusão formal, mas por mecanismos sofisticados de reprodução simbólica, que se ancoram em estereótipos de gênero e produzem barreiras sistemáticas à consolidação de lideranças femininas — sobretudo aquelas que destoam do perfil hegemônico de representação.

c) Eixo 3 – Educação como elemento político

A educação apresenta-se como campo ambíguo na formação política das mulheres: ao mesmo tempo em que pode atuar como instrumento de emancipação e ampliação da consciência crítica, também opera como espaço de reprodução das desigualdades entre homens e mulheres quando não mobilizada de forma intencional e transformadora. Esse duplo potencial é amplamente reconhecido pela literatura, que aponta para a necessidade de compreender a educação não apenas como um direito social, mas como um espaço de disputa ideológica e de produção de subjetividades políticas.

Barsted (2016) argumenta que a ausência de uma abordagem crítica e de gênero no currículo escolar contribui para a naturalização da exclusão das mulheres dos espaços de poder. A escola, longe de ser neutra, transmite valores e expectativas sociais que podem reforçar papéis tradicionais e limitar a inserção feminina em esferas públicas de decisão. Isso se alinha à crítica feminista sobre o currículo oculto, que atua como um agente silencioso de reprodução das hierarquias de gênero, raça e classe.

Ainda que os indicadores educacionais mais recentes apontem que as mulheres possuem, em média, níveis mais elevados de escolarização formal em relação aos homens (IBGE, 2022), essa vantagem estatística não se converte, automaticamente, em capital político. Gaspar (2020) destaca que, para além da quantidade de anos de estudo, é necessário questionar quais conteúdos

são planejados e ensinados, quais sujeitos são formados e quais espaços de poder são vislumbrados como possíveis por essas mulheres. Isso revela a necessidade de uma pedagogia que ultrapasse o ensino técnico-instrumental e seja capaz de formar sujeitos críticos e engajados.

Nesse sentido, os aportes da pedagogia crítica de Paulo Freire (1996) e da pedagogia feminista de bell hooks (2000) são fundamentais. Ambos autores enfatizam que a educação deve ser dialógica, libertadora e comprometida com a transformação das estruturas sociais. No contexto da participação política feminina, essa perspectiva pedagógica exige que a formação escolar e cidadã não apenas reconheça as desigualdades históricas, mas atue propositivamente na superação dessas barreiras, promovendo a autoestima política, a autonomia e o senso de pertencimento das mulheres à esfera pública.

Portanto, compreender a educação como elemento político significa reconhecê-la como espaço de disputa entre projetos de sociedade — e, conseqüentemente, entre visões sobre o papel das mulheres na vida política. A ausência de práticas pedagógicas emancipadoras contribui para a reprodução do patriarcado, enquanto sua presença pode potencializar processos de ruptura e resistência que ampliem a inserção das mulheres nos espaços de poder.

d) Eixo 4 – Cotas eleitorais e desafios institucionais

A adoção de cotas de gênero no sistema eleitoral brasileiro foi uma conquista relevante na agenda de igualdade política, mas sua efetividade permanece comprometida por entraves institucionais, culturais e partidários. Leite e Gundim (2019) destacam que as cotas, quando não acompanhadas por mecanismos de fiscalização, financiamento e formação, tornam-se dispositivos formais esvaziados de eficácia. O aumento numérico de candidaturas femininas, embora positivo, não tem sido suficiente para garantir o acesso efetivo das mulheres aos espaços de decisão.

A literatura aponta para o uso recorrente das chamadas “candidaturas laranjas” — candidaturas fictícias lançadas apenas para cumprir a exigência legal mínima de 30% de candidaturas por gênero (frequentemente interpretada de forma automática e reducionista como obrigatoriedade de candidaturas femininas), sem que haja, de fato, apoio efetivo dos partidos a essas mulheres (Jornal Contábil, 2020). Essa prática evidencia a persistência de estruturas

partidárias masculinizadas, que operam sob a lógica da exclusão simbólica e da marginalização institucional das mulheres.

Dados do Senado Federal (Brasil, 2022) demonstram que, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional 117/2021, que reforça os mecanismos de incentivo à participação feminina, não houve mudanças estruturais significativas na forma como os partidos lidam com a presença de mulheres em suas chapas. A permanência de resistências internas, aliada à falta de financiamento equitativo, gera desequilíbrios que comprometem a competitividade eleitoral das candidatas.

O levantamento empírico realizado pelo Instituto Alziras (2020), com base no perfil das prefeitas eleitas entre 2017 e 2020, evidencia que, embora o número de candidaturas femininas tenha aumentado, a taxa de sucesso eleitoral segue desproporcional. Esse padrão também se manifesta nos dados da presente pesquisa, que mostram que apenas 8 prefeitas foram eleitas em 146 municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais nas eleições de 2020. Tal discrepância revela que o desafio não está apenas no número de mulheres candidatas, mas na fragilidade das condições institucionais que sustentam suas campanhas e legitimam sua presença nos espaços de poder.

Assim, o debate sobre cotas deve ser deslocado do campo da mera formalidade legal para uma discussão mais ampla sobre a cultura partidária, a distribuição de recursos, o apoio político e a transformação das práticas internas das agremiações. É nesse sentido que este eixo se articula à proposta da tese: evidenciar que a sub-representação feminina não decorre da ausência de normas, mas da reprodução de lógicas institucionais excludentes, que neutralizam os efeitos das ações afirmativas.

e) Eixo 5 – Interseccionalidade e diversidade

A perspectiva interseccional tem se consolidado como abordagem fundamental para compreender os múltiplos atravessamentos que moldam a participação política das mulheres. Como propõem Barsted (2016), Ribeiro (2017) e ONU Mulheres (2025), a exclusão das mulheres da esfera pública não é homogênea: ela se manifesta de formas distintas quando raça, classe, território e identidade de gênero se entrelaçam, gerando camadas de vulnerabilidade e obstáculos específicos.

A invisibilidade das mulheres negras, trans, pobres e interioranas na política institucional não resulta apenas da omissão estatística, mas do silenciamento de suas trajetórias em espaços historicamente estruturados por normas masculinas, brancas e urbanocêntricas. Fontana (2020) e Boldrini (2019) demonstram que, mesmo quando essas mulheres acessam candidaturas ou são eleitas, enfrentam formas intensificadas de violência política — que vão do boicote partidário à deslegitimação pública — revelando que a inclusão formal não garante pertencimento efetivo.

Essa lógica se reproduz em diferentes espaços de representação, inclusive nas estruturas internas de organizações que, embora pautadas por discursos de inclusão, mantêm barreiras institucionais e culturais que atravessam a organização política. Tais barreiras dificultam o acesso de mulheres de perfil não hegemônico a cargos decisórios, seja pela ausência de políticas de incentivo, seja pela persistência de estigmas que colocam em dúvida sua competência, legitimidade e autoridade política.

Karawejczyk (2020) e Fontana (2020) reforçam que a política institucional, quando não interseccionalmente orientada, reproduz desigualdades ao privilegiar uma experiência universalizada de mulher — geralmente branca, escolarizada, urbana — que não representa a diversidade de vivências femininas presentes na sociedade brasileira. A ausência de dados desagregados por raça e território nas análises eleitorais contribui para a perpetuação dessa homogeneização, impedindo o reconhecimento das especificidades que precisam ser enfrentadas por políticas públicas mais justas.

Nesse contexto, este eixo afirma a importância de compreender a interseccionalidade não apenas como categoria analítica, mas como estratégia política de enfrentamento às desigualdades. Ao reconhecer a diversidade das experiências femininas, torna-se possível ampliar o horizonte da representatividade, reconfigurando a política como espaço de pluralidade e justiça social. Essa concepção orienta o olhar da presente tese, que se propõe a investigar as trajetórias de prefeitas eleitas em contextos interioranos, atravessadas por múltiplas desigualdades ainda pouco exploradas na literatura.

Quadro 1 – Organização metodológica das obras selecionadas na revisão

Autor / Ano	Objetivo da Obra	Tipo / Metodologia	Contribuição Principal	Relação com a Tese
Barsted (2016)	Discutir os direitos humanos das mulheres	Teórico-jurídico	A educação é necessária, mas não garante a autonomia política.	Fundamenta a limitação da escolarização frente às barreiras simbólicas.
Santos (2018)	Analisar a igualdade política à luz do direito	Jurídico-normativo	Mostra a lacuna entre igualdade legal e prática eleitoral.	Reforça o problema da desigualdade formal versus real na política.
Carvalho (2021)	Traçar a história da cidadania no Brasil	Histórico-analítico	Aponta exclusões estruturais e históricas de grupos marginalizados.	Fundamenta o eixo sobre o longo percurso da cidadania feminina.
Madrigal (2016)	Examinar a evolução dos direitos das mulheres	Historiográfico	Destaca tensões entre avanços legais e desigualdades culturais.	Apoia a contextualização histórica da tese.
Karawejczyk (2020)	Discutir o feminismo e o voto feminino no Brasil	Histórico-político	Aborda as fases do feminismo e sua influência no campo político.	Ajuda a contextualizar os desafios atuais a partir do passado.
Biroli (2020)	Defender mais mulheres no poder como base da democracia	Político-filosófico	A ausência de mulheres compromete a legitimidade democrática.	Apoia diretamente o argumento central da tese sobre sub-representação.
Tosi (2019)	Revisar o processo de conquista do voto feminino	Histórico-documental	Reforça a longa jornada das mulheres pelo direito à política.	Apoia o pano de fundo histórico da tese.
Boldrini (2019)	Denunciar a exclusão de mulheres negras no Congresso	Jornalístico-analítico	Expõe racismo institucional e violência política de gênero.	Essencial ao eixo sobre interseccionalidade.
Gaspar (2020)	Destacar a importância da representatividade	Ensaio político	Argumenta que mulheres devem estar no centro do debate democrático.	Reforça a necessidade de escuta ativa às agendas femininas.
Instituto Alziras (2020)	Levantar perfil de prefeitas eleitas (2017–2020)	Empírico / quantitativo	Mostra disparidade no acesso ao poder, mesmo com mais candidaturas.	Referência empírica central na análise do campo da tese.
Senado Federal (Brasil, 2022)	Informar sobre crescimento das candidaturas femininas	Jornalístico / factual	O aumento de candidaturas não se reflete em maior poder efetivo.	Complementa o argumento de que quantidade não é sinônimo de poder.

Autor / Ano	Objetivo da Obra	Tipo / Metodologia	Contribuição Principal	Relação com a Tese
Fontana (2020)	Apresentar vereadores trans eleitos em 2020	Jornalístico / inclusivo	Indica avanços na diversidade política representativa.	Apoia o eixo sobre inclusão e identidades políticas.
Vilela (2020)	Analisar diversidade política nas eleições municipais	Jornalístico / analítico	Mostra crescimento da diversidade numérica, mas não estrutural.	Alinha-se à tese sobre presença simbólica versus efetiva.
Saffioti (1987; 2021)	Refletir sobre patriarcado e violência de gênero	Teórico-feminista	O patriarcado se reinventa para manter o controle institucional.	Base teórica central do eixo sobre exclusão simbólica e patriarcalismo político.
Beauvoir (2019)	Analisar a construção social da mulher como “outro”	Filosófico / existencialista	Mostra como a inferiorização da mulher é construída culturalmente.	Fundamenta a tese sobre estereótipos de gênero e sua força simbólica.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A revisão sistemática evidencia avanços normativos e teóricos significativos no campo da participação política feminina, mas também revela a persistência de práticas excludentes e a limitação das políticas atuais diante dos desafios estruturais. Observa-se a escassez de análises interseccionais aplicadas com robustez metodológica, bem como a ausência de estudos empíricos voltados aos contextos municipais do interior, onde as dinâmicas locais de poder reproduzem, com frequência, padrões ainda mais enraizados de exclusão.

A educação, embora frequentemente mencionada nas análises, tende a aparecer de forma genérica, pouco vinculada à sua dimensão política como prática formativa. Torna-se, portanto, necessário um aprofundamento teórico que compreenda a educação como espaço de disputa ideológica, onde subjetividades, pertencimentos e visões de mundo são produzidos. Nesse horizonte, a pedagogia crítica e feminista emergem como caminho para a construção de lideranças emancipatórias, capazes de tensionar as estruturas vigentes.

Igualmente, políticas públicas voltadas à valorização da diversidade e à segurança institucional das mulheres nos partidos são indispensáveis para que a legislação avance para além do plano simbólico. Como alerta Biroli (2018), a exclusão feminina dos espaços de deliberação pública compromete a legitimidade democrática, exigindo estratégias que ampliem não apenas a presença numérica, mas, sobretudo, o poder de influência das mulheres sobre as decisões políticas.

Encerrada esta sistematização teórica que estrutura os alicerces da pesquisa, o capítulo seguinte se debruça sobre a inserção histórica e institucional das mulheres na política brasileira. Ao revisitar os marcos do feminismo, as lutas sufragistas, os enfrentamentos à ditadura e os legados de lideranças femininas no cenário nacional, busca-se compreender como a exclusão política das mulheres foi sendo moldada e naturalizada — e como a educação pode operar como ferramenta de resistência, crítica e emancipação.

CAPÍTULO 2 - MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: JORNADA E BARREIRAS INSTITUCIONAIS

A trajetória da mulher na política brasileira reflete desigualdades de gênero profundamente enraizadas nas estruturas patriarcais do país. Essa condição se estende desde o Império até o século XXI, reproduzida e reforçada por práticas sociais, currículos escolares, representações culturais e estruturas institucionais.

Desde os primeiros anos de escolarização, meninos e meninas são expostos a discursos e símbolos que colocam o masculino como medida universal da experiência humana. Um exemplo simbólico disso pode ser observado no próprio nome científico da espécie — *Homo sapiens* —, cuja tradução literal do latim é “homem sábio”. Embora se refira à totalidade da humanidade, a terminologia reforça a ideia de que o homem representa o sujeito universal, ao passo que a mulher aparece como desvio, exceção ou alteridade. Nesse sentido, como analisa Beauvoir (2019), o patriarcado opera como um sistema simbólico e material que define a mulher como “o outro” em relação ao homem. Essa construção social, longe de ser neutra, impõe papéis rígidos desde a infância — inclusive pela via da educação formal —, que tende a naturalizar a subordinação feminina e legitimar a exclusão das mulheres dos espaços de poder.

Nesta perspectiva, a educação não é apenas um direito ou um meio de ascensão social, mas um aparato político de construção da cidadania crítica, especialmente para mulheres historicamente excluídas da esfera pública

Por sua vez, Karawejczyk (2020) também discute o patriarcado em seus trabalhos, abordando-o como uma rede de relações de poder que organiza as sociedades de modo a garantir a dominação masculina. A autora enfatiza como patriarcado se manifesta não apenas nas relações familiares ou de gênero, mas também nas esferas política, econômica e cultural. Ela destaca a importância de compreender o patriarcado como um sistema de opressão que não apenas subordina as mulheres, mas também limita a liberdade de homens que não se ajustam aos moldes tradicionais de masculinidade, de forma universal. Segundo Del Priore (2004), a formação do Brasil como uma nação passou pela naturalização da subordinação feminina, com a mulher ocupando, predominantemente, os espaços privados e relegados à invisibilidade na arena pública e política.

A participação efetiva das mulheres brasileiras na política institucional foi irrisória até meados do Século XX (Bester, 2016) quando, em 1932 as mulheres passaram a poder inscrever-se como eleitoras e, apenas em 1965, o novo Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 4.737, determinou que mulheres e homens estavam igualmente obrigados a se alistarem e votarem e que ambos podiam ser votados, independentemente da ocupação exercida (Brasil, 1965).

Essa inserção política é historicamente batalhada e, ainda que habilitada para votar e ser votada, a mulher ainda é minoria absoluta no rol de eleitas. A baixa representatividade feminina nas eleições para o Poder Executivo municipal no Brasil é resultado de uma combinação de fatores normativos, socioculturais e estruturais que, apesar de avanços legais, perpetuam práticas misóginas e uma cultura política que desestimula a participação ativa das mulheres. Além disso, a pouca efetividade das políticas públicas de inclusão e a resistência dos partidos políticos a preencherem efetivamente as cotas de candidaturas femininas contribuem para essa realidade.

Nas últimas décadas, o país tem produzido avanços normativos de estímulo à representatividade feminina na política institucional e, ainda assim, a efetiva paridade entre os gêneros nos parlamentos e governos segue distante de ser alcançada (Sesconetto, 2020). Foi necessária intervenção legal para melhorar a representatividade feminina, tão forte é a enraizada supremacia masculina nos cargos de poder político. Ao examinar os desafios enfrentados pelas mulheres na política brasileira e as conquistas que marcaram sua trajetória de luta por maior representatividade, Karawejczyk (2000) inicia sua análise destacando a sub-representação feminina nos espaços de poder e destaca que embora as mulheres constituam uma parcela significativa da população, sua presença nos parlamentos e em outros cargos de liderança política é desproporcionalmente baixa, e essa disparidade é resultado de um sistema político que historicamente favorece os homens, tanto em termos de estrutura institucional quanto em termos de cultura política.

A autora identifica as barreiras institucionais e culturais como os principais obstáculos para a ascensão das mulheres na política e destaca que as instituições políticas, desenhadas em um contexto patriarcal, não foram concebidas para acolher a participação feminina e, mesmo com a implementação de políticas afirmativas, como as cotas eleitorais, as mulheres ainda

enfrentam dificuldades em acessar e se manter nos espaços de poder devido à falta de suporte adequado e ao preconceito enraizado na cultura política.

2.1 Marcos históricos do feminismo no Brasil: conquistas e avanços

Originado no contexto de disputas históricas por direitos civis, o movimento feminista questiona os sistemas patriarcais que sustentam a discriminação de gênero, propondo uma transformação nas esferas política, econômica, social e cultural. Saffioti (1987) destaca a necessidade de desconstruir as normas sociais que mantêm as mulheres em posições subalternas, e o feminismo justamente é uma resposta às estruturas de poder que subjagam as mulheres e perpetuam a desigualdade de gênero. Embora o movimento tenha se diversificado ao longo do tempo, todas as suas vertentes convergem para a defesa da emancipação feminina, considerando as múltiplas dimensões de opressão, como raça, classe social, sexualidade e identidade de gênero. Em seu núcleo, o feminismo visa promover a equidade de oportunidades e direitos, assegurando que as mulheres possam participar plenamente na sociedade sem enfrentar barreiras estruturais baseadas em estereótipos de gênero.

O feminismo não apenas luta pela igualdade, mas também pela construção de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade das experiências femininas e a autonomia das mulheres, como defendem teóricas como Beauvoir (1949), que analisa a construção histórica da opressão feminina, construída sob a égide do patriarcado.

O patriarcado mitiga o papel da mulher e é fortemente chancelado pelo machismo, que se apresenta como um sistema que mantém a subordinação das mulheres. De acordo com Saffioti (2021), o machismo é um reflexo do sistema patriarcal, que estrutura as relações de poder na sociedade e reforça a exploração das mulheres, tanto na esfera privada quanto na pública. Além disso, a autora aponta que o machismo se articula ao capitalismo, garantindo a manutenção de hierarquias sociais e econômicas.

Para Ribeiro (2017), o machismo impede a ocupação de espaços de poder pelas mulheres e legitima diversas formas de violência de gênero. No caso das mulheres negras, essa

opressão se soma ao racismo estrutural, dificultando ainda mais a ascensão social e a conquista de direitos.

Na visão de Beauvoir (2019), o machismo reduz as mulheres a uma posição de passividade e dependência, reforçando um modelo de sociedade em que os homens detêm a centralidade. Esse fenômeno é alimentado por discursos que naturalizam a inferiorização feminina, perpetuando desigualdades históricas. A autora aborda também o patriarcado e o define como um sistema de opressão no qual a mulher é construída como "o outro" em relação ao homem, que é considerado o sujeito universal. Em *O Segundo Sexo* (1949), Beauvoir argumenta que "não se nasce mulher, torna-se mulher", destacando que a posição subalterna das mulheres não é natural, mas sim socialmente construída pelo patriarcado, que estabelece normas e papéis de gênero que restringem a liberdade feminina.

Nesse contexto, de forma clara, tem-se que patriarcado configura-se como um sistema estrutural de organização social que historicamente privilegia os homens nos espaços de poder, enquanto o machismo representa sua manifestação cotidiana, por meio de comportamentos e discursos que reforçam a superioridade masculina e naturalizam a subordinação das mulheres. Assim, o fato de poucas mulheres serem prefeitas, governadoras ou presidentes é uma consequência do patriarcado, enquanto dizer que "mulher não tem pulso para política" é um exemplo claro de machismo.

Na infância, somos ensinados sobre o que é de menino e o que é de menina, ou seja, essa classificação é convencionada pela cultura patriarcal impressa no consciente de uns e no inconsciente de outros, certamente, em replicação ao que viveu.

Em contraponto aos institutos do patriarcado e do machismo, o feminismo se apresenta como ponto de resistência à tentativa de subjugar a mulher. A distinção entre feminismo e machismo pode ser compreendida a partir de uma análise teórica baseada em autoras como Beauvoir (2019), Saffioti (1987) e Ribeiro (2017), enquanto o feminismo se configura como um movimento social e político que busca a igualdade de gênero e a erradicação das opressões patriarcais, o machismo refere-se a um conjunto de práticas e crenças que reforçam a desigualdade e a supremacia masculina.

O feminismo, segundo Saffioti (2021), pode ser entendido como uma luta contra a dominação patriarcal e contra um sistema de exploração das mulheres. Para a autora, o conceito de gênero é central nessa discussão, pois evidencia como as desigualdades são socialmente

construídas e mantidas. Nesse sentido, o feminismo propõe uma transformação estrutural na sociedade para garantir a equidade entre homens e mulheres.

Para Beauvoir (2019), as mulheres são historicamente construídas como *o outro*, em uma lógica dicotômica em que o homem é posicionado como o sujeito universal e a medida de todas as coisas. Essa alteridade imposta às mulheres não é apenas uma exclusão do protagonismo social, mas também um mecanismo de subordinação sistemática, no qual os papéis de gênero são socialmente naturalizados para perpetuar a supremacia masculina. Segundo a autora, essa condição não decorre de uma diferença biológica intransponível, mas sim de um processo histórico e cultural que reduz as mulheres a um papel de passividade e dependência em relação aos homens. Esse constructo patriarcal as confina à esfera privada, limitando sua participação política, econômica e intelectual. Beauvoir (2019) argumenta que essa assimetria de poder se manifesta na literatura, na filosofia e nas normas sociais, consolidando um discurso que inferioriza a mulher ao categorizá-la como um ser destinado à reprodução e ao cuidado, enquanto o homem se afirma como agente da história e do progresso.

Ao contrário do que se pode pensar, o feminismo não é uma forma de supremacia feminina, mas sim uma luta pela eliminação das estruturas que perpetuam a desigualdade de gênero. O movimento feminista no Brasil tem uma longa trajetória de lutas e conquistas que contribuíram para a ampliação dos direitos das mulheres e sua participação ativa na sociedade e desde o século XIX, diversas legislações e iniciativas foram fundamentais para a transformação da realidade feminina no país.

Em 1827, ocorreu uma das primeiras vitórias do feminismo no Brasil com a permissão para que mulheres frequentassem escolas. Até então, a educação formal feminina era limitada, e o ensino voltado às mulheres restringia-se a habilidades domésticas (Del Priore, 2004). Essa mudança possibilitou que as mulheres comessem a ocupar espaços antes exclusivos dos homens, embora a segregação educacional ainda persistisse por décadas.

Outro marco importante foi a publicação, em 1832, da obra *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, de Nísia Floresta. Esse livro é considerado o primeiro texto feminista do Brasil, inspirado nas ideias de Mary Wollstonecraft, autora de *A Vindication of the Rights of Woman* (1985), e defendia a igualdade de direitos entre homens e mulheres, principalmente no acesso à educação e na participação política.

A defesa da educação feminina nos marcos iniciais do feminismo no Brasil, como realizada por Nísia Floresta, inscreve-se em uma lógica que vai além da alfabetização: trata-se

da formação de mulheres críticas, autônomas e conscientes de seus direitos. Como destaca Apple (1989), os currículos escolares são instrumentos ideológicos que tanto podem reproduzir quanto desafiar as estruturas de dominação. A atuação das feministas pioneiras já evidenciava a Educação como espaço de disputa simbólica e de poder.

O final do século XIX trouxe novas conquistas para as mulheres brasileiras. Em 1879, elas conquistaram o direito de ingressar nas universidades, embora ainda enfrentassem resistência e discriminação dentro do ambiente acadêmico. A primeira médica brasileira, Rita Lobato Velho, formou-se em 1887, demonstrando a superação das barreiras impostas pelo gênero na educação superior (Pinto, 2003).

Em 25 de março de 1911, na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, um incêndio ocorreu na fábrica de camisas Triangle Shirtwaist, onde muitas trabalhadoras, em sua maioria imigrantes jovens e mulheres, estavam trabalhando em condições precárias. O fogo matou 146 pessoas, a maioria mulheres, e o evento gerou um grande impacto nas lutas por melhores condições de trabalho e direitos das mulheres. Esse incêndio simbolizou a necessidade urgente de reformas nas condições de trabalho e de maior proteção para as trabalhadoras que atuavam de forma precária. Em homenagem às mulheres mortas e numa alusão à primeira greve que ocorreu em 8 de março de 1857, quando trabalhadoras têxteis de Nova York se manifestaram contra as condições desumanas às quais estavam submetidas, evento que sagrou o dia 8 de março como data internacional da mulher.

E nesse cenário trabalhista, em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a igualdade salarial entre homens e mulheres. Entretanto, essa determinação enfrentou dificuldades na sua implementação no Brasil, uma vez que a legislação trabalhista brasileira só passou a incorporar dispositivos mais robustos sobre o tema a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (Bruschini, 1998).

A participação política das mulheres também avançou nas décadas seguintes. Em 1928, Luísa Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita do Brasil, no Rio Grande do Norte, marcando a presença feminina na política antes mesmo da oficialização do direito ao voto (Ferreira, 2011). Em 1934, esse direito foi finalmente conquistado e incluído na Constituição, resultado das reivindicações lideradas por figuras como Bertha Lutz e outros grupos sufragistas (Del Priore, 2013).

A luta feminista avançou ainda mais com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, em 1962, um marco legislativo fundamental para a emancipação feminina no Brasil. Antes

dessa legislação, as mulheres casadas eram juridicamente subordinadas aos maridos, necessitando de sua autorização para exercer atividades profissionais, administrar bens e tomar decisões sobre a vida financeira do casal. Essa normatividade legal refletia um modelo patriarcal que restringia a autonomia feminina e reforçava a dependência econômica das mulheres dentro do matrimônio (Saffioti, 1987). O Estatuto representou um passo significativo na luta por igualdade de direitos, pois reconheceu a capacidade civil plena das mulheres casadas, permitindo que elas ingressassem no mercado de trabalho sem a necessidade da anuência marital. Essa mudança legal abriu caminho para uma maior participação da mulher na esfera pública e na economia, fortalecendo sua presença no cenário profissional e ampliando suas possibilidades de ascensão social (Pinto, 2003).

A ampliação dos direitos civis das mulheres prosseguiu nas décadas seguintes, culminando na aprovação da Lei do Divórcio, em 1977. Até então, a dissolução do casamento no Brasil era extremamente limitada e burocrática, restringindo-se ao desquite, que não permitia a formalização de novas uniões, mantendo a mulher socialmente vinculada ao marido mesmo após a separação (Matos, 2010). A aprovação da Lei do Divórcio representou um avanço crucial na garantia da liberdade e dignidade feminina, permitindo que as mulheres encerrassem legalmente matrimônios e tivessem o direito de recomeçar suas vidas sem o estigma da separação. Além disso, essa legislação contribuiu para a desconstrução da visão tradicionalista do casamento como um contrato indissolúvel, promovendo um novo paradigma de relações conjugais baseadas na escolha e na autonomia individual (Debert, 1998).

Nos anos 1980, o enfrentamento à violência de gênero se tornou uma pauta central do movimento feminista brasileiro: em 1985, foi criada a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), um passo essencial no combate à violência doméstica e no reconhecimento da necessidade de proteção estatal às vítimas (Grossi, 1998). Esse compromisso foi reforçado em 2006 com a Lei Maria da Penha, legislação que criou mecanismos de prevenção e punição da violência contra a mulher e se tornou referência internacional no combate à violência de gênero (Barsted, 2011). O aumento da participação política das mulheres também foi impulsionado pela implementação de cotas eleitorais em 1996, obrigando os partidos a reservarem um percentual mínimo de candidaturas femininas. Embora essa medida tenha

representado um avanço, a desproporcionalidade de participação das mulheres na política brasileira ainda persiste (Biroli, 2018).

Nos últimos anos, avanços significativos foram incorporados à legislação brasileira no que se refere à proteção dos direitos das mulheres. Um marco nesse processo foi a Lei nº 13.104/2015, que incluiu o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio no Código Penal, estabelecendo penas mais severas para crimes motivados por questões de gênero.

Sancionada em 9 de março de 2015, a Lei nº 13.104/2015 alterou o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para incluir o feminicídio como uma qualificadora do crime de homicídio. De acordo com o artigo 121, §2º, inciso VI, considera-se feminicídio o homicídio cometido contra uma mulher por razões da condição de sexo feminino, sendo caracterizado pela violência doméstica e familiar ou pelo menosprezo e discriminação à condição de mulher. Além disso, a lei estabeleceu penas mais severas para esse tipo de crime, fixando a reclusão de 12 a 30 anos, e determinou agravantes, como o fato de o crime ser praticado durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto, contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos ou mulheres com deficiência, bem como na presença de descendentes ou ascendentes da vítima. Essa medida foi implementada como resposta à elevada taxa de violência contra as mulheres no Brasil e reforça a necessidade de políticas públicas eficazes para a promoção da equidade de gênero e a garantia da segurança feminina (Pimentel; Schröder, 2016).

Quadro 2. Conquistas atribuídas ao movimento feminista¹

Ano	Fato
1827	Direito das mulheres de frequentar escolas.
1832	Publicação do livro <i>Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens</i> , de Nísia Floresta, primeira obra feminista brasileira.
1879	Acesso das mulheres às universidades.
1919	Aprovação da igualdade salarial entre homens e mulheres pela OIT.
1928	Eleição de Luísa Alzira Soriano como primeira prefeita do Brasil.
1934	Conquista do direito ao voto feminino.
1962	Estatuto da Mulher Casada, permitindo que mulheres trabalhassem sem autorização do marido.
1977	Lei do Divórcio, garantindo o direito à separação legal.
1985	Criação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM).
1996	Implementação de cotas eleitorais para mulheres.

¹ A passagem da greve de Nova York (1857) e o incêndio de 1911, na fábrica Triangle Shirtwaist, não são marcos ou conquistas, razão pela qual não compõe o quadro, mas são marcos indeléveis da sub-condição ocupada pelas mulheres na sociedade.

Ano	Fato
2006	Criação da Lei Maria da Penha para combater a violência doméstica.
2015	Tipificação do feminicídio como crime no Código Penal.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Os movimentos feministas tiveram reflexos positivos no avanço do movimento sufragista, pois, para além de tratar de aspectos eleitorais, fortaleceram a mulher enquanto pessoa, cidadã, sujeita às regras do Estado mas também de sua proteção.

Portanto, compreender o desequilíbrio na representação feminina nos espaços políticos exige analisar não apenas as regras eleitorais e os partidos, mas também os dispositivos simbólicos — entre eles, a educação — que, desde a infância, modelam o que se espera de homens e mulheres na vida pública. Essa dimensão educativa, ainda que nem sempre formalizada, exerce papel decisivo na naturalização da exclusão.

2.2 Os movimentos feministas na conquista sufragista brasileira e sua marca na ditadura

O movimento feminista no Brasil começou a se estruturar no final do século XIX, ainda que não fosse amplamente reconhecido sob essa nomenclatura. Nesse período, diversas mulheres passaram a questionar as normas sociais que restringiam sua atuação ao ambiente doméstico e ao cuidado do marido e dos filhos. A primeira grande reivindicação foi a defesa da educação feminina, entendida como um passo essencial para a emancipação da mulher na sociedade.

Entre as pioneiras do movimento destaca-se Nísia Floresta Augusta (1810-1885), uma das primeiras intelectuais a contestar a subordinação feminina no Brasil. Filha de uma família abastada, Nísia fundou escolas para meninas e escreveu obras que desafiavam a estrutura patriarcal da sociedade oitocentista. Seus textos, como *Conselhos à Minha Filha* (1842) e *Opúsculo Humanitário* (1853), representam marcos na história do feminismo brasileiro, alinhando-se tanto ao contexto abolicionista quanto ao ideário republicano.

A luta feminista no Brasil, contudo, não se restringiu às mulheres brancas da elite, que buscavam direitos civis e educação. As mulheres negras, especialmente aquelas em condição de escravidão, protagonizaram resistências e reivindicações próprias, demarcando o início do

feminismo negro no país. Essas mulheres não apenas enfrentavam a opressão de gênero, mas também o racismo estrutural que limitava ainda mais suas possibilidades de ascensão social e política. Dentre as figuras mais emblemáticas desse contexto, destacam-se Dandara dos Palmares, que liderou revoltas contra a escravidão ao lado de Zumbi dos Palmares, e Tereza de Benguela, governante do Quilombo do Quariterê no século XVIII, que estruturou um sistema político e econômico de resistência negra e indígena contra a opressão colonial (Gonzalez, 2020; Davis, 2016). Além dessas lideranças, é fundamental destacar a atuação de Luiza Mahin, figura central na articulação de revoltas negras no século XIX, incluindo a Revolta dos Malês (Moura, 1988).

No início do século XX, o movimento feminista brasileiro passou a ganhar maior expressão e organização, influenciado pelos movimentos sufragistas da Europa e dos Estados Unidos. O direito ao voto tornou-se uma das principais bandeiras dessa fase, com figuras como Bertha Lutz desempenhando papel fundamental. Lutz representou o Brasil na Comissão da Conferência Internacional das Mulheres em 1922 e foi uma das principais articuladoras da campanha sufragista no país. Sua atuação foi decisiva para a conquista do direito ao voto feminino em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral.

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por intensas repressão política, censura e perseguições a opositores do regime. Nesse contexto, as mulheres desempenharam um papel central na resistência democrática, organizando-se em grupos, participando de manifestações e fundando entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos.

Diversas militantes tornaram-se símbolos da luta contra o autoritarismo, sendo alvos diretos da repressão estatal. Um dos exemplos mais emblemáticos foi Zuleika Angel Jones, conhecida como Zuzu Angel. Estilista e mãe do militante Stuart Angel Jones, Zuzu denunciou publicamente o desaparecimento do filho, tornando-se uma voz ativa contra as arbitrariedades do regime. Sua luta ganhou repercussão internacional, e sua morte, em 1976, em um suposto acidente de carro, foi posteriormente confirmada como um atentado planejado pelo governo militar (Dulles, 2010).

Destaca-se como personagem importante Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha Teles, militante que foi presa e brutalmente torturada no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, um dos principais centros de repressão do período. Amelinha denunciou as torturas sofridas,

ressaltando a especificidade da violência de gênero aplicada contra mulheres presas políticas (Hamburger, 2002). Durante a ditadura, movimentos femininos emergiram como forças de resistência, articulando-se para defender não apenas direitos políticos, mas também a ampliação dos direitos das mulheres. O Movimento Feminino pela Anistia (MFA), fundado em 1975 por Therezinha Zerbini, congregou mulheres de diversas orientações políticas e sociais para reivindicar o fim das prisões políticas, a anistia aos perseguidos e o restabelecimento da democracia (Moraes, 2014).

Outro momento de grande mobilização feminina foi a Marcha das Mulheres Contra a Carestia, realizada em 1978, movimento contra a alta dos preços e a dificuldade de acesso a produtos básicos, como alimentos. Liderada por mulheres como Tereza de Benguela, essa marcha denunciou a crise econômica e o alto custo de vida imposto pelo regime, demonstrando a crescente participação das mulheres na luta por direitos sociais e democráticos (Pinto, 2003).

Com a redemocratização do Brasil em 1985, muitas dessas mulheres continuaram atuando na política e nos movimentos sociais, contribuindo significativamente para a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição de 1988 sendo certo que o legado dessas militantes demonstra que a participação feminina foi essencial não apenas na resistência ao autoritarismo, mas também na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Nesse contexto, ondas do feminismo influenciaram suas estratégias e discursos.

A primeira onda do feminismo (final do século XIX – início do século XX) foi marcada pela luta pelo direito ao voto, pela inserção das mulheres na política e pelo acesso à educação superior e aos direitos trabalhistas. Esse período teve forte influência do movimento sufragista, que reivindicava a inclusão das mulheres na esfera pública (Beauvoir, 2019). No Brasil, figuras como Bertha Lutz e as integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foram fundamentais na conquista do direito ao voto feminino em 1932 (Del Priore, 2004).

A segunda onda do feminismo (décadas de 1960 - 1990) expandiu os debates para questões como liberdade sexual, maternidade e desigualdade de gênero, além de trazer à tona a diversidade dentro do movimento. Surgiram discussões sobre feminismo negro, lésbico e indígena, destacando como raça, classe e orientação sexual influenciam a experiência das mulheres (hooks, 2017).

A terceira onda do feminismo, iniciada nos anos 1990, se caracteriza pela luta por liberdade total das mulheres em todos os aspectos da vida, abrangendo escolhas profissionais, maternidade, sexualidade e identidade de gênero. O feminismo interseccional ganhou força,

reconhecendo que a experiência feminina é atravessada por diversos fatores, como raça, classe social e orientação sexual.

A quarta onda do feminismo, emergente a partir da década de 2010, distingue-se por seu caráter digital e pela ênfase na denúncia de violências estruturais, sobretudo a violência de gênero, o assédio sexual, a misoginia e o racismo — muitas vezes articulados em ambientes virtuais. Impulsionada pelo uso massivo das redes sociais como ferramentas de mobilização, visibilidade e denúncia, essa fase é marcada por campanhas como o #MeToo, o #EleNão² no Brasil e por ações coletivas que combinam ativismo online e offline. Trata-se de uma onda que tensiona os limites entre o espaço público e privado, ampliando a noção de violência para incluir aspectos simbólicos, emocionais e institucionais que historicamente foram desconsiderados.

Ao longo de décadas, o movimento feminista brasileiro se articulou com outras mobilizações, como a luta pelos direitos civis, igualdade racial e os direitos das trabalhadoras. As sufragistas, não estavam apenas reivindicando o direito ao voto, mas também questionando as estruturas patriarcais que relegavam as mulheres a um papel secundário na sociedade. Esse movimento se entrelaçou com o crescimento das demandas por direitos civis, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando grupos sociais mais amplos começaram a contestar o autoritarismo e as desigualdades presentes no Brasil. A luta pela igualdade de gênero passou a se somar à luta por liberdade de expressão, pela reforma agrária e pelos direitos humanos.

A luta pelo sufrágio, embora apresente um avanço significativo, não garantia a plena emancipação das mulheres e estava inserida em um contexto mais amplo de transformações sociais e políticas que buscavam a ampliação dos direitos civis e a igualdade entre as diferentes camadas da população. Essa jornada se desenhou num processo longo e influenciado por eventos internacionais e pela mobilização de movimentos feministas ao longo do tempo. No século XIX, algumas nações começaram a discutir a ampliação dos direitos políticos das mulheres. Em 1848, ocorreu a primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres em Seneca Falls, nos Estados Unidos, liderada por Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott. Esse evento

² O movimento **#MeToo** surgiu nos Estados Unidos em 2006, criado pela ativista Tarana Burke, e ganhou projeção internacional em 2017 após denúncias de assédio sexual na indústria cinematográfica. O movimento **#EleNão** foi uma mobilização feminista e antifascista iniciada nas redes sociais brasileiras em 2018, em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro à presidência.

marcou o início do movimento sufragista nos EUA e influenciou diversas lutas ao redor do mundo (Karawejczyk, 2013).

No final do século XIX e início do século XX, a luta pelo sufrágio feminino se intensificou em diferentes países. A Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder o direito de voto às mulheres, em 1893, o que serviu de inspiração para os movimentos feministas em outras partes do mundo, incluindo o Brasil onde, em 1910, foi fundado o Partido Republicano Feminino, liderado por Leolinda Daltro, com o objetivo de lutar pela participação das mulheres na política e pelo direito ao voto (Karawejczyk, 2013).

A exclusão feminina da política institucional também pode ser observada no episódio da Assembleia Constituinte de 1891, quando foram rejeitadas seis emendas que buscavam estender o direito de voto às mulheres (Karawejczyk, 2013). Uma das propostas, apresentada pelos deputados Lopes Trovão, Leopoldo de Bulhões e Casemiro Júnior, sugeria que o direito ao voto fosse concedido às mulheres diplomadas com títulos científicos ou de professora, desde que não estivessem sob o poder marital ou paterno (Karawejczyk, 2013). A restrição baseada no estado civil e na qualificação educacional reflete a visão patriarcal da época, em que a participação política feminina era vista com desconfiança e sujeita a condições que garantissem sua "capacidade" de votar. Isso demonstra que, mesmo entre os poucos defensores dos direitos políticos femininos, as mulheres eram vistas como subordinadas aos homens, tendo sua autonomia limitada pelo estado civil e pelas normas sociais.

O protagonismo de Bertha Lutz, uma das principais lideranças do movimento feminista brasileiro, impulsionou a primeira grande mobilização nacional pelo sufrágio feminino a partir de 1918. Em 1922, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), organização que se tornou a principal articuladora da luta pelo voto das mulheres no país (Karawejczyk, 2013). Como resultado dessa mobilização, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte concedeu às mulheres o direito ao voto, tornando-se pioneiro no Brasil. Nesse contexto, Celina Guimarães Viana tornou-se a primeira mulher a se registrar como eleitora no país.

A conquista oficial do voto feminino ocorreu em 24 de fevereiro de 1932, com a promulgação do Código Eleitoral pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Essa normativa reconheceu o direito de voto às mulheres, embora, inicialmente, estivesse restrito àquelas que possuíam "renda própria", o que limitava seu alcance. Ainda assim, esse marco representou um avanço importante para a ampliação dos direitos políticos das mulheres. No ano seguinte, em 1933, Carlota Pereira de Queirós foi eleita a primeira deputada federal do Brasil, integrando a

Assembleia Nacional Constituinte. Em 1934, a nova Constituição Federal consolidou o direito ao voto feminino, estendendo-o de forma mais ampla, sem as restrições de renda (Karawejczyk, 2013).

Nas décadas subsequentes à conquista do direito ao voto, a participação política das mulheres no Brasil foi se expandindo gradativamente, refletindo tanto os avanços legais quanto os entraves estruturais à presença feminina nas esferas de poder. Embora a vitória de 1932 tenha representado um marco, foi a Constituição de 1946 que reafirmou e institucionalizou os direitos políticos das mulheres no contexto de redemocratização, garantindo sua elegibilidade plena e consolidando sua presença no processo eleitoral.

Contudo, apesar dos avanços legais, a realidade política e social brasileira continuou marcada por diversas barreiras que dificultavam a efetiva representação feminina. Em 1965, com a promulgação do Código Eleitoral (Lei nº 4.737), foram estabelecidas normas para a organização do sistema político e para a atuação dos partidos. No entanto, a legislação não previu mecanismos específicos que garantissem uma maior presença das mulheres nas lideranças partidárias ou em cargos eletivos. Embora exigisse que os partidos políticos mantivessem alguma representação feminina em suas estruturas, a ausência de cotas ou medidas afirmativas efetivas resultou em uma participação ainda bastante limitada. Karawejczyk (2020) argumenta que, embora esse ordenamento jurídico tenha representado um passo importante para a consolidação democrática, ele foi insuficiente para enfrentar as desigualdades de gênero enraizadas nas dinâmicas partidárias, ainda amplamente dominadas por uma cultura patriarcal que impõe obstáculos à ascensão das mulheres aos espaços de poder.

Essa ausência de mecanismos concretos e de uma efetiva inclusão política feminina reflete – desde então - as persistentes desigualdades de gênero que ainda prevaleciam na sociedade brasileira. Para que a participação das mulheres fosse ampliada, seriam necessárias ações mais robustas e políticas públicas focadas na promoção da igualdade de gênero, como a implementação de cotas para mulheres em cargos legislativos e executivos, o que só ocorreu de maneira mais estruturada a partir da década de 1990 (Almeida, 2018).

Com a redemocratização do Brasil, novas políticas voltadas para os direitos das mulheres foram implementadas. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), voltado à formulação de políticas públicas para ampliar a participação feminina. Três anos depois, a Constituição de 1988 trouxe avanços significativos ao garantir formalmente a igualdade entre homens e mulheres e reforçar os direitos políticos femininos

(Karawejczyk, 2013). Em 1995, ocorreu a primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, na qual foram reivindicadas ações afirmativas para garantir maior evidência feminina na política .

Na década de 1990, políticas concretas foram adotadas para ampliar a presença das mulheres nos espaços políticos e em 1997, foi sancionada a Lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei de Cotas, que determinou que pelo menos 30% das candidaturas proporcionais (deputados e vereadores) fossem femininas. No entanto, essa regra não exigia que as vagas fossem efetivamente preenchidas, o que reduzia sua eficácia (Brasil, 1997).

No século XXI, novas reformas foram implementadas para garantir maior representatividade feminina na política, impulsionadas por uma crescente mobilização social e pela necessidade de corrigir a sub-representação histórica das mulheres nos espaços de poder. Em 2009, a Reforma Eleitoral (Lei nº 12.034/2009) trouxe um avanço significativo ao tornar obrigatório o preenchimento efetivo da cota mínima de 30% de candidatas mulheres nos partidos, impedindo que fossem registradas candidaturas fictícias apenas para cumprimento formal da regra. No entanto, essa medida ainda enfrentava desafios na sua aplicação prática, devido à resistência de algumas siglas e à falta de financiamento adequado para as campanhas femininas (Brasil, 2009).

Em 2015, a Minirreforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015) avançou ao determinar que pelo menos 5% do fundo partidário fosse investido em campanhas femininas, além de obrigar que pelo menos 10% do tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão fosse destinado à promoção da participação política das mulheres. Apesar disso, o repasse efetivo desses recursos ainda era um desafio, uma vez que a fiscalização sobre o uso dos fundos e a distribuição equitativa entre as candidatas dentro dos partidos permaneciam limitadas (Brasil, 2015).

Outro avanço significativo ocorreu em 2018, quando o Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a demandas de movimentos feministas e ações judiciais promovidas por parlamentares e organizações da sociedade civil, determinou que 30% do Fundo Eleitoral deveria ser destinado às candidaturas femininas. Essa decisão foi essencial para fortalecer os mecanismos de incentivo à participação política das mulheres, uma vez que a falta de financiamento sempre foi um dos principais obstáculos para a eleição de candidatas. A medida resultou em um aumento considerável no número de mulheres eleitas nas eleições gerais

daquele ano, demonstrando que políticas afirmativas têm impacto direto na ampliação da representatividade feminina (Brasil, 2018).

Em 2021, a Emenda Constitucional nº 117 consolidou essas conquistas ao garantir a distribuição proporcional dos recursos de campanha entre homens e mulheres dentro dos partidos políticos, estabelecendo uma base mais sólida para o financiamento equitativo das campanhas femininas. Essa emenda representou um passo importante na institucionalização de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero no campo eleitoral, buscando reduzir as barreiras estruturais que historicamente dificultaram o acesso das mulheres a cargos eletivos (Brasil, 2021).

Além disso, foram observados avanços na ocupação de cargos executivos por mulheres, demonstrando que as mudanças na legislação, aliadas ao fortalecimento dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, estão gradualmente transformando o cenário político brasileiro. No entanto, especialistas apontam que, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a persistência da violência política de gênero, a necessidade de maior acesso a espaços de liderança dentro dos partidos e a ampliação do debate sobre equidade de entre homens e mulheres na formulação de políticas públicas (Brasil, 2022).

Quadro 3. Cronologia de movimentos e regulação do sufrágio feminino

Período	Ano - Fato
Século XIX – O contexto internacional e os primeiros movimentos feministas	1848 – Primeira Convenção pelos Direitos das Mulheres (Seneca Falls, EUA): Liderada por Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, a convenção marca o início do movimento sufragista nos EUA.
	1893 – A Nova Zelândia se torna o primeiro país do mundo a conceder o voto às mulheres: Esse evento inspira movimentos feministas em outros países, incluindo Brasil.
	Início do Século XX – A luta pelo sufrágio feminino ganha força
	1910 – Fundação do Partido Republicano Feminino no Brasil: Criado por Leolinda Daltro, tinha como objetivo lutar pelo direito ao voto e maior participação das mulheres na política.
	1918 – Primeira onda de mobilização nacional pelo voto feminino: Bertha Lutz começa a atuar ativamente na luta pelo sufrágio feminino, inspirada pelos movimentos europeus.
	1922 – Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF): Criada por Bertha Lutz, essa organização se torna a principal articuladora da luta pelo voto feminino no Brasil.

Período	Ano - Fato
	1927 – Rio Grande do Norte permite o voto feminino: O governador Juvenal Lamartine concede o direito de voto às mulheres no estado: Celina Guimarães Viana se torna a primeira mulher a se registrar como eleitora no Brasil.
Anos 1930 – Conquista oficial do sufrágio feminino	24 de fevereiro de 1932 – Código Eleitoral concede o direito de voto às mulheres: Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, o Código Eleitoral é promulgado, garantindo o direito de voto feminino no Brasil.
	1933 – Primeira mulher eleita para o Congresso Nacional: Carlota Pereira de Queirós se torna a primeira deputada federal do Brasil.
	1934 – Constituição Brasileira amplia direitos políticos das mulheres: O direito ao voto feminino é consolidado sem restrições.
	Anos 1940 a 1960 – Consolidação do sufrágio universal
	1945 – Constituição de 1946 (aprovada em 1946) confirma o sufrágio universal: Todas as mulheres brasileiras passam a ter o direito de votar e serem votadas.
	1965 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos: Regulamenta a participação feminina nos partidos políticos, mas sem incentivos para candidaturas femininas.
Anos 1980 e 1990 – O feminismo na política e a criação de cotas	1985 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM): Focado na formulação de políticas públicas para mulheres.
	1988 – Constituição Federal reforça a igualdade de direitos: Garante formalmente a igualdade entre homens e mulheres, consolidando a participação feminina na política.
	1995 – Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: Reivindica ações afirmativas para ampliar a presença de mulheres na política.
	1997 – Lei de Cotas (Lei nº 9.504/1997): Exige que 30% das candidaturas sejam femininas nas eleições proporcionais (deputados e vereadores).
Século XXI – Reformas e avanços na participação política das mulheres	2009 – Reforma Eleitoral (Lei nº 12.034/2009): Obriga os partidos a preencher efetivamente a cota mínima de 30% de candidatas mulheres.
	2015 – Lei da Minirreforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015): Define que pelo menos 5% do fundo partidário deve ser investido em campanhas femininas.
	2018 – Decisão do STF sobre financiamento de campanhas femininas: O Supremo Tribunal Federal (STF) determina que 30% do Fundo Eleitoral deve ser destinado a candidaturas femininas.
	2021 – Emenda Constitucional nº 117: Garante a distribuição proporcional de recursos de campanha entre homens e mulheres nos partidos.
	2022 – Aumento na eleição de mulheres no Congresso: O Congresso Nacional tem um número recorde de deputadas federais eleitas, reflexo das cotas e incentivos à participação feminina.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A conquista do voto feminino no Brasil foi resultado de décadas de luta, influenciada por movimentos internacionais e fortalecida por políticas afirmativas ao longo do tempo. Embora o direito ao sufrágio tenha sido garantido desde 1932, desafios persistem na

representatividade feminina na política, sendo fundamental a continuidade de iniciativas que promovam a igualdade de gênero nos espaços de poder, pois, o direito ao voto, amplamente exercido (posto também que é compulsório) dá acesso ao direito à candidatura e eleição. Contudo, de estar apta a assumir cargos eletivos, há um caminho longo a ser percorrido pelas mulheres.

2.3 Mulheres de destaque no cenário brasileiro: feitos, desafios e legados políticos

Desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil teve 38 presidentes, sendo que apenas uma mulher, Dilma Rousseff, ocupou o cargo de chefe do Poder Executivo Federal. Dilma governou o país de 1º de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016, um total de 5 anos e 243 dias de mandato. Em âmbito estadual, nos pleitos de 2014 e 2018, apenas os estados de Roraima e Rio Grande do Norte elegeram mulheres para o cargo de governadora (Brasil, 2018). Esse quadro reflete a ainda incipiente presença de mulheres em postos de decisão no Brasil.

Nas eleições municipais de 2016, as mulheres foram eleitas para apenas 11,5% das prefeituras e ocuparam 13,5% das cadeiras nas câmaras municipais (ONU, 2020) evidenciando tais dados que, embora as mulheres representem mais da metade da população brasileira e possuam um eleitorado expressivo, sua presença nos cargos de poder é extremamente limitada.

Nos primórdios da luta feminina pelo direito ao voto, as pioneiras enfrentaram não apenas o preconceito enraizado em uma sociedade dominada por homens, mas também uma série de barreiras institucionais e culturais que buscavam manter as mulheres à margem do poder. Ainda que a legislação e as normas sociais brasileiras tivessem historicamente restringido a participação da mulher nos processos eleitorais e nas esferas de decisão política, essas mulheres precursoras desafiaram o status quo e lutaram com tenacidade para conquistar o direito de atuar na vida pública. Suas histórias representam não apenas marcos individuais, mas vitórias coletivas que pavimentaram o caminho para a inclusão feminina em espaços que antes lhes eram completamente vedados.

A importância dessas mulheres precursoras transcende o simples ato de ocupar cargos públicos na medida em que foram responsáveis por moldar uma nova compreensão do papel das mulheres na sociedade, rompendo com a visão conservadora que as restringia ao ambiente doméstico e as excluía da esfera pública. Ao adentrarem a política, essas mulheres não apenas

reivindicaram direitos, mas também trouxeram novas perspectivas sobre questões que afetam diretamente suas vidas, como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, educação e proteção contra a violência. Nesse sentido, suas conquistas representam um passo fundamental para a democratização da política brasileira, ao reconhecer que a pluralidade de vozes é essencial para a construção de um sistema político mais justo e representativo.

Com o objetivo explorar os feitos dessas mulheres pioneiras, é importante compreender os principais desafios que enfrentaram ao longo de suas trajetórias políticas, a partir de suas histórias, buscando compreender como, em diferentes momentos da história brasileira, essas figuras corajosas abriram portas para que futuras gerações de mulheres também pudessem participar ativamente da política. Ao analisar suas contribuições, evidencia-se como suas ações contribuíram não apenas para o avanço dos direitos das mulheres, mas também para o fortalecimento da democracia brasileira como um todo. Afinal, as lutas dessas precursoras continuam ecoando nas disputas contemporâneas por maior representatividade e igualdade nos espaços de poder.

Iniciando por Nísia Floresta Augusta, nascida em 1810, educadora e escritora, considerada uma das mais evidentes feministas do Brasil, se destacou por suas ideias revolucionárias para a época, defendendo com firmeza os direitos das mulheres (Pedro, 2019). Acreditava no poder libertador da educação e fundou uma escola só para meninas, onde oferecia uma formação incomum para a época, incluindo matemática, ciências sociais e línguas.

Nísia Floresta pode ser considerada uma precursora do movimento sufragista feminino por sua incansável defesa da educação e igualdade de direitos para as mulheres em uma época em que essas ideias eram radicalmente inovadoras. Ao questionar a superioridade masculina como uma construção social e não como um fato natural, sua obra abriu caminho para debates que, décadas depois, fundamentariam a luta pelo voto feminino e pela participação das mulheres na vida política (Pedro, 2019). Seu legado permanece vivo, pois sua atuação como educadora e escritora influenciou gerações, demonstrando que a emancipação feminina passa, sobretudo, pelo acesso ao conhecimento e pela conquista de espaços historicamente negados às mulheres.

Já no final do século XIX e início do século XX, Chiquinha Gonzaga (1847-1935) também teve um papel significativo no movimento feminista. Chiquinha Gonzaga contribuiu para o movimento sufragista feminino ao reivindicar autonomia profissional e financeira em um período em que as mulheres eram amplamente excluídas da vida pública. Ao exigir o direito de assinar suas próprias composições, ela não apenas desafiou as normas sociais de sua época,

mas também abriu caminho para que outras mulheres conquistassem maior reconhecimento e independência em suas profissões. A luta de Chiquinha Gonzaga simboliza a resistência feminina contra a invisibilização das mulheres no meio artístico e cultural, tornando-se um exemplo de empoderamento que dialoga diretamente com as pautas do sufragismo, como o direito ao trabalho e à participação na sociedade.

Nos anos 1920, Celina Guimarães Viana (1890-1972) se destacou por se tornar a primeira mulher a realizar o alistamento eleitoral no Brasil, antes mesmo da conquista do voto feminino. Ela se aproveitou de uma brecha na Constituição de 1891, que não mencionava explicitamente o direito de voto das mulheres, para registrar-se como eleitora em 1928. Embora seu voto não tenha sido contabilizado, seu ato foi emblemático para o avanço das discussões sobre o sufrágio feminino no Brasil e representou um marco na luta pela inclusão das mulheres no processo político, reforçando a necessidade de mudanças legislativas para garantir sua participação cidadã.

Nesse período, outra figura iminente foi Carlota Pereira de Queirós (1892-1982), que, em 1934, se tornou a primeira mulher eleita deputada federal, pelo estado de São Paulo. Ela destacou-se por sua atuação em um momento decisivo da história política brasileira: a Assembleia Nacional Constituinte. Além de ser a primeira mulher a ocupar tal cargo, Carlota já tinha uma trajetória respeitável na medicina, o que lhe conferiu credibilidade e legitimidade. Como deputada, Carlota concentrou seus esforços em temas cruciais para o bem-estar social, especialmente nas áreas de saúde pública e educação. Ela defendeu, por exemplo, políticas voltadas à saúde materno-infantil e ao combate às doenças endêmicas, questões de grande relevância em uma época em que o sistema de saúde brasileiro ainda estava em construção. Carlota enfrentou uma série de obstáculos, incluindo o preconceito por parte de colegas parlamentares e a resistência de uma sociedade que não estava acostumada a ver mulheres ocupando espaços de poder. No entanto, sua persistência e competência garantiram-lhe um papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres, não apenas em termos de legislação, mas também como um exemplo vivo de liderança feminina.

Bertha Lutz (1894-1976) foi outra personagem-chave no movimento feminista brasileiro. Ela teve uma atuação decisiva na luta pelo voto feminino, sendo uma das líderes da campanha que resultou na conquista do direito ao voto para as mulheres, em 1932. Representando o Brasil em várias conferências internacionais, Bertha também foi uma das signatárias da Carta das Nações Unidas em 1945, garantindo que a igualdade de gênero fosse

incorporada à fundação da ONU. Bertha Lutz, por sua luta, é frequentemente lembrada como uma das mais importantes líderes feministas da história do Brasil. Nascida em uma família de intelectuais, Bertha foi influenciada desde cedo por ideias progressistas e dedicou sua vida à luta pelos direitos das mulheres. Uma de suas maiores conquistas foi sua participação ativa na campanha pelo direito ao voto feminino, alcançado em 1932. Como deputada suplente, Bertha teve um papel decisivo na defesa de políticas públicas voltadas para a proteção do trabalho feminino, a igualdade salarial e o acesso das mulheres a todos os níveis de educação.

Internacionalmente, Bertha representou o Brasil em várias conferências sobre direitos das mulheres, consolidando sua reputação como uma das líderes feministas mais influentes do século XX. Em 1945, ela foi uma das signatárias da Carta das Nações Unidas, representando a inclusão da perspectiva de igualdade de gênero em um dos documentos mais importantes da diplomacia global. Bertha enfrentou o conservadorismo da época e a resistência de setores que se opunham a essa igualdade, mas sua persistência garantiu avanços inegáveis para as mulheres no Brasil e no mundo.

Nas décadas seguintes, figuras como Laudelina de Campos Melo (1904-1991) e Therezinha Zerbini (1928-2015) contribuíram com suas ações para o movimento feminista. Laudelina, com sua luta pela igualdade racial e pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, fundou o primeiro sindicato da categoria no Brasil, em 1936. Já Therezinha Zerbini foi uma das fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia, no contexto da ditadura militar, lutando pela liberdade das mulheres e pelo fim da repressão política.

No campo das ideias e da reflexão crítica sobre os direitos das mulheres, Rose Marie Muraro (1930–2005) destacou-se como uma das figuras mais influentes do movimento feminista brasileiro. Escritora e intelectual de ampla produção, dedicou-se a questionar as normas sociais e os papéis de gênero impostos às mulheres, trazendo para o debate temas como sexualidade, política, maternidade e autonomia. Sua obra buscou desconstruir os valores patriarcais e ampliar o entendimento da condição feminina no Brasil, sempre com uma visão libertadora e profundamente crítica das desigualdades estruturais. Em reconhecimento à sua trajetória, foi oficialmente declarada "Patrona do Feminismo Brasileiro" por meio da Lei Federal nº 11.261, de 30 de dezembro de 2005.

Antonieta de Barros (1901-1952) foi uma figura singular na política brasileira, não apenas por ser mulher, mas também por ser a primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 1935. Sua atuação política esteve profundamente ligada à sua

trajetória como educadora e jornalista. Antonieta foi uma defensora incansável da educação como meio de emancipação, especialmente para mulheres e populações marginalizadas. Ela promoveu projetos que ampliaram o acesso à educação e criaram oportunidades para aqueles que tradicionalmente estavam excluídos do sistema educacional.

Como uma das poucas mulheres negras em uma posição de poder naquela época, Antonieta enfrentou tanto o machismo quanto o racismo, obstáculos que complicavam ainda mais sua atuação política. Mesmo assim, sua determinação em lutar por uma sociedade mais igualitária inspirou futuras gerações de mulheres negras a entrarem na vida política e lutarem por seus direitos. Sua coragem em denunciar e combater as estruturas racistas e sexistas de sua época consolidou seu legado como uma das vozes mais progressistas de sua geração.

Alzira Soriano (1897-1963), por sua vez, quebrou barreiras ao se tornar a primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita na América Latina, ao ser eleita em 1928 para governar o município de Lajes, no Rio Grande do Norte. Sua gestão foi marcada por uma abordagem inovadora e progressista para a época, priorizando a construção de estradas, escolas e melhorias urbanas. Essas iniciativas não só melhoraram a infraestrutura da cidade, mas também promoveram o desenvolvimento social, especialmente em áreas rurais que antes careciam de investimentos públicos.

A despeito de suas realizações, Alzira enfrentou uma oposição ferrenha, tanto local quanto nacional, devido ao seu gênero. Em uma sociedade profundamente patriarcal, sua presença no poder foi deslegitimada por muitos, e seu mandato foi interrompido pela Revolução de 1930. Contudo, sua atuação pioneira como prefeita abriu precedentes e lançou as bases para futuras gerações de mulheres que buscariam ocupar cargos eletivos.

Na década de 1970, Leila Diniz (1945-1972) se tornou um ícone da luta pela liberdade feminina. Com sua postura irreverente e desafiadora, ela se tornou a primeira mulher brasileira a ser fotografada grávida e de biquíni, desafiando os padrões morais e comportamentais da sociedade da época. Leila defendia que as mulheres deveriam viver de acordo com suas vontades, quebrando tabus e promovendo a autonomia feminina. Leila desafiou as leis do “recato” ao mostrar-se mulher em um momento em que a sociedade vê uma grávida apenas como um corpo que gera outro corpo.

Maria da Penha (1945) também é uma referência no movimento feminista brasileiro, mas de uma forma distinta, pois sua trajetória está profundamente ligada à luta contra a violência doméstica e à defesa dos direitos das mulheres. Nascida no Ceará, Maria da Penha foi

vítima de violência doméstica por parte de seu marido, que a deixou paraplégica após duas tentativas de assassinato. Sua luta incansável por justiça e seus esforços para que os responsáveis pela violência contra ela fossem responsabilizados culminaram na criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma das legislações mais importantes para a proteção das mulheres no Brasil.

A história de Maria da Penha foi amplamente reconhecida, tanto no Brasil quanto internacionalmente, e a Lei Maria da Penha tornou-se um marco na proteção contra a violência doméstica, oferecendo medidas de proteção às vítimas e criando mecanismos para punir os agressores. Sua luta foi tão significativa que, em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) reconheceu o Estado brasileiro como responsável por negligenciar os direitos de Maria da Penha, um evento que impulsionou ainda mais a mobilização para a criação da lei.

Além de sua atuação política e jurídica, Maria da Penha fundou o Instituto Maria da Penha, dedicado ao apoio a mulheres em situação de violência doméstica e à promoção da conscientização sobre os direitos das mulheres e a violência de gênero. O instituto desempenha um papel crucial no auxílio às vítimas e no trabalho de prevenção e educação, contribuindo para a disseminação de informações sobre como prevenir a violência e como as mulheres podem buscar ajuda. O legado de Maria da Penha vai muito além da criação da lei que leva seu nome. Ela representa a força, a coragem e a determinação de muitas mulheres que, como ela, enfrentam a violência e a discriminação em sua jornada por justiça e igualdade. Sua luta é um símbolo de resistência e inspiração para o movimento feminista e para todas as mulheres que buscam um Brasil mais seguro e justo.

E como grande exponencial da conquista da mulher brasileira no cenário político, a par de conotações partidárias, destaca-se Dilma Rousseff, que ocupou o cargo máximo do Poder Executivo do Brasil: elegeu-se presidente da República. Dilma iniciou sua trajetória política ainda na juventude, durante a ditadura militar, quando se envolveu ativamente na luta contra o regime. Militante marxista, foi uma das líderes do grupo guerrilheiro Colina, o que lhe rendeu a prisão por quase três anos e tortura. Após a anistia, Dilma recomeçou sua vida política, destacando-se na administração pública. Ela se formou em Economia e passou a ocupar cargos técnicos e políticos relevantes, como Ministra de Minas e Energia e Ministra da Casa Civil,

onde se notabilizou pela gestão eficaz e pela habilidade em lidar com questões econômicas complexas.

Sua ascensão culminou na presidência da República, quando, em 2011, foi eleita “presidenta” do Brasil, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo. No entanto, sua trajetória de liderança não esteve livre de desafios, especialmente os que envolvem seu gênero.

A utilização do termo "presidenta" por Dilma Rousseff, ao invés de "presidente", gerou intensos debates no âmbito linguístico e político. De um lado, defensores da flexão feminina do substantivo argumentam que "presidenta" é uma forma linguística legítima que respeita a concordância de gênero, alinhando-se a outras palavras da língua portuguesa, como "médica", “prefeita” ou "governadora", que já possuem uma forma feminina. Segundo esta perspectiva, a adoção de "presidenta" poderia ser vista como uma forma de combater a invisibilidade das mulheres em cargos de liderança, promovendo a igualdade de gênero na linguagem. Além disso, como aponta o linguista Marcos Bagno (2004), a língua é dinâmica e reflete as transformações sociais, incluindo o reconhecimento das mulheres em espaços de poder.

Por outro lado, críticos da utilização de "presidenta" argumentam que a forma "presidente" é de gênero comum, ou seja, é utilizada tanto para homens quanto para mulheres, e, portanto, seria a forma mais correta e tradicional na língua portuguesa. Segundo esse argumento, a criação de uma forma feminina específica, como "presidenta", poderia ser vista como uma alteração desnecessária ou até forçada da norma linguística. A par de discussões linguísticas, o uso de "presidenta" por Dilma Rousseff destaca a relação intrínseca entre linguagem e poder na sociedade contemporânea.

As críticas a Dilma Rousseff muitas vezes estavam entrelaçadas com questões de gênero e sendo a primeira mulher (e até agora única) a ocupar a Presidência do Brasil, ela enfrentou preconceitos que seus antecessores homens não experimentaram. Estudos apontam que mulheres na política são frequentemente julgadas com base em estereótipos de gênero que reforçam a percepção de que elas não são aptas para cargos de liderança (Louro, 2016). Comentários e análises sobre sua liderança frequentemente enfatizavam estereótipos de gênero, como a ideia de que mulheres são emocionalmente instáveis ou menos capazes de exercer autoridade.

Durante o processo de impeachment, Dilma Rousseff foi alvo de inúmeros ataques sexistas que desqualificavam sua capacidade como líder, evidenciando como o gênero opera como um marcador determinante na percepção pública e midiática das mulheres em espaços de

poder. Esses episódios não apenas expressam manifestações individuais de preconceito, mas revelam a estrutura sistêmica do patriarcado, que, conforme Saffioti (1987), naturaliza a dominação masculina e reforça a associação do poder político ao masculino. Como destacam Biroli (2018) e Miguel (2015), o tratamento dispensado a lideranças femininas na política brasileira é atravessado por estereótipos de gênero que as apresentam como frágeis, incompetentes ou desviantes das expectativas normativas, enquanto os homens são reconhecidos como líderes naturais.

Assim, o caso de Dilma Rousseff se insere em um contexto mais amplo de violência simbólica e política de gênero, categoria que, segundo Biroli (2018), expressa as resistências à ampliação da presença feminina nas esferas de decisão e evidencia os limites impostos às mulheres que transgridem os papéis tradicionalmente atribuídos a elas.

Além disso, é importante considerar que a desproporcionalidade de participação feminina na política brasileira torna o cenário ainda mais hostil para mulheres que conquistam cargos de alto escalão. A teoria da dupla moral na política sustenta que mulheres em posições de poder são cobradas de forma mais rigorosa e têm suas decisões constantemente questionadas em comparação aos homens. Dilma Rousseff não escapou dessa lógica, sendo alvo de críticas que, em grande parte, reforçavam uma cultura política machista e patriarcal.

A trajetória de Dilma Rousseff na presidência do Brasil não pode ser analisada sem considerar as implicações de gênero. Seu governo foi atravessado por desafios que vão além das dificuldades políticas e econômicas, abrangendo a resistência cultural à presença de mulheres em espaços de poder. A literatura acadêmica demonstra que o sexismo estrutural continua sendo um obstáculo significativo para a participação da mulher na política, e a experiência de Dilma Rousseff como a primeira presidenta do Brasil evidencia a necessidade de continuar debatendo e combatendo tais desigualdades.

Mais recentemente, o cenário político destaca Marielle Franco (1979-2018) que foi uma importante ativista, política e socióloga brasileira que se destacou principalmente por sua luta em defesa dos direitos humanos, das mulheres, da população negra e das comunidades periféricas. Nascida e criada na favela da Maré, no Rio de Janeiro, Marielle se tornou um símbolo de resistência à violência policial, à desigualdade social e ao racismo estrutural no Brasil. Sua trajetória política começou como assistente parlamentar e, em 2016, foi eleita vereadora no Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Durante seu mandato, Marielle focou suas ações no combate à violência policial nas favelas e na defesa das

mulheres, especialmente das negras e periféricas. Ela denunciou abusos cometidos pelas forças de segurança e buscou políticas públicas que promovem a inclusão e a justiça social.

Marielle também ficou conhecida por seu apoio a causas LGBTQIA+³ e seu trabalho com a população mais vulnerável, como jovens e trabalhadores informais. Sua postura firme e sua voz autêntica na política carioca incomodaram aqueles que se beneficiavam da manutenção da violência e da desigualdade.

O legado de Marielle Franco transcende sua atuação parlamentar: seu assassinato, ocorrido em 14 de março de 2018, gerou um movimento global por justiça e direitos humanos, catalisando debates sobre a violência política de gênero, o racismo estrutural e a repressão às vozes dissidentes no Brasil. Após mais de seis anos de investigações, em 31 de outubro de 2024, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz foram condenados pelo 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro pelos assassinatos de Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Lessa foi sentenciado a 78 anos e 9 meses de prisão, enquanto Queiroz recebeu uma pena de 59 anos e 8 meses. Além das penas de reclusão, ambos foram condenados ao pagamento de indenizações por danos morais às famílias das vítimas e pensão ao filho de Anderson Gomes até os 24 anos. Apesar da condenação dos executores, as investigações sobre os mandantes do crime continuam em andamento, com processos judiciais em curso. O movimento “Marielle Vive” permanece ativo, inspirando novas gerações de ativistas e políticos comprometidos com a justiça social e a equidade.

Quadro 4. Mulheres de destaque no cenário brasileiro no contexto político-social

Ano	Mulheres e seus feitos
1810	Nísia Floresta Augusta: Primeira feminista conhecida no Brasil, educadora e escritora, defensora dos direitos das mulheres e da educação.
1847-1935	Chiquinha Gonzaga: Compositora e pianista, desafiou as normas de sua época e foi pioneira na luta pela independência financeira e artística das mulheres.
1890-1972	Celina Guimarães Viana: Primeira mulher a realizar o alistamento eleitoral no Brasil, em 1928, antes da conquista do voto feminino.
1892-1982	Carlota Pereira de Queirós: Primeira mulher eleita deputada federal no Brasil, em 1934, e única mulher na Assembleia Constituinte daquele ano.

³ Segundo o Significados.com.br (2025) LGBTQIA+ é uma sigla que representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais. Refere-se a: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer (transitam entre as noções de gênero, como é o caso das drag queens), Intersexo, Assexuais e outras identidades de gênero e orientação não normativas representadas pelo sinal de adição (+), como pansexuais, não-binários, entre outras

Ano	Mulheres e seus feitos
1894-1976	Bertha Lutz: Líder da campanha pelo direito ao voto feminino, fundadora da ONU e defensora dos direitos das mulheres.
1904-1991	Laudelina de Campos Melo: Fundadora do primeiro sindicato de empregadas domésticas no Brasil, defendendo igualdade racial e direitos trabalhistas.
1928-2015	Therezinha Zerbini: Fundadora do Movimento Feminino pela Anistia durante a ditadura militar, defendendo as liberdades das mulheres.
1930-2005	Rose Marie Muraro: Escritora e pesquisadora, reconhecida como "Patrona do Feminismo Nacional" pela ONU Mulheres.
1901-1952	Antonieta de Barros: Primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em 1935, defensora da educação para todos.
1897-1963	Alzira Soriano: Primeira mulher a ocupar o cargo de prefeita na América Latina, em Lajes, Rio Grande do Norte, em 1928.
1945-1972	Leila Diniz: Ícone da luta pela liberdade feminina, desafiando padrões sociais ao ser fotografada grávida de biquíni.
1945	Dilma Rousseff: Primeira e até agora mulher a ser eleita presidente do Brasil, em 2011 enfrentando críticas sexistas e rompendo barreiras em sua trajetória política.
1947	Maria da Penha: Lutou contra a violência doméstica, sendo responsável pela criação da Lei Maria da Penha, que combate a violência contra a mulher.
1979-2018	Marielle Franco: assassinada em 2018, "Marielle Vive".

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

O legado dessas mulheres precursoras, que se destacaram em um cenário político predominantemente masculino, reflete a complexidade e a persistência das lutas enfrentadas pelas mulheres no Brasil. Suas trajetórias não podem ser reduzidas a um simples movimento de conquista de espaço, mas devem ser compreendidas como processos históricos e transformadores que desafiavam não apenas as normas culturais, mas também as estruturas institucionais profundamente arraigadas. Ao longo das décadas, essas mulheres não se limitaram a ocupar espaços na política, mas, com coragem e ousadia, ajudaram a redefinir o papel da mulher na sociedade brasileira.

De Carlota Pereira de Queirós, a primeira deputada federal do Brasil, a Bertha Lutz, uma das maiores líderes feministas da história do país, elas enfrentaram enormes obstáculos de gênero, classe e, muitas vezes, raça, lutando não apenas pelos direitos das mulheres, mas pela democratização das práticas políticas e pela inclusão de novas perspectivas nos debates públicos. Porém, é importante observar que as dificuldades enfrentadas por essas precursoras

ainda reverberam no presente, como se pode ver nos desafios enfrentados por Dilma Rousseff, que teve sua liderança marcada por ataques sexistas e estereótipos de gênero.

A relação entre gênero e poder continua a ser um tema central nas disputas políticas atuais, e os feitos dessas mulheres e as críticas que enfrentaram nos mostram que a presença feminina na política é uma questão em constante evolução. As trajetórias das mulheres retratadas no Quadro 4 evidenciam que a ocupação de espaços de poder por mulheres não ocorreu de forma espontânea, mas sim como resultado de processos históricos marcados por resistência, formação política e ruptura com normas hegemônicas de gênero. Essas pioneiras, em diferentes contextos, revelaram a potência da educação — formal ou não formal — como elemento fundante da consciência crítica e da participação política feminina.

Desde Nísia Floresta, que vinculava a emancipação das mulheres ao acesso ao conhecimento, até Antonieta de Barros, cuja atuação política esteve profundamente entrelaçada com sua prática como educadora, observa-se que a educação não apenas precede o engajamento político, mas o estrutura. Assim, torna-se necessário analisar a função política da educação no enfrentamento ao patriarcado, considerando que o acesso ao poder também passa pela forma como as mulheres são ensinadas — ou silenciadas — nos espaços educacionais. Para isso, aprofunda-se essa discussão, evidenciando os mecanismos pelos quais o sistema educacional contribui para a manutenção ou contestação das desigualdades de gênero, conforme a tradição da pedagogia crítica.

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA MULHER, NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

A análise dos indicadores sociais das mulheres no Brasil, conforme o estudo “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil” (IBGE, 2021), revela um panorama das condições de vida femininas e sua relação com a participação política. Os dados evidenciam que a interseção entre fatores socioeconômicos e a presença feminina nos espaços decisórios é fundamental para compreender os desafios e avanços rumo à equidade, e mostram que os bastidores de uma candidatura feminina envolvem complexidades estruturais.

Apesar dos avanços educacionais, as mulheres ainda enfrentam barreiras expressivas no mercado de trabalho e na política. Em 2019, a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 54,5%, contra 73,7% entre os homens (IBGE, 2021). Tal disparidade decorre não apenas de desigualdades estruturais, mas também do impacto da dupla jornada, que impõe às mulheres a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado.

Essa sobrecarga compromete o acesso das mulheres a posições de liderança e impacta diretamente sua participação política. Em 2020, apenas 16% dos vereadores eleitos eram mulheres, variando de 9,8% no Rio de Janeiro a 21,8% no Rio Grande do Norte (IBGE, 2021). Isso evidencia a persistência da desigualdade de gênero nos espaços de poder, mesmo com a legislação de cotas (Lei nº 12.034/2009).

A educação exerce papel crucial na formação política e cidadã, configurando-se como vetor de democratização e transformação social. Conforme Freire (1996), a educação, entendida como prática social, ultrapassa a transmissão de conteúdos, funcionando como instrumento de conscientização crítica. Permite compreender as dinâmicas de poder e as estruturas de dominação, desenvolvendo pensamento reflexivo e autonomia, essenciais à participação política qualificada.

Nesse cenário de desigualdade e exclusão, o letramento político das mulheres adquire importância estratégica. A ausência feminina nos espaços decisórios é reforçada por um sistema que perpetua desigualdades no acesso à informação, na divisão sexual do trabalho e na valorização da liderança feminina.

Dessa forma, políticas educacionais comprometidas com a equidade de gênero devem promover espaços de formação crítica e debate. Autores como Freire (1996) e Saviani (2008) são referenciais para compreender a educação como prática emancipadora.

Freire (1996) argumenta que educar é um ato político. Sua pedagogia propõe uma prática dialógica, em que educadores e educandos são sujeitos históricos e transformadores. Nessa perspectiva, a educação deixa de ser apenas técnica e torna-se espaço de formação crítica e afirmação política das mulheres, legitimando sua presença nos espaços de poder.

Ao refletir sobre os desafios da inclusão, é possível afirmar que uma educação orientada para a diversidade é aquela que reconhece e valoriza as múltiplas identidades presentes no ambiente escolar e social, considerando as diferenças culturais, sociais e cognitivas como ponto de partida para uma pedagogia crítica e democrática. Esse tipo de abordagem contribui para que as mulheres compreendam sua condição social e política, as estruturas que perpetuam sua exclusão e os caminhos possíveis para sua atuação pública. Assim, a pedagogia da diversidade se mostra como um instrumento relevante na luta pela equidade de gênero e pela transformação das estruturas de poder.

Saviani (2008) destaca que a consolidação da democracia exige uma educação voltada à formação crítica e política dos sujeitos. Essa concepção implica repensar os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, promovendo sua inserção ativa e crítica na vida pública. A formação política das mulheres não deve se restringir à preparação técnica, mas abrir caminhos para atuação nos espaços decisórios.

A proposta de Saviani (2008), que enfatiza uma educação voltada para a formação de cidadãos críticos e engajados, está diretamente ligada à afirmação das mulheres como sujeitas políticas. Ao proporcionar uma formação crítica, a educação pode contribuir para que as mulheres transcendam o lugar de cuidadoras privadas e se afirmem como agentes de transformação social.

Além disso, a transformação social que Saviani propõe, por meio de uma educação crítica e reflexiva, permite às mulheres se libertarem das limitações impostas pelo sistema patriarcal, que historicamente as relegou ao cuidado privado. Isso implica repensar o papel da mulher na sociedade, garantindo sua participação política plena e a superação das desigualdades de gênero.

A educação não é um simples processo de aprendizagem de conteúdos, mas um processo de formação crítica e transformadora, que permite às mulheres compreenderem seu papel na

sociedade, tanto no espaço doméstico quanto político, e atuar de forma protagonista na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

A reflexão de Saviani (2008) sobre a democratização da educação como fundamento para a participação política feminina permanece atual. A formação educacional, portanto, deve promover consciência crítica e engajamento, superando visões tecnicistas. A educação deve contribuir com a formação de sujeitos políticos, fortalecendo a diversidade de perspectivas nas decisões públicas.

No entanto, mesmo com avanços educacionais significativos, como o aumento da escolarização feminina, observa-se um descompasso entre o acesso à educação e a ocupação de cargos políticos. A proporção de mulheres com ensino superior completo (21,3%) supera a dos homens (16,8%) (IBGE, 2022), mas essa vantagem educacional não se traduz em maior participação política, evidenciando que a educação formal, por si só, não basta.

Apesar dos avanços legais, como a política de cotas, os dados do TSE (2020) indicam que apenas 15% dos cargos no Congresso Nacional são ocupados por mulheres, com ainda menor presença no Executivo. Dados de 2024 indicam que as mulheres ocupam apenas 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados (91 deputadas entre 513 parlamentares) e 19,8% no Senado Federal (16 senadoras entre 81 membros), o que revela tímida ampliação, mas ainda como uma sub-representação persistente (ONU Mulher, 2024). Mesmo sendo a maior bancada feminina da história, esses números evidenciam que o Brasil ainda está longe de alcançar a paridade de gênero na política.

O letramento político deve ir além da transmissão de conteúdos formais. Ao estimular a consciência cidadã, a educação fortalece a democracia e promove a participação ativa das mulheres. Ainda assim, fatores estruturais como a desigualdade econômica impactam diretamente essa inserção. Portanto, é urgente implementar políticas públicas que enfrentem essas desigualdades, incluindo a promoção da justiça econômica e a criação de ambientes políticos mais inclusivos. A formação política das mulheres deve ser parte de um esforço coletivo e institucional que valorize a diversidade de gênero e contribua para a construção de uma democracia representativa e plural.

3.1. A mulher na educação e a educação da mulher: as expectativas de gênero e a politização das mulheres

Ao longo dos séculos, movimentos feministas e sociais lutaram para garantir o direito à educação para todas as mulheres, reconhecendo seu papel crucial tanto como educadoras quanto como educandas.

Um marco decisivo na luta pelos direitos das mulheres foi o movimento sufragista, no final do século XIX e início do século XX, que, além da reivindicação pelo direito ao voto, também defendia o acesso igualitário à educação como instrumento de emancipação e justiça social. Estudos demonstram que mulheres com maior nível de escolaridade tendem a investir mais em saúde e educação para seus filhos, contribuindo para a quebra de ciclos intergeracionais de pobreza e para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável (MALTA et al., 2011, p. 1369). Ademais, a inclusão plena das mulheres no sistema educacional amplia a diversidade nos espaços de aprendizagem e fortalece a construção de uma cultura escolar mais equitativa, democrática e enriquecedora para todos.

Beauvoir (2019) discute de forma profunda a construção da identidade feminina e como a educação desempenha um papel central nesse processo. Uma de suas citações mais emblemáticas é a afirmação: "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 2019). Com essa frase, Beauvoir reflete sobre o fato de que a condição feminina não é meramente natural ou biológica, mas é formada ao longo da vida através de influências sociais, culturais e educacionais.

A análise de Beauvoir (2019) sobre a educação revela a complexa relação entre o processo educacional e os papéis de gênero impostos às mulheres, e as consequências dessa dinâmica para o fortalecimento social e político delas. A autora argumenta que a educação, enquanto um dos principais instrumentos de socialização, é responsável por moldar as mulheres de acordo com os estereótipos e expectativas de gênero vigentes, reafirmando a desigualdade entre os sexos. Esse processo, muitas vezes invisível, contribui para a perpetuação de estruturas patriarcais que restringem as possibilidades de desenvolvimento pleno das mulheres, pois, a educação das meninas, de forma velada, na maioria das vezes, visa a adaptá-las ao papel de esposa e mãe, preparando-as para o sacrifício e a renúncia (Beauvoir, 2019.) Essa formação

para a docilidade, introjetada desde os brinquedos, modos de vestir e comportar-se, reforça a desigualdade, porque tira da mulher a possibilidade de construir-se como sujeito autônomo.

Contudo, Beauvoir não vê a educação apenas como um instrumento de dominação, mas como uma ferramenta de potencial emancipatório. Ao longo de sua obra, ela sublinha que a conscientização das mulheres sobre sua opressão, proporcionada por uma educação crítica, pode desencadear o processo de transformação social e política. Ao adquirir consciência de sua posição subalterna na sociedade, as mulheres podem desafiar as normas e estruturas que limitam suas oportunidades e, por conseguinte, lutar por uma participação ativa na política e na vida social. A educação reformada, conforme sugerido por Beauvoir, pode servir como um caminho para a subversão dos papéis de gênero impostos, permitindo que as mulheres transcendam as limitações impostas pela sociedade patriarcal.

A partir dessa perspectiva, é possível identificar o reflexo da educação no fortalecimento social e político das mulheres: quando as mulheres são educadas para compreender sua opressão e têm acesso a uma educação que valorize suas experiências e potencialidades, elas se tornam mais aptas a ocupar espaços de poder e influência na sociedade. A educação é, portanto, uma chave para a autonomia política das mulheres, possibilitando-lhes participar de forma mais efetiva nos processos de tomada de decisão, tanto em nível local quanto nacional. Importante salientar que não se trata aqui apenas de educação formal, mas de processos educacionais que perpassam os vieses familiar, social, cultural e político.

Dessa forma, o impacto da educação na emancipação das mulheres não se limita ao acesso ao mercado de trabalho ou à maior inserção social, mas se estende à conquista de uma cidadania plena, onde as mulheres não apenas ocupam espaços em diversas áreas da sociedade, mas também influenciam ativamente as decisões políticas que afetam a todos. A educação, assim, se configura como um agente transformador, capaz de alterar as estruturas de poder e promover a equidade de gênero, desafiando as normas e as práticas que sustentam a desigualdade entre os sexos.

A valorização da mulher na educação, portanto, vai além de proporcionar acesso ao conhecimento: trata-se de reconhecer e celebrar a contribuição das mulheres como educadoras, bem como garantir que meninas e mulheres tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem

e desenvolvimento que seus pares masculinos. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa.

De acordo com Biroli (2020), a menor presença das mulheres em espaços de poder a desvalorização de seu trabalho em amplos contextos contribui para a manutenção de uma ciência política que ainda incorpora de forma lenta e insuficiente a igualdade de gênero como um valor de referência em suas análises e práticas profissionais. Além disso, a ciência, assim como a política, é influenciada pela predominância masculina em posições de prestígio, o que lhes permite controlar recursos e definir o acesso a financiamentos, publicações e cargos em universidades e centros de pesquisa.

Ainda que se tenha avançado no acesso das mulheres à educação, elas continuam a enfrentar barreiras estruturais e culturais nesses campos, sendo frequentemente desencorajadas a seguir carreiras tradicionalmente vistas como masculinas. Esse fenômeno, denominado “segregação horizontal”, refere-se à concentração de mulheres em determinadas ocupações ou setores considerados “femininos”, como educação, saúde e serviços, enquanto os homens predominam em áreas como engenharia, tecnologia e construção civil. Trata-se de um padrão observado em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, onde a divisão de cursos e carreiras permanece fortemente marcada por estereótipos de gênero.

No contexto brasileiro, Souza-Lima e Pires (2019) destacam que a segregação ocupacional de gênero se manifesta de forma tanto horizontal quanto vertical, sendo esta última relacionada à dificuldade das mulheres em ascender a cargos de liderança e decisão, mesmo em setores onde são maioria, evidenciando barreiras estruturais e culturais. As autoras ressaltam que fatores culturais e a divisão sexual do trabalho influenciam significativamente as escolhas profissionais e as oportunidades disponíveis para mulheres e homens, além de contribuir para a persistência das disparidades salariais, uma vez que as ocupações predominantemente femininas tendem a ser menos valorizadas economicamente (Souza-Lima e Pires, 2019).

Assevera o cenário a questão da desvalorização da mulher no setor educacional, que é um problema que precisa ser abordado e, embora as mulheres constituam a maioria dos profissionais de educação no Brasil, especialmente na educação básica, ainda há uma disparidade de gênero significativa nos cargos de liderança e em instituições de ensino superior.

Outro ponto a ser considerado é a intersecção de gênero com outras formas de opressão, como raça e classe social e, segundo Gomes (2017), as mulheres negras, em particular, enfrentam maiores dificuldades tanto no acesso quanto na permanência no sistema educacional

brasileiro. Alerta a autora "A dupla discriminação por gênero e raça coloca as mulheres negras em uma posição de vulnerabilidade no ambiente educacional, muitas vezes sendo sub-representadas em cursos de prestígio e enfrentando mais barreiras para alcançar posições de destaque" (Gomes, 2017, p.52).

É importante reconhecer que o papel das mulheres na educação não se limita à sua presença como alunas ou professoras e têm sido responsáveis por movimentos de inovação pedagógica e de inclusão social. Educadoras brasileiras, especialmente em contextos periféricos, têm utilizado práticas educativas que desafiam modelos tradicionais e promovem uma educação libertadora. Portanto, o papel da mulher na educação vai muito além de sua presença quantitativa. Trata-se de uma contribuição qualitativa, que reconfigura as práticas pedagógicas, desafiando os modelos patriarcais e propondo uma educação mais inclusiva e equitativa.

Tratando de educação e equidade de gênero, Carvalho (2021), destaca a educação como ferramenta de transformação social e defende que a educação, em todos os níveis, tem o potencial de ser um instrumento para a promoção da equidade de gênero, de modo que, para alcançar uma sociedade verdadeiramente democrática, é essencial que o sistema educacional adote práticas pedagógicas que desafiem as desigualdades e promovam uma cultura de inclusão. Para tanto, a obra exalta o papel dos educadores na luta por igualdade e enfatiza que os professores, como agentes sociais, devem estar conscientes de seu papel na desconstrução de normas e estereótipos de gênero que perpetuam desigualdades para o que - insiste a autora, a formação de professores deve incluir reflexões sobre gênero e práticas pedagógicas inclusivas, de forma a preparar profissionais capazes de lidar com a diversidade e promover uma educação transformadora. Ao tratar da educação formal, Carvalho (2021) oferece uma crítica contundente ao sistema educacional formal, destacando como ele muitas vezes perpetua as desigualdades de gênero argumentando que, embora o acesso das mulheres à educação tenha avançado nas últimas décadas, o currículo e as práticas pedagógicas frequentemente reforçam estereótipos patriarcais constituindo-se como verdadeiro legado do patriarcado na educação, fator sutil na maneira como determinados papéis sociais e expectativas são impostos às mulheres, limitando suas escolhas e possibilidades.

Pode-se considerar como um exemplo claro dessa herança patriarcal a divisão tradicional entre as áreas de conhecimento consideradas "adequadas" para homens e mulheres, sendo latente a forte sub-representação de mulheres em áreas como ciência, tecnologia,

engenharia e matemática (STEM), que historicamente foram dominadas por homens. O currículo dessas disciplinas, além de ser pouco inclusivo, é moldado por valores e perspectivas que tendem a excluir ou desmotivar as mulheres, principalmente aquelas que pertencem a grupos socialmente marginalizados, como mulheres negras, indígenas e de classes baixas. A representatividade feminina nessas áreas perpetua a ideia de que essas carreiras são "inapropriadas" para as mulheres, reforçando barreiras que desestimulam sua entrada e permanência.

Carvalho (2023) também debate como a educação formal pode reforçar discriminações não apenas de gênero, mas também de raça e classe: mulheres negras e indígenas, em particular, enfrentam desafios ainda maiores, pois sua experiência no sistema educacional está marcada por múltiplas formas de opressão. A autora argumenta que essas mulheres muitas vezes são marginalizadas e sub-representadas em campos acadêmicos de maior prestígio, refletindo uma intersecção de discriminações que atravessa o patriarcado, o racismo e a desigualdade econômica. Essa análise revela que, embora a educação seja apresentada como um direito universal, as oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional não são distribuídas de maneira igualitária.

É salutar considerar que a educação formal, enquanto ainda reflete o legado patriarcal, possui um potencial significativo para ser um instrumento de equidade de gênero. No entanto, essa transformação depende de uma conscientização crítica e de uma revisão estrutural que desfaça as práticas discriminatórias historicamente enraizadas no sistema educacional e, para que isso ocorra, é necessário um compromisso coletivo com a construção de um currículo que desafie o patriarcado, amplie as oportunidades para todas as mulheres e promova a diversidade nas áreas de conhecimento tradicionalmente dominadas por homens.

Na educação básica, as mulheres são a maioria expressiva do corpo docente. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2023), mais de 80% dos professores dessa etapa são do sexo feminino. Esse fenômeno é especialmente visível nos primeiros anos do ensino fundamental e na educação infantil, onde a presença feminina chega a ser superior a 90% e essa predominância está associada a fatores culturais e sociais que historicamente vinculam o cuidado e a educação das crianças às mulheres, além de questões ligadas às condições de trabalho e salários nessas áreas, que podem afastar homens.

E por que a base da educação? Porque nos primeiros anos na escola (considerando educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental) remetem mais ao cuidado do que à

formação educacional em si. Aprender a recortar, usar o sanitário, alimentar-se com autonomia são processos que, natural e maciçamente passam pelas mãos cuidadoras da mulher. Aquele trabalho invisível que ocorria nos lares, hoje é mais comum nas “escolinhas”, muitas em regime integral em que processos como o desfralde e os primeiros passinhos acontecem sob os olhos da “tia” ou da estagiária.

No entanto, apesar da maioria numérica, as mulheres enfrentam desafios relacionados à valorização e às condições de trabalho. Em muitas regiões, a docência na educação básica é marcada por baixos salários e falta de recursos, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida e a permanência das professoras na profissão.

Por seu turno, na educação superior, a participação das mulheres é mais equilibrada em termos numéricos, mas ainda existem disparidades significativas, especialmente em cargos de liderança e em áreas de conhecimento. Ainda de acordo Inep (2023), as mulheres representam cerca de 45% do total de professores no ensino superior, embora seja expressiva a desigualdade de participação feminina em cargos de chefia e em posições de prestígio acadêmico, como chefia de departamentos, coordenações de programas de pós-graduação e reitorias. Com avanços, as mulheres continuam sendo maioria nos quadros técnicos e docentes, mas permanecem sub-representadas nos espaços de poder e decisão dentro das universidades. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por meio da Carta de Ouro Preto, reconhece que as estruturas acadêmicas ainda reproduzem desigualdades de gênero, especialmente nos cargos de liderança, onde prevalece a presença masculina (ANDIFES, 2025). Embora as mulheres tenham alcançado um aumento na participação acadêmica, ainda enfrentam barreiras significativas para atingir posições de liderança e as mulheres continuam sub-representadas em cargos de chefia nas universidades, enfrentando um teto de vidro que limita seu progresso profissional.

A educação desempenha um papel central na emancipação da mulher, sendo um importante instrumento para a transformação social e para a superação de estruturas opressivas, como o sistema patriarcal e machista. Para Freire (1996), a educação deve ser entendida como um processo de conscientização, no qual os indivíduos não são meros receptores passivos de conhecimento, mas sujeitos ativos que questionam e transformam a realidade em que vivem. O autor defende que a educação não é neutra, mas sim um ato político que pode reforçar ou combater as desigualdades sociais. Ao proporcionar uma formação crítica, a educação freireana

contribui para o empoderamento feminino, desafiando as normas tradicionais de gênero e promovendo a participação ativa das mulheres no processo de transformação social.

Por outro lado, Saviani (2008), também reconhece a educação como um instrumento de transformação social, porém com ênfase na formação crítica e política dos indivíduos. Segundo o autor, a educação deve ser um processo de formação que permita aos indivíduos compreender as condições históricas e sociais em que vivem, para que, a partir dessa compreensão, possam intervir e transformar a sociedade. Aplicando essa perspectiva ao papel da mulher na sociedade, a educação não pode se restringir a reforçar os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, como cuidadoras ou donas de casa, mas deve ser capaz de desconstruir as desigualdades de gênero e fornecer às mulheres os instrumentos necessários para a autonomia e participação ativa nos processos políticos e sociais. Saviani (2008) enfatiza que a educação transformadora não deve servir para reproduzir o sistema patriarcal, mas sim para questionar e superar as estruturas de opressão que limitam a liberdade e o desenvolvimento das mulheres.

Ambas as perspectivas, tanto a de Freire quanto a de Saviani, convergem no entendimento de que a educação deve ser um ponto de impulsionamento para a emancipação feminina, rompendo com os ciclos de submissão ao homem e permitindo que as mulheres se tornem sujeitas políticas de sua própria história. A educação, como propõem Freire e Saviani, deve ultrapassar os limites da preparação técnica para o mercado ou da reprodução de papéis tradicionais, configurando-se como um processo crítico e libertador. Para as mulheres, especialmente, essa perspectiva representa a possibilidade de romper com as amarras do sistema patriarcal, desenvolver autonomia e participar ativamente da transformação social. Ao promover a conscientização e o enfrentamento das normas de gênero historicamente impostas, a educação torna-se ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e igualitária.

3.2. A construção social dos papéis femininos e sua influência na autopercepção das mulheres como agentes políticos

Ao falar sobre desigualdades, Biroli (2018; 2024) discute sobre a temática do cuidado. Conectando o cuidado à fragilidade humana, reconhece-se que há pelo menos um momento da vida em que todo ser humano precisará do cuidado de alguém: a primeira infância. Outros, mais

privilegiados pela longevidade, se veem idosos e na dependência do cuidado por parte de outras pessoas, seja por decorrência de questões físicas ou neurológicas. Esses dois momentos são invisibilizados pelo entendimento de que a sociedade é feita de indivíduos autônomos independentes (Biroli, 2024).

Diante desse cenário, uma questão política central se impõe: quem tem tempo para cuidar de outras pessoas e quem deve assumir essa responsabilidade? De um lado, observa-se a mercantilização do cuidado — em que uma parcela restrita das famílias, com maior poder aquisitivo, consegue terceirizar essas tarefas por meio da contratação de serviços especializados, resolvendo, de forma relativamente satisfatória, uma demanda cotidiana. De outro, para a ampla maioria das famílias, o cuidado continua sendo desempenhado no âmbito doméstico, sob a responsabilidade direta dos seus membros (BIROLI, 2020). No contexto das relações de gênero, essa responsabilidade recai, majoritariamente, sobre as mulheres, evidenciando a persistência de uma divisão sexual do trabalho que naturaliza a atribuição do cuidado como função feminina. Escreve a autora:

A divisão sexual do trabalho e os estereótipos de gênero produzem, conjuntamente, uma série de desvantagens para as mulheres, mesmo quando deixam de existir impedimentos legais à sua participação na política ou ao exercício de ocupações historicamente masculinas (Biroli, 2020, pág. 23)

Nas últimas décadas, a inserção feminina no mercado de trabalho vem crescendo, embora ainda existam desigualdades significativas entre os gêneros. De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), em 1950, apenas 13,6% das mulheres eram economicamente ativas, enquanto 80,8% dos homens dominavam o mercado econômico, cenário que denuncia a exclusão histórica das mulheres da esfera produtiva e sua dependência econômica. Contudo, nas últimas décadas, houve avanços no campo trabalhista, ainda que não tenha ocorrido a paridade existencial entre homens e mulheres.

Em 2021, o IBGE divulgou o relatório “Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 38”, que detalhou as estatísticas de gênero e os indicadores sociais das mulheres no Brasil. O estudo revela que, embora as mulheres tenham conquistado maior participação no mercado de trabalho, as tarefas domésticas continuam majoritariamente sob sua responsabilidade, com as mulheres, em 2019, dedicando o dobro do tempo dos homens aos cuidados domésticos. Esse fenômeno reflete, conforme Saffioti (1987), a persistente divisão

entre o público e o privado, com as mulheres sendo ainda vistas como responsáveis pelas tarefas do espaço privado, o que limita suas opções de emancipação social e política.

No Brasil, em 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens (21,4 horas contra 11,0 horas). Embora na Região Sudeste as mulheres dedicassem mais horas a estas atividades (22,1 horas), a maior desigualdade se encontrava na Região Nordeste. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. Para os homens, contudo, o indicador pouco varia quando se considera a cor ou raça ou região. (IBGE, 2021).

Em 2022, as mulheres no Brasil dedicaram quase o dobro de tempo que os homens a essas tarefas (21,3 horas versus 11,7 horas), e dedicaram ainda mais tempo a essas atividades na Região Nordeste (23,5 horas), que também é a região com maior disparidade em relação aos homens. As mulheres pretas ou pardas foram mais empregadas em trabalhos domésticos não remunerados do que as mulheres brancas, com uma média de 1,6 hora a mais. Para os homens, a tonalidade. A cor ou raça declarada não teve impacto na dedicação dos homens a essas atividades. Esse padrão persiste historicamente, com a diferença entre mulheres por cor ou raça aumentando entre 2016 e 2022 (Brasil, 2020). Esses dados demonstram que as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, não deixaram as atividades do lar, em percentual muito acima da carga horária da dupla jornada masculina. A democracia, para as mulheres brasileiras, de fato só se efetiva a partir da superação de três condições fundamentais: a superação das desigualdades entre as classes sociais, entre as etnias e entre os sexos (Saffioti, 1987, p. 92)..

Biroli (2014) aponta a divisão sexual do trabalho como elemento central para que se entenda a permanência das desigualdades de gênero também nas relações de trabalho, pois, analisadas as mudanças nas relações de gênero, no patriarcado moderno, não é que as mulheres estejam excluídas das relações na esfera pública, mas elas entraram em condição de

desvantagem que é reproduzida no âmbito institucional, e é reproduzida por um cotidiano que fomenta papéis bastante diferentes de homens e mulheres.

Tabela 1- Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos por pessoas de 14 anos ou mais, segundo sexo, cor/raça e unidades da federação – Brasil, 2022

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade (1) (2)					
		Total		Homem		Mulher	
		Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Brasil	17	16,5	17,3	11,7	11,7	20,4	22
Norte	16,2	15,9	16,3	11,6	11,5	19,3	20,5
Rondônia	17	16,7	17,1	12,1	12,5	20,4	21,1
Acre	13,6	13,8	13,5	10,8	9,7	16,1	16,7
Amazonas	16,8	16	17	12,2	12,8	18,8	20,7
Roraima	13,6	13,7	13,6	10,8	10,5	16,1	16,6
Pará	16,5	16,2	16,6	11,5	11	19,8	21,6
Amapá	13,6	14,4	13,4	11,1	10,7	16,6	15,9
Tocantins	15,8	15,7	15,8	10,7	11,7	19,7	19,6
Nordeste	18,5	18,2	18,6	11,7	11,8	22,7	23,7
Maranhão	16,7	16,4	16,7	11,7	11,4	19,9	20,7
Piauí	18	16,9	18,2	12,3	11,2	20,5	23,7
Ceará	19,5	18,5	19,9	12,2	12,8	23	25
Rio Grande do Norte	18,3	18,1	18,4	11,2	11,1	23,5	24,4
Paraíba	18,9	18,9	18,9	12,5	12,4	23,6	24
Pernambuco	19,3	19	19,4	12,3	12,9	23,4	24,2
Alagoas	20,2	19,2	20,6	12,1	13,4	24,1	25,9
Sergipe	18,8	17,3	19,3	10,8	11,3	21,7	25,6
Bahia	17,8	17,5	17,9	10,6	11	22,6	23,2
Sudeste	17,1	16,8	17,4	11,9	12,2	20,7	22
Minas Gerais	17,5	17,2	17,7	11,3	11,6	22,2	23,1
Espírito Santo	17,1	16,5	17,5	11,8	12	20,5	22,2
Rio de Janeiro	16,7	16,1	17,2	12	12,9	19,2	21
São Paulo	17,1	17	17,3	12,1	12,2	20,8	21,8

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade (1) (2)					
		Total		Homem		Mulher	
		Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Sul	15,5	15,6	15,4	11,5	11,2	19	19,3
Paraná	15,4	15,5	15,3	11,2	10,8	18,9	19,4
Santa Catarina	16	16,1	15,6	12,3	11,5	19,4	19,6
Rio Grande do Sul	15,4	15,3	15,4	11,3	11,5	18,9	19,1
Centro-Oeste	15	14,8	15,1	10,5	10,3	18,2	19,3
Mato Grosso do Sul	15,3	14,9	15,6	10,4	11,1	18,6	19,5
Mato Grosso	14,2	14,1	14,3	9,5	9,3	17,8	18,7
Goiás	15,2	15	15,3	10,6	10,5	18,4	19,6
Distrito Federal	15,1	15,1	15,1	11,4	10,5	17,7	19,3

Nota: (1) Calculado apenas para as pessoas que declararam ter feito atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos na semana de referência.

Os dados de 2022 indicam que a média semanal de horas dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos entre os homens se mantém estável em torno de 11,7 horas, independentemente da cor ou raça, o que evidencia pouca alteração nesse padrão. Já as mulheres, em média, dedicam entre 20,4 horas (brancas) e 22 horas (pretas ou pardas), o que representa uma diferença significativa. Considerando também a jornada no mercado de trabalho, as mulheres acumulam uma carga horária total de 54,4 horas semanais, enquanto os homens somam 52,1 horas no mesmo período (CMIG 1.2).

Essa desigualdade se agrava ainda mais no caso das mulheres negras, que são maioria entre os trabalhadores precarizados e chefiam, em grande parte, os domicílios com menor renda no país. Como destaca Kilomba (2019, p. 124), essas mulheres ocupam a posição de “outro do outro”, por não serem nem brancas, nem homens, sendo sistematicamente invisibilizadas tanto no espaço privado quanto no público:

Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o ‘outro’ do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o ‘outro’ do outro (Kilomba, 2019, p. 124).

A forma como uma sociedade organiza a vida cotidiana tem implicações profundas sobre a participação das mulheres em outros espaços, como o político. O acúmulo da dupla jornada — trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado — compromete o tempo disponível para atividades como militância, participação partidária ou comunitária. Enquanto os homens, em geral, contam com maior autonomia para se engajar em carreiras políticas, as mulheres enfrentam restrições de tempo e sobrecarga de responsabilidades, o que dificulta seu acesso a cargos de liderança (Rangel, 2014).

A desigualdade de gênero no mundo do trabalho está ligada a uma série de fatores interconectados, sendo a discriminação, direta ou indireta, uma das principais causas da disparidade salarial. Isso se reflete em menos oportunidades de crescimento para as mulheres, promoções menos frequentes e remunerações mais baixas em comparação aos homens em cargos equivalentes. Além disso, as mulheres continuam concentradas em áreas associadas ao cuidado, como saúde, educação e assistência social, historicamente menos valorizadas financeiramente. Homens, por outro lado, predominam em setores mais bem remunerados, como tecnologia, engenharia e finanças. Embora essa divisão não seja absoluta, ainda prevalece de forma acentuada.

Os padrões sociais e familiares, que apontam para a responsabilidade feminina pelos cuidados com os filhos e com a organização doméstica, prejudicam o desenvolvimento profissional das mulheres e reduzem sua disponibilidade para se engajar em empregos mais lucrativos ou com jornadas estendidas. Mesmo quando promovidas, muitas vezes precisam "ver em casa" se podem aceitar mudanças de cidade ou de horário, uma vez que, via de regra, respondem por alguém. O avanço profissional das mulheres também é limitado por preconceitos inconscientes, falta de acesso a redes de contato e escassez de oportunidades de capacitação.

A construção social dos papéis femininos impacta diretamente a forma como as mulheres percebem e exercem sua atuação no espaço político. Desde a infância, normas de segregação sexual moldam trajetórias distintas para meninos e meninas, direcionando as mulheres a funções associadas ao cuidado, à docilidade e à subordinação. Conforme exposto por Costa, Rocha e Solano (2022), o imaginário político das mulheres brasileiras ainda é fortemente marcado por representações tradicionais que associam a política ao universo masculino. Esse fenômeno tem raízes profundas em um sistema patriarcal que perpetua a subordinação feminina e sua exclusão dos espaços de poder. Saffioti (1987), ao analisar o patriarcado e o capitalismo,

destaca como ambos operam em conjunto para manter as mulheres em posições de dependência e invisibilidade política. A autora afirma que o "poder do macho" não se manifesta apenas na dominação direta sobre as mulheres, mas também na institucionalização de normas e valores que dificultam sua ascensão a postos de decisão. Desde a infância, meninas e meninos são silenciosamente direcionados para profissões específicas, o que contribui para a manutenção da divisão de gênero no mercado de trabalho.

Tradicionalmente, as meninas são mais incentivadas a seguir carreiras nas áreas de cuidado, como pedagogia, enfermagem e serviços sociais, enquanto os meninos são estimulados a entrar em profissões tradicionalmente associadas ao poder e à liderança, como engenharia, administração e tecnologia. Esse direcionamento, ainda prevalente na sociedade contemporânea, reflete uma visão cultural que posiciona as mulheres no espaço privado, voltadas para o cuidado e o serviço, enquanto os homens são impulsionados a buscar o poder e a autoridade no domínio profissional (Souza et al., 2021).

A publicidade e a mídia desempenham um papel central na reprodução dos papéis de gênero, reforçando a ideia de que as mulheres devem se preocupar com a aparência e o cuidado doméstico, enquanto os homens são associados a valores como força, sucesso e poder. Anúncios de produtos de limpeza, beleza e cuidados domésticos são predominantemente voltados para o público feminino, enquanto campanhas publicitárias direcionadas ao público masculino destacam temas como liderança, velocidade, poder e status. Além disso, a mídia muitas vezes apresenta as mulheres de forma secundária, como donas de casa ou figuras passivas, enquanto os homens ocupam papéis ativos de ação e domínio, especialmente em filmes e séries, onde são eles os protagonistas, responsáveis por decisões e controle sobre suas vidas (Gonzaga, 2020).

Esse estereótipo de gênero também é perpetuado na literatura e no cinema, onde, desde os primeiros contos de fadas, os papéis atribuídos a meninos e meninas são rigidamente definidos. As personagens femininas são frequentemente retratadas como princesas passivas, à espera de resgate, enquanto os personagens masculinos assumem os papéis de príncipes ou heróis — ativos, corajosos e independentes (Almeida, 2018). Esse padrão narrativo persiste ao longo do tempo, com raras exceções de protagonistas femininas que subvertem os papéis tradicionais. No cinema e na televisão, as mulheres continuam majoritariamente representadas em papéis secundários ou associados ao cuidado, ao passo que os homens ocupam posições centrais como líderes, aventureiros ou intelectuais (Santos, 2018). Quando protagonizam narrativas de ação ou poder, as heroínas geralmente aparecem desvinculadas da maternidade,

inseridas em padrões estéticos hegemônicos — como magreza e juventude — o que revela uma nova forma de estereotipação.

Simone de Beauvoir já discutia essas questões em 1949. A edição especial de 2019 de “O Segundo Sexo: 70 anos depois” revisita os impactos dessa obra seminal de Beauvoir, destacando sua relevância para compreender o condicionamento das mulheres ao longo das décadas. Ao analisar os dois volumes da obra, a edição resgata a crítica de Beauvoir sobre como as mulheres foram historicamente posicionadas como “o outro”, subjugadas ao homem, e como isso está intimamente ligado ao contexto social e cultural da época.

No primeiro volume, Beauvoir investiga as influências biológicas, psíquicas e sociais que moldam a experiência feminina, enfatizando que a mulher é socialmente configurada para assumir o papel que a sociedade lhe impõe. Ela argumenta que as diferenças biológicas entre os sexos não justificam a desigualdade, pois a construção social dessas diferenças resulta em um processo de objetificação da mulher. Segundo a filósofa, a mulher não nasce, mas se torna mulher, em uma construção que se desenvolve ao longo de sua vida, como ocorre no condicionamento promovido pela mídia, pelos brinquedos, pelas profissões e pelo cinema. Este processo de “tornar-se mulher” continua presente na sociedade contemporânea (Beauvoir, 2019).

No segundo volume, Beauvoir discute a história da opressão feminina, evidenciando como a mulher foi confinada a um espaço privado e submisso, sendo definida em relação ao homem. Para alcançar a plena emancipação, ela afirma que a mulher precisa questionar e subverter essas imposições sociais que a limitam. A obra revela a interseção entre liberdade e opressão, ressaltando a importância de conscientizar-se dos mecanismos que sustentam a desigualdade entre os sexos.

Ao refletir sobre os 70 anos de *O Segundo Sexo*, Miriam Goldenberg (2019) aborda o condicionamento das mulheres na sociedade contemporânea. A autora reconhece que, embora o contexto social tenha avançado, muitas mulheres ainda estão sujeitas a papéis preestabelecidos pela cultura patriarcal, que as posiciona como “o outro” em relação ao homem. Goldenberg (2019) argumenta que, ao longo da história, as mulheres foram constantemente moldadas por expectativas sociais que restringem sua liberdade e autonomia. A autora também enfatiza a importância de as mulheres conquistarem seu espaço, destacando que ninguém nasce livre, mas que é possível alcançar a liberdade por meio da reflexão e da transformação social ao longo da vida. Ela revisita a obra de Simone de Beauvoir, considerando os avanços e desafios

enfrentados pelas mulheres, e reconhecendo que a liberdade feminina continua sendo uma luta cotidiana.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres é uma expressão clara da divisão de papéis de gênero na sociedade. Segundo o IBGE (2020) e o IPEA (2019), as mulheres ganham, em média, 20% a menos que os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções. A presença feminina em cargos de liderança e poder político também é limitada. Muitas mulheres enfrentam barreiras invisíveis, conhecidas como o "teto de vidro", que dificultam seu acesso a posições de destaque e decisão no mercado de trabalho e na política (Souza; Almeida, 2018). Essas barreiras são o resultado de preconceitos implícitos e de uma cultura que, ainda hoje, associa o poder e a liderança majoritariamente ao sexo masculino, perpetuando a ideia de que os homens são os detentores naturais do poder (Pereira, 2020). Essa construção social afeta diretamente a autopercepção das mulheres no campo político, levando muitas delas a internalizar a ideia de que a política não é um espaço legítimo para elas, o que diminui seu interesse e engajamento na vida pública. O homem é, por força da cultura dominante, legitimado quanto ao que é público, decisivo. Já a mulher se destina na mesma cultura à vida familiar e privada. Em tal arranjo das coisas o espaço doméstico é desvalorizado, subestimado (Saffioti, 1987). Por esta razão, o homem é incumbido de intermediar o mundo feminino (privado) e o mundo externo (público), sendo-lhe reservado “[...] o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação [...]” (Bourdieu, 2002, p. 60).

O “[...] não-reconhecimento do trabalho doméstico demonstra que a subordinação feminina está enraizada tanto na esfera privada quanto na pública” (Rangel, 2014, p. 103). Na cultura popular brasileira, para se classificar uma mulher não é incomum o recurso à pergunta: você trabalha fora ou fica em casa? Ficar em casa – leia-se, “cuidar de casa” – é reconhecido como não profissão. A criança responde na pesquisa da escola que a mãe é “do lar”, querendo explicar que a mãe não trabalha.

Dessa forma, a desvalorização do trabalho doméstico e a consequente subordinação feminina no espaço público e privado refletem um imaginário político e cultural profundamente enraizado na sociedade brasileira. A mulher ainda se percebe invisível quando está “só” cuidando, pois, sua atuação no lar é naturalizada e não reconhecida como trabalho legítimo. Como demonstram Costa, Rocha e Solano (2022), o feminismo contemporâneo no Brasil encontra-se em disputa precisamente por desafiar essa ordem simbólica que marginaliza as mulheres e naturaliza a assimetria de gênero. Ao questionar a ideia de que o espaço doméstico

é um “não trabalho”, as lutas feministas desestabilizam hierarquias historicamente legitimadas e expõem como a cultura popular contribui para a reprodução das desigualdades estruturais. Assim, torna-se imperativo reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado, ampliando o debate sobre a divisão do trabalho e a participação feminina na esfera pública.

3.3 A educação como ferramenta política no enfrentamento ao patriarcado

A educação, frequentemente concebida como um direito social universal, deve também ser compreendida como um espaço político de produção de subjetividades e de disputa de poder. No contexto da participação feminina na política, torna-se imprescindível analisar como os processos educativos — formais e não formais — ora contribuem para a naturalização das desigualdades de gênero, ora para a formação de sujeitos críticos, capazes de intervir e transformar essas estruturas.

A partir da pedagogia crítica de Paulo Freire (2005), a escola é compreendida como um espaço político que pode tanto reproduzir quanto contestar as estruturas sociais de dominação. Embora proclame neutralidade, a instituição escolar participa ativamente da formação de subjetividades, moldando comportamentos e expectativas sociais. Os conteúdos curriculares, os métodos pedagógicos e a linguagem dos materiais didáticos refletem as contradições da sociedade, podendo reforçar a ordem patriarcal ou, ao contrário, servir à emancipação e à formação de sujeitos históricos capazes de intervir na realidade.

Nesse processo, a escola transmite uma visão de mundo situada e hierárquica, que organiza o acesso ao conhecimento, o lugar social dos sujeitos e as expectativas sobre seus comportamentos, escolhas profissionais e funções sociais. As meninas são, tradicionalmente, socializadas para posturas de docilidade e cuidado, enquanto os meninos são incentivados à liderança e à projeção pública.

Além disso, a divisão sexual do saber — pela qual determinadas áreas do conhecimento são historicamente associadas ao masculino, enquanto outras são destinadas às mulheres — reforça fronteiras simbólicas que legitimam a exclusão feminina dos espaços de decisão. A educação, portanto, deve ser compreendida como prática da liberdade, capaz de romper com essas lógicas de subordinação e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por meio do currículo e das práticas escolares cotidianas, frequentemente naturalizam-se papéis de gênero que reforçam a divisão sexual do trabalho. Filas, banheiros, atividades esportivas e listas de chamada separam meninas e meninos, antecipando e legitimando a exclusão das mulheres da esfera pública e política. Como destaca Louro (2016), os discursos escolares tendem a reforçar padrões tradicionais, estimulando meninas a ocuparem espaços associados ao cuidado e à obediência, enquanto reservam aos meninos a autonomia e o protagonismo.

Contudo, a educação não está condenada à reprodução da dominação. Fundamentada em concepções emancipadoras, ela pode atuar como instrumento de libertação. Freire (1996) propõe uma educação como prática de liberdade, que reconhece o educando como sujeito histórico e capaz de intervir no mundo. A partir de uma práxis dialógica e crítica, a educação pode provocar a tomada de consciência das mulheres sobre sua condição social, estimulando a superação da passividade historicamente imposta e a construção de novos horizontes de participação e liderança.

É nesse ponto que o feminismo se encontra com a pedagogia crítica: ambos se configuram como movimentos de denúncia e anúncio — denúncia das estruturas que oprimem e anúncio de novos modos de existência política. Autoras como hooks (2017) reforçam que a sala de aula pode e deve ser um local de resistência, especialmente para grupos historicamente silenciados. Para hooks, ensinar é um ato político, e o conhecimento crítico é um passo fundamental na luta contra o racismo, o sexismo e outras formas de dominação. Essa perspectiva potencializa a pedagogia feminista como uma abordagem que articula a crítica à educação tradicional à promoção de práticas formativas comprometidas com a justiça social.

Assim, a compreensão crítica da educação como ferramenta política e espaço de disputa ideológica encontra respaldo empírico na realidade brasileira, onde os avanços educacionais das mulheres ainda não se traduzem em participação equitativa nos espaços de poder. Embora apresentem maior escolarização e desempenho acadêmico, as mulheres seguem enfrentando obstáculos concretos — como a sobrecarga do trabalho doméstico, a maternidade precoce e a desigualdade econômica — que impactam sua trajetória política e profissional. Esses entraves revelam que o acesso à educação, por si só, não basta: é preciso que os processos formativos estejam comprometidos com a desconstrução dos estereótipos de gênero e com o fortalecimento da consciência crítica.

Dessa forma, ao incorporar essa leitura crítica da educação como ferramenta política, reforça-se que aumentar a participação das mulheres nos espaços de poder não depende apenas de reformas legais ou institucionais, mas também de uma transformação cultural e educacional profunda. Nesse contexto, a pedagogia feminista emerge como proposta educativa contra-hegemônica, cuja análise será aprofundada no próximo tópico.

3.4 Pedagogia feminista e a formação política das mulheres

Diante da crítica à educação tradicional como espaço de reprodução das desigualdades de gênero, a pedagogia feminista propõe uma alternativa que articula educação e emancipação. Segundo hooks (2017), a pedagogia feminista não se limita à transmissão de conteúdos, mas propõe uma ruptura com as estruturas tradicionais de dominação, ao reconhecer os espaços formativos — como a sala de aula, os coletivos, os lares e os movimentos sociais — como lugares de resistência, consciência crítica e transformação.

Essa prática educacional valoriza o saber da experiência, a escuta ativa e o diálogo, promovendo a construção de uma subjetividade política crítica, especialmente entre mulheres historicamente marginalizadas. Diferente das pedagogias centradas no discurso técnico ou meritocrático, a pedagogia feminista convida as mulheres a questionarem o patriarcado que se expressa nos currículos escolares, nos silêncios institucionais e na negação simbólica de seus saberes e vivências.

Como afirma hooks (2017), o ato de ensinar é sempre político, e, portanto, deve ser comprometido com a libertação e com a justiça social. Essa perspectiva está diretamente alinhada à proposta de uma educação que reconhece as interseccionalidades de gênero, raça e classe como estruturantes da exclusão — e, portanto, da luta por equidade.

No contexto brasileiro, onde as mulheres enfrentam a sobrecarga da dupla jornada, a desvalorização simbólica e material do cuidado e a sub-representação política, pensar a pedagogia feminista é fundamental para compreender os mecanismos que podem formar lideranças femininas comprometidas com a transformação social. Muitas vezes, essa formação política não se dá apenas nos bancos escolares, mas em espaços de socialização e resistência: grupos religiosos progressistas, coletivos comunitários, experiências familiares e mentorias entre mulheres.

Ao dialogar com autoras como hooks (2017) e integrar sua proposta à de Freire (1996), é possível reconhecer que a educação emancipadora não pode se furtar ao debate de gênero. O silenciamento sobre a política nos currículos escolares e a ausência de mulheres como referências de liderança reforçam a ideia de que o espaço público não lhes pertence. A pedagogia feminista, ao contrário, desafia essa lógica ao afirmar que toda mulher pode tornar-se sujeito político, desde que haja espaços que legitimem sua voz, sua história e seu protagonismo.

Dessa forma, a Pedagogia Feminista fortalece a proposta de uma educação crítica, transformadora e engajada, contribuindo para que as mulheres desenvolvam autopercepção como agentes políticas e ampliem sua participação nos processos decisórios da vida pública. Ao integrar essa abordagem, a presente pesquisa reconhece que a transformação da realidade política brasileira passa, também, por uma transformação profunda nos modos de ensinar e aprender.

É nesse sentido que o papel do(a) professor(a) se mostra central. A prática pedagógica comprometida com a equidade de gênero demanda formação crítica e contínua, bem como condições institucionais que permitam enfrentar resistências ao trabalho com temas como política, sexualidade e direitos humanos. Autores como Libâneo (2001) reforçam que o educador é agente político e, portanto, sua atuação é decisiva para a construção de uma escola democrática e transformadora.

Assim, ao pensar a pedagogia feminista como proposta educativa contra-hegemônica, torna-se necessário refletir sobre os espaços institucionais onde a desigualdade se perpetua — entre eles, o currículo escolar. A educação formal, muitas vezes apresentada como neutra, está impregnada de normas e valores que reforçam os papéis de gênero tradicionais. Compreender essa dinâmica é essencial para propor uma formação cidadã que, comprometida com a equidade, desloque o lugar da mulher da esfera privada para o espaço público e político.

3.5 Educação, currículo e formação cidadã: desafios para a equidade de gênero

A compreensão da educação como direito fundamental, embora imprescindível, não é suficiente para assegurar sua função transformadora. A escola, enquanto instituição social historicamente situada, opera simultaneamente como instrumento de reprodução das

desigualdades e como espaço potencial de resistência e emancipação. No que diz respeito à equidade de gênero, é necessário examinar como a educação formal tem (ou não) cumprido seu papel na formação de uma cidadania crítica, inclusiva e comprometida com a justiça social.

A partir dos estudos da pedagogia crítica, notadamente em Freire (1996), Saviani (2008) e Apple (1989), a educação é concebida como prática política, não sendo neutra em relação aos valores que transmite, às relações que constrói e às subjetividades que forma. A escola, ao selecionar conteúdos, linguagens e modos de ensinar, participa da constituição simbólica do mundo, incluindo (ou excluindo) vozes e experiências. Nesse sentido, a ausência de mulheres como referências nos currículos escolares, a negligência em relação às temáticas de gênero, e a naturalização de papéis sociais nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas são expressões concretas de um sistema educacional que ainda opera sob os marcos do patriarcado.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento orientador da educação básica no Brasil, embora inclua competências voltadas à empatia, à responsabilidade e ao exercício da cidadania, trata as questões de gênero de maneira indireta, difusa e despolitizada. Autoras como Silva e Barbosa (2020) apontam que a BNCC não enfrenta de forma clara as desigualdades de gênero, deixando margem para interpretações conservadoras e para a omissão de temas considerados “polêmicos” no contexto escolar. Essa lacuna curricular enfraquece a possibilidade de uma formação cidadã sensível às lutas feministas e às interseccionalidades que marcam a realidade das estudantes brasileiras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) reconhecem a centralidade da educação para a promoção da dignidade, da equidade e da participação democrática. No entanto, sua implementação efetiva é fragilizada pela falta de políticas de formação docente, de recursos pedagógicos adequados e pelo avanço de discursos contrários à abordagem de direitos humanos nas escolas. A tensão entre a normatividade progressista desses documentos e o conservadorismo presente em muitos contextos escolares dificulta a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social.

A Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, também pode ser lida como oportunidade de promover uma educação interseccional que articule raça, gênero e classe. Contudo, como observa Gomes (2017), a implementação dessa lei é ainda incipiente, limitada por lacunas formativas e resistência institucional. De modo semelhante, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) prevê metas voltadas à redução das desigualdades educacionais e à valorização da diversidade, mas

carece de mecanismos eficazes de monitoramento e financiamento que assegurem sua efetividade em relação às questões de gênero.

Nesse cenário, o papel do(a) professor(a) como formador(a) de consciências políticas torna-se central. A construção de uma educação comprometida com a equidade exige não apenas mudanças nos textos legais, mas também no cotidiano escolar, nas escolhas didáticas e na postura ética e política dos educadores. Conforme Libâneo (2001), a ação docente deve articular os conteúdos escolares à realidade social, de modo a contribuir para a formação crítica, ética e intelectual dos estudantes, superando uma concepção tecnicista e instrumental da educação.

Apesar de avanços em documentos como o PNE e a BNCC, a Resolução CNE/CP nº 4⁴, de 2024 — que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores — apresenta uma omissão significativa: não trata de forma direta e estruturante as desigualdades de gênero como tema central da formação docente. Embora mencione a valorização da diversidade e a crítica às desigualdades educacionais (Art. 4º, IV; Art. 7º, IX), essa abordagem permanece genérica, deixando de enfrentar com clareza as relações de gênero, a reprodução de estereótipos e a urgência de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. Ao não inserir explicitamente a educação de gênero como componente obrigatório ou transversal, a diretriz contribui para a perpetuação de estruturas patriarcais que moldam a escola como espaço de normatização de comportamentos e papéis sociais.

Quando o currículo formativo “de quem forma” negligencia sistematicamente as discussões sobre gênero, promove-se a invisibilização das desigualdades e a naturalização de hierarquias que silenciam experiências dissidentes. Como argumenta Scott (1995), o gênero é uma categoria útil de análise histórica e política, pois estrutura relações de poder e sustenta desigualdades que se reproduzem, entre outros mecanismos, por meio da educação. Assim, a ausência de diretrizes claras para o enfrentamento das desigualdades de gênero na formação docente configura um silenciamento institucionalizado que enfraquece o potencial emancipador da escola.

⁴ Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

É fundamental compreender o currículo como artefato político e cultural, no qual se inscrevem disputas por justiça social e equidade. Inspiradas nas pedagogias crítica e feminista, representadas por Paulo Freire (1996) e bell hooks (2017), práticas curriculares com abordagem interseccional das relações de gênero são essenciais para que docentes em formação desenvolvam consciência crítica e compromisso ético com a transformação social. Como alerta Biroli (2018), o apagamento das questões de gênero na formação docente compromete a função social da escola enquanto espaço de emancipação. Reconhecer que o patriarcado se materializa no cotidiano escolar — por meio de discursos, avaliações, interações e conteúdos — exige afirmar a presença estruturada da educação de gênero no currículo como condição para que a escola se constitua como espaço legítimo de resistência e rompimento das opressões históricas que marcam a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a pedagogia feminista proposta por bell hooks (2017) contribui de forma contundente ao reafirmar que a sala de aula é, por excelência, um espaço de disputa ideológica e de construção de subjetividades políticas. Para a autora, ensinar é, potencialmente, um ato de resistência, desde que esteja comprometido com a escuta, o diálogo e o acolhimento das vozes historicamente silenciadas. Ao afirmar que “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (hooks, 2017, p. 19), a autora resgata o potencial transformador da docência, especialmente quando esta se volta para o reconhecimento das interseccionalidades que atravessam raça, gênero e classe. Para além dos documentos oficiais e dos marcos legais, é na vivência cotidiana da escola — nas relações entre educadores, educadoras e estudantes, nos conteúdos que se escolhe abordar ou omitir, na escuta que se oferece ou nega — que se revela o compromisso com uma educação verdadeiramente democrática. Nesse sentido, retomar a perspectiva de hooks permite recentrar o debate sobre a equidade de gênero na política educacional como uma prática que é, antes de tudo, relacional, afetiva e transformadora.

Dessa forma, é preciso pensar a formação cidadã das mulheres para além do acesso à escolarização: trata-se de problematizar os conteúdos, as práticas e os sentidos atribuídos à educação formal. A escola democrática é aquela que promove o reconhecimento das diferenças, questiona hierarquias e atua na formação de sujeitos políticos capazes de transformar a sociedade. A inserção das mulheres nos espaços de poder, portanto, está diretamente relacionada à possibilidade de que, desde os primeiros anos escolares, sejam vistas e tratadas como sujeitos históricos plenos, com direito à voz, ao protagonismo e à ação política.

A promoção da equidade de gênero na educação exige o fortalecimento de políticas públicas que articulem ações afirmativas, financiamento e formação docente qualificada. Além dos marcos legais como a Lei nº 11.645/2008, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), outras iniciativas específicas têm buscado enfrentar as desigualdades de gênero e raça no ambiente educacional.

Uma delas é o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), criado pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em parceria com universidades federais. O programa promove formação continuada de professores com foco na abordagem diversidade sexual e direitos humanos, oferecendo materiais pedagógicos e cursos a distância (Brasil, 2013).

Outro exemplo relevante é a política de cotas para mulheres negras em programas de pós-graduação, adotada por universidades como a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas ações afirmativas buscam corrigir desigualdades históricas e ampliar o acesso de grupos sub-representados à pesquisa e à docência em nível superior (UNB, 2020).

No campo das ciências e tecnologia, o Programa Meninas nas Ciências Exatas (CNPq/MCTI) oferece bolsas de iniciação científica para alunas do ensino médio, com o objetivo de estimular sua permanência em áreas historicamente masculinizadas, como Física, Matemática e Engenharia. A iniciativa visa romper estereótipos de gênero e ampliar a participação feminina nas áreas STEM (CNPq, 2018).

Complementando esse esforço, o Projeto Mulheres na Ciência, desenvolvido em parceria entre a UNESCO e o CNPq, tem como finalidade mapear, visibilizar e apoiar a trajetória de meninas e mulheres cientistas no Brasil. A iniciativa destaca a importância da representatividade e da permanência feminina na produção de conhecimento, fortalecendo a construção de modelos inspiradores para novas gerações (UNESCO; CNPq, 2021).

Tais políticas públicas revelam que, embora o arcabouço normativo brasileiro reconheça a diversidade e os direitos das mulheres, a efetivação desses princípios ainda enfrenta resistências e desigualdades estruturais. Incorporar essas iniciativas ao debate educacional e às práticas pedagógicas é passo fundamental para a consolidação de uma escola crítica, inclusiva e promotora de justiça social.

A partir das discussões desenvolvidas nesta seção, observa-se que o enfrentamento às desigualdades de gênero na educação demanda ações estruturadas, tanto no campo curricular

quanto no âmbito das políticas públicas. O quadro a seguir sintetiza algumas das principais políticas públicas brasileiras que articulam a promoção da equidade de gênero com ações educacionais, evidenciando o papel do Estado na construção de um ambiente escolar mais inclusivo e democrático.

Quadro 5 - Políticas Públicas de equidade de gênero na educação

Política / Programa	Descrição / Objetivo
Lei nº 11.645/2008	Torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas, permitindo o debate interseccional entre raça, gênero e classe.
Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 7 e 8	Prevê a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na equidade de gênero, raça e diversidade como parte das metas nacionais da educação.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012)	Orienta a educação como promotora de valores democráticos, dignidade humana e justiça social. Enfatiza o combate às discriminações de gênero, raça e sexualidade.
Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE – SECADI/MEC)	Formação continuada de professores para o ensino da diversidade sexual, gênero e direitos humanos. Iniciativa da SECADI/MEC em parceria com universidades federais.
Política de cotas para mulheres negras em pós-graduação (ex: UNB, UFRJ)	Política afirmativa em diversas universidades públicas para ingresso de mulheres negras em programas de pós-graduação lato e stricto sensu.
Programa Meninas nas Ciências Exatas (CNPq/MCTI)	Estimula a participação de meninas no ensino médio em áreas de STEM, por meio de bolsas de iniciação científica e atividades de mentoria e pesquisa.
BNCC – Base Nacional Comum Curricular (2017)	Apesar de omitir termos como 'gênero' e 'feminismo', prevê competências como empatia, cidadania e respeito à diversidade, gerando controvérsias e lacunas na aplicação.
Projeto Mulheres na Ciência (CNPq/UNESCO)	Iniciativa conjunta para mapear, incentivar e apoiar a trajetória de meninas e mulheres cientistas, com foco em inclusão, permanência e visibilidade.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Evidencia-se, assim, que a educação formal, apesar de representar uma conquista histórica para as mulheres, ainda reproduz desigualdades estruturais quando silencia as questões de gênero, omite referências femininas nos currículos e limita a formação cidadã à neutralidade aparente dos conteúdos escolares. Ao articular os referenciais da pedagogia crítica e da pedagogia feminista com os dados educacionais e sociais brasileiros, é possível demonstrar que a educação desempenha um papel ambíguo: tanto reforça papéis tradicionais quanto pode ser reconfigurada como espaço de resistência e emancipação. Assim, promover a equidade de

gênero na política demanda uma revisão profunda dos processos educativos, desde as práticas pedagógicas até as políticas públicas que sustentam o sistema escolar. Reconhecer o papel da escola, dos(as) educadores(as) e dos dispositivos curriculares como agentes de transformação é, portanto, condição fundamental para o fortalecimento da presença feminina nos espaços de poder.

Dessa maneira, ao reconhecer que a educação não é apenas um direito, mas um campo de disputas simbólicas e políticas, compreende-se que sua atuação está intrinsecamente ligada à possibilidade de participação ativa das mulheres na vida pública. No entanto, os caminhos que conduzem uma mulher ao espaço político não dependem apenas da formação escolar: estão também atravessados pelas regras e estruturas do sistema eleitoral, pelas barreiras institucionais e pelas práticas excludentes que regulam o acesso ao poder. Para compreender de forma mais ampla as condições que moldam a presença feminina no Executivo municipal, é necessário examinar como o próprio desenho do sistema político e eleitoral brasileiro contribui — ou não — para o aprofundamento da equidade. Nesse sentido, o próximo capítulo analisa os mecanismos formais e informais que regulam a competição política no Brasil e discute de que maneira esses arranjos impactam a trajetória de mulheres na disputa por cargos eletivos.

CAPÍTULO 4 - O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS MULHERES

As discussões sobre igualdade de gênero e democracia envolvem o debate sobre a trajetória e os avanços da mulher no contexto político, não apenas como eleitora. Embora representem mais da metade da população do país (51,5%), a presença feminina nas esferas de poder, especialmente no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, ainda é limitada e essa desigualdade de participação resulta de fatores estruturais, culturais e institucionais que atravessam o sistema eleitoral, as políticas públicas e a legislação vigente.

A estrutura do sistema político brasileiro, as leis de cotas e as reformas eleitorais adotadas ao longo das últimas décadas têm buscado reduzir a desigualdade de gênero, mas os avanços são tímidos, e muitos desafios persistem.

O sistema eleitoral brasileiro, que combina representação proporcional e majoritária, influencia diretamente a participação feminina na política. O modelo proporcional, utilizado para a eleição de deputados e vereadores, poderia, em tese, favorecer maior diversidade de representação. No entanto, como aponta Nogueira (2020), a estrutura desse sistema ainda não garante uma participação equitativa das mulheres, que seguem sub-representadas, principalmente em cargos majoritários, como senadores, governadores e prefeitos. No contexto das eleições municipais, essa desigualdade se torna ainda mais evidente. Como as prefeituras e câmaras municipais representam a base do sistema político e a principal porta de entrada para novas lideranças, a baixa participação da mulher nesse nível reduz significativamente suas chances de ascensão a cargos mais altos, em nível estadual ou federal.

Mesmo com a garantia de cotas de gênero para as candidaturas proporcionais, muitas mulheres enfrentam barreiras para viabilizar suas campanhas, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela resistência dos próprios partidos em apoiá-las efetivamente.

O sociólogo Avritzer (2012) afirma que a estrutura dos partidos políticos no Brasil é amplamente dominada por uma lógica patriarcal, refletindo uma realidade em que as relações de poder desiguais garantem que os homens ocupem as posições de liderança, enquanto as mulheres continuam a ser marginalizadas no processo político. O autor argumenta que essa exclusão das mulheres não é apenas uma consequência de práticas discriminatórias explícitas, mas de um processo sistemático e estrutural que mantém a política como um espaço

predominantemente masculino. Esse controle masculino sobre os partidos políticos se dá tanto nas práticas de escolha de candidatos quanto na organização das estratégias eleitorais, o que resulta na subrepresentação das mulheres em cargos de poder e decisão.

A escolha de candidatos nos partidos políticos, é muitas vezes orientada por uma lógica que privilegia os homens, em função de uma cultura política que associa liderança e autoridade ao gênero masculino. As mulheres, por outro lado, frequentemente acabam em cargos de menor importância, sendo direcionadas para candidaturas simbólicas ou com pouca visibilidade, sem possibilidades concretas de vitória nas urnas. Esse fenômeno vai além da seleção de candidatos, refletindo uma cultura política mais ampla que desvaloriza a liderança feminina e reforça a concepção de que os espaços de poder devem ser majoritariamente ocupados por homens.

No contexto das cotas de gênero, Avritzer (2012) destaca que, embora as cotas sejam uma ferramenta importante para promover a inclusão das mulheres na política, muitas vezes elas são preenchidas apenas de maneira formal, sem que haja um compromisso real com a efetivação da participação feminina. Em muitos casos, as cotas são usadas de forma superficial, com candidaturas femininas sendo lançadas sem o suporte necessário, seja em termos de financiamento de campanha, estrutura partidária ou apoio político. Como resultado, as mulheres continuam a enfrentar enormes barreiras para conquistar posições de liderança política, mesmo em um cenário onde a presença feminina é garantida formalmente. Esse preenchimento simbólico das cotas perpetua um ciclo de exclusão política, uma vez que as mulheres não têm as mesmas oportunidades e condições para competir de maneira igualitária com seus colegas homens.

Esse fenômeno reflete uma estrutura de poder que não só dificulta a ascensão das mulheres na política, mas também limita a qualidade e a pluralidade da representação política. Ao excluir as mulheres das posições de liderança e de decisão, o sistema político reforça um modelo de governança centrado nas perspectivas e interesses masculinos, negligenciando as necessidades e as experiências das mulheres. A exclusão política das mulheres não é apenas uma questão de justiça social, mas um fator que compromete a eficácia e a representatividade do sistema político como um todo, uma vez que uma política mais inclusiva e igualitária teria o potencial de refletir de maneira mais fiel a diversidade da sociedade.

A Lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei das Cotas, exige que pelo menos 30% das candidaturas em eleições proporcionais sejam de cada gênero, mas sua implementação tem sido insuficiente para promover mudanças significativas na composição legislativa. A falta de

comprometimento partidário e a ausência de políticas complementares, como o financiamento equitativo de campanhas e a capacitação de lideranças femininas, limitam a efetividade das cotas, e no contexto das eleições municipais, essa limitação é ainda mais evidente, já que muitas candidaturas femininas servem apenas para preencher requisitos legais, sem chances reais de sucesso eleitoral.

A sub-representação feminina não é apenas uma questão de desigualdade de gênero, mas também de legitimidade democrática, razão pela qual a política deve ser um espaço inclusivo, no qual todas as vozes da sociedade sejam ouvidas e representadas. A baixa participação feminina compromete a qualidade da democracia, pois reduz a diversidade de perspectivas na formulação de políticas públicas. Para reverter esse quadro, é fundamental fortalecer políticas públicas voltadas ao empoderamento feminino, ampliar o financiamento de campanhas femininas e implementar reformas que garantam maior equidade na disputa eleitoral. Especialmente nas eleições municipais, onde se constrói a base da trajetória política, é essencial que haja incentivos concretos para garantir que mais mulheres ocupem cargos eletivos. Somente assim será possível construir um sistema político mais justo e representativo.

a) Modelos eleitorais e seus efeitos sobre a representação feminina

No sistema político brasileiro, o acesso aos cargos eletivos se dá por meio de dois modelos principais: o sistema proporcional, utilizado nas eleições para o Legislativo, e o sistema majoritário, aplicado nas eleições para o Executivo. Cada um desses modelos influencia, de maneiras distintas, as possibilidades de participação e sucesso das mulheres na política.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, utiliza-se o sistema proporcional de lista aberta. Nesse modelo, o eleitor vota em um(a) candidato(a) ou diretamente no partido, e os votos recebidos por todos os candidatos do partido são somados para calcular o número de cadeiras que a legenda terá direito. Posteriormente, essas vagas são distribuídas entre os(as) mais votados(as) da lista. Essa lógica busca garantir maior pluralidade de representações partidárias, mas também gera distorções, como o “efeito puxador de votos”, em que um candidato com votação expressiva e individual pode levar consigo outros menos votados da mesma legenda (Silva, 2016). Embora o sistema proporcione maior diversidade partidária, ele não assegura, por si só, a equidade de gênero, já que obstáculos estruturais — como a ausência de financiamento igualitário, o tempo de

propaganda e o apoio partidário — continuam limitando a participação efetiva das mulheres (Biroli, 2018).

Já nas eleições para o Executivo — que incluem os cargos de presidente, governador e prefeito — é adotado o sistema majoritário. Nele, vence o(a) candidato(a) que obtiver a maioria dos votos válidos. No caso das eleições presidenciais e para governos estaduais, é exigida a maioria absoluta (50% + 1), com a possibilidade de segundo turno. Para os cargos de prefeito, o segundo turno ocorre apenas em cidades com mais de 200 mil eleitores; nos demais municípios, a eleição é decidida em turno único. Esse modelo favorece candidatos(as) com maior visibilidade pública, redes de apoio sólidas e capital político consolidado — elementos que, historicamente, têm sido mais acessíveis aos homens (Carvalho, 2017).

Esse cenário cria barreiras adicionais para as mulheres, pois o modelo majoritário exige uma performance altamente competitiva e personalizada, em um ambiente ainda marcado por práticas misóginas e desiguais. Como aponta Saffioti (1987), o poder político segue estruturado sob uma divisão sexual, em que os espaços de decisão são tradicionalmente associados ao masculino. Isso restringe a presença feminina e reforça a ideia de que liderança e autoridade são atributos masculinos.

Além disso, a violência política de gênero, muitas vezes intensificada nas campanhas majoritárias, impõe desafios extras às candidaturas femininas. As mulheres enfrentam deslegitimação, ataques virtuais e resistência explícita à sua presença na vida pública (Ferreira, 2018). A escassez de referências femininas no Executivo municipal, por sua vez, contribui para a perpetuação desse ciclo, pois dificulta a construção de novos projetos eleitorais liderados por mulheres (Scott, 1995).

Assim, compreender as diferenças entre os sistemas eleitoral proporcional e majoritário é essencial para analisar os entraves à participação feminina. Ambos os modelos, apesar de suas características distintas, operam dentro de uma estrutura partidária ainda resistente à equidade de gênero. Superar essas barreiras exige reformas políticas, apoio institucional e investimento em educação política comprometida com os valores da igualdade e da justiça social.

4.1 A violência política de gênero e o impacto na atuação política das mulheres

A violência política de gênero, embora presente há décadas, tem ganhado crescente visibilidade à medida que as mulheres conquistam mais espaço na política. Esse fenômeno é reflexo das desigualdades sociais que permeiam a sociedade brasileira e contribui diretamente para a desproporcionalidade de participação feminina nos espaços de poder. Embora as mulheres representem 52,47% do eleitorado brasileiro nas eleições de 2024 (BRASIL, 2024), elas seguem sub-representadas nos espaços de poder. Na Câmara dos Deputados, ocupam apenas 15% das cadeiras (TSE, 2022), e no Senado Federal, esse percentual é ainda menor: apenas 12,3% das vagas são ocupadas por senadoras, totalizando 10 dos 81 assentos (BRASIL, 2024b). Essa discrepância evidencia não apenas a desigualdade de gênero na política institucional, mas também os limites das medidas legais adotadas até o momento. A violência política de gênero, a escassez de apoio partidário e a reprodução de estereótipos sobre liderança e autoridade continuam sendo barreiras que limitam o avanço das mulheres na arena política. Essa violência pode ser classificada em várias categorias: simbólica, psicológica, física e institucional. Cada uma delas se manifesta de formas distintas, mas todas têm um impacto profundo na atuação das mulheres no cenário político. A violência simbólica, por exemplo, se materializa por meio de discursos depreciativos, estereótipos e representações distorcidas, que buscam deslegitimar a competência das mulheres para funções públicas. Esse tipo de violência vai além das palavras; ele está enraizado em uma cultura política que sistematicamente diminui a autoridade feminina, perpetuando a ideia de que o espaço político é predominantemente masculino.

A violência psicológica, por sua vez, envolve comportamentos que desestabilizam emocionalmente as mulheres, desqualificando suas imagens públicas e minando sua confiança. Isso pode incluir ameaças, insultos, ataques à dignidade ou intimidações constantes, com o objetivo de desencorajá-las a seguir com suas candidaturas ou mandatos. Embora não deixe marcas físicas, esse tipo de violência afeta profundamente a saúde mental e emocional das mulheres, enfraquecendo sua autoestima e capacidade de resistir à pressão política e social.

A violência física, embora menos frequente, tem um impacto devastador, como evidenciado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018. Esse episódio, que exemplifica a violência extrema contra mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos

marginalizados, expõe a vulnerabilidade das mulheres que desafiam os padrões tradicionais de poder, particularmente em um ambiente político desigual.

A violência institucional ocorre quando as instituições políticas, legislativas e partidárias perpetuam práticas discriminatórias, como a falta de recursos e políticas públicas que promovam a igualdade de gênero. A exclusão das mulheres de espaços de decisão e sua sub-representação nas esferas de poder são exemplos claros dessa violência, que é reproduzida pelas estruturas políticas que deveriam garantir uma participação igualitária.

De acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), o número de candidaturas femininas aumentou nas últimas eleições, impulsionado por medidas como a cota de gênero de 30%. Contudo, a ocupação de cargos políticos por mulheres ainda é baixa, sendo a violência política um fator determinante nesse cenário. Um estudo do Instituto Alziras (Alziras, 2021) apontou que 62% das prefeitas eleitas em 2020 relataram ter sofrido algum tipo de violência política em razão de serem mulheres. Além disso, as mulheres negras, que enfrentam uma interseccionalidade de opressões, são as mais vulneráveis a essa violência, representando 27% das candidaturas femininas, mas sofrendo ataques desproporcionais.

As consequências da violência política de gênero são profundas. No nível individual, muitas mulheres desistem de suas candidaturas ou abandonam suas carreiras políticas devido ao estresse e às ameaças constantes, fenômeno conhecido como "desistência forçada", conforme documentado em diversas pesquisas (Falcão, 2020). No nível coletivo, a violência política de gênero enfraquece a democracia, limitando a diversidade de representação. A exclusão das mulheres do poder não apenas perpetua a desigualdade de gênero, mas também compromete a qualidade das políticas públicas, uma vez que as perspectivas femininas estão sub-representadas nos processos decisórios (Sardenberg, 2019).

A violência simbólica, conceito desenvolvido por Bourdieu (1998) e amplamente explorado nos estudos feministas, refere-se a formas de dominação que não operam por coerção física direta, mas pela imposição de significados e valores que naturalizam relações de poder desiguais. No contexto da participação política feminina, essa violência se manifesta no questionamento das habilidades das mulheres em cargos políticos, na hipersexualização de sua imagem e na representação enviesada pela mídia.

A construção social dos papéis femininos continua sendo um obstáculo significativo à participação política das mulheres. A articulação entre patriarcado, capitalismo e uma cultura política excludente, como discutido por Saffioti (1987) e Costa, Rocha e Solano (2022), revela

que a desigualdade de gênero na política não se trata apenas de um problema de acesso, mas de um sistema estrutural que precisa ser questionado e transformado.

Para superar a violência simbólica e a exclusão política das mulheres, são necessárias ações em múltiplas frentes, envolvendo mudanças institucionais, sociais e culturais. Medidas como cotas de gênero, financiamento público específico para campanhas de mulheres e a punição de partidos que descumprirem normas de equidade são fundamentais para equilibrar o cenário eleitoral. Além disso, é imperativo combater os estereótipos de gênero que desvalorizam a presença das mulheres na política e promover narrativas que reforcem sua competência, liderança e capacidade decisória.

A formação política feminina também é crucial para reverter esse cenário. Criar espaços de formação e apoio pode ser uma estratégia eficaz para enfrentar a autopercepção negativa imposta pela violência simbólica e incentivar novas lideranças femininas. A criação de redes de apoio, como coletivos e mentorias, é essencial para fortalecer as mulheres e ajudá-las a enfrentar os desafios estruturais e informais.

A sociedade civil desempenha um papel fundamental na promoção da equidade de gênero na política. Fazendo coro com movimentos feministas, organizações de direitos humanos e a população em geral, deve-se pressionar por mudanças institucionais e culturais, garantindo que a luta pela inclusão das mulheres no poder resulte em transformações concretas.

4.2 A efetividade das cotas eleitorais: desafios e avanços das políticas públicas na mitigação da violência política contra a mulher

As políticas públicas de ação afirmativa voltadas à participação política feminina representam tentativas de correção de uma desigualdade histórica que marca o acesso das mulheres às esferas de poder. A introdução das cotas de gênero, como previsto inicialmente pela Lei nº 9.504/1997, constitui um marco legal relevante nesse processo. Essa norma estabeleceu que, nas eleições proporcionais, os partidos políticos e coligações devem reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% das candidaturas para cada sexo. Apesar de seu texto neutro em termos de gênero, a medida buscou, na prática, ampliar o acesso das mulheres às disputas eleitorais, reconhecendo sua sub-representação crônica.

No entanto, como apontam Avelar (2001) e Sacchet (2005), a simples reserva de vagas não foi suficiente para transformar a cultura política dos partidos. Ainda prevalecem práticas que marginalizam candidaturas femininas, relegando-as a posições com pouca visibilidade ou chance real de sucesso. A resistência partidária, a escassez de financiamento e o uso estratégico de candidaturas femininas meramente para cumprimento legal — conhecidas como candidaturas "laranja" — minam os efeitos das cotas.

A Lei nº 12.034/2009 buscou aprimorar essa lógica ao tornar obrigatório o preenchimento efetivo das cotas, penalizando os partidos que não observassem a proporcionalidade mínima. Apesar desse avanço, Sacchet (2007) destaca que a fiscalização falha e a fraca atuação das instâncias partidárias em garantir apoio concreto às mulheres dificultam a eficácia da legislação. As candidaturas laranja persistiram, revelando o uso simbólico das cotas e a manutenção da desigualdade de gênero na estrutura político-eleitoral.

Com a Lei nº 13.165/2015, a chamada Minirreforma Eleitoral, foram introduzidas medidas para ampliar o acesso das mulheres aos recursos e à visibilidade de suas campanhas: determinou-se a destinação mínima de 5% (CINCO POR CENTO) do fundo partidário e 10% (DEZ POR CENTO) do tempo de propaganda eleitoral para a promoção da participação política feminina. Ora, se busca-se a igualdade, deveríamos falar em 50%. No entanto, autores como Krook (2010) demonstram que, mesmo diante dessas obrigações legais, os partidos continuaram a priorizar candidaturas masculinas, descumprindo, parcial ou integralmente, as normas de fomento à igualdade sem sofrer sanções significativas.

As Leis nº 13.487/2017 e nº 13.488/2017, ao criarem o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), reforçaram o financiamento público das eleições, e a jurisprudência do STF, especialmente no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5617/DF, estabeleceu que ao menos 30% desses recursos devem ser destinados a candidaturas femininas, desde que haja mulheres registradas. A Lei nº 14.291/2022, por sua vez, alterou a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), determinando que, do tempo total de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão, no mínimo 30% sejam destinados à promoção da participação política das mulheres (percentual que avançou, mas reforça a minoridade).

Apesar desses avanços normativos, a realidade prática continua marcada pela sub-representação feminina. De acordo com dados do TSE (2018), mulheres compunham 52% do eleitorado, mas receberam apenas 32% dos recursos de campanha. O Instituto Alziras (2022)

confirma que essa desigualdade persiste, com as mulheres recebendo menos financiamento, visibilidade e apoio partidário do que seus colegas homens.

A literatura especializada também enfatiza os impactos das práticas fraudulentas no desvirtuamento das políticas afirmativas. Gomes (2021) analisa o fenômeno das candidaturas laranja como um dos principais entraves à efetiva participação feminina. Segundo a autora, além de violarem os princípios da igualdade, essas candidaturas simbólicas reforçam estereótipos de que as mulheres não estão aptas para a política, comprometendo sua imagem pública e minando a confiança do eleitorado.

Os obstáculos não são apenas financeiros ou normativos. Como destacam Biroli (2018) e Araújo (2023), há um machismo estrutural presente nos partidos políticos, que se manifesta na exclusão de mulheres dos espaços de decisão e no acesso restrito a redes de apoio político. Muitas mulheres são desencorajadas a disputar cargos relevantes e, quando o fazem, não recebem suporte proporcional ao de seus colegas homens.

A persistência das desigualdades é agravada por fatores sociais como a sobrecarga de trabalho doméstico, a ausência de políticas de cuidado e a falta de incentivos formais à formação política das mulheres. Medidas como programas de mentoria, capacitação e fiscalização rigorosa dos recursos destinados às campanhas femininas são essenciais para assegurar que as cotas não sejam apenas formais, mas efetivas.

Como sintetiza Sacchet (2007), as cotas só cumprem seu papel transformador quando acompanhadas de mudanças culturais e institucionais mais amplas. Políticas afirmativas, por si sós, não alteram a lógica de exclusão. É preciso vontade política, fiscalização rigorosa e engajamento efetivo dos partidos com a pauta da equidade de gênero, de modo que a participação das mulheres deixe de ser exceção e passe a representar, de fato, a diversidade da sociedade brasileira.

4.3 As redes de apoio e mentoria para candidatas: desafios e oportunidades na inclusão feminina na política

As redes de apoio e mentoria desempenham um papel essencial na inclusão das mulheres na política, especialmente no enfrentamento das barreiras estruturais e culturais, e as organizações sociais e movimentos de mulheres têm sido fundamentais na criação de espaços

de capacitação, apoio e mentoria, que preparam as mulheres para os desafios eleitorais e fortalecem suas campanhas.

Organizações sociais como a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) e a Marcha das Mulheres Negras têm desempenhado papéis essenciais na promoção da igualdade de gênero na política brasileira, proporcionando suporte fundamental para as mulheres enfrentarem as barreiras estruturais e culturais que ainda limitam sua participação e ascensão em espaços de poder e decisão.

A ABMCJ, fundada em 1990, é uma organização que visa promover a inclusão e o fortalecimento da presença das mulheres no meio jurídico e político. A associação busca garantir maior visibilidade e representatividade para as mulheres no campo da advocacia, magistratura, ministério público e outras áreas jurídicas, áreas frequentemente dominadas por homens.

Além de trabalhar para combater o sexismo e a discriminação nas carreiras jurídicas, a ABMCJ oferece uma série de programas de capacitação e mentoria para mulheres, preparando-as para cargos de liderança tanto no âmbito jurídico quanto político. Essa capacitação envolve treinamento em negociação política, direitos humanos, e estratégias eleitorais, proporcionando uma base sólida para que as participantes possam se candidatar a cargos eletivos ou assumir posições de liderança em sua área de atuação.

A ABMCJ também realiza eventos e seminários que discutem a desigualdade de gênero nas instituições políticas e jurídicas e incentivam as mulheres a se posicionarem contra a opressão estrutural que ainda existe nesses espaços. Essa atuação contribui para a formação de uma rede de apoio entre mulheres, que compartilham experiências, desafios e estratégias de superação, criando um ambiente de fortalecimento e solidariedade.

A Marcha das Mulheres Negras, por sua vez, é uma mobilização que visa dar voz às mulheres negras e suas demandas específicas dentro das lutas por direitos e igualdade racial e de gênero. A Marcha começou a ganhar destaque no início dos anos 2000 e tem sido uma das principais plataformas de resistência contra o racismo e o machismo estruturais no Brasil, com um foco particular nas mulheres negras, que enfrentam uma forma de discriminação dupla: tanto por sua raça quanto por seu gênero.

A Marcha das Mulheres Negras realiza eventos, protestos, e ações políticas para promover a inclusão racial e de gênero nas esferas de poder, além de desenvolver programas de capacitação política e eleitoral voltados para as mulheres negras. Esses programas oferecem

mentoria, treinamento em liderança política, e estratégias eleitorais, visando aumentar a participação de mulheres negras na política brasileira, que historicamente têm sido sub-representadas nos espaços de poder e decisão.

Além de capacitar as mulheres negras para se tornarem candidatas e líderes, a Marcha também foca em políticas públicas que atendam às necessidades específicas da população negra, como a garantia de direitos básicos, o combate à violência, e o acesso à educação e saúde. A atuação da Marcha busca garantir que as políticas públicas no Brasil contemplem de forma mais eficaz as demandas de mulheres negras, que muitas vezes são marginalizadas tanto no campo político quanto social.

As redes de apoio oferecidas pela ABMCJ e pela Marcha das Mulheres Negras são de suma importância para o fortalecimento da participação política feminina, especialmente para aquelas mulheres que enfrentam múltiplas camadas de discriminação. As mentorias e treinamentos oferecidos por essas organizações ajudam as mulheres a superar as barreiras que vão desde a falta de confiança até a ausência de apoio dentro dos partidos políticos, que muitas vezes não oferecem estrutura para candidaturas femininas, especialmente de mulheres negras.

Ao oferecerem capacitação em liderança política e estratégias eleitorais, essas organizações criam um caminho mais igualitário para as mulheres competirem nas eleições. Além disso, elas formam redes de apoio entre as participantes, permitindo que compartilhem experiências, desafios e conquistas, e construam juntas um movimento coletivo que visa a transformação das estruturas políticas no Brasil.

Essas redes de apoio também têm um impacto importante no empoderamento político das mulheres, pois ao capacitá-las e apoiá-las, ajudam a construir uma nova geração de mulheres líderes mais confiantes, preparadas para atuar nos espaços de poder e decisão. Ao integrar mais mulheres e mulheres negras na política, essas organizações também contribuem para um processo de transformação social e política, tornando o cenário eleitoral brasileiro mais inclusivo e representativo.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em suas análises sobre a participação feminina na política, apontou que programas de mentoria e capacitação desempenham um papel decisivo na inclusão e ascensão das mulheres em cargos legislativos no Brasil. De acordo com o estudo realizado em 2020, a capacitação política não apenas aumenta as habilidades técnicas das candidatas, como também fortalece suas estratégias eleitorais, sua comunicação política, e sua habilidade em lidar com os desafios do processo

eleitoral. Esses programas, ao oferecerem treinamento específico sobre a legislação, planejamento de campanha, gestão de crises e assessoria jurídica, ajudam as mulheres a se prepararem para as complexas dinâmicas políticas e eleitorais, áreas frequentemente dominadas por homens (IPEA, 2020).

Além disso, a mentoria, que envolve o acompanhamento por lideranças políticas já consolidadas e especialistas, também tem se mostrado um fator chave para o sucesso das candidaturas femininas, pois proporciona não apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas também a construção de uma rede de apoio e a oferta de orientação estratégica. Esse suporte prático é essencial para que as candidatas compreendam as nuances do sistema político, da dinâmica partidária e do processo de arrecadação de fundos, que são muitas vezes desafiadores para as mulheres, que enfrentam um contexto político estruturalmente desigual.

A combinação dessas duas vertentes – o conhecimento técnico adquirido por meio da capacitação e o suporte prático e emocional proporcionado pela mentoria – contribui para que as mulheres não só se apresentem de maneira mais competitiva nas eleições, mas também tenham maior segurança e confiança para enfrentar as barreiras sociais e políticas que ainda limitam seu acesso a cargos de poder. Essas estratégias de formação e o fortalecimento da rede de apoio permitem que as mulheres participem de forma mais equitativa das eleições, desenvolvendo uma liderança política sólida, e com mais chances de sucesso (IPEA, 2020).

O impacto desses programas se reflete em um aumento concreto na representação feminina nas casas legislativas. O IPEA ressalta que, com o avanço da educação política e da preparação estratégica, as mulheres têm conquistado espaços significativos em cargos executivos e legislativos, resultando em uma política mais inclusiva, que reflete melhor a diversidade da sociedade brasileira. No entanto, o IPEA também destaca que a continuidade desses programas, bem como o reforço institucional, são essenciais para consolidar o progresso na representatividade feminina e garantir que as mulheres possam se manter em posições de decisão política.

Em síntese, a combinação de capacitação técnica e suporte prático é um fator crucial para o aumento da presença feminina na política, sendo fundamental para o sucesso das candidaturas femininas, para a transformação das dinâmicas eleitorais e, consequentemente, para a construção de uma democracia mais plural e igualitária.

Em Minas Gerais, o Observatório de Candidaturas Femininas, criado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), busca mapear e promover a inclusão de mulheres

na política. Além de monitorar a participação feminina, o Observatório organiza workshops e seminários destinados a capacitar mulheres para o ambiente político (IBGE, 2021).

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) é outro exemplo relevante, oferecendo mentorias que abrangem desde a elaboração de planos de governo até a gestão de crises durante as campanhas eleitorais, fortalecendo a confiança e habilidades necessárias para navegar nos obstáculos do meio político.

A RAPS é uma organização brasileira criada em 2011, voltada para a capacitação e o desenvolvimento de novos líderes políticos, com ênfase na inclusão de mulheres, jovens e minorias. Seu objetivo central é apoiar candidatos comprometidos com a ética, a transparência e a sustentabilidade, tanto no âmbito social quanto ambiental, visando promover mudanças estruturais no cenário político do Brasil. A Rede oferece programas de mentoria, **capacitação** política e networking, proporcionando aos candidatos as ferramentas necessárias para enfrentar os desafios da política brasileira. Os principais eixos de atuação incluem a elaboração de planos de governo, gestão de crises nas campanhas eleitorais, e o desenvolvimento de habilidades de liderança e articulação política. A organização também prioriza o apoio estratégico nas campanhas, com foco em comunicação e gestão de equipe.

Com um compromisso claro com a diversidade e inclusão, a RAPS busca garantir que mulheres, jovens e grupos marginalizados tenham acesso igualitário a oportunidades políticas, reforçando a participação feminina no ambiente político. Seus resultados refletem a eficácia de suas ações, com vários ex-participantes alcançando sucesso eleitoral e exercendo funções de liderança. Além disso, a RAPS contribui para o fortalecimento de um movimento político mais ético, sustentável e comprometido com a justiça social e a redução das desigualdades no Brasil.

Embora as redes de apoio sejam vitais, as mulheres ainda enfrentam significativas barreiras estruturais e culturais, especialmente dentro dos partidos políticos e resistência machista e a sub-representação das mulheres nas estruturas partidárias limitam o acesso das mulheres aos cargos de liderança. A discriminação de gênero dentro dos partidos, como observado por Pimenta (2021), ainda é um obstáculo importante para a ascensão feminina nas esferas políticas.

A inclusão das mulheres nos espaços de liderança partidária é essencial para transformar essas estruturas e garantir uma agenda política mais inclusiva. Para fortalecer a participação

feminina, é fundamental que os partidos políticos promovam mudanças internas, superando as barreiras culturais que ainda predominam na sociedade brasileira.

Exemplos internacionais demonstram que a combinação de políticas afirmativas e redes de apoio pode ser altamente eficaz na promoção da igualdade de gênero na política. Na Suécia, por exemplo, a implantação de cotas de gênero, juntamente com programas de capacitação específicos para mulheres, resultou em uma das maiores taxas de representação feminina no parlamento, alcançando quase 50%. Este modelo serve como um exemplo claro de como políticas públicas bem implementadas podem gerar resultados concretos.

Nos Estados Unidos, o projeto *Vote, Run, Lead* tem sido um marco ao treinar mulheres para se candidatar a cargos públicos. O "*Vote, Run, Lead*" é um programa criado com o objetivo de capacitar mulheres a se envolverem mais ativamente na política, seja como eleitoras, candidatas ou líderes. O programa, que surgiu em 2011, foi fundado pela *Running Start*, uma organização sem fins lucrativos dedicada a incentivar a participação política feminina e oferece uma série de cursos e treinamentos para mulheres, com o intuito de prepará-las para se candidatarem a cargos públicos, ou mesmo para se tornarem líderes e defensoras da política em suas comunidades. O programa é projetado para fornecer tanto as habilidades técnicas quanto o apoio necessários para que as mulheres superem os desafios impostos ao longo de suas trajetórias políticas e oferece treinamentos em liderança política; mentoria política, apoio emocional e motivacional além do desenvolvimento de uma rede de contatos.

Segundo o programa, mais de 60% das mulheres que participaram do treinamento se candidataram e foram eleitas para cargos públicos (Vote, Run, Lead, 2021).

Apesar das conquistas alcançadas, o Brasil ainda necessita de maior institucionalização das redes de apoio para candidatas. A parceria entre organizações da sociedade civil e o Estado poderia ser um caminho para criar um ambiente mais favorável para a participação feminina na política. Políticas públicas que incentivem a criação de programas de mentoria e capacitação, em colaboração com os partidos políticos, podem ser fundamentais para promover a inclusão das mulheres nas esferas de poder.

É também essencial diversificar essas redes de apoio para incluir mulheres de diferentes raças, classes sociais e regiões geográficas. Mulheres negras e oriundas de regiões periféricas enfrentam obstáculos ainda mais desafiadores para ingressar na política, conforme apontado por Santos (2019). Programas que reconheçam essas diferenças e ofereçam suporte

personalizado são imprescindíveis para garantir a inclusão de um espectro mais amplo de mulheres.

A presença de mulheres nas estruturas de poder não é apenas uma questão de justiça social, mas também de fortalecimento das dinâmicas democráticas, e a participação feminina em cargos políticos está associada a uma maior ênfase em políticas públicas voltadas para o bem-estar social, educação e saúde. Desse modo, o fortalecimento das redes de apoio e mentoria é um passo fundamental para garantir que a democracia brasileira seja mais inclusiva e representativa.

4.4 Campanhas educativas e mobilização social: impactos e limites para a participação política das mulheres

A subestimação da presença feminina no Poder Executivo brasileiro reflete um padrão histórico de exclusão que atravessa séculos de marginalização política e social das mulheres. A ocupação de espaços de poder, especialmente em níveis executivos, ainda representa um desafio significativo em um cenário dominado por estruturas patriarcais. Nesse contexto, campanhas educativas e de mobilização social surgem como mecanismos centrais para estimular a participação política feminina, tanto no âmbito das candidaturas quanto no envolvimento das eleitoras e do eleitorado em geral. No entanto, é imperativo avaliar o impacto real dessas iniciativas, seu alcance e suas limitações, especialmente em termos de sua capacidade de produzir transformações estruturais.

Essas campanhas assumem diferentes formas, desde ações educativas focadas na conscientização do eleitorado sobre a importância da igualdade de gênero até programas que visam capacitar potenciais candidatas. A legislação eleitoral brasileira, ao impor uma cota mínima de 30% para candidaturas femininas em todos os partidos, foi um marco na tentativa de formalizar a inclusão de mulheres no cenário eleitoral. Contudo, como apontam Alves e Figueiredo (2021), essa legislação, embora fundamental, não se traduziu de forma automática em maior representatividade no Poder Executivo, especialmente no nível municipal, onde as barreiras à entrada permanecem significativas.

Neste cenário, campanhas como o programa "Mais Mulheres na Política", promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cumprem um papel relevante. A iniciativa articula ações de sensibilização do eleitorado e empoderamento de candidatas, com o objetivo de criar um

ambiente mais favorável à participação feminina. Todavia, o impacto efetivo dessas campanhas sobre o comportamento eleitoral e sobre a dinâmica partidária tem se mostrado restrito. Estudos como o de Campos e Souza (2020) indicam que, apesar do aumento no número de candidaturas femininas após a adoção das cotas de gênero, o número de mulheres eleitas permanece abaixo do necessário para romper com o padrão de sub-representação.

O problema, portanto, não reside apenas no número de candidatas, mas também nas dinâmicas que operam durante o processo eleitoral. O financiamento de campanhas, por exemplo, é um ponto crítico. Apesar da obrigatoriedade legal de destinar 30% do fundo partidário para candidaturas femininas, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para acessar recursos suficientes que lhes permitam competir em condições igualitárias com os homens (araújo, 2001). Essas desigualdades são agravadas por barreiras culturais e institucionais, como a resistência dentro dos próprios partidos, que muitas vezes se apropriam das candidaturas femininas apenas para cumprimento formal de cotas, sem oferecer apoio político efetivo.

A mobilização social por meio de campanhas educativas, portanto, deve ser analisada em termos de seu potencial para produzir não apenas um aumento quantitativo de candidaturas, mas também uma mudança qualitativa nas estruturas que sustentam a exclusão das mulheres da política. Tais campanhas precisam ser avaliadas em termos de seu alcance real, questionando-se se estão conseguindo modificar a percepção do eleitorado sobre a competência e a legitimidade das candidaturas femininas. O estudo de Ferreira e Lima (2019) demonstrou que as campanhas educativas têm contribuído para aumentar a conscientização entre as eleitoras jovens, particularmente em áreas urbanas, onde o acesso à informação é mais facilitado. No entanto, o impacto dessas iniciativas em regiões periféricas ou em comunidades rurais, onde a política é fortemente dominada por relações patriarcais e clientelistas, permanece limitado.

Outro ponto fundamental é o desafio de desconstruir normas sociais profundamente enraizadas que associam as mulheres a papéis tradicionais e privados. Como apontam Pinto e Vasconcelos (2021), as campanhas têm sido importantes para gerar debate público sobre a importância da presença feminina nos espaços de poder, mas ainda são insuficientes para reverter décadas de construção social que vinculam o poder político ao masculino. Essas construções perpetuam estereótipos que deslegitimam as mulheres enquanto candidatas e líderes, muitas vezes resultando em campanhas de difamação ou violência política de gênero.

Nos últimos dez anos, diversas campanhas educativas foram lançadas no Brasil com o objetivo de aumentar a participação feminina na política. Em 2015, o TSE criou o programa

"Mais Mulheres na Política", com apoio de organizações da sociedade civil, promovendo palestras, seminários e campanhas publicitárias veiculadas na TV, rádio e internet. Glória Pires emprestou sua voz às peças publicitárias, e a ministra cármem lúcia, então presidenta do TSE, reforçou a mensagem de igualdade e democracia.

Em 2016, a ONU Mulheres e a União Europeia lançaram a campanha "Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade", com foco em políticas públicas municipais e promoção de candidaturas femininas. A ex-senadora Marta Suplicy participou de debates e seminários da iniciativa.

Em 2018, a campanha #MaisMulheresNoPoder foi promovida pela ONU Mulheres Brasil, em parceria com a Embaixada do Canadá e outras entidades. Com envolvimento de personalidades como Taís Araújo e Dira Paes, foram realizados encontros com lideranças e oficinas de capacitação.

No ano eleitoral de 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos lançou a campanha "Mulheres na Política: Elas Podem, o Brasil Precisa", com foco em regiões de baixa participação feminina e ações em redes sociais. Patrícia Pillar gravou vídeos de incentivo à candidatura feminina.

Ainda em 2020, o Instituto Alziras promoveu a campanha "Vote Nelas", com ações de mapeamento, sensibilização e formação de candidatas. Manuela d'Ávila apoiou publicamente a iniciativa.

Em 2019, o Instituto Marielle Franco lançou "Mulheres na Política: Nosso Lugar Também é Aqui", com foco na representatividade de mulheres negras, periféricas e LGBTQIA+. Djamila ribeiro e anielle franco participaram ativamente dos eventos.

Mais recentemente, em 2022, a campanha "Não Tem Conversa: Voto em Mulher!", promovida pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres com apoio da ONU Mulheres, abordou a violência política de gênero e encorajou o voto em candidatas comprometidas com a equidade, tendo como destaque Maria da Penha como apoiadora.

Embora cada uma dessas campanhas tenha enfoques distintos, todas convergem para a promoção de um cenário político mais inclusivo. A presença de figuras públicas do mundo artístico, do ativismo e da política tem sido fundamental para dar visibilidade às mensagens. Contudo, o impacto dessas campanhas segue sendo restrito frente às profundas desigualdades estruturais que limitam a participação feminina. Para que tenham maior efetividade, é necessário que estejam articuladas a políticas de longo prazo e reformas institucionais

comprometidas com a equidade, tais como as políticas educacionais voltadas a formação de professores e currículos escolares.

Embora as campanhas educativas mencionadas sejam reconhecidamente importantes para ampliar a participação das mulheres na política, sua análise à luz da pedagogia crítica revela lacunas significativas. Tais campanhas, em sua maioria, adotam uma linguagem institucional e midiática, frequentemente mais informativa do que formativa, priorizando o convencimento rápido em detrimento de um processo de conscientização crítica. Como destaca hooks (2017), a educação libertadora exige diálogo, escuta e reconhecimento da experiência vivida como base do conhecimento — dimensões pouco exploradas por campanhas de comunicação massiva.

Além disso, é necessário problematizar a acessibilidade dessas ações: os conteúdos produzidos consideram diferentes níveis de escolarização, letramento digital ou diversidade sociocultural? Poucas campanhas integram estratégias que dialoguem diretamente com escolas, universidades ou espaços comunitários de formação política — instituições que poderiam atuar como mediadoras críticas do conteúdo proposto. Ao não envolver ativamente os sistemas educacionais formais e não formais, essas campanhas correm o risco de serem recepcionadas de forma superficial ou restrita a públicos já sensibilizados. Repensar tais iniciativas como estratégias pedagógicas — e não apenas comunicacionais — implica em desenhá-las de forma interseccional, dialogada e territorializada, com vistas a construir sujeitos políticos capazes de questionar as estruturas que sustentam a desigualdade de gênero no espaço público.

Nesse cenário, é importante compreender que a educação política das mulheres não se limita ao repasse de informações sobre o processo eleitoral, mas constitui um processo formativo complexo, atravessado por disputas simbólicas, ideológicas e estruturais. Como apontam Freire (1996) e hooks (2017), a educação pode tanto reproduzir as opressões sociais quanto promover a emancipação, a depender de seus conteúdos, métodos e intencionalidades. Campanhas educativas que buscam ampliar a participação feminina na política devem, portanto, ser analisadas não apenas quanto ao seu alcance quantitativo, mas também à sua capacidade de promover reflexão crítica, questionamento das normas de gênero e fortalecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos. Sua eficácia depende do uso de uma linguagem acessível, da consideração da diversidade de escolarização e do diálogo com os territórios onde as desigualdades são mais acentuadas. Nesse sentido, escolas, universidades e redes comunitárias têm papel estratégico na mediação dessas ações, pois podem contextualizar,

aprofundar e sustentar o processo formativo iniciado pelas campanhas. Reforça-se, assim, que a verdadeira transformação política não virá apenas do aumento do número de candidaturas femininas, mas da construção de uma consciência crítica que permita às mulheres reivindicar, ocupar e transformar os espaços de poder historicamente negados a elas.

4.5 – Educação política das mulheres e sua influência na participação eleitoral

A presença das mulheres nos espaços de poder está diretamente ligada aos processos de formação política, tanto formais quanto informais. No entanto, a educação política – entendida como a construção crítica da cidadania, da consciência dos direitos e da leitura do mundo social e institucional – ainda é um direito incompleto para grande parte das brasileiras. Isso se revela na dificuldade de acesso à informação qualificada sobre o funcionamento do sistema eleitoral, nos estereótipos internalizados desde a infância e na ausência de espaços educativos que incentivem a liderança feminina. Embora as mulheres tenham, em média, maior escolarização que os homens, esse capital educacional não se converte de forma automática em engajamento político ou disputa de cargos eletivos. Isso porque, como discutido anteriormente, a educação formal no Brasil historicamente negligenciou conteúdos voltados à formação cidadã crítica, optando por uma abordagem neutra e despolitizada do currículo (Silva, 2020; Apple, 1989).

As campanhas educativas eleitorais, embora importantes, não são suficientes para suprir essa lacuna. Muitas vezes, operam no registro da comunicação institucional e da disseminação superficial de informações, sem estabelecer vínculos consistentes com os contextos sociais das mulheres, especialmente as de regiões periféricas, negras, indígenas e com menor escolarização. A ausência de uma política pública estruturada de formação política voltada às mulheres faz com que muitas candidatas estreantes contem apenas com sua experiência de vida ou redes informais de apoio para interpretar e agir sobre o campo político (Biroli, 2018).

Nesse contexto, é fundamental considerar a escola, a universidade e os espaços de educação não formal como arenas de disputa ideológica. O avanço de propostas como o “Escola Sem Partido” ilustra esse embate: ao tentar restringir o debate sobre gênero, política e direitos humanos no ambiente escolar, essa proposta atua contra uma formação política emancipadora. Como argumenta Miguel (2018), a neutralidade defendida por esse movimento esconde uma opção conservadora que nega às mulheres, às populações racializadas e aos grupos

subalternizados o direito à leitura crítica do mundo e à ação política transformadora. Em contraponto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) e os princípios da pedagogia freireana defendem uma escola comprometida com a democracia, a justiça social e a equidade de gênero.

Portanto, o letramento político das mulheres não pode ser entendida apenas como um pré-requisito técnico para sua inserção eleitoral, mas como um processo histórico, simbólico e institucional que tanto pode reproduzir estruturas de dominação quanto permitir sua subversão. A depender da abordagem adotada, a educação pode se converter em ferramenta de opressão — quando naturaliza hierarquias e silencia vozes — ou em instrumento de libertação — quando promove a escuta, a consciência crítica e o reconhecimento das mulheres como sujeitas da política.

Portanto, o letramento político das mulheres não pode ser entendido apenas como um pré-requisito técnico para sua inserção eleitoral, mas como um processo histórico, simbólico e institucional que tanto pode reproduzir estruturas de dominação quanto permitir sua subversão. A depender da abordagem adotada, a educação pode se converter em ferramenta de opressão — quando naturaliza hierarquias e silencia vozes — ou em instrumento de libertação — quando promove a escuta, a consciência crítica e o reconhecimento das mulheres como sujeitas da política.

Reconhecer essa ambivalência é essencial para compreender por que a simples ampliação do acesso educacional não garante, por si só, a equidade na participação política. A formação política das mulheres exige políticas públicas intencionais, currículos comprometidos com a justiça social e experiências educativas que fortaleçam a autonomia, a autoestima e o pertencimento à esfera pública. Ao final, é nesse campo disputado da educação – formal e não formal – que se constrói a possibilidade de reconfiguração dos papéis de gênero e da ampliação real da presença feminina nos espaços de decisão. Essa discussão se articula diretamente às experiências concretas das mulheres eleitas, tema que será aprofundado nos capítulos seguintes.

Ao considerar a educação política como um campo estratégico para a ampliação da participação feminina, é necessário também observar como esse processo se manifesta em contextos territoriais específicos. A construção da cidadania e o acesso aos espaços de poder não ocorrem de forma homogênea no país, sendo profundamente atravessados por desigualdades regionais, econômicas e culturais. Nesse sentido, compreender a trajetória de mulheres eleitas exige um olhar atento para os territórios em que essas experiências se

concretizam. Minas Gerais, com sua relevância histórica e diversidade sociopolítica, oferece um cenário fértil para essa análise, especialmente em suas regiões Sul e Sudoeste, onde se concentra o recorte empírico desta pesquisa. O capítulo seguinte, portanto, se dedica a contextualizar o papel político do estado e suas particularidades locais, estabelecendo as bases para a compreensão das dinâmicas que envolvem a presença feminina no Executivo municipal.

CAPÍTULO 5 - O ESTADO DE MINAS GERAIS E SUA PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL

Minas Gerais tem se destacado não apenas por seu papel histórico, mas também por sua crescente importância no cenário político atual. O estado não só moldou a política nacional ao longo dos séculos, como também continua a ser um ator crucial no contexto político contemporâneo, com uma forte presença tanto nas esferas executiva e legislativa, quanto na luta por maior representatividade feminina.

Historicamente, a Inconfidência Mineira, que marcou o fim do século XVIII, foi um dos primeiros grandes movimentos de contestação ao poder imperial. Essa revolta, liderada por figuras como Tiradentes, não só representou uma busca por autonomia, mas também foi um dos primeiros sinais de um desejo de transformação política que influenciaria as futuras lutas republicanas (Pinto, 2012). O legado da Inconfidência é frequentemente lembrado como o marco inicial da luta pela independência e pelo desenvolvimento de uma identidade política mineira, que, mais tarde, se refletiria nas disputas políticas da República Velha.

Ainda no contexto da Inconfidência Mineira, destaca-se a figura de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, mulher letrada e influente de São João del-Rei, que apoiou financeiramente e logisticamente o movimento. Embora invisibilizada por muitos relatos oficiais, sua participação comprova que, mesmo em um cenário político amplamente dominado por homens, havia mulheres articulando e influenciando os rumos da resistência (Araújo, 2009).

Na Primeira República (1889-1930), Minas Gerais se consolidou como um dos principais centros de poder, ao lado de São Paulo, formando o pacto político da "política do café com leite". Essa alternância de poder entre as elites de São Paulo e Minas dominou a presidência da República e as principais decisões políticas nacionais. Como argumenta Fausto (2010), esse domínio das elites visava garantir a estabilidade política, mas ao mesmo tempo limitava o avanço democrático, uma vez que um pequeno grupo de elites continuava a controlar o processo eleitoral e o acesso ao poder, excluindo uma ampla parcela da população das decisões políticas.

Após a Revolução de 1930, Minas perdeu uma parte de sua proeminência política com a ascensão de Getúlio Vargas e a transição para o Estado Novo, que significou a centralização do poder federal e a diminuição da influência das oligarquias estaduais. Contudo, conforme observa Silva (1999), Minas Gerais não perdeu sua relevância na política nacional. Embora

suas oligarquias tenham sido enfraquecidas, o estado continuou sendo um ator fundamental na formulação de políticas públicas e na estabilização do novo regime, se adaptando às mudanças e, muitas vezes, moldando decisões políticas chave para o futuro do país.

Durante a República Velha, o domínio de Minas Gerais na política nacional foi essencial para a manutenção do equilíbrio entre as elites estaduais. O movimento político que alternava o poder entre os estados produtores de café foi chamado de "política do café com leite", uma estratégia de controle político das oligarquias que garantiu uma estabilidade política à custa da exclusão das classes populares da tomada de decisões. Esse período é marcado pela figura de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que, como líder político mineiro, ajudou a consolidar esse sistema de alianças (Costa, 2014). A política de Minas Gerais foi caracterizada por uma forte centralização nas mãos das oligarquias, com grande controle sobre as instituições políticas e a administração pública. A alternância de poder entre Minas e São Paulo criou um sistema de clientelismo político que favorecia os interesses das elites, sem dar espaço para uma real representação da classe trabalhadora e das populações periféricas.

Embora formalmente excluídas da política institucional durante a Primeira República, algumas mulheres atuaram nos bastidores da vida pública mineira, influenciando decisões e alianças estratégicas. Um exemplo emblemático é Cândida de Souza e Silva, esposa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, uma das principais lideranças políticas de Minas Gerais no período. Reconhecida por sua habilidade como anfitriã e articuladora, Cândida exercia forte influência nos salões políticos e nas negociações travadas entre as elites estaduais e federais. Sua atuação, embora não registrada nos documentos oficiais, revela como as mulheres participaram de forma indireta, porém relevante, das dinâmicas de poder que sustentaram a política do café com leite. Essa presença velada ilustra como a política mineira, mesmo marcada pela exclusão de gênero, contou com a mediação simbólica e prática de figuras femininas nos bastidores do poder (Soihet, 2002).

Na atualidade, Minas Gerais mantém sua relevância no cenário político nacional, não apenas pela sua grande importância econômica, mas também pela diversidade política do estado. O governo de Fernando Pimentel (2014-2018) foi emblemático, demonstrando a complexidade das dinâmicas eleitorais e a polarização política de Minas Gerais. Apesar de seu governo enfrentar dificuldades econômicas e crises fiscais, ele refletiu o poder político de Minas na formação das políticas públicas nacionais. Em um contexto de polarização política crescente, figuras como Romeu Zema e Antônio Anastasia, representantes de diferentes espectros

ideológicos, reafirmam a importância de Minas nas decisões políticas do Brasil. A alternância entre candidatos de esquerda e direita reflete as contradições regionais e as tensões sociais que permeiam o estado (Souza, 2018). Minas Gerais segue sendo um campo estratégico de disputa política, onde as decisões eleitorais têm um impacto direto nas direções políticas nacionais.

Além disso a representatividade feminina vem apresentando algum movimento, que, embora modesto, indica progresso. O estado tem sido palco de um movimento crescente para garantir maior participação das mulheres nas esferas de poder, refletindo uma tendência nacional de empoderamento político feminino. Organizações como a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ) e a Marcha das Mulheres Negras têm desempenhado um papel crucial no apoio e na formação de lideranças femininas. Essas entidades oferecem mentorias, programas de capacitação e espaços de formação política, promovendo não apenas a inclusão das mulheres nas eleições, mas também contribuindo para a diversificação do debate político, com uma ênfase em questões de igualdade de gênero e justiça social.

Esses movimentos de mulheres em Minas Gerais têm sido fundamentais para enfrentar as barreiras culturais e estruturais que dificultam o acesso das mulheres às posições de liderança política. Tais iniciativas são essenciais para garantir que as mulheres possam competir de maneira mais equilibrada e justa nas eleições, contribuindo para um cenário político mais representativo e inclusivo.

O impacto desses movimentos também é visível no aumento da participação das mulheres na política estadual, refletindo uma mudança gradual no perfil das lideranças políticas. As políticas públicas voltadas para a inclusão feminina, como cotas para mulheres em cargos legislativos e executivos, têm se mostrado efetivas na promoção de uma maior diversidade de vozes e experiências no processo político de Minas Gerais.

Além da questão de gênero, a política de Minas Gerais também tem se tornado um campo de disputa para as novas gerações, com a crescente participação de jovens nas decisões políticas. A juventude tem buscado mais espaços de representação, refletindo a inclusão das demandas da nova geração no debate político. A formação de lideranças jovens, aliada a novas tecnologias de comunicação e participação política, tem moldado as futuras disputas eleitorais no estado.

Nas últimas décadas, a eleição de prefeitas, vereadoras e deputadas tem se tornado cada vez mais significativa, culminando nas eleições de 2020, quando o número de prefeitas aumentou, especialmente nas regiões sul e sudoeste do estado.

Ao pesquisar sobre a participação de mulheres na política em Minas Gerais, Silva (2018) examina a evolução da participação feminina na política de Minas Gerais, destacando os desafios históricos e as conquistas ao longo do tempo. A autora analisa o contexto político, social e econômico que moldou a inserção das mulheres nas esferas de poder no estado, enfatizando a importância do movimento feminista para o avanço da igualdade de gênero.

A autora traça uma linha do tempo, desde o início do século XX, quando as mulheres começaram a conquistar espaço na política, até as mudanças mais recentes, incluindo as vitórias eleitorais nas décadas de 1990 e 2000. Ela destaca como o contexto social, as estruturas políticas e as práticas de exclusão dificultaram o acesso das mulheres aos cargos de poder, mas também enfatiza os avanços gradativos, como o aumento do número de vereadoras, deputadas e prefeitas, especialmente nas últimas décadas.

Silva (2018) destaca, ainda, o papel crucial das mulheres na construção de um cenário político mais inclusivo e democrático em Minas Gerais. A autora argumenta que a presença feminina na política tem contribuído para a introdução de temas relacionados ao bem-estar social, como saúde, educação e políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. Ela também discute a importância das redes de apoio, como as organizações de mulheres e as políticas de cota, que têm sido fundamentais para ampliar a participação feminina no campo político.

Em sua análise de Silva (2018) também envolve as barreiras culturais e institucionais que as mulheres enfrentaram para ter suas vozes ouvidas e alcançar cargos de decisão política. A autora sugere que, embora as mulheres tenham conquistado maior visibilidade e poder político, ainda há uma luta contínua para alcançar a paridade com os homens, especialmente nos níveis mais altos de poder.

A participação feminina na política mineira tem sido fundamental para a promoção de propostas focadas no bem-estar social e no fortalecimento da democracia local (Souza & Lima, 2021). Em 2020, as mulheres eleitas como prefeitas superaram barreiras históricas, destacando a capacidade das mulheres em enfrentar obstáculos tradicionais no campo político. A crescente inserção das mulheres na política de Minas Gerais está diretamente ligada ao movimento social por igualdade de gênero, que ganha força em várias esferas da sociedade.

O espaço das mulheres na Política de Minas Gerais Com a análise da histórica participação de Minas Gerais no cenário político brasileiro, é relevante observar a morosa, mas crescente, inserção das mulheres nas esferas de poder estadual e municipal. Minas apresentou

um discreto aumento no número de mulheres como prefeitas, especialmente nas regiões sul e sudoeste do estado e este aumento reflete uma crescente conscientização sobre a importância da inclusão política feminina e do fortalecimento da presença das mulheres nos espaços decisórios.

O número de mulheres recém-empoadas como prefeitas em Minas Gerais em 2025 é de apenas 68, representando 7,9% dos 853 municípios do estado. Esse total é levemente superior ao registrado nas eleições municipais anteriores, quando 61 lideranças femininas assumiram o cargo em 2021. Contudo, a atual taxa de representatividade feminina em Minas é significativamente menor do que a média nacional, que é de 13% — ou seja, 727 dos 5.569 municípios brasileiros serão governados por mulheres em 2025 (Senado Federal, 2024).

Os dados revelam uma persistente desigualdade de gênero na ocupação de cargos executivos municipais, evidenciando a força de barreiras estruturais que permanecem praticamente inalteradas ao longo do tempo. Em Minas Gerais, fatores como o machismo institucional, a escassez de recursos financeiros e a ausência de redes de apoio e mentoria configuram um cenário de exclusão política que afeta, sobretudo, as candidaturas femininas. A sub-representação feminina também reflete uma cultura política dominada por uma estrutura predominantemente masculina, o que dificulta a ampliação do protagonismo das mulheres nas esferas de decisão.

Esses dados não apenas evidenciam a escassez de mulheres em cargos executivos municipais, mas também levantam questões sobre as dificuldades estruturais e sociais que ainda precisam ser enfrentadas para garantir um espaço mais equitativo para as mulheres no cenário político de Minas Gerais.

Diante desse cenário de sub-representação persistente, torna-se fundamental analisar como essas desigualdades se manifestam em territórios específicos, onde fatores culturais, econômicos e institucionais adquirem contornos próprios. As regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais, marcadas por uma diversidade de perfis municipais e por dinâmicas políticas peculiares, oferecem um campo fértil para compreender os limites e as possibilidades da participação feminina no Executivo municipal. Ao lançar luz sobre os resultados das eleições de 2020 nesses contextos, o olhar se volta para identificar padrões, desafios e estratégias que marcam a trajetória das mulheres que ousaram disputar — e ocupar — espaços historicamente negados a elas.

5.1 Sul e Sudoeste de Minas Gerais no contexto político brasileiro: uma introdução à análise da participação das mulheres nas eleições municipais de 2020

A região sul e sudoeste de Minas Gerais é caracterizada por uma diversidade geográfica, cultural e econômica que reflete tanto a complexidade histórica do estado quanto a sua inserção no Brasil. Composta por municípios de diferentes portes e realidades socioeconômicas, essa área desempenha um papel central nas dinâmicas políticas do estado e, por extensão, no cenário nacional. Sua importância histórica, econômica e política é marcada pela produção agrícola, pelo desenvolvimento do setor de serviços e pela crescente participação em debates e decisões políticas regionais. A análise da participação feminina nas eleições municipais de 2020 revela como essas dinâmicas estão sendo desafiadas, especialmente no tocante ao empoderamento feminino e à luta por maior representatividade no poder executivo local.

O sul e sudoeste de Minas Gerais têm sido, ao longo da história, regiões de significativa influência no cenário político estadual e nacional, especialmente devido à sua forte base econômica, que envolve o agronegócio, a indústria e o comércio. Municípios como Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre - nenhum desses com prefeitas em sua história política - se destacam por sua atuação no setor produtivo, o que reflete nas disputas eleitorais, onde interesses de diferentes atores sociais, empresariais e rurais estão em constante interação. Porém, é importante destacar que a política local sempre foi dominada por grupos conservadores, com forte presença de oligarquias familiares. Esse padrão político, que perdurou por décadas, tem sido gradualmente alterado por movimentos sociais que exigem uma maior diversidade de vozes no debate político, refletindo um avanço na busca por políticas públicas mais inclusivas.

As mudanças sociais e culturais observadas na região sul e sudoeste de Minas Gerais também impactam a política municipal. A urbanização crescente e a pressão por políticas públicas mais voltadas para a inclusão social têm modificado a estrutura política das cidades, exigindo uma maior representatividade nos cargos de poder. No entanto, apesar das transformações, as mulheres continuam a enfrentar barreiras significativas, como a falta de financiamento para suas campanhas e a resistência cultural arraigada nas comunidades, especialmente em municípios de menor porte. Tais obstáculos dificultam o acesso das mulheres ao poder político, uma vez que a política local é, historicamente, dominada por grupos

masculinos tradicionais, muitas vezes ligados a estruturas familiares e patrimoniais (Silva, 2018).

A participação feminina nas eleições municipais de 2020 refletiu esse cenário, com crescimento no número de candidaturas. Contudo, o avanço permaneceu limitado por obstáculos relevantes, sobretudo em municípios menores do sul e sudoeste de Minas Gerais, onde predominam estruturas políticas masculinas e conservadoras. Nesses contextos, a escassez de financiamento e a baixa inserção em circuitos de articulação política restringiram significativamente a competitividade das candidatas. A resistência cultural, que vê a política como um campo predominantemente masculino, continua sendo um obstáculo importante, refletido em dificuldades de visibilidade nas campanhas e na desconfiança do eleitorado em relação à liderança feminina.

Ainda assim, as mulheres que conseguiram se eleger para o cargo de prefeita em 2020 demonstraram grande resiliência e inovação em suas campanhas. Elas adotaram novas estratégias de mobilização, muitas vezes utilizando redes sociais para contornar a falta de apoio financeiro tradicional e criar uma aproximação mais direta com os eleitores. Além disso, as políticas de cotas eleitorais, embora limitadas, foram determinantes para garantir um número maior de candidaturas femininas, o que ajudou a aumentar a visibilidade das mulheres no cenário político local. Essa mudança nas estratégias de campanha foi, de certa forma, um reflexo do impacto positivo de iniciativas afirmativas, como as cotas eleitorais, mas também indicou a necessidade de mais apoio institucional para garantir a continuidade desse avanço.

Contudo, é necessário aprofundar as soluções para garantir uma maior representatividade feminina nas esferas de poder. Uma das principais recomendações é o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o financiamento das campanhas de mulheres, especialmente nas cidades menores, onde as dificuldades de arrecadação são mais pronunciadas. Além disso, é fundamental a criação de redes de apoio político que conectem candidatas a prefeitas com outras mulheres já em posições de liderança, possibilitando a troca de experiências e estratégias. Outro ponto importante é a necessidade de capacitação política, com programas que visem melhorar a formação das mulheres para a gestão pública e o entendimento das dinâmicas eleitorais, aumentando suas chances de sucesso nas campanhas.

Outro aspecto relevante é a implementação de ações que promovam a mudança cultural nas comunidades menores, onde a política ainda é fortemente marcada por estruturas familiares patriarcais. O apoio das lideranças comunitárias locais, em conjunto com as políticas públicas

voltadas para a promoção das mulheres, pode ajudar a superar a resistência cultural e aumentar a aceitação das mulheres nas disputas eleitorais. Além disso, é necessário que os partidos políticos assumam um papel mais ativo no fomento à candidatura de mulheres, oferecendo, de forma equitativa, os recursos necessários para que possam competir em condições mais igualitárias.

Por fim, é fundamental reconhecer que a luta pela valorização e pertencimento da mulher na política não se resume à implementação de cotas ou ao aumento do número de candidaturas femininas. Para que a participação feminina nas eleições municipais de Minas Gerais seja verdadeiramente transformadora, é preciso que haja um compromisso coletivo de todos os setores da sociedade — governo, partidos políticos, organizações da sociedade civil e eleitores — em promover uma política mais inclusiva, que não apenas permita a entrada das mulheres nas disputas eleitorais, mas também as capacite e as apoie de maneira contínua. Esse compromisso deve ser direcionado à construção de um cenário em que a paridade de gênero não seja um objetivo distante, mas uma realidade alcançável e sustentável.

Assim, o foco deste capítulo será, portanto, a análise das candidaturas femininas ao cargo de prefeita no sul e sudoeste de Minas Gerais, com ênfase nas campanhas para o poder executivo. Embora as mulheres continuem a ser minoria nas disputas para o cargo de prefeita, elas vêm ganhando destaque em muitos municípios, desafiando as tradições e trazendo novas perspectivas para a gestão pública local.

Para compreender a relevância dessas candidaturas, é necessário observar as características das campanhas, as propostas apresentadas pelas candidatas e as estratégias adotadas para vencer as barreiras impostas pelas estruturas políticas locais. Nessas regiões, a candidatura feminina ao executivo municipal ultrapassa a dimensão eleitoral, assumindo contornos de afirmação identitária e enfrentamento simbólico de um sistema de poder historicamente masculino.

Além disso, as políticas públicas propostas por essas mulheres se destacaram em questões como saúde, educação, segurança e desenvolvimento sustentável, áreas que tradicionalmente recebem uma atenção maior das gestoras municipais. A inclusão de agendas feministas e a preocupação com a promoção da igualdade de gênero foram outros elementos

importantes nas campanhas dessas prefeitas, refletindo uma crescente conscientização sobre as desigualdades presentes na sociedade e na política local.

5.2 Participação feminina nas eleições de 2020 e 2024 em Minas Gerais: uma análise crítica à luz da interseccionalidade

A análise das candidaturas femininas ao cargo de prefeita em Minas Gerais, nos pleitos de 2020 e 2024, evidencia não apenas a persistente sub-representação das mulheres, mas também um preocupante retrocesso. Em termos absolutos, houve uma redução de 293 para 273 candidatas, e, proporcionalmente, a presença feminina caiu de 7% para 5% do total de candidaturas.

Entre os diversos aspectos analisados, destaca-se a expressiva predominância de mulheres com Ensino Superior completo entre as candidatas. Embora não se trate de um requisito formal para o exercício de cargos políticos no Brasil, esse dado revela um padrão significativo: a elevada escolarização tem funcionado como uma estratégia simbólica de legitimação social para as mulheres que se inserem na política, especialmente em espaços historicamente masculinos. A busca por credenciais educacionais, nesse contexto, parece responder a uma necessidade de reforçar a legitimidade da candidatura frente a barreiras culturais e institucionais que frequentemente desqualificam a presença feminina na política.

Por outro lado, observa-se a quase ausência de candidaturas femininas entre aquelas com menor escolaridade, o que evidencia processos de elitização do acesso à disputa eleitoral. Tal fenômeno não deve ser interpretado como uma exigência normativa, mas como um reflexo das desigualdades estruturais vinculadas à formação educacional e à condição socioeconômica, que impactam de forma mais intensa as mulheres. Como denuncia bell hooks (1994), as mulheres são frequentemente impelidas a comprovar méritos adicionais como condição para acessar determinados espaços, em um sistema que permanece marcado por práticas sexistas e excludentes.

Esse quadro também aponta para a necessidade de refletir sobre como a política institucionalizada, embora legalmente aberta a todos os cidadãos, acaba operando com barreiras simbólicas que reforçam a exclusão, particularmente das mulheres em situação de maior vulnerabilidade social e com menores níveis de escolarização. A ausência de candidatas

oriundas das camadas populares, nesse sentido, não resulta de uma falta de interesse ou capacidade, mas de obstáculos sistêmicos que restringem a participação política de mulheres de perfis diversos.

Assim, mais do que enfatizar a escolaridade como critério para o ingresso na política, é necessário compreender que ela tem sido mobilizada por muitas mulheres como uma ferramenta de fortalecimento de sua presença em um ambiente que ainda resiste à participação feminina. Esse cenário evidencia a importância de políticas públicas que garantam a igualdade de condições para o exercício pleno da cidadania e para a democratização efetiva do acesso aos espaços de poder.

5.3 O perfil das candidaturas ao executivo municipal em Minas Gerais, em 2020

Antes de adentrar ao perfil das prefeitas eleitas, insta um relato sobre a caracterização geográfica e socioeconômica dos municípios incluídos na pesquisa, situados nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais, para compreender os contextos locais que moldam as dinâmicas políticas, especialmente no que se refere à participação de mulheres em cargos executivos.

O primeiro município, localizado na região do Sul de Minas, possui uma área de aproximadamente 110 km² e uma população estimada em cerca de 4.500 habitantes. Sua economia está fortemente vinculada à agricultura familiar, com destaque para o cultivo de café e a produção leiteira. O relevo montanhoso, típico do das Minas Gerais, constitui características marcantes do território, favorecendo práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis (IBGE, 2024).

O segundo município, situado no Sudoeste mineiro, apresenta uma área de cerca de 300 km² e uma população estimada em 7.500 habitantes. Sua base econômica é a agropecuária, com significativa produção de leite e café. O relevo ondulado e o clima tropical de altitude favorecem a diversidade produtiva e tornam a região propícia ao desenvolvimento de pequenas e médias propriedades rurais (IBGE, 2024).

O terceiro município, também na região Sul do estado, abrange uma área de aproximadamente 200 km², com população em torno de 8.000 habitantes. Sua economia é mais diversificada, incorporando agroindústrias e a produção cafeeira como principais vetores de desenvolvimento. O relevo montanhoso e o clima ameno contribuem para a atratividade do turismo rural e das atividades culturais locais (IBGE, 2024).

O quarto município, igualmente situado no Sul de Minas, possui aproximadamente 130 km² de extensão territorial e uma população estimada em 9.000 habitantes, conforme dados do Censo 2022 (IBGE, 2024). Sua economia é voltada predominantemente para a agricultura familiar, com destaque para o cultivo de café — atividades impulsionadas pelas características do relevo acidentado e pelo clima subtropical da região.

Por fim, o quinto município analisado está localizado no Sudoeste de Minas e apresenta uma área de aproximadamente 250 km², com população em torno de 8.500 habitantes. A economia local é baseada na agropecuária, com forte presença da produção leiteira e cafeeira. O relevo ondulado e o clima de altitude são fatores que favorecem a permanência da agricultura como eixo estruturante da economia local (IBGE, 2024).

Esses contextos geoeconômicos e demográficos delineiam territórios marcados pela predominância de pequenas cidades, com forte presença da agricultura familiar e estrutura produtiva tradicional. Tais características influenciam diretamente a constituição do campo político, as formas de participação cidadã e os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso aos espaços de poder.

Em 2020, o perfil das candidatas a prefeitas em Minas Gerais mostrou uma série de características demográficas e sociais que revelam tanto avanços quanto desafios persistentes. As principais características incluem dados sobre a idade, escolaridade e estado civil, que refletem tanto a crescente profissionalização das mulheres na política quanto as desigualdades ainda presentes. A grande disparidade de homens e mulheres entre os prefeitos eleitos em MG reflete a baixa participação feminina na política municipal: 92,78% dos prefeitos eleitos eram homens (784 eleitos); apenas 7,22% eram mulheres (61 eleitas).

Embora esse número seja historicamente pequeno, representa um crescimento em relação a eleições passadas, onde a participação feminina era ainda menor.

A média de idade das candidatas foi de 47 anos, com concentração predominante na faixa entre 45 e 59 anos (44,26%), perfil associado àquelas com alguma experiência política anterior. A baixa presença de mulheres com menos de 25 anos (0,36%) revela a dificuldade de renovação geracional, agravada pela limitada visibilidade e escassez de recursos, conforme apontado pelo TRE-MG (2022).

A faixa etária dos eleitos sugere um predomínio de políticos mais experientes, possivelmente com trajetórias políticas anteriores:

Tabela 2. Distribuição de faixa etária por eleitos

Faixa Etária	Total de Eleitos	% do Total
21 a 24 anos	3	0,36%
25 a 34 anos	61	7,22%
35 a 44 anos	193	22,84%
45 a 59 anos	426	50,41%
60 a 69 anos	126	14,91%
Acima de 69 anos	36	4,26%

Fonte: TRE-MG (2020, atualizado em 12/07/2024 17:14:27).

A análise do perfil dos prefeitos eleitos em Minas Gerais nas eleições de 2020 revela uma estrutura de poder marcada por desigualdades que se perpetuam ao longo do tempo. Como destaca Saffioti (1987), as relações de dominação não se limitam a uma única dimensão, mas operam de forma interligada, garantindo que determinados grupos mantenham o controle sobre espaços de decisão.

A predominância da faixa etária entre 45 e 59 anos (50,41%) entre os eleitos demonstra que a política municipal segue sendo um território acessível principalmente para aqueles que já possuem inserção consolidada no sistema. A presença mínima de jovens entre 21 e 24 anos (apenas 0,36%) reforça as barreiras estruturais que dificultam sua entrada na esfera política formal, como potencial maternidade. Já os candidatos acima de 60 anos (19,17%) continuam a ocupar um espaço significativo, refletindo a continuidade de carreiras políticas já estabelecidas e a reprodução do poder dentro das mesmas estruturas.

Além do recorte etário, a distribuição de gênero entre os eleitos reforça a persistência de desigualdades históricas. Dos 845 prefeitos eleitos, 92,78% eram homens (784 eleitos), enquanto apenas 7,22% eram mulheres (61 eleitas). Essa sub-representação feminina demonstra que, apesar dos avanços na participação política das mulheres, a ocupação de cargos majoritários ainda se encontra fortemente atrelada a uma lógica patriarcal que restringe o acesso feminino ao poder (Saffioti, 1987).

Assim, o perfil dos eleitos em 2020 evidencia que a política municipal em Minas Gerais continua sendo um espaço dominado por homens e por indivíduos com trajetórias políticas já consolidadas. Como apontado por Saffioti (1987), essas desigualdades não são meras coincidências, mas resultado de estruturas que operam para manter determinados grupos no poder, dificultando a renovação e a inclusão de setores historicamente marginalizados.

Quando analisamos a idade dos eleitos separadamente por gênero, encontramos algumas diferenças importantes:

Tabela 3 . Distribuição dos Homens Eleitos por Faixa Etária

Faixa Etária	Homens Eleitos	% do Total Masculino
21 a 24 anos	3	0,38%
25 a 34 anos	58	7,40%
35 a 44 anos	178	22,70%
45 a 59 anos	399	50,89%
60 a 69 anos	113	14,41%
Acima de 69 anos	33	4,21%

Fonte: TRE-MG (2020, atualizado em 12/07/2024 17:14:27).

Tabela 4. Distribuição das Mulheres Eleitas por Faixa Etária

Faixa Etária	Mulheres Eleitas	% do Total Feminino
25 a 34 anos	3	4,92%
35 a 44 anos	15	24,59%
45 a 59 anos	27	44,26%
60 a 69 anos	13	21,31%
Acima de 69 anos	3	4,92%

Fonte: TRE-MG (2020, atualizado em 12/07/2024 17:14:27).

A análise dos dados sobre os prefeitos eleitos em Minas Gerais nas eleições de 2020 reforça as desigualdades estruturais na distribuição do poder político, tanto em termos de idade quanto de sexo. Ao considerar os estudos de Saffioti (1987) e Costa, Rocha e Solano (2022), percebe-se como a política continua sendo um espaço de dominação masculina e de exclusão feminina, reforçando um imaginário político que marginaliza as mulheres na disputa por cargos majoritários.

A predominância masculina nos cargos de prefeito é evidente: 92,78% dos eleitos eram homens, enquanto apenas 7,22% eram mulheres. Essa discrepância mostra como o campo político é estruturado para favorecer a permanência dos homens no poder, um fenômeno analisado por Saffioti (1987) como parte de uma lógica patriarcal que atravessa as instituições. O fato de os homens representarem mais de 50% dos eleitos na faixa de 45 a 59 anos (399 eleitos) evidencia que a experiência acumulada dentro das estruturas políticas é um fator

determinante para a eleição. Isso sugere que os homens têm mais acesso a trajetórias políticas de longo prazo, consolidando-se como líderes naturais dentro do sistema.

Já entre as mulheres eleitas, a maior concentração também está na faixa dos 45 a 59 anos (44,26%), seguida pelas que têm 35 a 44 anos (24,59%) e 60 a 69 anos (21,31%). Esses dados revelam que as mulheres que conseguem se eleger normalmente já possuem um histórico político e social consolidado, o que reforça a ideia de que seu ingresso na política majoritária ainda enfrenta muitas barreiras. Como apontado por Costa, Rocha e Solano (2022), o imaginário político brasileiro continua impregnado por estereótipos de gênero que associam as mulheres à esfera privada e os homens ao espaço público, dificultando a aceitação da liderança feminina.

A sub-representação das mulheres jovens é outro dado alarmante. Apenas 3 mulheres eleitas estavam na faixa de 25 a 34 anos (4,92%), enquanto entre os homens, esse número sobe para 58 (7,40%). Além disso, não houve mulheres eleitas na faixa de 21 a 24 anos, enquanto 3 homens foram eleitos nessa idade. Essa ausência feminina entre os mais jovens sugere que as barreiras para o ingresso na política são ainda mais rígidas para as mulheres, exigindo delas um tempo maior de construção de capital político para alcançar cargos majoritários.

A análise do grau de escolaridade das mulheres que se candidataram ao cargo de prefeita em Minas Gerais, nos pleitos de 2020 e 2024, permite identificar um padrão de elitização da disputa eleitoral, com predominância de mulheres com ensino superior completo. Conforme demonstrado do IBGE, mais de 76% das candidaturas femininas ao executivo municipal em ambos os anos foram compostas por mulheres com curso superior finalizado. Esse dado contrasta com a quase inexistência de candidatas com ensino fundamental incompleto, médio incompleto ou que apenas “leem e escrevem”.

Tal configuração indica que, embora a legislação eleitoral não exija formação superior para a candidatura ao cargo de prefeito(a), há uma barreira simbólica não institucionalizada que tende a legitimar apenas aquelas mulheres que acumulam capital escolar elevado. Como aponta bell hooks (1994), sob a dominação patriarcal, exige-se das mulheres excelência para legitimar sua presença em espaços masculinos. Para a autora, a retórica da meritocracia frequentemente mascara desigualdades estruturais e impõe às mulheres — sobretudo às de classes populares — uma exigência desproporcional de qualificação para acessar posições de poder.

Essa lógica é excludente, pois a elevada escolarização exigida das mulheres não se aplica igualmente aos homens. Como observa Bourdieu (1999), práticas de distinção simbólica são responsáveis por transformar desigualdades estruturais em aparentes deficiências individuais,

naturalizando a ausência de mulheres com menor escolaridade na arena política. A exigência tácita de escolaridade reforça desigualdades de gênero e classe. Os dados do TSE mostram que a maioria das prefeitas eleitas em 2020 possui ensino superior, indicando que a escolaridade elevada atua como diferencial competitivo e legitimador simbólico.

A análise das experiências formativas e do papel subjetivo da educação na trajetória política das eleitas será aprofundada nos capítulos seguintes, a partir dos relatos das gestoras entrevistadas, permitindo compreender a relação entre escolarização e acesso ao poder local sob uma perspectiva qualitativa.

5.4 Análise das Campanhas de Prefeitas Eleitas nos Municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais em 2020

As eleições municipais de 2020 marcaram um avanço importante na presença feminina no poder executivo local nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais. Embora historicamente permeadas por padrões políticos excludentes, essas regiões registraram um aumento expressivo de candidaturas femininas, sinalizando uma lenta, porém consistente, reconfiguração dos espaços de representação política. No entanto, as candidatas enfrentaram desafios estruturais e culturais, incluindo a resistência histórica à liderança feminina, a escassez de recursos financeiros e os obstáculos impostos por um sistema político tradicionalmente dominado por homens.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022), as políticas afirmativas, como as cotas eleitorais, tiveram papel decisivo na ampliação das candidaturas femininas em municípios menores, historicamente resistentes à presença de mulheres no executivo. Esse movimento reflete a consolidação de um discurso público mais atento à diversidade na política local. No entanto, como afirmado pelo TSE, apesar do aumento da participação feminina, a conquista efetiva do cargo de prefeita ainda representa uma vitória significativa e desafiadora, especialmente nas regiões do sul e sudoeste de Minas Gerais.

As campanhas das prefeitas eleitas foram marcadas por estratégias inovadoras, como o uso intensivo das redes sociais, que funcionaram como alternativa eficaz diante da escassez de recursos financeiros. As plataformas digitais possibilitaram uma comunicação direta com o eleitorado, favorecendo a construção de vínculos e a diferenciação frente aos candidatos tradicionais, geralmente beneficiados por maior poder econômico. Mesmo diante dos avanços

obtidos, o cenário eleitoral continuou marcado por desconfianças e estigmas em relação à liderança feminina, especialmente em contextos fortemente marcados por estruturas familiares conservadoras e normas patriarcais internalizadas.

Entretanto, as prefeitas eleitas nos municípios do sul e sudoeste de Minas Gerais conseguiram superar esses desafios, focando suas campanhas em propostas que atendiam diretamente às necessidades locais e na implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e econômica. Seus programas de governo foram conectados às demandas da população, especialmente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Além disso, o apoio crescente de movimentos feministas e organizações da sociedade civil foi decisivo, proporcionando um fortalecimento das redes de apoio e ajudando a dar visibilidade às candidaturas femininas.

As prefeitas eleitas nas regiões analisadas representam mais do que vitórias individuais: simbolizam o avanço de uma agenda de equidade de gênero no espaço político local. Mesmo em meio a resistências estruturais, suas gestões se destacaram pela implementação de soluções concretas e pela conexão direta com as demandas das comunidades que representam.

Diante desse panorama, evidencia-se que os avanços na participação feminina nas eleições de 2020, ainda que relevantes, permanecem condicionados a múltiplos desafios culturais, estruturais e institucionais.

A superação da sub-representação política das mulheres é, portanto, um desafio que extrapola o campo institucional e se inscreve também como questão pedagógica e cultural. O acesso desigual ao poder não é apenas produto de estruturas partidárias excludentes ou da ausência de financiamento, mas resulta de uma longa trajetória histórica de negação simbólica da mulher como sujeito político. Nesse sentido, como aponta bell hooks (1994), os processos de emancipação e transformação social exigem práticas pedagógicas que rompam com o silenciamento e promovam a consciência crítica das mulheres sobre seu lugar no mundo e sua capacidade de agir politicamente. A disputa por espaços de decisão é, portanto, também uma disputa por narrativas, sentidos e lugares sociais, o que reforça o papel da educação — formal e não formal — como ferramenta de ruptura com a cultura política patriarcal e de construção de novos horizontes de representatividade.

CAPÍTULO 6 - CAMINHOS DA PESQUISA: ESCUTA, ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

A presente investigação ancora-se no paradigma qualitativo, de natureza interpretativista e construcionista, orientado pela compreensão de que a realidade social é uma construção simbólica, historicamente situada e mediada pelas interações entre os sujeitos (Minayo, 2010). Tal perspectiva é particularmente indicada quando se busca compreender os significados, as experiências e os sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais às suas práticas e trajetórias — como é o caso das prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, foco central desta pesquisa. A abordagem adotada parte do pressuposto de que o conhecimento não é produzido a partir da neutralidade ou objetividade do pesquisador, mas emerge da interlocução entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, exigindo uma postura de escuta ativa, sensibilidade ética e compromisso político com a valorização das vozes historicamente silenciadas. O caráter interpretativista desta investigação reconhece que os sujeitos constroem a realidade a partir de suas vivências e das mediações culturais, políticas e sociais que as atravessam, o que demanda uma escuta atenta aos sentidos subjetivos e às contradições presentes nas falas.

Na seara metodológica, a pesquisa configura-se como um estudo de caso múltiplo (Yin, 2005), ao analisar diferentes unidades empíricas — os municípios — articuladas por um mesmo fenômeno: a eleição de mulheres ao Poder Executivo municipal. Essa estratégia permitiu considerar as especificidades locais, respeitando as particularidades das trajetórias individuais, sem perder de vista os elementos estruturais comuns que atravessam a experiência política feminina na região.

Mais do que uma escolha técnica, a opção metodológica reflete um posicionamento teórico e ético que considera a participação política das mulheres como um campo de disputas simbólicas, estruturais e ideológicas. Assim, a construção metodológica desta pesquisa articula o compromisso com a produção de conhecimento socialmente referenciado, a valorização das experiências das mulheres e o reconhecimento de que a pesquisa é, também, um espaço de intervenção política.

O percurso se fez em três etapas: pesquisa bibliográfica para sustentação teórica; coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada e, em última etapa, análise e interpretação dos dados.

A fundamentação teórica sobre a participação política feminina no Brasil, aborda os desafios históricos de representatividade, a implementação das cotas eleitorais e as barreiras socioculturais que ainda limitam a ascensão de mulheres no cenário político. O referencial teórico incluiu autores que discutem a desigualdade de gênero na política, a influência das reformas eleitorais e as dificuldades enfrentadas por mulheres em cargos executivos.

A entrevista semiestruturada, aprovada pelo Comitê de Ética (Parecer nº6.158.823 / CAAE 69221523.7.0000.5102), busca dar voz às prefeitas eleitas, compreendendo seus percursos e fortalecendo o debate sobre a participação feminina na política. O roteiro está estruturado em cinco perspectivas analíticas construídas a partir desse percurso — identificação, educação, trajetória política, campanha eleitoral e exercício do mandato — que constituem campos de visibilidade de aspectos distintos, embora interdependentes, das experiências das prefeitas, permitindo uma leitura crítica e situada da participação feminina no Executivo municipal.

I. Identificação: a primeira perspectiva busca compreender quem são as mulheres que ocupam o cargo de prefeita nos municípios estudados, para além da função institucional que exercem. O objetivo é lançar luz sobre aspectos de suas trajetórias pessoais e familiares de modo a interpretar como tais elementos são atravessados por relações de gênero estruturadas pelo patriarcado e mediadas por marcadores sociais da diferença.

Portanto, este eixo demonstra que as identidades dessas mulheres não podem ser compreendidas de forma isolada ou descontextualizada. Ao contrário, são construídas em interação com múltiplas dimensões — familiares, comunitárias, institucionais —, todas atravessadas por estruturas de poder desiguais. Reconhecer essas camadas é fundamental para uma análise crítica da participação feminina no Executivo municipal e para a construção de políticas públicas mais sensíveis às desigualdades de entre homens e mulheres, raça e classe.

II. Educação: nesse item investiga-se o percurso educacional das prefeitas entrevistadas, buscando compreender de que modo a trajetória escolar e formativa — tanto no espaço formal quanto em iniciativas não escolares — contribuiu para o desenvolvimento pessoal, político e coletivo dessas mulheres.

Em relação ao percurso educacional das prefeitas pretende-se identificar, portanto, as marcas presentes em suas trajetórias, como, talvez - segundo apontado pelo referencial teórico -, superação de barreiras estruturais. A formação das lideranças femininas aqui analisadas não

ocorreu em espaços neutros, mas em contextos de desigualdade que demandaram resistência cotidiana, organização do tempo, força de vontade e redes de solidariedade.

III. Trajetória: essa dimensão tem por objetivo analisar os caminhos que antecederam a ocupação do cargo eletivo, considerando o percurso profissional anterior, os vínculos familiares e comunitários, os elementos motivadores da candidatura e os obstáculos enfrentados ao longo da trajetória política.

IV. Campanha eleitoral: o processo de campanha eleitoral marca uma etapa decisiva na trajetória das prefeitas entrevistadas, revelando as disputas simbólicas, materiais e institucionais que permeiam o ingresso de mulheres na política. Esta dimensão analisa os apoios recebidos, as dificuldades enfrentadas, a escolha e o suporte partidário, o uso de recursos financeiros, as estratégias de campanha adotadas e o perfil do eleitorado que conferiu legitimidade às candidaturas femininas. De modo particular, busca compreender se houve e quais foram os desafios entre a filiação e a eleição sob a ótica da candidata e da mulher.

Nesse contexto, destaca-se a importância de situar tais experiências no âmbito do sistema eleitoral brasileiro de lista aberta. Nas eleições proporcionais (como para vereadoras e deputadas), esse sistema tende a gerar competição interna dentro dos próprios partidos, enfraquecendo as candidaturas femininas ao colocá-las em disputa direta com correligionários mais tradicionais ou com maior capital político e financeiro.

V. Mandato: A atuação das prefeitas após a eleição evidencia a complexidade de ocupar um cargo de liderança em estruturas institucionais ainda profundamente marcadas por normas e práticas masculinas. Esta dimensão busca compreender os principais desafios enfrentados pelas gestoras no exercício do mandato, sua relação com o partido e a equipe de governo, as dificuldades enfrentadas enquanto mulheres no Executivo municipal, os projetos e políticas públicas implementados e as perspectivas em relação à continuidade na política.

Quatro das cinco prefeitas concederam entrevista por meio do Google Meet e uma delas optou por receber o roteiro e enviar as respostas por escrito. Todas foram informadas de que toda e qualquer pergunta era de resposta facultativa, mas nenhuma pergunta teve a resposta negada.

A etapa de análise e interpretação dos dados é descrita no item 6.2 deste estudo.

6.1 Universo da pesquisa

O universo da presente investigação corresponde a oito prefeitas eleitas nos municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, nas eleições municipais de 2020. A escolha desse recorte regional deve-se à relevância eleitoral do estado — o segundo maior colégio eleitoral do país — e à especificidade da região, que abriga a trajetória pessoal, profissional e acadêmica da pesquisadora. Além disso, essa delimitação territorial permitiu aprofundar a análise das dinâmicas específicas que caracterizam o ingresso e a atuação das mulheres no Executivo municipal em contextos interioranos.

A amostra é composta por cinco das oito prefeitas, o que representa 62,5% do universo total. Embora três prefeitas não tenham participado — por motivos relacionados à indisponibilidade de agenda —, a amostra obtida é suficientemente representativa para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, conforme destacam Gil (2008) e Fávero e Belfiore (2017). Em universos pequenos, como desta pesquisa, amostras proporcionais ao tamanho do universo tendem a ser mais confiáveis. Cozman e Silva (2014) argumentam que, quando o universo é reduzido, como no caso das oito prefeitas eleitas, uma amostra de cinco prefeitas é uma proporção significativa e tende a representar bem o grupo, o que confere maior confiabilidade aos resultados. A amostra de cinco prefeitas é, portanto, adequada para esse tipo de estudo. Não obstante, é importante reconhecer que, conforme apontam Silveira e Carvalho (2009), a não participação de parte das unidades do universo pode gerar algum grau de viés de seleção, sobretudo se as características dessas unidades forem substancialmente distintas daquelas que compõem a amostra. Entretanto, a diversidade das trajetórias, perfis e experiências das cinco prefeitas entrevistadas contribui para mitigar esse risco, assegurando uma leitura ampla e contextualizada do fenômeno investigado.

O recorte analítico sobre a identidade, educação, campanhas e gestões das prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais justifica-se, ainda, pela centralidade do cargo de prefeita na administração pública local, especialmente em municípios de pequeno porte, onde as relações sociais e comunitárias são intensas e diretamente influenciam o processo eleitoral e o exercício do mandato. Assim, a pesquisa busca compreender como se conformam as trajetórias políticas dessas mulheres em um espaço historicamente marcado pela predominância masculina, considerando as barreiras estruturais e culturais que permeiam suas experiências.

6.2 Análise e interpretação dos dados

A terceira etapa da pesquisa consiste na análise dos dados das duas primeiras etapas, buscando identificar as correlações que revelam tendências e linhas de força, promovidas pela educação, que expliquem o desempenho eleitoral feminino a partir do percurso e do processo educacional das candidatas eleitas prefeitas nesses municípios, no contexto do perfil dos colégios eleitorais que lhes deram a vitória nas urnas.

Realizadas as entrevistas, o processo interpretativo se desenvolveu em duas etapas interligadas: a) leitura flutuante, que se constitui como uma leitura aberta e integral das entrevistas, sem categorização prévia, buscando apreender o contexto geral, as emoções, as tensões e os temas recorrentes presentes nos relatos; b) interpretação teórica: articulação das categorias emergentes com o referencial teórico da pesquisa, especialmente com a pedagogia crítica e a pedagogia feminista, de modo a compreender os sentidos coletivos e as disputas simbólicas.

Importa destacar que esse procedimento de leitura flutuante, sem categorização prévia inscreve-se na tradição interpretativa qualitativa, conforme destaca Minayo (2010), que enfatiza a necessidade de abertura para a emergência dos sentidos e o respeito à singularidade das narrativas, evitando enquadramentos analíticos prévios e prescritivos.

A interpretação das entrevistas foi realizada com base na Análise de Livre Interpretação (ALI), uma estratégia metodológica que, embora não configure um modelo formalmente sistematizado, se ancora na tradição qualitativa interpretativa, conforme delineada por Minayo (2010). A ALI se caracteriza por adotar uma postura analítica indutiva e flexível, que privilegia a abertura à emergência de sentidos diretamente a partir dos discursos das participantes, evitando a rigidez de categorias pré-definidas e permitindo que as interpretações sejam construídas em estreito diálogo com as narrativas empíricas.

Essa abordagem se insere no campo das metodologias qualitativas compreensivas, conforme defendem Minayo (2010) e Gaskell (2002), pautando-se pela valorização dos significados atribuídos pelas próprias sujeitas da pesquisa à sua trajetória de vida e à sua inserção política. Dessa forma, a ALI potencializa o protagonismo das falas das mulheres, reconhecendo-as como produtoras legítimas de saberes e não meramente como fontes de dados.

Além disso, a Análise de Livre Interpretação articula-se aos pressupostos epistemológicos da hermenêutica e do construcionismo social, ao compreender que o conhecimento é sempre

situado, relacional e produzido no entrelaçamento das experiências e das interpretações da pesquisadora e das participantes. A ALI, assim, configura-se como uma estratégia analítica que respeita a singularidade dos discursos e a complexidade do fenômeno investigado, ao mesmo tempo que contribui para a produção de uma compreensão crítica e situada sobre os sentidos atribuídos pelas prefeitas às suas trajetórias políticas e pessoais.

Nesse contexto, o manejo das interpretações exige não apenas rigor metodológico, mas um compromisso ético e reflexivo constante. Tal postura implica reconhecer que a análise qualitativa não é um exercício neutro, mas uma construção situada, atravessada pelas posições sociais, valores e expectativas de quem interpreta, demandando, portanto, reflexividade crítica e vigilância ética ao longo de todo o processo interpretativo.

A opção pela ALI, como técnica metodológica flexível e sensível, permitiu captar os sentidos emergentes a partir da interlocução com as entrevistadas, assegurando que as narrativas fossem interpretadas não como espelhos da realidade, mas como construções discursivas que mobilizam memórias, afetos, saberes e experiências, sempre situadas social e historicamente.

Nesse sentido, as cinco dimensões que estruturam a análise das entrevistas foram concebidas como campos de visibilidade de aspectos distintos, porém interdependentes, da trajetória das mulheres no exercício do poder executivo municipal. Cada dimensão permite apreender aspectos relevantes da experiência política das prefeitas, articulando elementos biográficos, estruturais e simbólicos que contribuem para a compreensão crítica da sub-representação feminina e das permanências do patriarcado no espaço público.

A articulação dessas dimensões permite uma leitura crítica e contextualizada da participação feminina no Executivo municipal, revelando as tensões entre agência e estrutura, inovação e reprodução, presença e subalternização.

6.3 Categorização dos dados

A partir do processo de análise interpretativa dos relatos, com base na Análise de Livre Interpretação (ALI), emergiram quatro categorias centrais, que orientaram a leitura transversal das entrevistas:

- (1) A educação e a política;
- (2) Desafios de gênero durante a campanha e o mandato;
- (3) Relação com a comunidade local;
- (4) Impactos da trajetória pessoal no desempenho político.

Essas categorias foram identificadas após leituras sucessivas e flutuantes dos depoimentos, que possibilitaram a apreensão dos sentidos mais recorrentes e significativos nas falas das entrevistadas. A construção das categorias, portanto, não foi guiada por uma estrutura conceitual fechada, mas se deu em diálogo constante com os dados empíricos e os referenciais teóricos da tese.

Conforme orienta Minayo (2010), a categorização em pesquisa qualitativa é um processo dinâmico, que exige sensibilidade do pesquisador para reconhecer regularidades, rupturas e sentidos que se articulam nas falas.

As categorias emergentes não são exclusivas nem mutuamente excludentes, mas se entrecruzam e se complementam, refletindo a complexidade das experiências das mulheres na política. Elas também se articulam com os conceitos discutidos nos capítulos teóricos, especialmente aqueles relacionados à formação crítica, à equidade de gênero e ao papel da educação como espaço de disputa simbólica e de transformação social.

As falas das prefeitas foram interpretadas à luz de autores que discutem a participação das mulheres na política, os efeitos das desigualdades de gênero, a função social da educação e a interseccionalidade como categoria de análise. As categorias empíricas foram articuladas, especialmente, com os aportes de Biroli (2018), Araújo (2023), Ribeiro (2017), Scott (1995), hooks (2017), Freire (1996), Brandão (2007), Saviani (2008) e Minayo (2010).

O uso de uma matriz interpretativa fundamentada nesses autores permitiu compreender as falas para além do relato pessoal, revelando sentidos coletivos, marcas estruturais e disputas simbólicas que atravessam a trajetória das mulheres no espaço público. Essa leitura crítica parte do entendimento de que o discurso é um campo de significações ideológicas, atravessado por relações de poder, e que o relato, ainda que individual, está situado em um campo mais amplo de tensões sociais, culturais e políticas.

6.4 Fundamentação teórica: pedagogia crítica e feminista como horizonte metodológico

Em relação a análise das entrevistas, a pedagogia crítica (Freire, 1996) e a pedagogia feminista (hooks, 1994; 2017) foram assumidas não apenas como base teórica de análise, mas como orientações metodológicas fundantes desta pesquisa. Esses referenciais concebem a

escuta como ato político e o diálogo como condição para a produção coletiva de sentido. Assim, influenciaram diretamente a formulação do roteiro de entrevistas, a postura da pesquisadora durante os encontros com as participantes e a escolha por uma técnica interpretativa flexível e sensível às experiências das entrevistadas. A valorização dos saberes da experiência (Brandão, 2007) e a compreensão da educação como prática de liberdade (Freire, 1996) conferem legitimidade ao relato como forma de conhecimento, resgatando a narrativa das mulheres como expressão de resistência simbólica frente às estruturas patriarcais que marcam sua inserção na política.

A fundamentação teórica desta pesquisa estrutura-se a partir da convergência entre a pedagogia crítica e a pedagogia feminista, não apenas como referenciais analíticos, mas sobretudo como fundamentos epistemológicos e metodológicos que orientaram todas as escolhas e práticas no desenvolvimento da investigação. Ambas as correntes teóricas oferecem chaves imprescindíveis para compreender a participação política das mulheres como um campo de disputa e resistência, bem como para legitimar a escuta e a valorização de suas experiências como fontes legítimas de conhecimento.

A pedagogia crítica, conforme delineada por Paulo Freire (1996), compreende a educação como um ato político, jamais neutro, que visa à conscientização dos sujeitos para que possam reconhecer, problematizar e transformar as estruturas opressoras que conformam a sociedade. Esta perspectiva considera a educação como uma prática de liberdade, no sentido em que permite aos indivíduos a construção de uma consciência crítica e histórica, capaz de desafiar as naturalizações impostas pelo status quo.

No contexto desta pesquisa, a pedagogia crítica se apresenta como fundamento metodológico por dois motivos centrais. Primeiro, orientou a concepção da escuta das prefeitas como um ato político e ético, em que a pesquisadora se coloca não como detentora de um saber superior, mas como sujeito dialógico, aberto à aprendizagem a partir das narrativas das entrevistadas. Segundo, influenciou a opção pela Análise de Livre Interpretação (ALI), que privilegia a construção conjunta de sentidos, evitando a imposição de categorias apriorísticas e respeitando os significados emergentes dos relatos.

Assim, o percurso metodológico desta investigação, inspirado por Freire, assume a escuta como uma prática de acolhimento e diálogo, que reconhece nas falas das mulheres não apenas relatos de experiências pessoais, mas expressões de saberes forjados na resistência cotidiana às desigualdades de gênero, classe e território. Como afirma Freire (1996, p. 81), “ninguém liberta

ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Esta concepção de comunhão atravessa a metodologia adotada, ao compreender a pesquisa como um processo de produção compartilhada de conhecimento.

A escolha pela abordagem qualitativa, interpretativista e construcionista, encontra na pedagogia crítica uma ancoragem sólida, ao assumir que todo conhecimento é situado e produzido na relação dialógica entre sujeitos históricos. Assim, a pesquisa qualitativa, ao valorizar os saberes locais, a experiência vivida e a subjetividade dos participantes, revela-se profundamente coerente com os fundamentos da pedagogia freireana, que entende a educação como uma prática libertadora e como um processo ético-político de conscientização.

A pedagogia feminista, por sua vez, aporta à pesquisa a crítica radical à pretensa neutralidade do conhecimento científico e à histórica desvalorização dos saberes produzidos pelas mulheres. Autoras como bell hooks (1994; 2017) e Patricia Hill Collins (2000) reivindicam a centralidade da experiência vivida como uma epistemologia feminista, que reconhece a dimensão situada, relacional e encarnada do conhecimento.

Nesse sentido, a pedagogia feminista sustenta a valorização das experiências das prefeitas entrevistadas como fontes legítimas e relevantes de reflexão sobre os processos políticos, desafiando as concepções tradicionais que privilegiam uma racionalidade abstrata, universal e desvinculada das dimensões corporais e afetivas da vida social. A escolha pela escuta como ferramenta metodológica e pela narrativa como forma de análise está, portanto, diretamente relacionada a essa perspectiva que vê a fala e o relato das mulheres como expressões de resistência e subversão frente aos regimes patriarcais de invisibilização.

Ademais, a pedagogia feminista, ao reconhecer a centralidade das experiências vividas, articula-se diretamente ao princípio da interseccionalidade. Tal perspectiva evidencia que as opressões não se manifestam de forma isolada, mas se entrelaçam, configurando trajetórias políticas atravessadas simultaneamente por marcadores de gênero, raça, classe e território. Essa compreensão ampliou a sensibilidade analítica da presente pesquisa para captar as múltiplas dimensões de desigualdade que moldam as vivências das prefeitas entrevistadas.

Além disso, a pedagogia feminista orientou a ética da pesquisa, pautando a relação entre pesquisadora e participantes na recusa de práticas extrativistas ou objetificantes. Ao invés de “extrair” dados, buscou-se construir um espaço de partilha, em que as prefeitas se reconhecessem como produtoras de saberes sobre sua própria inserção na política, em sintonia

com a defesa de hooks (2017) de uma prática pedagógica que recusa a autoridade unilateral e aposta na horizontalidade das relações.

A pedagogia feminista também conferiu densidade à interpretação das entrevistas, ao iluminar como as experiências das prefeitas são atravessadas por múltiplos sistemas de opressão — patriarcado, racismo, classismo — e como a sua presença no espaço político desafia e tensiona as normas de gênero que historicamente associam a liderança e o poder ao masculino (Scott, 1995; Biroli, 2018). Como destaca bell hooks (2017), o feminismo pedagógico não se limita à crítica das desigualdades, mas propõe a criação de novos espaços de resistência e agência, o que se articula diretamente à proposta desta pesquisa de evidenciar as trajetórias das prefeitas como práticas de transgressão e construção de novos paradigmas políticos.

A convergência entre a pedagogia crítica e a feminista proporcionou um horizonte metodológico sensível à complexidade das trajetórias políticas das mulheres entrevistadas, reconhecendo que suas experiências não podem ser compreendidas fora das relações de poder que as constituem, mas tampouco se esgotam nelas. Esta articulação possibilitou superar tanto as leituras meramente descritivas quanto os determinismos estruturais, permitindo uma abordagem que valoriza a agência das mulheres e a historicidade de suas ações.

No processo de elaboração do roteiro de entrevistas, por exemplo, optou-se por privilegiar questões abertas, que estimulassem as prefeitas a narrar suas trajetórias de forma reflexiva, sem imposições categóricas. Da mesma forma, a escuta foi concebida como uma prática dialógica, em que o acolhimento e a suspensão do juízo foram centrais para permitir que as participantes elaborassem sentidos sobre suas vivências políticas, muitas vezes pela primeira vez sob essa chave interpretativa.

A fundamentação nas pedagogias crítica e feminista também orientou a compreensão da educação como eixo transversal da pesquisa, não apenas como formação formal das prefeitas, mas como um processo contínuo e situado de construção de consciência crítica, que atravessa suas trajetórias políticas. A educação, neste contexto, não é apenas instrumento de ascensão social, mas campo de disputa simbólica, como já destacado por Freire (1996) e hooks (2017). A par da escolaridade das prefeitas ou dos eleitores, o fato de o processo educacional formal ou não formal não exercer um objetivo politicamente claro de coibir práticas machistas e sexistas, explica a desconfiança de escolher uma mulher para liderar uma cidade.

Por fim, esta fundamentação reforça o compromisso ético-político da pesquisa com a transformação social, ao compreender que a produção de conhecimento não é um fim em si

mesmo, mas parte de um projeto maior de democratização do espaço público e de ampliação das possibilidades de representação e participação das mulheres na política.

A adoção de uma metodologia orientada pelas pedagogias crítica e feminista não apenas amplia a compreensão das trajetórias políticas das mulheres, mas também se configura como uma prática que visa potencializar sua agência e contribuir para a construção de novos paradigmas democráticos mais inclusivos e igualitários. Tal horizonte transformador reforça a relevância social da presente investigação, ao situá-la como parte de um movimento mais amplo de democratização das instituições políticas e de fortalecimento da presença das mulheres no espaço público.

A partir da pedagogia feminista (hooks, 2017), é possível compreender que essas trajetórias não se resumem a diplomas ou certificados, mas envolvem a constituição de subjetividades políticas que desafiam o patriarcado desde os bancos escolares. Para além da alfabetização funcional, a educação aparece como mecanismo de autorreconhecimento, construção de autoridade e legitimação da presença feminina no espaço público — em especial, na política.

CAPÍTULO 7 - DAS ELEITORAS ÀS ELEITAS: PERCURSOS POLÍTICOS E RESISTÊNCIAS NO EXECUTIVO MUNICIPAL

A ínfima presença feminina na política brasileira, especialmente nos cargos do Executivo, revela um paradoxo: apesar de serem a maioria do eleitorado, as mulheres seguem sendo minoria absoluta entre prefeitas, governadoras e deputadas.

Esse fenômeno não pode ser compreendido isoladamente, mas sim a partir de um olhar interseccional que leve em conta as dinâmicas de patriarcado, gênero, educação e poder. Retomando Beauvoir (2019), a mulher é historicamente construída como 'o outro', sendo sua presença em espaços públicos sempre condicionada à validação masculina. As entrevistadas nesta pesquisa referiram-se à importância do apoio do marido ou do pai durante a campanha e algumas têm seus companheiros como membros de suas equipes de governo. Esse processo, insere-se na lógica do 'poder do macho', (Saffioti, 1987) em que o patriarcado se estrutura para manter as mulheres afastadas dos espaços de decisão política, relegando-as a papéis tradicionalmente vinculados ao cuidado e à esfera privada. Quando algumas escapam dessa situação, são monitoradas, em sua maioria, pela presença masculina.

É nesse contexto que esta tese se alicerça nas lentes da pedagogia crítica e da pedagogia feminista. A pedagogia crítica, ao buscar desvelar as estruturas de opressão e propor a práxis como caminho para a transformação, permite analisar como as prefeitas, por meio de suas vivências e aprendizados – formais e não formais –, desenvolveram uma consciência crítica para subverter as expectativas de gênero e o domínio patriarcal na política. A pedagogia feminista, por sua vez, guia a investigação ao valorizar a experiência de vida das mulheres como fonte de conhecimento e resistência, ao questionar as narrativas patriarcais sobre poder e liderança, e ao advogar pela construção de um saber que fortaleça e liberte as mulheres para a plena participação social e política. Ao dar voz às prefeitas, esta pesquisa não só registra suas trajetórias, mas contribui para a construção de uma consciência coletiva sobre a necessidade de desnaturalizar a exclusão feminina.

O Brasil ainda carrega o que Biroli (2018) denomina de “códigos ocultos de exclusão”, que operam de forma silenciosa, mas eficaz, na limitação da presença feminina nos espaços de poder político. Mesmo com os avanços institucionais representados pela legislação eleitoral — como a obrigatoriedade de um percentual mínimo de candidaturas femininas e a destinação

proporcional de recursos para campanhas —, as trajetórias das prefeitas entrevistadas revelam um cenário ambíguo quanto à efetividade dessas políticas. As narrativas indicam que, apesar do marco legal, o ambiente político permanece hostil às mulheres, exigindo delas não apenas competência, mas também constante demonstração de força e disposição para ocupar um espaço historicamente negado.

Algumas entrevistadas relataram dificuldades já no momento da filiação partidária, apontando a resistência das legendas em acolher candidatas mulheres com real intenção de disputar o poder. O apoio, quando existente, nem sempre vem acompanhado de estrutura ou visibilidade, o que reforça a percepção de que a reserva de vagas, por si só, não garante equidade nas condições de competição. Há também o desafio de romper com estigmas profundamente enraizados, como a ideia de que mulheres seriam menos preparadas ou emocionalmente instáveis para cargos de liderança. Embora nenhuma das entrevistadas tenha mencionado diretamente a ocorrência de “candidaturas laranjas”, a percepção compartilhada é de que, em muitos casos, as cotas são cumpridas apenas formalmente, sem resultar em reais oportunidades de protagonismo político.

As violências simbólicas, expressas na constante necessidade de provar sua legitimidade e capacidade, foram destacadas por mais de uma prefeita como parte do cotidiano no exercício do cargo. Esse cenário demonstra que a reforma eleitoral, embora importante, é insuficiente para enfrentar sozinha a cultura patriarcal que estrutura as relações políticas no país.

Nesse contexto, a educação — historicamente associada ao empoderamento e à autonomia feminina — aparece como um possível caminho para a reversão do quadro de desigualdade. No entanto, como os dados desta pesquisa indicam, mesmo mulheres com elevada escolarização enfrentam barreiras para se projetar politicamente. Isso porque o desafio não está apenas no acesso à educação formal, mas nas orientações ideológicas que moldam o currículo, os conteúdos e as práticas escolares, frequentemente despolitizados e marcados por estereótipos de gênero. Como destaca Biroli (2018), a trajetória educacional das mulheres costuma conduzi-las a áreas do conhecimento e do mercado de trabalho que não geram capital político relevante, dificultando sua inserção em espaços estratégicos de poder.

Em Minas Gerais, essa realidade se mostra ainda mais evidente. O estado, segundo maior colégio eleitoral do Brasil, apresenta uma tradição política marcadamente masculina. A eleição de apenas oito prefeitas nos 146 municípios do Sul e Sudoeste mineiro, no pleito de 2020, ilustra o quanto a presença feminina no Executivo municipal permanece como exceção, mesmo após

décadas de luta por igualdade formal. A análise das entrevistas revela que, embora as prefeitas compartilhem trajetórias educacionais e profissionais robustas, o ingresso e a permanência no cargo exigem um esforço constante de legitimação, enfrentamento de preconceitos e articulação com redes de apoio que, muitas vezes, extrapolam os mecanismos institucionais.

A reflexão proposta ao longo do capítulo aponta, portanto, para a urgência de romper com o ciclo histórico de marginalização política das mulheres. Nesse sentido, o estudo das prefeitas do Sul e Sudoeste de Minas Gerais evidencia tanto os obstáculos persistentes quanto as estratégias desenvolvidas por essas mulheres para afirmar sua autoridade e liderança em contextos adversos. A partir disso, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre a democratização do acesso das mulheres ao poder, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas o ingresso, mas também a permanência e o reconhecimento da atuação feminina na política brasileira.

7.1 Prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, no pleito de 2020

As prefeitas eleitas foram entrevistadas como forma de compreender em que medida suas jornadas se interligam com a literatura e dados pesquisados. Inicialmente, e como forma de reconhecer, enaltecer e homenagear suas jornadas, é importante conhecer um pouco sobre suas carreiras e principais marcos de seu mandato à frente do Executivo Municipal. Num segundo momento, as entrevistas são apresentadas de forma unânime para que lhe seja garantida a segurança de expor os obstáculos enfrentados.

Os dados coletados revelam aspectos significativos sobre os perfis de cinco prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais, evidenciando padrões que contribuem para a compreensão das condições que permeiam a inserção de mulheres no Executivo municipal. As entrevistadas têm idades entre 47 e 64 anos, com predomínio de formação acadêmica na área da educação — três delas com formação em Pedagogia ou áreas correlatas e atuação profissional anterior como professoras, sendo que uma também exerceu o cargo de vereadora por três mandatos e outra atuou como gestora pública. Apenas uma prefeita possui formação e trajetória fora do campo educacional, com graduação em Farmácia e atuação como farmacêutica. Todas são mães e quatro estão ou estiveram em uniões formais — três casadas e duas viúvas — o que sugere a relevância das responsabilidades familiares em suas trajetórias políticas. Importa destacar que todas foram reeleitas em 2020, exceto uma, cuja reeleição

ocorreu em 2024, o que aponta para a permanência e legitimação de suas lideranças junto à população. Os dados, ainda que limitados numericamente, indicam que a experiência prévia no serviço público e a formação educacional, aliadas a fatores como apoio familiar e reconhecimento comunitário, desempenham papel decisivo na construção de capital político por parte dessas mulheres.

Das 8 prefeitas eleitas, 5 participaram da presente pesquisa e são identificadas de 1 a 5, pela ordem alfabética dos municípios para os quais foram eleitas, sendo: prefeita 1 (município 1), prefeita 2 (município 2), prefeita 3 (município 3), prefeita 4 (município 4) e prefeita 5 (município 5).

a) Município 1

A prefeita de um município 1, com 47 anos e mãe de uma filha, iniciou sua trajetória política em 2013, com uma candidatura à prefeitura que, embora não tenha sido vitoriosa, serviu de base para sua eleição em 2016 e reeleição em 2020. Sua vida pessoal e profissional sempre esteve voltada para a comunidade, com um forte vínculo com a educação e a saúde pública. Antes de entrar na política, a prefeita foi professora e secretária municipal de saúde por nove anos, experiência que lhe conferiu uma visão clara das necessidades de sua cidade.

A política foi uma decisão que, segundo ela, veio de um pedido do marido, na época impossibilitado de se candidatar. Com sua experiência familiar — tendo perdido o esposo em 2021 devido à Covid-19 —, a prefeita destaca que um dos maiores desafios de sua gestão foi lidar com as dificuldades políticas internas, agravadas pela perda pessoal. Sua trajetória política teve forte influência da história familiar, com o marido e o sogro também tendo exercido mandatos como prefeitos, e da sua motivação pessoal para transformar as condições de vida no município.

A prefeita 1 enfrentou inúmeros obstáculos durante sua carreira, especialmente nas primeiras gestões. Quando assumiu o cargo, as condições de infraestrutura e economia da cidade eram precárias, com frota e máquinas públicas sucateadas, e a oposição política apresentando desafios constantes. Sua gestão de 2021 a 2024, contudo, foi marcada pela perda de seu esposo, o que afetou profundamente sua motivação pela administração.

Em relação à campanha eleitoral de 2020, ela ressaltou que, apesar das dificuldades em um município pequeno, conseguiu apoio substancial da família, amigos e equipe de campanha.

Contudo, a adversidade foi um fator constante, com as críticas da oposição e o uso negativo das redes sociais, principalmente com a disseminação de *fake news*.

A prefeita também destacou o papel do Partido Liberal (PL) em sua candidatura, destacando que, embora o partido tenha oferecido algum suporte, este foi insuficiente. Para ela, o financiamento de campanhas continua sendo um grande desafio, principalmente em termos de recursos para contratação de pessoal, como cabos eleitorais, e para a divulgação de sua candidatura, tanto nas ruas quanto nas redes sociais. Ela mencionou que a falta de recursos foi um ponto crucial na decisão de continuar no partido, mesmo com a escassez de apoio logístico e estrutural.

Com relação à educação, uma de suas prioridades no mandato, a prefeita enfatizou ações importantes, como a construção de uma creche, a reforma de escolas e a implementação do Sistema de Apostilado de Ensino. Além disso, ela também investiu na melhoria da infraestrutura escolar, incluindo a construção de uma piscina para atividades de natação, além de ampliar o número de rotas para o transporte de alunos da zona rural.

No exercício do cargo, ela destaca que, apesar das dificuldades econômicas agravadas pela pandemia, com a queda na arrecadação municipal, buscou manter a eficiência na gestão pública. Porém, as adversidades, como a morte de seu esposo e a pressão política, são reconhecidas como desafios imensos em sua trajetória política, especialmente pelo impacto emocional e organizacional que geraram.

A experiência dessa prefeita evidencia como a política municipal, mesmo em pequenos municípios, ainda opera sob a lógica de um patriarcado institucionalizado, no qual o poder é frequentemente herdado, legitimado e exercido dentro de dinâmicas familiares masculinas. A entrada dessa gestora na política por mediação do marido, e não por iniciativa própria, revela o que Saffioti (1987) aponta como o funcionamento do patriarcado relacional, em que a presença feminina no poder ainda depende da autorização ou da ausência de figuras masculinas. Ainda que sua atuação revele competência e comprometimento com a gestão pública, a prefeita continua enfrentando resistências simbólicas e práticas que deslegitimam sua autoridade, especialmente quando estas se manifestam sob a forma de críticas à sua postura ou à sua liderança, e falta de apoio partidário efetivo — aspectos que dialogam com o que Araújo (2023) denomina de barreiras simbólicas ao feminino. Biroli (2018) também contribui para essa análise ao destacar como a política continua sendo um campo de disputa desigual, onde as mulheres

precisam não apenas conquistar espaço, mas resistir continuamente a mecanismos de exclusão simbólica e material.

a.1. Leitura flutuante

A trajetória da Prefeita 1 revela uma mulher que valoriza a educação como motor de ascensão pessoal e profissional, enfrentou grandes desafios (zona rural, perda do marido), e encontrou no apoio familiar e comunitário a força para entrar e se manter na política. Enfrentou hostilidades típicas de um ambiente político ainda masculinizado, mas foi reconhecida pela população em dois mandatos consecutivos. Sua atuação se concentra na saúde, educação e infraestrutura.

a.2 Interpretação à luz do referencial teórico

a) Participação política feminina: a trajetória da Prefeita 1 sugere que a entrada de mulheres na política municipal ainda ocorre, com frequência, por mediação de vínculos familiares masculinos, como já apontado por Bourdieu (2002) em sua análise sobre a reprodução simbólica do poder. Embora sua candidatura tenha sido incentivada pelo marido, ao assumir o cargo, a prefeita demonstrou autonomia na condução administrativa e desenvolveu uma gestão voltada para a coletividade. Esse percurso evidencia como, mesmo inserida inicialmente em uma lógica relacional, a atuação feminina pode deslocar o centro de gravidade da política local, trazendo novas práticas e prioridades.

b) Educação e transformação social: o percurso educacional e profissional da prefeita corrobora a concepção de que a educação formal pode funcionar como vetor de mobilidade social e de emancipação política feminina, especialmente em territórios rurais e contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas. Conforme analisa Nogueira (2011), a escolarização possibilita o acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho e amplia a consciência crítica sobre os papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres. A atuação anterior da prefeita como professora e secretária municipal de saúde contribuiu para consolidar sua autoridade simbólica e política, fortalecendo sua inserção em um campo majoritariamente masculino. Sua gestão também expressa valores pedagógicos e éticos, como o cuidado, o diálogo e a escuta — elementos que desafiam a dicotomia tradicional entre o público e o privado, típica das estruturas patriarcais, e reafirmam a possibilidade de uma prática política transformadora e situada em outras racionalidades.

c) Gênero e patriarcado na política municipal: as adversidades relatadas pela prefeita ao longo de sua trajetória política indicam a permanência de um machismo estrutural nas esferas locais de poder, revelando o modo como o patriarcado se adapta e se reinventa para manter sua hegemonia mesmo diante do avanço da participação feminina. Como argumenta Araújo (2001), as mulheres enfrentam tanto barreiras simbólicas — como a desconfiança quanto à sua autoridade — quanto materiais — como a limitação de recursos e a fragilidade do apoio partidário —, que operam como formas de contenção à sua atuação. Tais mecanismos são especialmente intensos em cidades pequenas, onde redes familiares e tradições locais reforçam a lógica masculina do poder. O fato de a prefeita ter sucedido o marido e o sogro na chefia do Executivo ilustra a dinâmica analisada por Saffioti (1987) como patriarcado relacional, em que a presença feminina no poder é admitida dentro de esquemas de continuidade masculina. Ainda que sua atuação revele autonomia, a prefeita precisa continuamente reafirmar sua legitimidade, o que evidencia a persistência estrutural das desigualdades de gênero na política e reforça a necessidade de desconstrução crítica dos estereótipos que ainda limitam a ocupação feminina dos espaços decisórios.

b) Município 2

A prefeita do município 2 compartilhou sua trajetória marcada por superações pessoais e desafios políticos, destacando elementos importantes sobre a inserção feminina na política local. Com origem em uma família com forte vínculo com a educação, é a filha primogênita entre cinco irmãs, muitas das quais atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social. Desde jovem, contou com o apoio dos pais e das irmãs, especialmente para a continuidade de seus estudos. Sua formação inclui graduação em Ciências com habilitação em Matemática e pós-graduação em Ciências da Educação, demonstrando um percurso acadêmico que refletiu seu compromisso com a educação como instrumento de transformação.

Iniciou sua vida profissional como babá e buscou apoio da comunidade — como o de uma cooperativa local — para custear a formação. Vivenciou dificuldades para conciliar os estudos com as responsabilidades domésticas, sobretudo por ser a filha mais velha, e encontrou na educação uma ferramenta de ascensão social e contribuição à coletividade. Atuou como professora antes de ingressar na política e exerceu um mandato como vereadora entre 1993 e 1996. Segundo relatado, sua entrada mais recente na política foi incentivada pelo marido, e

apesar de não ter sido um desejo inicial, ela percebeu na candidatura à prefeitura uma possibilidade concreta de ampliar seu impacto na cidade.

A prefeita relatou que enfrentou preconceito de gênero ao longo de sua campanha e início do mandato, manifestado em comentários deslegitimadores como "mulher não dá conta". Ao ser perguntada sobre os desafios pessoais da campanha, declarou que 'A maior dificuldade foi sair de casa cedo e deixar a casa. Ficar fora de casa o dia todo foi difícil e desgastante porque não tinha ninguém para me ajudar com as tarefas, embora meus filhos e meu marido me desse uma mão.'. Destacou que essas manifestações são comuns em cidades menores, onde a desconfiança em relação à liderança feminina ainda é frequente. A conciliação entre a vida doméstica e as atividades políticas foi apontada como uma das maiores dificuldades do período eleitoral. Contou com apoio de lideranças locais e utilizou redes sociais como Facebook e WhatsApp para divulgar suas propostas, estratégias que facilitaram o diálogo com a população e fortaleceram seu vínculo com a classe trabalhadora, profissionais da saúde e da educação.

Durante a gestão, a pandemia de COVID-19 impôs desafios severos, exigindo ações rápidas para adaptação do ensino e das políticas de saúde pública. A prefeita apontou que a educação seguiu como prioridade, com investimentos em infraestrutura escolar, valorização dos servidores e obras relevantes, como a construção de uma nova escola com recursos próprios. Além disso, implantou projetos voltados à promoção da saúde, como atividades de hidroginástica para a população. Ainda assim, relatou dificuldades estruturais na administração, como a burocracia, a escassez de recursos e a limitação de emendas parlamentares para implementar programas mais amplos.

Apesar do respeito conquistado, reconhece que o ambiente político segue pouco amistoso para as mulheres e defende a importância de promover o empoderamento feminino como estratégia para ampliar o número de candidaturas viáveis. Manifestou interesse em disputar a reeleição, acreditando que um novo mandato possibilitaria consolidar as transformações iniciadas e superar obstáculos ainda presentes. Destaca-se que no pleito de 2024, foi reeleita para mandato de 2025 a 2028.

Sua trajetória revela, à luz de Saffioti (1987), como o patriarcado opera de forma capilar nas estruturas políticas, mesmo quando a ascensão se dá por mérito ou com apoio familiar. A entrada da prefeita no espaço político, embora marcada por autonomia e competência, também se deu por incentivo masculino — fato que, segundo a autora, pode ser interpretado como uma concessão relacional típica de um sistema que ainda exige “autorização” para que mulheres

ocupem o poder. Além disso, a necessidade de conciliar as funções domésticas com a agenda pública expressa a persistência da divisão sexual do trabalho, como analisa Biroli (2018), revelando a sobrecarga feminina como entrave recorrente à atuação política.

A trajetória da prefeita também dialoga com a análise de Beauvoir (1949), ao evidenciar como as mulheres, historicamente posicionadas como o “Outro”, precisam reiteradamente provar sua legitimidade e capacidade em ambientes onde os homens já partem de um lugar de reconhecimento automático. As dificuldades enfrentadas pela gestora não se explicam apenas pelas limitações administrativas, mas por um cenário estrutural de exclusão de gênero ainda pouco tensionado em contextos locais, onde prevalecem lógicas tradicionais e redes patriarcais enraizadas.

Mesmo diante dessas adversidades, sua experiência demonstra como a liderança feminina tem desempenhado um papel relevante na formulação de políticas públicas comprometidas com o bem coletivo. A sub-representação das mulheres, portanto, não se deve à ausência de preparo ou competência, mas sim às barreiras simbólicas, materiais e institucionais que ainda estruturam o campo político sob a lógica da dominação masculina.

b.1 Leitura Flutuante

A trajetória da Prefeita 2 confirma o argumento de que o ingresso das mulheres na política ainda é atravessado por barreiras de ordem social e familiar, conforme aponta Araújo (2023). Seu percurso evidencia o papel estratégico das redes de apoio — especialmente familiares e comunitárias — como condição para que mulheres consigam transpor os limites impostos pela lógica patriarcal da política local.

b.2. Interpretação à luz do referencial teórico

a) **Participação Política Feminina:** a Prefeita 2 confirma a tese de que o ingresso das mulheres ainda é permeado por barreiras sociais e familiares (Araújo, 2023). Seu percurso mostra a importância das redes de apoio para romper essas barreiras.

b) **Educação e transformação social:** o percurso educacional da Prefeita 2 reforça a concepção da educação como eixo estruturante da mobilidade social e da emancipação feminina em contextos de desigualdade. Tendo iniciado sua vida profissional como babá e contando com apoio comunitário para custear sua formação, sua história ilustra o potencial da educação para ampliar oportunidades e romper com os limites sociais impostos às mulheres, como também

observa Nogueira (2011). Sua formação superior e o vínculo com a área educacional — tanto pessoal quanto familiar — contribuíram para legitimar sua inserção no campo político e fundamentar sua atuação como gestora. Ao priorizar investimentos em infraestrutura escolar e promover iniciativas como programas de hidroginástica para a população, sua gestão reafirma a centralidade da educação como política pública voltada à transformação social e ao desenvolvimento local.

c) **Gênero e patriarcado na política municipal:** ao recordar episódios de discriminação e frases como “mulher não dá conta”, a prefeita revela a persistência de uma cultura política ancorada no patriarcado, que tende a deslegitimar a presença feminina nos espaços institucionais. Como apontam Santos (2018) e Saffioti (1987), esse tipo de resistência simbólica encontra respaldo na divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente associa as mulheres à esfera privada e ao cuidado. A sobreposição entre as tarefas políticas e as responsabilidades domésticas, relatada pela prefeita, expressa o modo como o machismo estrutural impõe barreiras práticas à atuação feminina no poder. Ao relatar que o marido e os filhos lhe dessem “uma mão”, reforça seu pensamento entronizado de que a casa é responsabilidade da mulher, ainda que ela esteja envolvida com atividades profissionais e externas. O apoio da mãe também mereceu destaque, e a prefeita 2 afirmou a importância do apoio materno especialmente nas refeições: “me ajudava com as refeições para que eu pudesse estar na rua.”. Sua entrada no espaço político, motivada por incentivo do marido, ilustra um padrão frequente em que a mediação masculina ainda condiciona o ingresso das mulheres no Executivo municipal. Embora essa mediação não invalide sua autonomia, ela revela os marcadores sociais que estruturam a inserção feminina na política e reforçam a necessidade de desconstrução dessas lógicas.

c) Município 3

A prefeita do município 3, compartilhou em entrevista sua trajetória política, abordando aspectos da participação feminina no cenário político e os desafios que enfrentou ao longo do caminho. Com 48 anos e natural da cidade onde foi eleita, iniciou sua carreira como farmacêutica antes de ingressar na política. Em 2020, foi reeleita prefeita, sendo a primeira mulher a assumir o cargo no município. Sua jornada educacional inclui uma formação superior

em Farmácia, além de participar de diversas ações comunitárias e conselhos relacionados à saúde e educação. Antes de se candidatar à prefeitura, atuou como presidente do hospital municipal, onde aprendeu a importância de empatia e compromisso com a comunidade.

A decisão de entrar para a política foi influenciada por sua formação familiar, com seu pai e tio sendo figuras políticas de destaque na região. O pai teve uma carreira política relevante: foi vereador, prefeito mais de uma vez na cidade, deputado estadual, secretário de estado e deputado federal. Inicialmente, sua experiência política se deu em cargos informais e sociais, até que sentiu a necessidade de se candidatar diretamente ao cargo de prefeita. Durante sua campanha, enfrentou a dificuldade de quebrar barreiras preconceituosas relacionadas ao seu gênero. Como a primeira mulher a disputar a prefeitura, a prefeita 3 foi alvo de desconfiança e resistência, especialmente por parte de eleitores que ainda acreditavam que a política era um campo restrito aos homens. Em uma visita à zona rural, ela teve que lidar diretamente com um comentário machista de um eleitor, que se declarou favorável e apoiador de sua família, mas afirmou que "política é coisa para homem". Ela respondeu com firmeza, reafirmando seu compromisso com a cidade e apresentando propostas claras de desenvolvimento.

A campanha também revelou, na percepção da entrevistada, as diferenças de tratamento entre candidatas mulheres e homens, sendo as mulheres mais questionadas sobre suas vidas pessoais e familiares, um ponto que as desgastava ainda mais ao longo do processo eleitoral. Apesar disso, a prefeita recebeu apoio importante de lideranças locais e de seu partido, o MDB, que forneceu estrutura logística e apoio estratégico para a campanha.

Uma vez no cargo, sua experiência como farmacêutica teve grande impacto nas políticas públicas que implementou. Suas principais conquistas incluem a reabertura da maternidade local, que havia sido fechada em administrações anteriores, e a modernização do sistema de saúde, com a reinauguração do hospital e a melhoria do atendimento em áreas essenciais como cirurgias eletivas. Além disso, a prefeita buscou colocar a cidade como um dos polos culturais do Sul de Minas, com a realização de eventos de destaque, como uma festa na área agro.

Entretanto, sua gestão também enfrentou desafios como o endividamento da prefeitura e o estado de precariedade de vários prédios públicos, exigindo uma liderança forte para implementar as mudanças necessárias, além dos desafios da COVID. Apesar dos avanços, a prefeita reconhece que a maior dificuldade continua sendo o preconceito e o machismo

presentes no ambiente político, que frequentemente exigem um esforço adicional das mulheres para se afirmarem e validarem sua autoridade.

Por fim, a prefeita compartilhou um conselho para outras mulheres interessadas em ingressar na política: “acreditem em seu potencial, busquem capacitação e não se deixem intimidar”. Para ela, a participação feminina é crucial para uma política mais representativa e justa, e, por isso, afirmou ainda que não pretende se afastar da política, mesmo após seu mandato como prefeita, reforçando seu compromisso com o futuro do município.

c.1 Leitura Flutuante

A Prefeita 3 possui formação na área da saúde, com graduação em Farmácia, e trajetória marcada pelo engajamento em ações sociais e conselhos comunitários. Sua entrada na política foi fortemente influenciada pela herança familiar, especialmente pela figura do pai, político experiente da região. Durante o mandato, enfrentou os desafios impostos pela pandemia e se destacou por políticas voltadas à saúde pública e educação. Reconhece ter enfrentado preconceitos de gênero, mas consolidou sua liderança com uma gestão pautada pela eficiência, sensibilidade e proximidade com a população.

c.2 Interpretação à luz do referencial teórico

a) **Participação Política Feminina:** a trajetória da Prefeita 3 confirma análises que apontam a presença de redes familiares como porta de entrada para as mulheres na política (Bourdieu, 2002), especialmente em contextos de tradição política local. No entanto, sua experiência também evidencia que o capital familiar não garante reconhecimento imediato, sendo necessário comprovar competência e resiliência frente ao preconceito inicial, conforme destaca Araújo (2019).

b) **Educação e transformação social:** a formação em Farmácia, associada ao engajamento em conselhos comunitários de saúde e educação, reforça o papel da educação — formal e não formal — como vetor de transformação social e construção da cidadania ativa. Como argumenta Freire (1996), a educação crítica e contínua potencializa o desenvolvimento da consciência social e fortalece lideranças comprometidas com a realidade local. A experiência da prefeita como presidente do hospital municipal evidencia como a trajetória profissional pode legitimar socialmente uma candidatura feminina e oferecer subsídios técnicos e éticos para uma gestão sensível às necessidades da população.

c) **Gênero e patriarcado na política municipal:** o enfrentamento de resistências explícitas, como o episódio em que ouviu que “política é coisa para homem”, revela a persistência dos mecanismos simbólicos do patriarcado no imaginário político local. Tais manifestações — mesmo diante de candidaturas legitimadas por qualificação técnica e apoio popular — confirmam a lógica excludente que associa poder e autoridade ao masculino (Saffioti, 1987; Biroli, 2018). A assimetria no tratamento de candidatas mulheres, submetidas a escrutínios sobre suas vidas pessoais, exemplifica o caráter disciplinador dessas estruturas patriarcais, que operam como dispositivos de controle e contenção da presença feminina nos espaços de decisão. A prefeita, ao manter-se firme frente a esses desafios, contribui para tensionar essas lógicas e ampliar os contornos da representação política feminina no nível local.

d) Município 4

Os caminhos de uma mulher no cenário político, especialmente no cargo de prefeita, podem ser marcados por uma série de desafios ligados ao preconceito e ao machismo. A prefeita de um município 4, em sua gestão desde 2020, exemplifica como as mulheres enfrentam obstáculos adicionais no exercício do poder público, apesar das conquistas e vitórias ao longo do caminho.

A prefeita, natural de uma cidade vizinha àquela onde foi eleita, chegou ao município 4 em 1985, onde construiu sua carreira política. Formada em Pedagogia, sua entrada na política foi motivada pelo desejo de contribuir de forma mais significativa para o desenvolvimento de sua cidade. "Sempre fui muito ativa na comunidade e, ao me tornar vereadora, percebi que poderia fazer ainda mais por pela minha cidade", compartilhou.

Sua jornada da prefeita não foi marcada apenas pela busca por um espaço de comando, mas também por desafios relacionados diretamente à sua condição de mulher. No exercício do cargo, o preconceito e o machismo se tornaram barreiras frequentemente encontradas. "Foi um processo difícil. No início, muitos duvidavam da minha capacidade, simplesmente por ser mulher. E isso me gerou uma pressão constante para provar que era capaz", afirma. Esse cenário reflete um problema histórico no qual as mulheres enfrentam desafios adicionais para se afirmar no universo político, ainda predominantemente masculino.

O preconceito não se limita apenas às interações pessoais ou ao receio da população em aceitar uma mulher no comando, mas também se reflete nas estruturas partidárias e nas campanhas eleitorais. Durante sua eleição, a prefeita 4 enfrentou dificuldades com a falta de

recursos e a limitação das ações de campanha devido à pandemia de COVID-19. No entanto, ela conseguiu superar esses obstáculos, utilizando de maneira eficaz as plataformas digitais e mantendo um diálogo constante com a população, o que foi essencial para sua reeleição.

Ela ressalta ainda a importância de uma validação masculina, algo que, para muitas mulheres na política, acaba se tornando um pré-requisito para a aceitação. "Os homens na política sempre tiveram mais apoio e legitimidade. Para nós, mulheres, existe sempre uma necessidade de apoio, como se precisássemos provar mais para termos o mesmo respeito que eles", explicou. Esse fator, por vezes, pode ser um dos maiores desafios, pois exige que a mulher no cargo demonstre um esforço extra para conquistar seu espaço.

Além disso, a prefeita se tornou a única mulher à frente de uma prefeitura em uma região que conta com 15 cidades, um dado que revela o baixo índice de participação feminina na política local. Ela acredita que as mulheres ainda estão muito distantes de uma representação plena no cenário político, mas que o papel delas na administração pública está começando a ser mais reconhecido. "Eu fico triste por ser a única mulher prefeita dentre os municípios vizinhos ao meu. Isso mostra que as mulheres não estão se envolvendo o suficiente na política, mas tenho fé de que isso vai mudar, pois as mulheres têm muita capacidade", enfatizou.

Apesar de todos os desafios, a prefeita destacou que, com o tempo, conseguiu conquistar o respeito e o reconhecimento dentro da gestão municipal. A chave para isso foi seu trabalho focado na comunidade, sua atuação incansável em prol da educação, saúde e infraestrutura, e, principalmente, o apoio de sua equipe, de sua família e da própria comunidade, que sempre se mostrou ao seu lado.

O ambiente político, que antes parecia hostil, se tornou mais amigável à medida que ela consolidou sua gestão e mostrou que sua competência era inquestionável. Porém, ela reconhece que as dificuldades ainda são muitas e que o preconceito de gênero continua sendo um dos maiores obstáculos. "Quando você é mulher na política, as barreiras são mais altas. Mas, aos poucos, as mulheres estão conquistando seus espaços", concluiu.

A experiência da prefeita reflete uma realidade compartilhada por muitas mulheres no preconceito e machismo. A sua trajetória, no entanto, também é um exemplo de perseverança e de como, com dedicação e trabalho, é possível superar essas dificuldades. Contudo, seu relato evidencia como o patriarcado segue estruturando as relações de poder, inclusive em contextos locais e aparentemente mais acessíveis. Sua afirmação de que precisou constantemente provar sua capacidade apenas por ser mulher revela uma lógica de deslegitimação que não incide sobre

os homens com a mesma intensidade. Isso evidencia um sistema em que o gênero masculino é tomado como padrão de competência e autoridade, enquanto às mulheres é imposto um percurso de validação contínua, sustentando os pilares simbólicos e práticos do patriarcado no exercício político.

O próprio fato de ela ter mencionado a necessidade de "apoio masculino" para que sua liderança fosse reconhecida revela uma das formas mais enraizadas de controle patriarcal: o poder de legitimação reservado aos homens. Nesse modelo, não basta às mulheres ocuparem espaços institucionais — é preciso que demonstrem, reiteradamente, que "merecem" estar ali, reforçando um ciclo desigual de reconhecimento. Essa exigência opera como um filtro que exclui muitas candidaturas femininas antes mesmo do pleito, ou mina suas chances de permanência nas esferas de poder.

Além disso, a hostilidade enfrentada nos bastidores partidários e nas campanhas eleitorais, marcada pela escassez de recursos e apoio institucional, não se restringe a barreiras administrativas, mas reflete um sistema político moldado por interesses masculinos, no qual a presença feminina ainda é vista como exceção ou concessão.

Mesmo após conquistar o cargo e ser reeleita, a prefeita reconhece que o preconceito com o sexo feminino persiste como um dos maiores obstáculos, o que reforça a ideia de que o patriarcado não se dissolve com a simples ocupação de espaços pelas mulheres. Pelo contrário, ele se adapta, ressignificando suas formas de controle e resistência. Ainda que tenha conseguido tornar o ambiente político mais receptivo por meio de sua atuação concreta e próxima da população, a prefeita deixa claro que as barreiras não desapareceram — elas apenas mudaram de forma.

Assim, a experiência narrada não apenas denuncia as manifestações cotidianas do machismo, mas também aponta para a necessidade de desnaturalizar a lógica patriarcal presente na estrutura política. Sua gestão revela que, embora as mulheres tenham plena capacidade para liderar, elas ainda precisam romper com entraves históricos que limitam sua atuação pública. Essa realidade confirma que o avanço da participação feminina na política brasileira não depende apenas de mudanças individuais, mas da transformação das bases que sustentam a desigualdade de gênero no poder público.

d.1 Leitura Flutuante

A Prefeita 4 tem uma jornada política sólida, construída a partir da atuação como vereadora e do envolvimento direto com a comunidade local. Sua gestão municipal focou em saúde, educação e infraestrutura, com destaque para a atuação durante a pandemia. Embora tenha enfrentado resistências de gênero, sua prática política enfatizou a transparência e a participação cidadã. Ela defende o maior envolvimento feminino na política e destaca a importância da educação para transformar realidades locais.

d.2 Interpretação à luz do referencial teórico

a) **Participação Política Feminina:** a trajetória da Prefeita 4 confirma que, mesmo após conquistas eleitorais, as mulheres continuam enfrentando um sistema político estruturado por relações de poder assimétricas, nas quais a validação masculina ainda opera como elemento legitimador. Sua fala sobre a necessidade de “provar o tempo todo” e a referência à “validação masculina” evidenciam o que Bourdieu (2002) denomina de violência simbólica: um tipo de dominação que se perpetua justamente por parecer natural. Apesar de ocupar formalmente o cargo de prefeita, sua presença é continuamente tensionada por olhares e julgamentos que não recaem da mesma forma sobre os homens — o que, segundo Araújo (2023), reforça a presença de barreiras simbólicas à atuação política feminina.

b) **Educação e transformação social:** a formação em Pedagogia e o envolvimento com a comunidade ao longo de sua carreira demonstram como a educação desempenha papel estruturante tanto no percurso pessoal quanto na atuação política das mulheres. Como analisa Nogueira (2011), a escolarização não apenas amplia as oportunidades de inserção profissional, mas também fortalece a consciência crítica e a capacidade de agir politicamente. Ao se apresentar como uma mulher ativa na comunidade, antes mesmo de ocupar cargos políticos, a prefeita demonstra que a educação, aliada ao engajamento local, funciona como instrumento de legitimidade e de aproximação com os cidadãos, conferindo solidez a sua gestão.

c) **Gênero e patriarcado na política municipal:** A experiência da prefeita explicita os mecanismos estruturais do patriarcado que atravessam o campo político, inclusive nos níveis municipais. A hostilidade enfrentada, a exigência de provar competência reiteradamente, a escassez de apoio partidário e a invisibilidade das mulheres nos espaços de decisão revelam, como apontam Saffioti (1987) e Biroli (2018), que a exclusão política das mulheres não é

apenas institucional, mas profundamente cultural. A prefeita ser a única mulher entre os 15 municípios de sua microrregião reforça a tese de que a sub-representação feminina não decorre da ausência de interesse ou competência, mas da persistência de uma lógica masculina que molda as estruturas de poder e define quem “deve” ocupar o espaço público. A pressão para corresponder a expectativas e a necessidade constante de reafirmação demonstram que o patriarcado se reinventa e adapta mesmo diante da ocupação efetiva dos cargos por mulheres — sendo, portanto, não um entrave superado, mas um elemento vivo nas disputas políticas atuais.

e) Município 5

A prefeita do município 5, eleita em 2020, sempre esteve imersa nas questões sociais e educacionais de sua cidade, desde os tempos em que atuava como educadora. Natural de da cidade onde se elegeu, ela se descreve como uma mulher com grande compromisso com sua comunidade e com o bem-estar de todos. Seu percurso educacional e de vida foi marcado pelo esforço contínuo de equilibrar os estudos com a vida familiar e profissional. Com 43 anos e uma formação sólida em educação, ela sempre acreditou que o conhecimento era a chave para transformar realidades.

Antes de se envolver diretamente na política, a prefeita se dedicou a projetos sociais voltados ao apoio de crianças e jovens, além de ações comunitárias focadas em saúde e educação. Apesar dos desafios enfrentados ao longo da sua trajetória, como a necessidade de mais oportunidades para mulheres no ambiente educacional e o equilíbrio entre estudos e responsabilidades familiares, ela sempre manteve sua dedicação ao desenvolvimento pessoal e comunitário.

Seu ingresso na política foi impulsionado pelo desejo de mudar a realidade de sua cidade, especialmente nas áreas de saúde e educação. Para ela, o momento certo para colocar em prática seus projetos de transformação chegou quando foi convidada a participar ativamente de questões políticas locais, culminando em sua candidatura a prefeita. Embora tenha sido sua primeira experiência em uma eleição, a prefeita teve o apoio incondicional de sua família e amigos, além de líderes comunitários que acreditaram em seu potencial.

Contudo, o caminho para a política não foi fácil. Como mulher em um cenário predominantemente masculino, a prefeita enfrentou dificuldades em ser ouvida e respeitada. A resistência à liderança feminina foi um dos principais desafios que ela teve de enfrentar, com o

preconceito e o machismo sempre presentes em sua jornada. Em diversos momentos, a prefeita se viu descreditada, tendo que se esforçar para mostrar que era capaz e, segundo ela, ainda existe na política uma resistência à presença da mulher, embora lentamente esteja mudando. Em sua opinião, a competência e a dedicação vão quebrando as barreiras impostas pela sociedade.

Durante sua campanha eleitoral, a prefeita lidou com a pandemia de forma estratégica, adaptando as ações de comunicação para o meio digital. Além disso, a campanha foi marcada por uma resistência natural a uma mulher na liderança. Para ela, o apoio de sua família e da comunidade foi essencial para superar essas adversidades.

Após sua vitória, a prefeita concentrou esforços nas áreas mais urgentes de sua gestão: saúde e educação. Ela trabalhou para adaptar o ensino remoto durante a pandemia, valorizou os educadores e investiu na infraestrutura das escolas. Em relação à sua administração municipal, ela sempre procurou manter um bom relacionamento com sua equipe e com os colegas, independentemente de gênero. Contudo, ela não deixa de ressaltar que, como mulher no comando, os obstáculos persistem, principalmente o preconceito.

A prefeita do município 5 destaca que, embora o ambiente político ainda seja hostil para as mulheres, acredita que as mulheres estão ganhando cada vez mais espaço e respeito. Ao longo de seu mandato, ela conseguiu implementar projetos significativos nas áreas de saúde e educação, e tem projetos em andamento, como obras de infraestrutura e programas de inclusão social. Além disso, um de seus principais projetos envolve o fortalecimento do apoio às mulheres empreendedoras da cidade, como forma de fomentar a igualdade de oportunidades.

Mesmo com todas as dificuldades, a prefeita continua a lutar por um espaço cada vez mais inclusivo e igualitário para as mulheres na política. Para ela, o apoio da família, da equipe e da comunidade é fundamental para superar as barreiras impostas por um cenário ainda preconceituoso e machista.

Seu relato reflete as complexas interações entre o machismo estrutural e as dificuldades enfrentadas por mulheres no ambiente político. Desde sua formação como educadora, ela sempre acreditou que a educação e transformação social seriam os pilares para a mudança. Porém, o processo de inclusão e transformação das mulheres na política não ocorre de maneira automática. A prefeita, ao investir no desenvolvimento das áreas de saúde e educação, destacou que as mulheres, em geral, continuam enfrentando obstáculos substanciais para acessar e manter posições de liderança.

O preconceito que a prefeita enfrentou em sua caminhada política é emblemático da maneira como as estruturas sociais e políticas ainda se organizam para excluir as mulheres da arena pública. Ela menciona claramente a resistência à liderança feminina, um reflexo do patriarcado profundamente enraizado no contexto político local. Como apontado por Araújo (2019), as barreiras simbólicas e práticas enfrentadas por mulheres na política são frequentemente mais intensas para aquelas que tentam desestabilizar a ordem masculina existente. A prefeita teve de provar constantemente sua competência, sendo descreditada apenas por ser mulher, o que reforça a análise de que, no campo da política, a presença feminina ainda é vista como uma transgressão às normas estabelecidas pelo patriarcado.

Além disso, sua experiência de campanha, em um cenário de pandemia e resistência natural à liderança feminina, também ilustra como o machismo e a desvalorização das mulheres se entrelaçam com as exigências e expectativas sociais em relação ao papel das mulheres. Esse aspecto de "provar-se mais" é uma realidade recorrente para muitas mulheres na política, como aponta Santos (2019), que discute como as mulheres precisam se afirmar constantemente em espaços tradicionalmente dominados por homens, o que exige delas um esforço extra para serem reconhecidas e respeitadas.

Em sua gestão, a prefeita tem buscado, com dedicação, quebrar as barreiras do patriarcado por meio de ações estratégicas nas áreas de saúde e educação, o que a coloca em um processo contínuo de transformação social, tal como Freire (1996) defende, onde a educação e transformação social são as bases para um novo modelo de sociedade mais inclusivo. No entanto, o caminho ainda é árduo, pois a política local, como em muitas outras regiões, ainda é dominada por valores patriarcais que dificultam a plena participação das mulheres. O compromisso da prefeita com a igualdade de oportunidades para as mulheres empreendedoras é uma iniciativa importante para desafiar essas estruturas, mas o caminho para uma mudança real requer a continuação da luta contra o machismo estrutural que ainda permeia as instituições públicas e privadas.

A prefeita do município 5, portanto, representa uma história de resistência e transformação e sua trajetória é um reflexo de como, apesar das dificuldades impostas pelo machismo estrutural, é possível avançar e conquistar espaço, sempre com o apoio das redes de solidariedade femininas e familiares, fundamentais para as mulheres no poder. Sua gestão, embora marcada por desafios, também reflete o poder da educação como ferramenta de mudança e a necessidade de uma transformação profunda no cenário político, com o

fortalecimento da presença feminina e o reconhecimento das suas capacidades em todos os campos da administração pública.

e.1 Leitura flutuante

A Prefeita 5 construiu sua trajetória política a partir de seu engajamento com a educação e com projetos sociais desenvolvidos em sua cidade natal. Sua candidatura foi motivada pelo desejo de promover transformações estruturais, sobretudo nas áreas da saúde, educação e infraestrutura. Ao longo do mandato, enfrentou desafios recorrentes vivenciados por mulheres em posições de liderança, como a conciliação entre múltiplas responsabilidades e o enfrentamento ao preconceito de gênero. Sua gestão tem se pautado pela busca de uma administração participativa, transparente e voltada para o bem-estar coletivo, especialmente com foco em iniciativas que valorizem a educação e ampliem as oportunidades para as mulheres.

e.2 Interpretação à luz do referencial teórico

a) Participação política feminina: a trajetória da Prefeita 5 confirma o padrão recorrente de ingresso político feminino a partir de práticas comunitárias e sociais, nas quais as mulheres constroem legitimidade pública antes de acessarem os espaços formais de poder (Araújo, 2019). Sua inserção na política municipal se deu por meio de vínculos sólidos com a comunidade e da reputação construída no campo educacional, o que contribuiu para sua aceitação como liderança local.

b) Educação e transformação social: a história da prefeita evidencia a educação como eixo estruturante de sua atuação política e de sua trajetória pessoal, alinhando-se à concepção freireana de que a educação é uma prática de liberdade (Freire, 1996). Sua experiência como educadora e sua ênfase em políticas públicas educacionais demonstram que a educação, além de instrumento de mobilidade social, é também um mecanismo de empoderamento feminino. Nesse sentido, a prefeita reforça a ideia de que o investimento em educação contribui para romper com os ciclos históricos de marginalização, sobretudo em relação às mulheres, promovendo uma cidadania mais ativa e transformadora.

c) Gênero e patriarcado na política municipal: a Prefeita 5 relata obstáculos significativos relacionados ao preconceito de gênero e à resistência à liderança feminina, aspectos que estão no cerne da estrutura patriarcal que permeia os espaços políticos. Conforme

argumenta Santos (2018), tais barreiras simbólicas operam como mecanismos de exclusão e subvalorização da presença das mulheres no poder. A prefeita vivencia, em sua prática cotidiana, o peso de uma lógica machista que impõe às mulheres a necessidade de constante reafirmação de sua competência. Essa lógica não apenas limita a atuação feminina, como também reforça a desigualdade de oportunidades, exigindo que as mulheres desempenhem com excelência suas funções políticas enquanto enfrentam uma estrutura institucional que, historicamente, nega sua legitimidade.

Com base nas entrevistas realizadas e nas categorias analíticas previamente estabelecidas, o quadro a seguir apresenta uma síntese comparativa das trajetórias políticas, condições de apoio, perfis educacionais, barreiras de gênero e prioridades de gestão das cinco prefeitas analisadas.

Quadro 8 – Síntese comparativa das trajetórias e práticas de gestão das prefeitas entrevistadas

Prefeita	Trajetória política	Apoio masculino ou institucional	Perfil educacional	Obstáculos de gênero enfrentados	Políticas prioritizadas na gestão
M1	Influência direta do esposo; ingresso recente na política	Apoio do marido como ponto de partida	Ensino médio completo; envolvimento comunitário	Deslegitimação simbólica e subestimação por ser mulher	Assistência social e programas de inclusão
M2	Experiência prévia na educação; motivada por reconhecimento social	Apoio de marido e irmãos; institucional limitado	Licenciatura plena; atuação como professora	Dificuldade de conciliar tarefas domésticas e campanha	Educação e alimentação de pacientes em trânsito
M3	Atuação comunitária e herança política familiar	Forte apoio do pai, político local influente	Formação superior incompleta; experiência prática	Desconfiança de eleitores sobre capacidade de liderança feminina	Saúde materna e reabertura de maternidade
M4	Carreira técnica na educação; estreia na política como prefeita	Pouco apoio institucional; trajetória autônoma	Formação em pedagogia; pós-graduação em gestão	Sofrimento com resistência política de vereadores homens	Valorização da educação e adaptação à pandemia

Prefeita	Trajetória política	Apoio masculino ou institucional	Perfil educacional	Obstáculos de gênero enfrentados	Políticas priorizadas na gestão
M5	Militância social e engajamento educativo antes da candidatura	Baixo apoio partidário; articulação por redes pessoais	Professora com envolvimento em programas sociais	Baixa visibilidade na campanha e recursos escassos	Projetos de educação comunitária e saúde preventiva

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

A análise comparativa das entrevistas com cinco prefeitas eleitas no pleito de 2020 em municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais possibilitou a identificação de elementos centrais que marcaram suas jornadas políticas e administrativas. Os relatos das prefeitas, quando analisados à luz das categorias apresentadas, evidenciam que a presença feminina na chefia do Executivo municipal não ocorre em um vácuo, mas é atravessada por múltiplas camadas de tensionamentos, resistências e estratégias de superação. A educação emerge como uma ferramenta de transformação social e de legitimidade política; o apoio familiar e comunitário atua como facilitador, ao passo que o patriarcado — em suas formas explícitas e simbólicas — impõe desafios constantes à autonomia e à autoridade das mulheres gestoras. Ainda que as experiências variem conforme os contextos locais, o quadro revela um padrão comum de enfrentamento das desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que aponta caminhos de empoderamento e ampliação da participação política das mulheres.

A escuta das prefeitas revelou que, embora suas trajetórias sejam singulares, elas compartilham marcas estruturais comuns: o patriarcado como obstáculo, a educação como via de ascensão e a maternidade como fator de adiamento da vida política. Ao articular essas vozes com os referenciais da pedagogia crítica, da sociologia política e do feminismo interseccional, esta pesquisa reafirma que a análise da participação feminina no Executivo municipal exige mais do que a coleta de dados — requer escuta comprometida, análise engajada e posicionamento político diante das desigualdades persistentes.

7.2 O preço político da maternidade: ingresso tardio na política como reflexo da divisão sexual do trabalho

A análise das faixas etárias das candidaturas femininas ao cargo de prefeita em Minas Gerais nos anos de 2020 e 2024 evidencia uma concentração expressiva entre os 40 e 59 anos.

Essa distribuição etária não é aleatória, tampouco fruto de uma escolha subjetiva isolada. Ela expressa uma realidade estrutural marcada por desigualdades de gênero que atravessam o ciclo de vida das mulheres. Em contraste, dados do IBGE indicam que a idade média da maternidade em Minas Gerais é de aproximadamente 27 anos — uma etapa em que as mulheres estão sobrecarregadas pelas responsabilidades do cuidado com filhos pequenos e tarefas domésticas, o que dificulta sua inserção plena na esfera pública e política. Tomando-se a média, as prefeitas eleitas já passaram da fase da primeira infância, o que denota uma menor carga de cuidados com filhos pequenos.

Essa sobreposição entre a fase da maternidade ativa e a invisibilidade política das mulheres ilustra os efeitos concretos da divisão sexual do trabalho, historicamente imposta pelo patriarcado. Como argumenta Saffioti (1987), a organização social do trabalho aloca as mulheres no espaço privado da reprodução e do cuidado, enquanto reserva aos homens o domínio da esfera pública e da representação. Nesse contexto, a política aparece como um território masculinizado, e o ingresso feminino, como um gesto de ruptura que exige transgressão das normas de gênero. Não por acaso, o ingresso político das mulheres tende a ocorrer apenas após a superação do período mais intenso de cuidados, o que explica a predominância de candidaturas em faixas etárias mais elevadas.

Essa dinâmica foi confirmada entre as cinco prefeitas entrevistadas nesta pesquisa. Todas são mães e, conforme emergiu na Análise de Livre Interpretação (ALI), suas falas evidenciam que a entrada na política só foi possível mediante o apoio de redes familiares, especialmente femininas. A Prefeita 2 expressa que *“o marido e os filhos lhe davam uma mão;”* Esses relatos ilustram o que Bourdieu (1999) denomina de violência simbólica — o processo pelo qual as normas de dominação são naturalizadas e incorporadas como limites legítimos às ambições e possibilidades das mulheres.

Biroli (2018) aprofunda essa crítica ao afirmar que o cuidado não é apenas uma atribuição socialmente imposta às mulheres, mas um verdadeiro dispositivo político de exclusão, que restringe o tempo, a energia e os recursos que poderiam ser investidos em formação política e atuação institucional. O testemunho da Prefeita 2 reforça essa lógica: *“Minha família foi fundamental, especialmente do meu marido, Minha mãe me ajudava com as refeições para que eu pudesse estar na rua.”* Assim, a política para mulheres opera muitas vezes como um “terceiro turno”: além do trabalho remunerado e do cuidado doméstico, há a constante necessidade de demonstrar competência e superar a desconfiança social.

Ainda que a reorganização dos papéis familiares ou o adiamento da maternidade possibilitem o ingresso político em fases mais avançadas da vida, essa condição é profundamente atravessada por desigualdades interseccionais.

O perfil das prefeitas entrevistadas — todas com ensino superior e respaldo familiar — revela que o acesso ao Executivo municipal permanece elitizado e restrito a trajetórias mais favorecidas.

Esse ingresso tardio acarreta impactos não apenas cronológicos, mas políticos: mulheres que entram tardiamente no sistema eleitoral acumulam menos capital político, simbólico e educacional. Suas trajetórias se tornam não-lineares, descontínuas e menos reconhecidas — o que dificulta a permanência, a reeleição e a ascensão a cargos de maior projeção institucional. Isso reforça a urgência de políticas públicas que promovam formação política desde etapas iniciais da vida, com inserção de conteúdos sobre cidadania, gênero e equidade nos currículos escolares, em sintonia com os princípios da pedagogia crítica e da pedagogia feminista.

O ingresso tardio, portanto, não pode ser lido como uma escolha livre ou um sinal de maturidade, mas sim como sintoma de um sistema político que posterga, regula e condiciona o acesso feminino ao poder. Para romper esse ciclo, é preciso investir em políticas de cuidado compartilhado, incentivos à parentalidade institucionalizada e estruturas de apoio que democratizem a experiência da maternidade no contexto político.

Conforme observa Silvia Federici (2017), mesmo quando a mulher ingressa na política ou no mercado de trabalho, o cuidado raramente é redistribuído — ele é transferido para outras mulheres, geralmente mais vulneráveis, como empregadas domésticas ou familiares. Essa dinâmica perpetua o que Federici denomina de economia invisível do cuidado, uma engrenagem que mantém a divisão sexual do trabalho sob a aparência de avanço. Esse deslocamento do cuidado entre mulheres reitera as desigualdades estruturais, gerando hierarquias entre elas próprias. Enfrentar essa lógica é fundamental para pensar a justiça de gênero de forma sistêmica e comprometida com a transformação real das instituições.

7.3 Educação, gênero e patriarcado no processo eleitoral para o Executivo municipal, à luz da trajetória das entrevistadas

As trajetórias das prefeitas entrevistadas evidenciam o papel simbólico e inspirador da educação em suas formações, mas esse processo deve ser compreendido dentro de um contexto

mais amplo, em que os dispositivos educacionais — formais e informais — atuam simultaneamente como mediadores da participação política das mulheres e como potenciais reprodutores de desigualdades. A educação básica, o currículo escolar, o acesso à universidade e os espaços formativos de cidadania podem contribuir — ou falhar em contribuir — para a constituição de sujeitos políticos, especialmente no caso das mulheres, historicamente excluídas dos debates sobre poder e representação.

Compreender a educação apenas como um mérito individual ou uma ferramenta de ascensão social invisibiliza as disputas ideológicas que a atravessam e suas implicações para a equidade de gênero. Ao articular as experiências relatadas pelas prefeitas com a crítica estrutural à ausência de conteúdos que abordem política e cidadania nos currículos escolares, evidencia-se como as desigualdades educacionais — inclusive entre homens e mulheres — impactam a ocupação dos espaços de poder. Assim, a formação escolar e profissional dessas lideranças femininas relaciona-se diretamente com a permanência de um modelo político patriarcal, no qual a educação pode funcionar tanto como instrumento de emancipação quanto como mecanismo de reprodução da exclusão.

Nesse sentido, a Pedagogia Feminista, conforme proposta por bell hooks (2017), oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender como a educação — em sentido ampliado — atua na constituição de mulheres como agentes políticos. Para hooks, ensinar é um ato político: a pedagogia feminista rompe com estruturas de dominação ao promover a construção coletiva do saber, a valorização da experiência e o questionamento das normas patriarcais. As trajetórias das prefeitas demonstram que processos formativos que extrapolam o ambiente escolar tradicional — como mentorias, vínculos intergeracionais, experiências comunitárias e engajamentos com movimentos sociais — operam como territórios pedagógicos de resistência. Nesses espaços, o conhecimento não se restringe ao conteúdo formal, mas se enraíza nas vivências e no reconhecimento de si como sujeito político. A formação de lideranças femininas não é, assim, fruto exclusivo de diplomas ou da escolarização, mas de uma educação crítica e situada, que desafia o silenciamento e prepara mulheres para ocupar — e transformar — os espaços públicos.

A análise das entrevistas realizadas com cinco das oito prefeitas eleitas em 2020 em municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais evidencia que, embora essas gestoras tenham alcançado posições de liderança, o ingresso e a permanência no espaço político continuam sendo marcados por resistência, deslegitimação e barreiras estruturais e culturais. A

desigualdade de participação feminina nos cargos do Executivo municipal reflete um contexto mais amplo, no qual a política é historicamente estruturada em torno de valores e práticas masculinas (Biroli, 2018).

De modo recorrente, as prefeitas relataram que foram incentivadas por figuras masculinas — pais, maridos ou líderes políticos —, e não necessariamente por um projeto autônomo de construção de carreira. Essa mediação masculina reforça o que Saffioti (1987) denomina “poder do macho”: a reprodução de estruturas de dominação que mantêm a política como espaço predominantemente masculino, onde a presença feminina ainda necessita de legitimação por figuras masculinas. No caso da prefeita eleita no município 1, a entrada na política se deu por influência direta do esposo, um padrão que também se manifesta na trajetória da prefeita do município 2, que, embora já possuísse experiência na educação e reconhecimento social, só decidiu concorrer após o incentivo do marido e de outros familiares.

Essa dinâmica ilustra o argumento de Beauvoir (2009), para quem as mulheres frequentemente ocupam posições que lhes são concedidas, e não aquelas que ocupam por reconhecimento próprio. É comum, inclusive, mulheres sucederem maridos no poder executivo municipal, fenômeno mais raro na trajetória masculina. O campo educacional, embora presente nas histórias dessas mulheres, aparece mais como espaço de socialização e reconhecimento do que como um local de estímulo à liderança política ou à ação transformadora, revelando os limites dos currículos escolares na abordagem crítica sobre cidadania e gênero.

Mesmo após vencerem as eleições, as prefeitas relataram que continuaram enfrentando resistência e deslegitimação. No município 2, por exemplo, a prefeita afirmou que ouvia constantemente que “mulher não dá conta”, enquanto no município 3, em uma visita à zona rural, um eleitor declarou que não votaria nela porque “política é coisa para homem”. Essas manifestações explícitas reforçam o que Biroli (2020) descreve como um “pacto masculino” na política, no qual a exclusão feminina não se dá apenas pela ausência de oportunidades, mas também pela constante reafirmação da inferioridade da mulher como gestora. A violência simbólica, nesses contextos, torna-se um dos principais mecanismos que impedem a ampliação da participação feminina, minando a credibilidade das mulheres e reforçando a percepção de que seu espaço natural é o doméstico, e não o político.

Em várias trajetórias, o apoio familiar masculino se revela como um diferencial estratégico, mas que, ao mesmo tempo, evidencia a presença de capital político tradicional, nem sempre acessível às mulheres que não estão inseridas em dinâmicas de poder patriarcais. No

município 3, por exemplo, a prefeita reconheceu a importância do apoio do pai, figura política influente, para sua trajetória. Tal constatação reforça a análise de que, mesmo quando mulheres chegam ao poder, frequentemente o fazem por meio de vínculos familiares, e não como resultado de processos institucionais de inclusão.

Além do preconceito explícito, a falta de apoio partidário constitui um dos obstáculos estruturais mais mencionados. As prefeitas do município 1 e do município 5 relataram que, embora tenham recebido algum suporte de seus partidos, este foi insuficiente para garantir a estrutura necessária para uma campanha eleitoral bem-sucedida. Assim, precisaram recorrer a redes pessoais para viabilizar suas candidaturas, reforçando o diagnóstico de Avelar (2001) e de Biroli et al. (2020), segundo o qual, apesar da obrigatoriedade das cotas de gênero, os partidos ainda resistem em oferecer suporte real às candidaturas femininas. Essa desigualdade de acesso a recursos e estrutura faz com que muitas mulheres concorram em condições significativamente desvantajosas em relação aos homens, impactando diretamente sua viabilidade eleitoral. Ainda que a educação formal proporcione qualificação técnica e discursiva, ela não supre ausências políticas estruturais como financiamento, tempo de exposição e suporte partidário.

O desafio de conciliar a vida política com as responsabilidades domésticas também emergiu como uma constante nas entrevistas. A prefeita do município 2 relatou que a maior dificuldade durante a campanha foi conciliar compromissos políticos com as tarefas domésticas, não contando com ajuda para o trabalho reprodutivo. Essa sobrecarga reflete o que Beauvoir (2019) descreve como a "dupla jornada", em que as mulheres, mesmo ocupando espaços de liderança, continuam sendo responsabilizadas pelo cuidado familiar. O Instituto Alziras (2021) reforça que mulheres em cargos públicos ainda são mais cobradas sobre como conciliam vida política e pessoal, ao contrário dos homens, para quem tais questões raramente são levantadas. Como observou-se nas entrevistas, é improvável que candidatos homens apontem a conciliação doméstica como uma dificuldade, enquanto essa é uma preocupação central para as mulheres.

Apesar dessas dificuldades, as prefeitas demonstraram uma atuação política focada na implementação de políticas públicas com forte impacto social. No município 3, por exemplo, a prefeita reabriu a maternidade local, fortalecendo os serviços de saúde e garantindo maior acesso ao atendimento pré-natal. No município 4, houve investimento na valorização dos profissionais da educação, com capacitações e melhorias salariais, além da liderança na

adaptação das escolas ao ensino remoto durante a pandemia. No município 2, a prefeita implementou um programa que fornecia lanche para pacientes que precisavam viajar para exames médicos, uma iniciativa simples, mas de grande impacto na qualidade de vida da população vulnerável.

Essas ações corroboram a análise de Bester (2020), que aponta que lideranças femininas tendem a priorizar políticas voltadas ao bem-estar social, especialmente nas áreas de educação e saúde. Esse padrão pode estar relacionado ao perfil profissional das prefeitas antes de ingressarem na política, muitas vezes ligadas à educação, saúde e assistência social — profissões historicamente associadas ao cuidado. Dados do Instituto Alziras (2021) indicam que as profissões mais comuns entre prefeitas são professoras, pedagogas, enfermeiras e assistentes sociais, enquanto entre prefeitos predominam engenheiros, agricultores e comerciantes, setores tradicionalmente vinculados à gestão de negócios e infraestrutura. Tal contraste, que reflete a divisão sexual do trabalho, pode influenciar as prioridades de gestão, com prefeitas demonstrando maior sensibilidade para políticas sociais e humanizadas.

Ainda que a atuação dessas prefeitas tenha promovido importantes transformações locais, a desproporcionalidade na participação feminina permanece significativa. No município 4, a prefeita destacou ser a única mulher no Executivo municipal em uma região com 15 cidades, reforçando o diagnóstico do Instituto Alziras (2021) de que, embora as mulheres representem mais da metade da população brasileira, sua presença em cargos eletivos continua extremamente reduzida, sobretudo no nível municipal. Essa desigualdade demonstra que a ampliação da participação feminina na política exige transformações estruturais no funcionamento dos partidos, na distribuição de recursos e no enfrentamento da violência política de gênero.

Esse cenário evidencia que a presença feminina na política é constantemente desafiada por barreiras simbólicas, institucionais e culturais. Como aponta Biroli (2018), a democracia brasileira ainda opera sob limites que restringem a participação plena das mulheres, perpetuando uma lógica de exclusão que se manifesta tanto na campanha eleitoral quanto no exercício do mandato. As experiências dessas prefeitas demonstram que, apesar das dificuldades, a atuação feminina na política tem impactos significativos na formulação de políticas públicas e no fortalecimento da representatividade democrática.

Contudo, para que essa presença se torne mais expressiva, é necessário avançar em medidas concretas que garantam suporte adequado às candidaturas femininas e enfrentem a

violência política de gênero. Como já alertava Beauvoir (2009), a mulher só se tornará verdadeiramente livre quando deixar de ser definida em relação ao outro e passar a ser reconhecida como sujeito político autônomo. A esse processo de reconhecimento deve estar atrelada uma educação crítica e emancipadora, capaz de formar cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos políticos e de seu papel na transformação da sociedade.

7.4. As trajetórias das prefeitas eleitas e o diálogo com as ondas do feminismo

A história da participação feminina na política brasileira pode ser analisada sob a perspectiva das ondas do feminismo, considerando as conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres na busca por representação política. A partir das entrevistas com 5 das 8 prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais no pleito de 2020, torna-se possível verificar se suas trajetórias individuais dialogam com os avanços do feminismo e se seus discursos estão alinhados com as pautas históricas do movimento. Mais do que apenas ocupar cargos, essas mulheres enfrentaram desafios que refletem dinâmicas estruturais ainda presentes na sociedade.

A primeira onda feminista, marcada pela luta pelo sufrágio feminino, consolidou a base legal para a participação das mulheres na política. As prefeitas entrevistadas são herdeiras desse direito, mas suas trajetórias indicam que a simples possibilidade de se candidatar não garante uma participação equitativa no cenário político. Relatos sobre a dificuldade de acesso a recursos de campanha e o limitado apoio partidário reforçam a necessidade de avanços institucionais para que a presença feminina seja mais efetiva. Esse cenário evidencia a diferença entre legislações que permitem a participação e condições reais para exercê-la de forma plena.

A segunda onda feminista, que ganhou força a partir da década de 1960, pautou a luta por igualdade de direitos e oportunidades no mercado de trabalho e na vida pública. Observa-se que muitas prefeitas entrevistadas tiveram trajetórias profissionais em áreas tradicionalmente ligadas às mulheres, como educação e saúde. Isso demonstra que a inserção política feminina ainda está vinculada a setores considerados "naturais" para as mulheres. No entanto, a ocupação de cargos políticos no Executivo municipal indica uma superação parcial dessa limitação histórica, sugerindo uma gradativa quebra de paradigmas sobre o papel da mulher no poder.

A terceira onda feminista, com maior protagonismo nos anos 1990, trouxe discussões sobre a interseccionalidade e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. Algumas

prefeitas entrevistadas destacaram a importância da representação feminina na política e relataram experiências de discriminação e resistência dentro das estruturas institucionais. Esse fenômeno sugere que, embora haja avanços na aceitação das mulheres como líderes políticas, ainda persistem obstáculos que limitam sua atuação plena. Os desafios vivenciados por essas lideranças indicam que a democratização da política ainda é um processo inacabado.

A quarta onda feminista, caracterizada pelo uso das redes sociais e pela luta contra a violência política de gênero, pode ser identificada em aspectos da campanha e gestão dessas prefeitas. Muitas utilizaram plataformas digitais como estratégia eleitoral e relataram enfrentar ataques e resistência nas redes. Além disso, a violência simbólica e verbal, mencionada em algumas entrevistas, evidencia a permanência de práticas machistas que buscam deslegitimar a presença feminina no poder. Esses ataques, muitas vezes, não se limitam ao campo político, mas se estendem para a esfera pessoal, buscando fragilizar a confiança e a imagem dessas mulheres. A violência simbólica foi também discutida ao se analisar a atuação da única mulher a ocupar a Presidência do Brasil.

Embora algumas prefeitas não se identifiquem diretamente com o feminismo, seus discursos revelam preocupações com igualdade de gênero, acesso a direitos e representação política. A análise das entrevistas permite compreender que, mesmo sem um alinhamento explícito com as pautas feministas, suas trajetórias são atravessadas pelos desafios históricos enfrentados pelas mulheres na política. Muitas dessas gestoras adotam práticas que estão alinhadas com os princípios do feminismo, mesmo que não as nomeiem dessa forma.

Assim, a experiência de 5 das 8 prefeitas eleitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais evidencia avanços e permanências na luta pela participação feminina no poder executivo. Enquanto suas trajetórias refletem a conquista de espaço político por mulheres, os desafios narrados demonstram que as estruturas institucionais e culturais ainda impõem barreiras que exigem novos avanços. A investigação dessas experiências contribui para a compreensão da inserção feminina na política e para o aprimoramento de políticas públicas que promovam a equidade de gênero nos cargos eletivos.

Nesse cenário, a implementação de cotas eleitorais para mulheres no Brasil tem sido apontada como um mecanismo fundamental para a ampliação da participação feminina na política. No entanto, a efetividade dessas cotas é frequentemente questionada, sobretudo quando analisada em relação ao apoio partidário real oferecido às candidatas. Prefeitas entrevistadas relataram dificuldades significativas durante suas campanhas, especialmente no

que diz respeito ao financiamento e à estrutura de suporte oferecida pelos partidos. Embora as cotas garantam a presença formal de mulheres nas eleições e sejam um passo necessário para a igualdade política, muitos desafios ainda comprometem sua competitividade, demonstrando que, sozinhas, não são suficientes.

Entre as prefeitas entrevistadas algumas reconheceram que as cotas foram um fator facilitador para sua candidatura. No entanto, poucas identificaram um apoio efetivo dos partidos, indicando que as siglas muitas vezes cumprem apenas o requisito legal, sem proporcionar os recursos necessários para a viabilização das campanhas femininas. Esse cenário reflete uma contradição: embora a legislação busque promover maior equidade de gênero na política, as condições materiais e institucionais ainda são desfavoráveis às mulheres.

A desigualdade no acesso a recursos financeiros foi um dos aspectos mais citados. Muitas prefeitas afirmaram que os partidos centralizam os investimentos em candidaturas masculinas, relegando as mulheres a um papel secundário. Algumas relataram que tiveram que buscar financiamento próprio ou depender de redes pessoais para custear materiais de campanha, deslocamentos e estratégias de comunicação. Outras apontaram que os recursos recebidos foram insuficientes para garantir uma visibilidade adequada, limitando seu alcance junto ao eleitorado e tornando a disputa ainda mais desigual.

O apoio partidário também se revelou um desafio em termos de estrutura organizacional. Enquanto candidatos homens frequentemente recebem assessoria especializada, equipe de marketing político e suporte logístico, muitas candidatas relataram dificuldades em contar com esses mesmos benefícios. Algumas prefeitas afirmaram que precisaram construir suas estratégias de campanha de maneira independente, sem um direcionamento claro dos partidos, o que aumentou as barreiras para sua eleição. Isso reforça a hipótese de que as cotas eleitorais, apesar de fundamentais, não são suficientes para garantir a equidade de gênero na competição política.

Mesmo diante desses desafios, a presença feminina no Executivo municipal pode representar um modelo de governança diferenciado. Algumas prefeitas destacaram que sua gestão busca maior transparência, participação popular e políticas voltadas para a inclusão social. Essas abordagens são frequentemente associadas à representação política feminina, que tende a priorizar questões como educação, saúde e assistência social. No entanto, sem um apoio partidário efetivo, a capacidade de ampliação dessas práticas fica comprometida.

A análise das trajetórias das prefeitas sugere que as cotas são um passo necessário, mas não suficiente para a igualdade política entre homens e mulheres. As candidaturas femininas ainda enfrentam entraves estruturais, que vão desde a falta de financiamento até a marginalização dentro dos próprios partidos. Para que as cotas cumpram seu papel, é essencial avançar em mecanismos que garantam condições equitativas de disputa, como a destinação obrigatória de recursos e a fiscalização rigorosa do cumprimento das normas eleitorais. Sem essas medidas, a presença de mulheres na política continuará sendo desproporcional, não por falta de candidatas, mas por um sistema que ainda não assegura condições justas para todas.

Diante dos desafios relatados pelas prefeitas, é possível compreender que sua atuação política, ainda que não explicitamente ancorada em discursos feministas, materializa práticas que dialogam com os princípios da pedagogia feminista, tal como concebida por bell hooks (2017). Ao se engajarem em políticas públicas de cuidado, ao buscarem promover maior inclusão social e ao enfrentarem resistências misóginas, essas mulheres tornam-se, em suas práticas cotidianas, educadoras políticas. A pedagogia feminista, ao reconhecer todo espaço formativo como território de disputa e transformação, permite compreender que os trajetos dessas lideranças são atravessados não apenas por conteúdos escolares, mas por experiências de conscientização, resistência e afirmação. Ainda assim, os relatos evidenciam a força persistente do machismo estrutural na política brasileira, que se manifesta tanto na ausência de apoio partidário quanto na violência simbólica e institucional dirigida às candidatas. A educação, entendida de forma crítica e emancipadora, surge aqui como instrumento indispensável para o enfrentamento dessas desigualdades, na medida em que pode formar novas gerações de mulheres conscientes de seus direitos, preparadas para disputar os espaços de poder e capazes de questionar as estruturas patriarcais que historicamente as excluíram da vida pública. Assim, o fortalecimento da representação feminina na política requer, também, o fortalecimento de uma educação transformadora, capaz de romper com o ciclo de reprodução do machismo e promover a equidade desde os primeiros anos da formação cidadã.

7.5 Ausências que falam: interseccionalidade na política local

A análise das entrevistas realizadas com as prefeitas dos Municípios 1 a 5 revela que, embora haja diversidade etária, educacional e de trajetórias profissionais, o perfil predominante das gestoras corresponde ao que Biroli (2018) denomina “experiência hegemônica de mulher”

na política: majoritariamente brancas, heterossexuais, casadas ou viúvas, com escolaridade formal elevada e vínculos prévios com redes políticas tradicionais, familiares ou comunitárias. A ausência de mulheres negras, solteiras ou assumidamente homossexuais na amostra não pode ser lida como mera coincidência estatística, mas como expressão de um sistema político que naturaliza a exclusão desses corpos e subjetividades. Hooks (2019) alerta que a política institucional reproduz hierarquias raciais, de gênero e sexualidade ao validar apenas certas formas de feminilidade, associadas à respeitabilidade e ao capital simbólico exigidos para ocupar cargos eletivos.

Essa homogeneização do perfil de mulheres no Executivo municipal se conecta ao que Ribeiro (2017) denomina “lugar de fala”: a posição social a partir da qual se constrói e se legitima a voz política. Nos casos analisados, a legitimidade eleitoral esteve ancorada, em grande medida, na consonância com expectativas normativas de gênero — a mulher casada ou viúva, mãe, vinculada à religião e com histórico de atuação em áreas tidas como “naturais” ao feminino, como educação, saúde e assistência social. Em diferentes momentos, essas prefeitas destacaram como a imagem construída sobre elas dialogava com valores tradicionais: “Sou casada, tenho filhos e minha família sempre me apoiou” (Município 2); “Moro com meu esposo e estou sempre perto dos meus filhos e netos. Minha família é muito importante para mim e é a base do meu apoio” (Município 5). Mulheres que não correspondem a esse padrão, como as solteiras, negras ou LGBTQ+, enfrentam barreiras adicionais, que vão desde a ausência de incentivos partidários até violências simbólicas que questionam sua moralidade, competência e pertencimento ao espaço político, conforme também argumenta Boldrini (2019) ao tratar da violência política de gênero interseccional.

No contexto interiorano dos Municípios estudados, tais barreiras se intensificam devido ao que hooks (2000) descreve como “patriarcado culturalmente arraigado”, no qual a vida privada e a pública se sobrepõem, e a vigilância social sobre os corpos e comportamentos femininos é constante. As prefeitas entrevistadas evidenciaram como essa vigilância e resistência à liderança feminina se manifestam: “Ouvi muito a frase: mulher não dá conta” (Município 2); “Em alguns momentos fui desacreditada apenas por ser mulher” (Município 5); “Um senhor me recebeu bem e afirmou ter apreço pela minha família, mas disse: não voto em mulher, porque política é coisa para homem” (Município 3). A inserção de mulheres que não se alinham à norma branca, heterossexual e matrimonialmente estável torna-se, assim, não apenas improvável, mas socialmente sancionada.

A invisibilidade dessas trajetórias na política local não apenas evidencia lacunas na representatividade, mas também convoca a adoção de uma perspectiva interseccional como fundamento ético-político e pedagógico. Inspirada na pedagogia feminista, essa abordagem compreende que o conhecimento produzido a partir das experiências concretas das mulheres — sobretudo daquelas que ocupam posições historicamente subalternizadas — constitui não apenas um registro de vivências, mas um instrumento de transformação das estruturas de poder que as marginalizam. Para hooks (2013), reconhecer e legitimar essas vozes implica deslocar o centro da narrativa política, permitindo que sujeitos antes silenciados ocupem o espaço da fala e, por consequência, da decisão. Nesse sentido, a interseccionalidade deixa de ser mera categoria analítica e se torna prática política e pedagógica de enfrentamento às desigualdades.

Ao aproximar essa concepção do pensamento de Freire (1987), é possível perceber que a democratização da política demanda romper com a lógica de transmissão vertical do poder, substituindo-a por um processo dialógico que reconheça a experiência vivida como saber legítimo e transformador. Tal como a pedagogia freireana reivindica que o oprimido se perceba como sujeito da sua própria história, a pedagogia feminista interseccional defende que as mulheres — especialmente aquelas cujas identidades múltiplas ampliam sua vulnerabilidade — se vejam como protagonistas da ação política. Isso implica criar condições institucionais e culturais para que suas trajetórias sejam não apenas possíveis, mas valorizadas e reproduzidas como referência legítima no espaço público.

Nesse sentido, políticas partidárias e institucionais orientadas por essa pedagogia devem ir além da inserção formal de mulheres nas candidaturas, investindo na criação de ambientes de acolhimento, formação e fortalecimento de redes de apoio que reconheçam as especificidades de raça, classe, sexualidade e território. A incorporação desse olhar crítico permite reconfigurar o horizonte democrático, substituindo a representação homogênea — centrada no perfil hegemônico de mulher branca, escolarizada, urbana e heterossexual — por uma pluralidade de experiências capazes de expressar, no exercício do poder, a complexidade social brasileira. Como defende hooks (2013), a educação feminista é, antes de tudo, um ato de liberdade; no campo político, essa liberdade se concretiza quando todas as mulheres, em sua diversidade, encontram não apenas a porta de entrada, mas também as condições para permanecer e transformar.

Dados nacionais reforçam a dimensão estrutural dessa exclusão. Segundo o Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021-2024), realizado pelo Instituto Alziras (2025), embora as

mulheres representem 51% da população, governam apenas 12% dos municípios; no caso das mulheres negras, que compõem 28% da população, esse percentual cai para 4%. Além disso, a maioria das prefeitas está à frente de cidades pequenas, governando juntas apenas 9% da população brasileira, e 58% delas declararam ter sofrido assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres. Esse cenário conecta-se diretamente às falas das entrevistadas, como quando uma delas afirmou que “o ambiente ainda é hostil aqui [...] para as mulheres” (Município 2) ou quando outra declarou que “no início houve preconceito, porque é natural que o homem pense que a mulher não está preparada” (Município 5). Tal configuração, associada à baixa representatividade de perfis diversos, traduz um déficit democrático que limita a representatividade substantiva e restringe a formulação de políticas públicas sensíveis às múltiplas dimensões das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade no Brasil.

Essas ausências revelam que a participação política das mulheres no âmbito municipal ainda está fortemente condicionada a padrões excludentes que naturalizam a invisibilidade de corpos e identidades que não se alinham às normativas hegemônicas. A interseccionalidade, ao iluminar as múltiplas formas de opressão e exclusão entrelaçadas, impõe a urgência de repensar as estruturas institucionais e culturais que sustentam essa homogeneização, desafiando a reprodução de um modelo político que privilegia apenas algumas mulheres em detrimento de muitas outras. Reconhecer e valorizar as trajetórias diversas — sobretudo as das mulheres negras, LGBTQ+ e em outras condições marginalizadas — não é apenas uma questão de justiça representativa, mas um passo decisivo para ampliar a democracia e fortalecer a legitimidade do poder local, construindo espaços políticos mais inclusivos, pluralistas e verdadeiramente transformadores.

7.6 Limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros

Uma limitação desta pesquisa é a dificuldade de mensurar, de forma precisa, como as redes de apoio influenciam a percepção de mulheres e meninas sobre sua participação política. Embora a literatura sobre redes de apoio seja ampla, sua influência concreta sobre resultados eleitorais e ascensão política é difícil de quantificar.

Outro ponto a ser considerado como limitação é a falta de dados longitudinais sobre a influência das redes de apoio na formação de políticas públicas direcionadas à igualdade de gênero, especialmente em países com maior desigualdade de representação feminina. A

pesquisa pode não ter capturado de forma robusta as implicações de longo prazo dessas redes, especialmente em termos de como elas podem impactar a criação de um cenário político mais inclusivo.

Além disso, há a possibilidade de que fatores históricos e socioculturais profundamente enraizados, como normas patriarcais e preconceitos sistêmicos, não sejam completamente abordados, o que pode diminuir a compreensão plena da complexidade das barreiras enfrentadas pelas mulheres para acessar cargos políticos. Essas questões exigem uma análise multidisciplinar que pode não ser completamente abarcada por uma pesquisa com foco único nas redes de apoio.

Para romper o ciclo histórico-social que marginaliza a participação feminina na política e preparar as futuras gerações para se verem como prefeitas, governadoras e deputadas, três áreas de pesquisa se destacam como fundamentais. A primeira envolve o estudo do papel das redes de apoio e solidariedade feminina nas candidaturas políticas. Essa pesquisa pode evidenciar a importância dessas redes para viabilizar a participação feminina, demonstrando como movimentos feministas, grupos sociais e aliados podem fornecer o suporte necessário para que mulheres se lancem na política. Ao mostrar que tais redes de apoio são eficazes e vitais, a pesquisa pode inspirar meninas e jovens a se envolverem em espaços de poder político desde cedo, criando uma cultura de apoio mútuo que as prepara para cargos de liderança. Isso contribui para romper com a visão de que as mulheres estão sozinhas ou não têm estrutura de apoio suficiente para enfrentar os desafios da política. A sub-representação da mulher na política é um reflexo de um sistema político que historicamente tem excluído as mulheres das esferas de poder, sustentado por normas sociais, econômicas e culturais que favorecem a liderança masculina. Essa subestimação perpetua a ideia de que as mulheres não são aptas para exercer cargos políticos de relevância, além de resultar em uma falta de políticas públicas que atendam de maneira efetiva às demandas femininas. As redes de apoio podem funcionar como uma ferramenta essencial para mitigar essas barreiras, oferecendo as bases necessárias para que as mulheres se sintam empoderadas, preparadas e confiantes para atuar na política, e, por consequência, mudar a estrutura de representação e a dinâmica do poder.

Por fim, a pesquisa sobre a percepção da sociedade em relação às prefeitas e à liderança feminina ocupa uma posição estratégica para desafiar os estereótipos de gênero que ainda permeiam o imaginário coletivo. Ao entender como a sociedade encara as mulheres em cargos de liderança, como prefeitas, governadoras e deputadas, será possível identificar os

preconceitos e barreiras sociais enraizadas que descredita as mulheres como líderes políticas. Essa pesquisa não apenas ilumina as dificuldades enfrentadas por mulheres em posições de poder, mas também abre caminhos para estratégias de mudança, seja por meio da educação, da mídia ou de políticas públicas, que possam desconstruir essas percepções limitantes. Ao fazer isso, contribui-se para criar um ambiente em que meninas e jovens se sintam apoiadas e capacitadas a sonhar com a política e a enxergar o exercício do poder como uma possibilidade concreta para elas.

Essas linhas de pesquisa têm o potencial de transformar a maneira como as novas gerações encaram a política e, ao mesmo tempo, desempenham um papel crucial na luta pela igualdade de mulheres em espaços de poder. Romper com a ideia de que as mulheres não estão preparadas para a política é um passo necessário, e essas investigações oferecem um caminho claro e fundamentado para mudar as perspectivas sociais, empoderando meninas e jovens para que se vejam como líderes, preparadas para ocupar os maiores cargos políticos no país.

7.6 Recomendações para aumentar a participação das mulheres no poder executivo municipal

A análise das trajetórias das prefeitas entrevistadas evidencia que a educação desempenha papel central, embora ambivalente, na formação política das mulheres. Por um lado, a educação formal figura como um dos principais vetores de mobilidade social e de legitimação simbólica de suas lideranças (Nogueira, 2011; Freire, 1996). Por outro, a estrutura curricular tradicional e a ausência de conteúdos críticos relacionados à cidadania e à equidade de gênero limitam seu potencial emancipatório, contribuindo para a reprodução de estereótipos que mantêm as mulheres afastadas dos espaços de decisão política (Biroli, 2018; Scott, 1995).

Nesse contexto, a Pedagogia Crítica, conforme proposta por Freire (1996), e a Pedagogia Feminista, de hooks (2017), oferecem importantes chaves interpretativas para compreender a constituição das mulheres como sujeitos políticos. Ambas defendem que a educação deve ser uma prática de liberdade, orientada pela valorização da experiência e pela problematização das estruturas de dominação, especialmente as de gênero e classe. As narrativas das prefeitas demonstram que, para além da educação formal, espaços informais de aprendizado, como as redes comunitárias e familiares, atuaram como territórios pedagógicos de resistência, fundamentais para o desenvolvimento de sua consciência política.

Contudo, a presença das mulheres no Executivo municipal segue condicionada por um sistema patriarcal que impõe limites materiais e simbólicos à sua participação. A recorrência de trajetórias mediadas por vínculos familiares masculinos reforça a ideia de que, muitas vezes, a inserção das mulheres na política ocorre por meio de uma autorização relacional, e não como resultado de processos autônomos de formação política (Saffioti, 1987; Beauvoir, 1949).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível avançar em políticas e práticas que promovam efetivamente a ampliação da participação política das mulheres. A partir dos achados desta pesquisa, apresentam-se as seguintes recomendações:

Em primeiro lugar, recomenda-se o fortalecimento de redes institucionais de apoio à participação feminina, mediante a criação de programas públicos e privados que assegurem formação, mentoria e suporte técnico para candidaturas de mulheres. Como indicam Araújo (2023) e Biroli (2018), tais redes são essenciais para romper com o isolamento político e enfrentar as barreiras institucionais ainda vigentes.

Em segundo lugar, faz-se necessária a reformulação das políticas de cotas de gênero, assegurando não apenas a formalização das candidaturas femininas, mas a garantia de condições efetivas de disputa, tais como financiamento público adequado, acesso à propaganda eleitoral e suporte partidário. A mera obrigatoriedade legal, desprovida de mecanismos de fiscalização e incentivo, revela-se insuficiente para reverter as desigualdades estruturais (Instituto Alziras, 2021).

Além disso, recomenda-se a implementação de programas de formação política para mulheres em idade mais precoce, com vistas à construção de trajetórias políticas que não dependam exclusivamente de heranças familiares ou da mediação masculina.

Com igual relevância, é necessário o incentivo à revisão dos currículos escolares, de modo a incorporar conteúdos críticos sobre política, cidadania e relações de gênero. A educação escolar precisa ser compreendida como espaço estratégico para a promoção da igualdade de mulheres e da formação de sujeitos políticos emancipados, conforme apontam Freire (1996) e hooks (2017). A ausência de debates sobre gênero e política no ambiente escolar perpetua a ideia de que a política é um espaço naturalmente masculino, contribuindo para a manutenção do patriarcado como força estruturante da exclusão das mulheres do poder (Saffioti, 1987; Biroli, 2018).

Por fim, insta destacar que o trabalho de currículos formativos dos estudantes da educação básica é precedido do currículo que forma os professores. Embora as diretrizes para

a formação de professores da Educação Básica, ditadas pela a Resolução CNE/CP nº 4/2024, reconheçam a diversidade étnico-racial, de gênero e sexual como dimensões fundamentais da formação docente (Art. 7º, IX), a abordagem das relações de gênero permanece periférica e genérica, não se configurando como eixo estruturante das práticas pedagógicas nem como conteúdo obrigatório e transversal nos currículos de licenciatura. Essa lacuna compromete a formação crítica dos futuros docentes diante da urgência de se enfrentar, no cotidiano escolar, as múltiplas expressões da desigualdade de gênero, que se manifestam na evasão escolar de meninas, na sexualização precoce de alunas, na resistência à liderança feminina e na reprodução de estereótipos sexistas em sala de aula. Conforme defendem Biroli (2018) e Araújo (2023), a ausência de uma abordagem consistente sobre gênero nos espaços de formação docente contribui para a manutenção de práticas pedagógicas neutras apenas em aparência, mas que, de fato, reiteram a hegemonia masculina nos processos de construção do saber e nas estruturas escolares. A formação inicial de professores, ao se furtar ao enfrentamento explícito das estruturas patriarcais, negligencia seu papel na transformação cultural e na promoção da equidade.

Portanto, a ampliação da participação feminina na política exige ações articuladas que integrem políticas educacionais, partidárias e institucionais. A transformação das estruturas que limitam o acesso das mulheres ao poder político passa, necessariamente, pela construção de uma cultura política que reconheça a legitimidade das lideranças femininas e promova, desde os processos formativos iniciais, uma pedagogia voltada à equidade e à justiça social.

7.6 Considerações finais

A presente tese teve como objetivo geral analisar como a educação, o patriarcado e os estereótipos de gênero influenciam a trajetória de mulheres no processo eleitoral para o Executivo municipal, tomando como referência a eleição de prefeitas no Sul e Sudoeste de Minas Gerais no pleito de 2020. A investigação foi guiada por uma abordagem crítica e interseccional, ancorada nas pedagogias feminista e crítica, e buscou compreender os múltiplos atravessamentos que configuram as condições de acesso, permanência e atuação das mulheres em espaços historicamente dominados por homens. Ao mesmo tempo, visou examinar os

sentidos atribuídos à formação educacional — formal e não formal — por aquelas que lograram êxito eleitoral, revelando os saberes, estratégias e resistências que sustentam suas trajetórias.

O estudo partiu do reconhecimento de que a sub-representação feminina não decorre da falta de interesse ou capacidade das mulheres, mas de um sistema político e sociocultural estruturado sobre o patriarcado, a naturalização da identidade cisgênero e da heterossexualidade como normas exclusivas, além da marginalização de marcadores sociais como gênero, classe, raça e território. Nessa direção, a análise empírica se desenvolveu a partir de entrevistas com cinco prefeitas eleitas na região em recorte, cuja escuta permitiu o aprofundamento das desigualdades vivenciadas, bem como dos mecanismos de resistência construídos em meio às tensões cotidianas do exercício político. As falas das entrevistadas trouxeram à tona experiências marcadas por ambivalência, em que o ingresso em cargos de liderança não anulou as barreiras de gênero, mas, ao contrário, revelou novas formas de exclusão simbólica, deslegitimação e boicote institucional.

Ao atender ao primeiro objetivo específico, que consistia em identificar os fatores que influenciam a eleição de mulheres para o cargo de prefeita em municípios do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, a pesquisa revelou que o êxito eleitoral das entrevistadas não se deu, em sua maioria, a partir de estruturas partidárias fortalecidas ou políticas institucionais de promoção da equidade. Pelo contrário, foi a articulação entre capital simbólico — geralmente oriundo de sua atuação em áreas como educação, saúde e assistência social — e inserção comunitária que favoreceu suas candidaturas. Trajetórias profissionais pautadas pelo vínculo com o território e pela credibilidade construída no convívio cotidiano com a população foram elementos centrais para a viabilidade eleitoral, operando como alternativa à ausência de apoio sistemático por parte dos partidos.

Ao se debruçar sobre o segundo objetivo específico, que buscava compreender os obstáculos enfrentados por essas mulheres no exercício da função, emergiram dados consistentes sobre a persistência de estereótipos de gênero na dinâmica institucional dos Executivos municipais. As prefeitas relataram episódios recorrentes de descrédito, invisibilização e resistência por parte de pares, lideranças locais e até mesmo de membros da própria equipe administrativa. Essas vivências revelam que, embora a ocupação formal do cargo represente um avanço, ela não garante o reconhecimento simbólico do exercício da autoridade feminina. O poder político, ainda atravessado por uma lógica masculinista, continua sendo negado às mulheres quando elas exercem liderança em moldes que não se adequam às

expectativas normativas do “bom político”. A conciliação entre a função pública e as demandas da vida familiar, somada à vigilância constante sobre seus comportamentos, aparência e tomadas de decisão, evidencia a sobrecarga e o julgamento moral que recaem sobre as mulheres em posições de liderança. A validação masculina às campanhas (por tios, pais, maridos) foi uma fala recorrente.

O terceiro objetivo específico propôs analisar a importância da formação educacional nas trajetórias dessas prefeitas, não apenas em sua dimensão escolar, mas enquanto processo ampliado de constituição da consciência crítica e da autonomia política. Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que a educação exerceu papel central na constituição de suas subjetividades políticas. Todas as entrevistadas relataram experiências formativas marcantes, seja na educação formal, em cursos superiores e de especialização, seja em vivências não formais em associações comunitárias, conselhos locais e organizações da sociedade civil. A formação crítica, o domínio da linguagem institucional e o conhecimento de políticas públicas foram destacados como elementos-chave para se colocarem como figuras legítimas e competentes no processo eleitoral. A educação, como indicam Freire (1996) e hooks (2017), funcionou como prática de liberdade, fomentando a leitura crítica do mundo, a ruptura com o fatalismo e a abertura para a ação política transformadora. No entanto, também ficou evidente que o acesso a essas oportunidades não se dá de maneira equânime, e que a ausência de políticas públicas educacionais comprometidas com a equidade tende a reproduzir as desigualdades já existentes. A educação fortaleceu a abertura de portas para as entrevistadas mas não se fez suficiente para mitigar a reprodução do machismo e do legado patriarcal em percursos formativos ou políticos.

A resposta ao quarto objetivo específico — propor recomendações que contribuam para ampliar a participação feminina no Executivo municipal — emergiu da articulação entre os achados empíricos e o referencial teórico que sustentou a análise. Foi possível identificar a urgência de quatro frentes de ação articuladas: o fortalecimento da formação política com perspectiva de gênero, desde os processos escolares até os espaços partidários e comunitários; a revisão e fiscalização dos mecanismos de financiamento e propaganda eleitoral, a fim de garantir condições materiais equitativas para as candidaturas femininas; a promoção de redes de apoio intermunicipais que ofereçam suporte emocional, técnico e político às mulheres em cargos de liderança; e a reformulação dos currículos escolares e das licenciaturas, de modo a incluir de forma transversal e obrigatória os conteúdos sobre gênero, diversidade e participação

política. Tais frentes não devem ser compreendidas como iniciativas isoladas, mas como componentes interdependentes de um processo de transformação cultural, pedagógica e institucional que vise à efetivação da paridade de gênero na política.

Apesar dos avanços normativos — como a Lei das Cotas de Gênero, a destinação obrigatória de recursos para campanhas femininas e as recentes decisões do STF no combate às candidaturas laranjas —, os dados desta pesquisa demonstram que tais medidas, embora necessárias, não têm sido suficientes para alterar de forma estrutural o padrão de exclusão das mulheres na política. As candidaturas continuam sendo tratadas muitas vezes como instrumento de cumprimento formal da legislação, sem que haja o comprometimento efetivo dos partidos com a promoção da equidade. A ausência de mentoria, o isolamento dentro das legendas e a precarização dos recursos de campanha mostram que a presença das mulheres nas disputas eleitorais ainda ocorre sob condições desiguais, em um cenário adverso que exige múltiplas estratégias de superação.

No plano educacional, esta tese afirma a necessidade de uma revisão crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais das licenciaturas, de modo que elas contemplem, de maneira explícita e vinculante, a abordagem interseccional das desigualdades de gênero, articulada à pedagogia crítica e feminista. A escola, como espaço de construção de subjetividades e de disputas simbólicas, não pode ser neutra diante das estruturas de poder que sustentam a exclusão. É preciso que a formação docente inicial assuma o compromisso com a crítica às matrizes patriarcais, promovendo currículos capazes de fomentar práticas pedagógicas emancipatórias, comprometidas com a equidade e com a justiça social. A ausência de uma abordagem sistemática sobre gênero nas licenciaturas perpetua práticas que, embora travestidas de neutralidade, seguem reforçando a lógica androcêntrica e hierárquica que estrutura o espaço escolar. Reformar o currículo das licenciaturas é, portanto, um passo imprescindível para formar educadores aptos a reconhecer, questionar e transformar os padrões normativos de masculinidade hegemônica, cisheteronormatividade e exclusão simbólica. A inclusão obrigatória de conteúdos sobre equidade de gênero, diversidade e participação política deve ser compreendida não como ideologização, mas como cumprimento de um compromisso ético-político com os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade e da promoção dos direitos humanos.

A contribuição desta pesquisa, sem sede de cumprimento do último objetivo de propor recomendações para a ampliação da participação das mulheres no Executivo municipal reside,

assim, na articulação entre educação, gênero, patriarcado e política, sob a lente da pedagogia crítica e da pedagogia feminista, aplicada à realidade de prefeitas que atuam em municípios de pequeno e médio porte, localizados em uma região historicamente conservadora. Ao trazer à tona suas experiências, suas vozes e estratégias, esta tese contribui para a desconstrução das narrativas hegemônicas sobre competência, liderança e poder, oferecendo subsídios para o enfrentamento da exclusão de gênero na política institucional. A análise das trajetórias dessas mulheres demonstra que a política não pode continuar sendo pensada a partir da normatividade masculina e das lógicas hierárquicas excludentes, mas precisa ser reconstruída como espaço de pluralidade, escuta, cuidado e compromisso coletivo.

Entre as limitações do estudo, reconhece-se a delimitação geográfica, restrita ao Sul e Sudoeste de Minas Gerais, o que limita a generalização dos achados para outras regiões do país. Além disso, a ausência de entrevistas com candidatas não eleitas impediu um contraste mais amplo das trajetórias de sucesso e insucesso eleitoral. Também não foi possível avaliar, dentro do escopo temporal da pesquisa, os efeitos das alterações legislativas ocorridas entre 2022 e 2024, o que aponta para a necessidade de estudos longitudinais sobre o tema.

Em suma, esta pesquisa confirma que a presença feminina no Executivo municipal, embora possível, permanece como exceção em um sistema que naturaliza a exclusão e resiste à redistribuição simbólica e material do poder. A educação revelou-se um instrumento central não apenas para acessar o poder, mas para disputá-lo e transformá-lo de forma crítica e emancipatória. A interseccionalidade emerge como um imperativo inadiável para a elaboração de políticas públicas e partidárias que realmente acolham a diversidade das mulheres na política, especialmente aquelas cujas trajetórias escapam dos padrões normativos estabelecidos pelos dados tradicionais. Ignorar as múltiplas e entrelaçadas formas de opressão — sejam elas de gênero, raça, classe ou outras — significa perpetuar a invisibilidade e a exclusão de vozes fundamentais para a transformação democrática. Portanto, somente ao reconhecer e enfrentar essas complexidades por meio de uma perspectiva interseccional é que se poderá garantir a construção de espaços políticos genuinamente inclusivos, onde todas as mulheres tenham condições reais de participação e protagonismo.

Ao iluminar as experiências das prefeitas que desafiaram esse sistema, esta tese reafirma que a democracia plena exige paridade, e que essa paridade requer transformações profundas nas estruturas institucionais, nas práticas partidárias e nos processos formativos. A análise das trajetórias dessas mulheres não se limita a um relato descritivo, mas se configura como

exercício de pedagogia crítica e feminista, demonstrando que suas vivências funcionam como "temas geradores" (Freire, 1970) para reflexão e ação política. Assim, ao articular a análise empírica com os referenciais da pedagogia crítica e da pedagogia feminista, esta pesquisa não apenas amplia o entendimento sobre a participação política das mulheres no contexto municipal, mas também se inscreve como prática pedagógica e política, comprometida com o fortalecimento de uma cultura democrática mais inclusiva, igualitária e sensível às múltiplas experiências femininas. Esta tese, portanto, contribui para o debate e a transformação social, reafirmando que a presença das mulheres nos espaços de decisão é indispensável para a construção de uma democracia efetivamente plural e justa.

As mulheres não pedem concessões: exigem equidade. Ocuparam os espaços onde se demanda competência legítima e individual e seguem lutando por instrumentos que desfaçam as barreiras historicamente impostas à sua presença e à sua voz nos espaços de poder e decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jéssica Teles de. **A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ALVES, José; FIGUEIREDO, Mariana. **A política de cotas de gênero no Brasil: avanços e desafios**. Revista Brasileira de Política e Gênero, 2021
- ALVES, Luciana; SOUSA, Carla. **Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual**. Cadernos de Pesquisa, v. 50, n. 177, p. 385-408, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgB4hTT5v4S8q5F9kcPLVMn/>. Acesso em: 09 set. 2024.
- ALZIRAS, Instituto. **Relatório sobre a Violência Política de Gênero**. 2021.
- ANDRADE, Antônio Carlos Ribeiro de. **História do Estado de Minas Gerais: Origens e Formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Tradução de Levindo Pereira. São Paulo: Cortez, 1989.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. **As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais**. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 44, n. 1, p. 155–195, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000100006>. Acesso em: 18 set. 2024.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira. **Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 6, n. 1, p. 71–90, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12035>. Acesso em: 18 set. 2024.
- ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 40, p. 1–31, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/MzCWRCjJFGwJpksnv7GxcnG/?lang=pt>. Acesso em: 18 set 2024.
- ARAÚJO, João Carlos Souto. **Sistemas eleitorais e democracia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2019.
- ARAÚJO, Valéria Cristina de. **A mulher na Inconfidência Mineira: Hipólita Jacinta, a inconfidente esquecida**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Carta de Ouro Preto: compromisso com a equidade de gênero nas universidades federais**. Ouro Preto, 2025. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2025/02/28/compromisso-com-a-equidade-de-genero-conselho-pleno-da-andifes-aprova-a-carta-de-ouro-preto/>. Acesso em: 18 jan 2025
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres nas eleições brasileiras: um estudo sobre os partidos políticos e a representação feminina**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, 2001.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 45. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARSTED, Leila Linhares. **Lei Maria da Penha: o processo de construção da lei e desafios para sua implementação**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

BARSTED, Leila Linhares. **O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil**. In: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana (orgs.). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BARSTED, Leila Linhares. **Os avanços no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Org.). **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Autonomia_Ec_Emp_DasMulheres.pdf. Acesso em: 21 nov. 20

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. 2 v.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Edição especial. Tradução de Mário Laranjeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BESTER, Gisela Maria. **A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada**. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 25. p. 327-343.

BIROLI, Flávia et al. (org.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Ed. Unicamp, 2020.

BIROLI, Flávia. **Feminismo e democracia, com Flávia Biroli**. [S.l.]: YouTube, 2024. Disponível em: <https://youtu.be/EWM3X-BMbQg?si=hu0j2-NVIGb26CmF>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. **Por que é importante ampliar o número de mulheres na política?** *Gênero e Número*, 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar-2/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BIROLI, Flávia. **Por que é importante ampliar o número de mulheres na política?** *Gênero e número*, 2018. Disponível em < <http://www.generonumero.media/a-politica-de-cotas-para-as-mulheres-no-brasil-importancia-e-desafios-para-avancar-2/> > Acesso em 21 de nov. 2024.

BOLDRINI, Ângela. **Bancada negra no congresso é sub-representada em postos de comando**. *Folha de São Paulo*, 2019.

BORGES, André; VIDIGAL, Virgílio A. **Cotas de gênero e competição eleitoral no Brasil: desafios e perspectivas**. *Opinião Pública*, v. 24, n. 1, p. 1-27, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op>. Acesso em: 18.jan. 2025

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Gênero e desigualdades : os limites da democracia no Brasil** / Flávia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pedagogia do Oprimido: A reflexão crítica sobre a prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil 1891**. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 24 fev. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 02 dez.2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional nº 111**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc111.htm. Acesso em 2 dez.2021

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 16 de maio de 2024. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação básica**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil De 1988**. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 dez.2020.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 21 de nov. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Informativo: **A população brasileira: 2010 a 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995. **Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências**. Brasília, DF, 29 set. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9100.htm . Acesso em: 02 dez.2020.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. **Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos; nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições; e nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 set. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.086 de 2015. **Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para**

reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13086.htm Acesso em 21 de nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. **Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra mulheres.** Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm. Acesso em: 01 dez.2021

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. **Estabelece normas para as eleições.** Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 30 set.1977. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 02 dez.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação em direitos humanos.** Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho.** Brasília: MTE, 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Mulheres. **Mais mulheres no poder, mais democracia.** Brasília, DF: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2024/mais-mulheres-no-poder-mais-democracia>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Candidaturas femininas crescem, mas representação ainda é baixa.** Senado Notícias, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/26/candidaturas-femininas-crescem-mas-representacao-ainda-e-baixa>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **A Construção da Voz Feminina na Cidadania.** Brasília, DF, 2020b. Disponível em <<https://www.justicaeeleitoral.jus.br/participa-mulher/arquivos/portfolio-exposicao-a-construcao-da-voz-feminina-na-cidadania-TSE.pdf>>. Acesso em: 28 nov.2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2016: número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que em 2012.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[Eleições 2016: número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que 2012 — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](https://www.tse.jus.br/eleicoes/2016/noticias/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012)>. Acesso em: 02 dez. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2020. Eleitorado apto a votar por Unidade Federativa.** Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-eleicoes-2020-perfil-do-eleitorado/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-eleicoes-2020-perfil-do-eleitorado/at_download/file>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado: eleições 2024.** Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024>. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Mulheres no Brasil: Voto feminino.** Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **O sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: TSE, 2009. 60 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório de Candidaturas 2020**. Brasília: TSE, 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.575, de 28 de junho de 2018**. Altera a Resolução-TSE nº 23.553, de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Brasília, DF, 28 jun. 2018. Disponível em <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-575-de-28-de-junho-de-2018>. Acesso em: 20 dez 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados das Eleições Municipais de 2020**. Brasília: TSE, 2020.

BRASIL.. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. **Decreta o Código Eleitoral**. Brasília, DF, 24 fev. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 dez.2020.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

Câmara dos Deputados – Secretaria da Mulher. **Guia acessível para a candidatura das mulheres**. Belo Horizonte: Associação Visibilidade Feminina, 2020. – 1. ed. 60 p.

CAMPOS, Ana; SOUZA, Tatiana. **Participação feminina nas eleições municipais: uma análise comparativa pós-cotas**. Revista Brasileira de Ciência Política, 2020.

CARVALHO, Francidéia Gomes Sousa de. **Opressões de raça, classe e gênero na vida das mulheres negras: a interseccionalidade como ferramenta analítica**. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2023. Disponível em: <https://uespi.br/wp-content/uploads/2023/08/FRANCIDEIA-GOMES-SOUSA-DE-CARVALHO-DISSERTACAO.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

CARVALHO, Geovanne Pereira de. **O Arco-da-Velha na Escola: no reconhecimento público das diversidades culturais em escola inclusa**. Vértices, Campos dos Goytacazes, v. 23, n. 3, p. 652-670, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n32021p652-670>

CARVALHO, José Matias. **A política eleitoral no Brasil: evolução e desafios**. Brasília: Editora UnB, 2017.

CASSUNDÉ, Fernanda Roda de Souza Araújo et al. **[Re]pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área**. Administração: Ensino e Pesquisa, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 594-623, set. 2017. ISSN 2358-0917.

CHAGAS, V.; VIEIRA, C. **Educação política para mulheres: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 30, p. 1-24, 2019.

COSTA, Antônio. **Política mineira e a República Velha: a construção do pacto do café com leite**. Revista de História Política, v. 25, n. 3, 2014.

COSTA, Beatriz D.; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Feminismo em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras**. São Paulo: Boitempo, 2022.

- COSTA, Nireu. **Minas Gerais na Política Brasileira: Uma História de Conflitos e Alianças**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
- COZMAN, Sonia M. P.; SILVA, Fernando R. **Estatística para Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CUNHA, José Carlos. **Mulheres e Política no Brasil: Trajetórias, Conquistas e Desafios**. São Paulo: Editora FGV, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 2. ed. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBERT, Guita Grin. **A dissolução do casamento e a reinvenção da família no Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 37, p. 49-66, 1998.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **Um Rio de Mulheres: O feminismo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.
- DUFLO, E. (2012). **O impacto da educação política no empoderamento das mulheres**. Journal of Political Economy, 120(6), 1024-1055
- DULLES, John W. F. **Anjos e demônios: A história de Zuzu Angel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- EDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38).
- FALCÃO, Gisele. **Desistência Forçada: O Impacto da Violência Política de Gênero**. Revista de Estudos de Gênero, v. 11, n. 1, p. 45-58, 2020.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010
- FÁVERO, Luciana Pimentel; BELFIORE, Luiz Aparecido. **Estatística aplicada a negócios e economia**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- FERREIRA, Lúcia; LIMA, Renata. **Juventude e política: campanhas educativas e seu impacto na conscientização política de jovens eleitoras**. Revista Estudos de Gênero e Sociedade, 2019.
- FERREIRA, Maria Cristina Soares. **Mulheres na política: experiências e desafios na América Latina**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- FERREIRA, Mariana Gomes. **Eleições proporcionais e seus impactos na representatividade política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- FLORESTA, Nísia. **Conselhos a minha filha**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1842.
- FONDO BRASIL. **O que significa a sigla LGBTQIA+**. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

FONTANA, Guilherme. **Quem são os vereadores trans eleitos em 2020?** Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/11/20/quem-sao-os-vereadores-trans-eleitos-em-2020.ghtml> > Acesso em 21 de nov. 2024.

FREIRE, Joana. **O Assassinato de Marielle Franco e a Violência Contra Mulheres Negras na Política.** Estudos Afro-Brasileiros, v. 8, n. 2, p. 90-105, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAGNON, Chantal; SCHEIN, Cecília. **Quarta onda feminista e o ciberativismo.** Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3, 2020.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GASPAR, Yamona. **Representação feminina na política: a importância do debate democrático.** Pensar Piauí. Piauí: 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. **O segundo sexo 70 anos depois.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, e57487, 2019.

GOMES, Carla Akotirene. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

GOMES, Maria. **Candidaturas Laranja: Um Obstáculo à Efetiva Participação das Mulheres na Política.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 73, n. 2, p. 45-60, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a diversidade: o desafio das relações étnico-raciais na escola.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZAGA, A. R. **O papel da mídia no reforço da divisão de gênero.** Revista de Estudos Socioculturais, v. 38, n. 3, p. 234-245, 2020. Disponível em: <https://www.revistadesc.com>. Acesso em: 8 fev. 2025.

GONZAGA, Chiquinha. **Pianista e compositora.** Rio de Janeiro: Editora Contexto, 1999.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSSI, Miriam. **Violência contra a mulher: uma questão de gênero.** Florianópolis: UFSC, 1998.

HAMBURGER, Esther. **Poder e política no Brasil: Entre o público e o privado.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução de Heci Regina Candiani. 17. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. Teaching to transgress: education as the practice of freedom. New York: Routledge, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. In: Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 38. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2101784&view=detalhes>. Acesso em: 10 jan. 2025

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 fev. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. 152 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 53). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 1 set. 2024.

INFOMONEY. **Quem é Kamala Harris?** Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/perfil/kamala-harris/>> Acesso em 21 de nov. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS. **Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021–2024)**. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2023. Disponível em: <https://preefeitas.institutoalziras.org.br/censo/>. Acesso em 22 de nov. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS. **Desigualdades de gênero e raça na política brasileira**. Coordenação: Roberta Eugênio, Marina Barros, Tauá Pires. Texto: Michelle Ferreti. Publicado em 24 jul. 2022. Disponível em: <<https://cms.alziras.org.br/uploads/DESIGUALDADES%20DE%20G%C3%8ANERO%20E%20RA%C3%87A%20NA%20POL%C3%8DTICA%20BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2024

INSTITUTO ALZIRAS. **O perfil das prefeitas no Brasil (2017-2020)**. Disponível em <<http://preefeitas.institutoalziras.org.br/>>. Acesso em 22 de nov. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS. **Relatório sobre a Participação Feminina nas Eleições Municipais de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.institutoalziras.org.br/relatorios>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/educacao-basica>. Acesso em: 01 nov. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Desigualdade de gênero no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 8 fev. 2025.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Estudo sobre a Participação das Mulheres na Política Brasileira**. Brasília: IPEA, 2020.

JORNAL CONTÁBIL. **Eleições 2020: Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no país.** Disponível em < <https://www.jornalcontabil.com.br/mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/> > acesso em 22/11/2020 às 13:19.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932).** Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de filosofia e ciências humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2013.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: uma histórica conquista do sufrágio feminino no Brasil** / Mônica Karawajczyk – Dados Eletrônicos. P Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.

KARAWAJCZYK, Mônica. **Mulheres e Política: Desafios e Conquistas.** In: PINTO, Céli Regina Jardim; ARAÚJO, Clara (Org.). **Gênero e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p. 123-145.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O feminismo em boa marcha no Brasil.** Estudos Feministas. Florianópolis, n.26, vol. 2, 2018.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O voto feminino no Brasil. 2019.** Disponível em < <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html> > acesso em 20/11/2020 às

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROOK, Mona Lena. **Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso.** Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1391625335_ARQUIVO_MariaCelesteLanderdahok.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

LANDERDAHL, Maria Celeste; ROSO, Adriane. **Gestão de políticas públicas em gênero e raça: a transversalidade em curso.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1391625335_ARQUIVO_MariaCelesteLanderdahok.pdf >. Acesso em 22/11/2020 às 00:37

LEITE, Crislayne Moura; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. **A Participação da Mulher na Política Brasileira e a Efetividade das Cotas Partidárias.** Revista Resenha, 2019. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/download/98/89/167>. Acesso em: 22 set. 2024

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar em Revista, Curitiba, n. 17, p. 153–173, 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LIMA, Maria do Carmo. **Cotas de gênero e a representação política das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

LOPES, Rosana. **O movimento feminista brasileiro: histórias, trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUTZ, Bertha. **O direito ao voto feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jurídica, 1932.

MADRIGAL, Alexis Gabriel. **Perspectiva histórica dos Direitos da Mulher e a igualdade entre gêneros no Brasil**. Jus Brasil, Paraná: 2016.

MALTA, Deborah C. et al. **A educação das mães e a saúde das crianças: uma análise da relação entre a escolaridade materna e os indicadores de saúde infantil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 27, n. 7, p. 1367-1376, 2011.

MARION, José Carlos. DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, João. **Políticas de cotas e a representação feminina no Brasil: avanços e desafios**. São Paulo: Editora FGV, 2021.

MARTINS, Gilda. **Mulheres na Política Brasileira: Desafios e Propostas**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A Sociologia e a Política no Brasil: Estruturas e Relações de Poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MATOS, Marlise. **Gênero e poder político no Brasil: uma análise das dinâmicas institucionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MATOS, Marlise. **Movimentos feministas e direitos das mulheres no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino;

MICELI, Sérgio. **A Educação como Construção Social do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação de gênero: cotas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Cidadania e direitos das mulheres**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultados Eleições 2020: Eleitos por faixa etária e sexo**. Belo Horizonte, MG, 2020. Disponível em: <https://apps.tre-mg.jus.br/aplicativos/html/ele2020/consulta.html?p={filtro:%22estatistica-faixa-sexo%22,titulo:%22Eleitos%20por%20faixa%20et%C3%A1ria%20e%20sexo%22}>. Acesso em: 28 nov. 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. cap. 1, p. 9–30.

MORAES, Denise. **Mulheres na luta pela anistia: O Movimento Feminino pela Anistia e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2014.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1988.

NAÇÕES Unidas no Brasil. **5 Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasil: ONUBR, 2015a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>. Acesso em: 01 dez 2020.

NAÇÕES Unidas no Brasil.. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil: ONUBR, 2015b.. Disponível em Acesso em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em: 01 dez 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

NADAL, Paula. **Por que 8 de março é o dia internacional da mulher?** Nova Escola: São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Érica. **Feminismo negro e interseccionalidade**. Salvador: EDUFBA, 2018.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOGUEIRA, Patrícia. **Cultura política e gênero: a sub-representação feminina no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

NOREMBER, Alessandra; ANTONELLO, Isabelle Pinto. **A trajetória feminina na política brasileira**. XII Seminário Nacional da Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. ISSN 2447-8229. Rio Grande do Sul, Edição 2016.

OLIVEIRA, Vera Lucia de. **Construção do Conhecimento e Interação Social**. Campinas: Papirus, 2011.

ONU Mulheres Brasil. **Newsletter: a participação das mulheres nas eleições municipais de 2020 no Brasil**. Brasília/DF 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/11/OnuMulheres_VPCM_NEWSLETTER-01-ELEI%C3%87%C3%95ES-MUNICIPAIS-2020.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ONU MULHERES. **Brasil ocupa a 133ª posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres**. 01 mar. 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ONU MULHERES. **Cinco coisas que você precisa saber sobre a participação do Brasil na CSW69**. ONU Mulheres Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/cinco-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-participacao-do-brasil-na-csw69/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ONU MULHERES. **Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas. 2020**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **Estudo sobre a advocacia feminina no Brasil**. Brasília, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Gênero e Política: A Representação Feminina nos Parlamentos Latino-Americanos. Relatório ONU Mulheres, 2020**. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 01 nov. 2024.

- PEDRO, Joana Maria. **Nísia Floresta e o feminismo no Brasil do século XIX**. Revista Brasileira de História, v. 39, n. 1, p. 231-253, 2019.
- PEREIRA, Maria das Graças. **Alzira Soriano: pioneirismo e gênero na política brasileira**. Natal: Editora Potiguar, 2012.
- PIMENTA, Cláudia. **A Discriminação de Gênero nos Partidos Políticos Brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- PIMENTEL, Andréa. **Mulheres e poder político no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2012.
- PIMENTEL, Silvia; SCHRÖDER, Pauline. **Feminicídio: uma análise jurídica e social**. Brasília: Senado Federal, 2016.
- PINHEIRO, Carla. **Leis eleitorais e gênero: uma análise das cotas femininas**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Bertha Lutz e a luta pelos direitos políticos das mulheres**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PINTO, Marcelo; VASCONCELOS, Carla. **Mulheres e poder: a perpetuação de estereótipos na política brasileira**. Revista Estudos Feministas, 2021.
- PINTO, Sérgio. **A Inconfidência Mineira e seus desdobramentos**. Revista Brasileira de História, v. 32, n. 1, 2012.
- RAMOS, Marília Patta. **Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais**. Mediações: revista de ciências sociais. Londrina, PR. Vol. 18, n. 1., 2013, p. 55-65.
- RANGEL, Patrícia. **Mulheres e eleições 1996-2012**. Brasília: Gráfica Brasil, 2014.
- RAPS. **Programa de Mentoria para Candidatas**. 2022. Disponível em: [site da RAPS]. Acesso em: 10 jan. 2025.
- RIBEIRO, Ana Clara. **Financiamento de campanhas e desigualdade de gênero nas eleições brasileiras**. São Paulo: Editora USP, 2020.
- RIBEIRO, Ana Clara. **Mulheres, política e financiamento: desafios para a equidade nas eleições**. São Paulo: Editora da USP, 2020.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Editora Contexto, 2017.
- RICHARTZ, Terezinha. **Cotas e autonomia: paradoxos da implementação da lei de Cotas para cargos no legislativo paulista nos partidos PT, PSDB e PFL**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007
- SACCHET, Teresa. **Gênero e desigualdade na política brasileira: as cotas são eficazes?** Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 50, n. 3, p. 535-576, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados>. Acesso em: 18 jan. 2024
- SACCHET, Teresa. **Gênero e Mídia: Representações de Mulheres na Política Brasileira**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 23, p. 5-30, 2017.

SACCHET, Teresa. **Partidos políticos e (sub) representação feminina nas instâncias do poder legislativo**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 135-160.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Maria Cristina. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Débora; OLIVEIRA, Fábio. **Desafios da igualdade de gênero na política brasileira: uma análise das dinâmicas culturais e institucionais**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 2018.

SANTOS, Eduardo Rodrigues dos. **Participação política feminina: uma análise à luz do direito fundamental à igualdade**. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,participacao-politica-feminina-uma-analise-a-luz-do-direito-fundamental-a-igualdade,39945.html>>. Acesso em 22/11/2020 às 14:40.

SANTOS, Flávia. **Mulheres Negras na Política: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2019.

SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos; SANTOS, Ivanna Pequeno dos. **A demanda pelo voto feminino no Brasil: abordagem histórica**. Revista história do Direito brasileiro. E-ISSN: 2526-009x | Brasília | v. 2 | n. 1 | p. 156 - 177 | Jan/Jun. 2016.

SARDENBERG, Cecília. **Gênero e Política: Desafios e Perspectivas**. Política & Sociedade, v. 17, n. 4, p. 123-140, 2019.

SARDENBERG, Cecília. **Gênero, poder e inclusão política no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero e a política da história**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SENADO FEDERAL. **727 municípios serão governados por mulheres em 2025**. Rádio Senado, 27 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/10/27/727-municipios-serao-governados-por-mulheres-em-2025>. Acesso em: 07 maio 2025

SESCONETTO, Julianna Sant'ana. **A Comissão TSE Mulheres como Partícipe no Fomento à Participação Feminina na Política e nos Espaços de Poder**. In: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Org.). #Participa Mulher: Por uma Cidadania Feminina Plena. Brasília: TSE, 2020. p. 61–69. Disponível em: <https://abradep.org/wp-content/uploads/2020/05/2020-LIVRO-TSE-PARTICIPAMULHER.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

SIGNIFICADOS.COM.BR. **LGBTQIA+:** conheça o significado da sigla. Disponível em: <https://www.significados.com.br/lgbt/>. Acesso em: 23 maio 2025.

SILVA, André Luiz. **O efeito Tiririca e os desafios do sistema proporcional no Brasil**. Porto Alegre: PUC-RS, 2016.

SILVA, Gilda. **Mulheres na Política Brasileira: A Participação das Mulheres no Brasil e em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2018.

SILVA, Joana Maria. **Antonieta de Barros: educação, política e resistência**. Florianópolis: Editora Catarinense, 2015.

SILVA, João. **O papel das mulheres nas eleições municipais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SILVA, José. **Minas Gerais no Estado Novo: a adaptação das oligarquias**. Revista de Estudos Políticos, v. 12, n. 4, 1999.

SILVA, Maria Teresa M. da. **Feminismo e feministas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Shirley Aparecida de Almeida; BARBOSA, Adriana Souza. **A invisibilidade da mulher nos currículos escolares: uma análise crítica da Base Nacional Comum Curricular**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 14, n. 29, p. 491–509, 2020.

SILVEIRA, Antônio Carlos de Oliveira; CARVALHO, Virgínia LOUREIRO. **Estatística para Ciências Sociais e Humanas**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

SOARES, Andréia. **A participação feminina nas eleições brasileiras: avanços e limitações das políticas de cotas**. Brasília: IPEA, 2021.

SOIHET, Rachel. **Mulheres e políticas no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUZA, Luciana Tavares; ALMEIDA, Rafaela Silva. **Mulheres no mercado de trabalho: desafios e conquistas**. São Paulo: Editora Mulheres, 2021.

SOUZA, Marcos. **A Política de Minas Gerais no Século XXI: Novas Perspectivas e Desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

SOUZA, Marina. **Cotas de gênero na política: uma análise comparativa das políticas de inclusão**. Revista de Ciências Políticas, v. 34, n. 4, p. 123–138, 2020.

SOUZA, Ricardo Mendes. **Eleições no Brasil: da redemocratização à atualidade**. Recife: UFPE, 2021.

SOUZA, Ricardo. **Polarização e divisão política em Minas Gerais**. Revista de Política Brasileira, v. 22, n. 1, 2018.

SOUZA, Rosilene Rodrigues de et al. **Para menino ou menina? Representações culturais de gênero nas embalagens de brinquedos**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 30, e20190391, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0391> . Acesso em: 8 fev. 2024.

SOUZA-LIMA, Simone; PIRES, Daniela. **Segregação ocupacional de gênero: panorama e desafios**. In: ECONOMIA FEMINISTA NO BRASIL: contribuições para pensar uma nova sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

SPINK, Mary Jane Paris. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

TOSI, Marcela. **A conquista do direito ao voto feminino**. Politizei, 2019. Disponível em <<https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/#:~:text=Somente%20h%C3%A1%20pouco%20mais%20de,consolidado%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20de%201934.&text=O%20Brasil%20poderia%20ter%20si do,a%20aprovar%20o%20sufr%C3%A1gio%20feminino.>> Acesso em 20 nov. 2024

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS (TRE-MG). **Estatísticas Eleitorais 2020**. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br>. Acesso em: 5 out. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS (TRE-MG).. **Relatório das Eleições Municipais de 2020**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br>. Acesso em: 9 fev. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Eleições municipais e gerais: normas e funcionamento**. Brasília: TSE, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Análise da Participação Feminina nas Eleições de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 9 fev. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Participa mulher: por uma cidadania feminina plena: homenagem à Ministra Cármen Lúcia**. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2020. 179 p. Disponível em: <participa-mulher-obra_TSE.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Relatório de Participação Feminina nas Eleições de 2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 5 fev. 2025.

TSE. **Relatório de Participação Feminina no Congresso Nacional. 2022**. TRE-MG. Candidaturas Femininas em Minas Gerais: Análise das Eleições 2020. 2021.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2018: Relatório de Desempenho de Gênero. 2018**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade. **Normas técnicas para apresentação de dissertações e teses**. Pouso Alegre: Univás, 2024.

VILELA, Pedro Rafael. **Eleição de 2020 marca ascensão na diversidade política no país**. Brasil de Fato, Brasília: 2020.

VOTE, RUN, LEAD. **Annual Report. 2021**. Disponível em: [site do Vote, Run, Lead]. Acesso em: 10 jan. 2025.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Uma reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Editora Mulher, 1985.

WORLD BANK. **Women, Business and the Law: A Decade of Reforms to Promote Gender Equality**. World Bank Group, 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 01 nov. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE - Roteiro para a entrevista com as prefeitas

Apresentação do Projeto

Leitura do TCLE

Esclarecimentos sobre sigilo

Pedido de autorização para gravação

IDENTIFICAÇÃO

1. Como você diria quem é você para alguém? Ou seja, como você se descreve?
2. Qual sua idade?
3. Qual seu estado civil?
4. Como é sua composição familiar? Quantas pessoas moram com você e qual o grau de parentesco que você tem com elas?
5. Você tem filhos? Se sim, quantos?

PERCURSO EDUCACIONAL

1. Fale sobre sua trajetória educacional até seu atual grau escolar.
2. Fale sobre suas experiências com a educação não formal.
3. Fale sobre seus desafios durante sua trajetória educacional.
4. Quais foram seus desafios durante sua trajetória educacional?
5. Quais foram suas motivações para sua trajetória educacional?
6. Você já atuou em projetos sociais? Se sim, quais?
7. Você já atuou em conselhos ou ações comunitárias? Se sim, quais?
8. De maneira geral, qual a relação dos membros da sua família com a educação? Concluíram a educação formal? E informal?

TRAJETÓRIA POLÍTICA

1. Qual sua profissão antes de ingressar na Política? Ainda atua nessa área?
2. Você tem parentes ou conhecidos atuantes na política? Se sim, quem são essas pessoas?
3. Qual fator / fato você considera decisivo para seu ingresso na política
4. Fale sobre seus primeiros passos na política.

5. Quais pessoas foram suas referências para seu ingresso na política?
6. Quem foram seus incentivadores nesse processo?
7. Quais desafios você destaca nessa trajetória política?
8. Você já foi eleita para outros cargos públicos antes do pleito de 2020? Se sim, quais foram eles?

CAMPANHA ELEITORAL

1. Você recebeu incentivos ou apoio prévio para a candidatura? Se sim, por parte de quem veio esse apoio?
2. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante a campanha?
3. Como foi a escolha do partido? E o que a motivou a optar por ele?
4. Nesse partido, já houve outras candidatas para o mesmo pleito? Se sim, o partido tinha ações para promover articulação entre as candidaturas dessas mulheres?
5. O partido ofereceu apoio de pessoal e de estrutura durante a campanha?
6. Sobre os recursos destinados para o financiamento de campanha, você os considera suficientes? Por quê?
7. Quais ações o partido promoveu e que você considera como favoráveis aos fortalecimento da sua candidatura?
8. Você tem conhecimento de outros partidos que adotam estratégias efetivas de apoio à candidatura de mulheres?
9. As estratégias que você utilizou na sua campanha foram de iniciativa sua ou do partido?
10. Quais plataformas você utilizou e quais temas foram mais relevantes na campanha?
11. Você saberia traçar o perfil das pessoas que mais a apoiaram na campanha?
12. Como você descreveria o perfil das pessoas que votaram em você?
13. Durante sua campanha, como foi o apoio do seu grupo familiar?

EXERCÍCIO DO MANDATO

1. Qual foi seu primeiro ato após a eleição de 2020?
2. No exercício do Executivo, quais seus maiores desafios?
3. Como você tem trabalhado a educação neste seu mandato?

4. Se este foi seu primeiro mandato, você passou por algum treinamento para ajudar no processo de familiarização com o funcionamento do Executivo Municipal? Em caso positivo, o treinamento foi oferecido pelo partido ou por alguma outra entidade?
5. Qual a sua relação com o partido enquanto prefeita eleita?
6. Qual a sua relação com os colegas homens na prefeitura ? E com as vereadoras mulheres, se houver?
7. Quais são os principais obstáculos para a atuação das mulheres no Executivo Municipal?
8. Você já foi vítima de machismo enquanto prefeita?
9. Você considera que consegue atuar plenamente enquanto Prefeita? Se não, quais são os entraves? Se sim, quais seus pilares de apoio?
10. Você acha que o ambiente da política é mais amigável ou mais hostil para as mulheres?
11. Quais são os seus principais projetos você conseguiu implementar e quais estão em andamento?
12. Você tem alguma pauta ou projeto exclusivamente dirigido às mulheres? Se sim, quais
13. seriam?
14. Você pretende continuar na política? Por quê?
15. Você recomendaria que mais mulheres participassem da política? Por quê?
16. Qual o papel da educação para a atuação da mulher na política?
17. Você deseja acrescentar